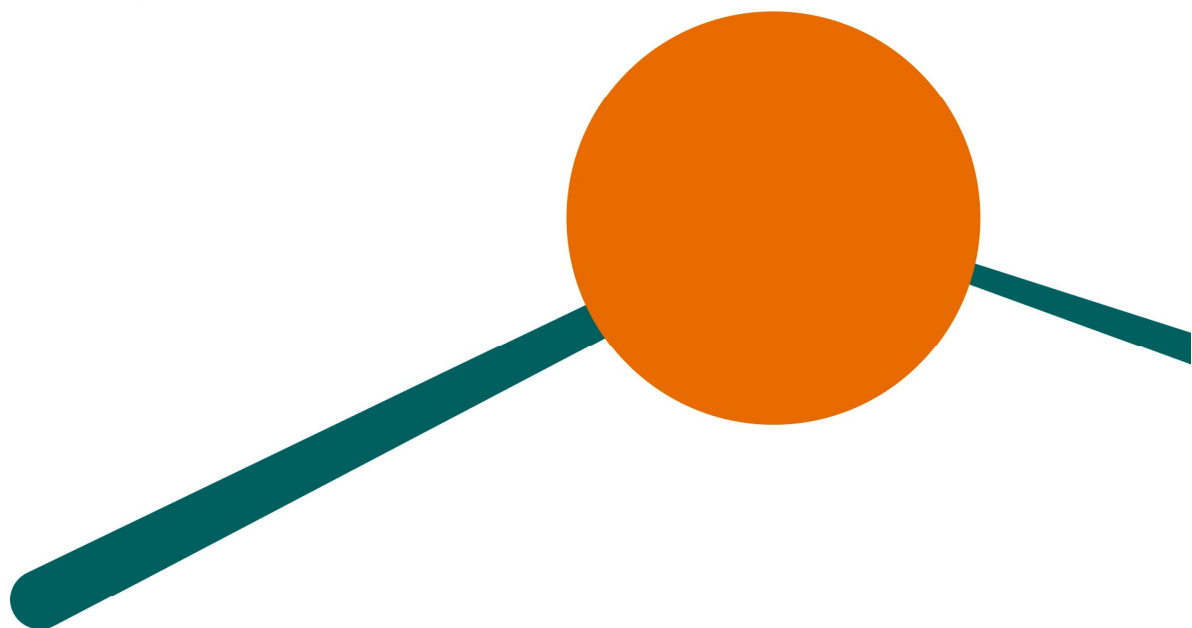


RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovação - MCTI

Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

Rio de Janeiro, 2014



Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Clélio Campolina Diniz – A partir de 14 de março de 2014

Marco Antonio Raupp – Até 14 de março de 2014

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

João Alberto De Negri – A partir de 21 de março de 2014

Luiz Antonio Rodrigues Elias – Até 21 de março de 2014

DIRETORIA EXECUTIVA

Glauco Antonio Truzzi Arbix

PRESIDENTE

Cláudio Guimarães Júnior

DIRETOR

Fernando de Nielander Ribeiro

DIRETOR

João Alberto De Negri – Até 24 de março de 2014

Rodrigo Rodrigues Fonseca – A partir de 09 de abril de 2014

DIRETOR

Maria Saete Cavalcanti

DIRETORA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Clélio Campolina Diniz – A partir de 21 de março de 2014

Marco Antonio Raupp – Até 21 de março de 2014

PRESIDENTE

Glauco Antonio Truzzi Arbix

CONSELHEIRO NATO

Alexandre Kiyoshi Ramos Tanaka

CONSELHEIRO

André Minella

CONSELHEIRO

Paulo Bernardo Silva

CONSELHEIRO

Pedro de Carvalho Pontual

CONSELHEIRO

CONSELHO FISCAL

Roberto do Nascimento Rodrigues – A partir de 14 de maio de 2014

Marco Antonio de Oliveira – Até 27 de fevereiro de 2014

PRESIDENTE

Lincoln Wolf de Almeida Neves – A partir de 22 de janeiro de 2014

Luiz Antonio de Mello Rebello – Até 21 de janeiro de 2014

CONSELHEIRO TITULAR

Viviane Aparecida da Silva Varga – A partir de 17 de abril de 2014

Eride Machado Bueno Bomtempo – Até 15 de abril de 2014

CONSELHEIRA TITULAR

Daniel Gama e Colombo – A partir de 22 de janeiro de 2014

José Luis Pinho Leite Gordon – Até 21 de janeiro de 2014

CONSELHEIRO SUPLENTE

Leticia Beccalli Klug – A partir de 14 de março de 2014

Gerson Galvão – Até 21 de janeiro de 2014

CONSELHEIRO SUPLENTE

Soraya Freitas Caixeta

CONSELHEIRA SUPLENTE

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI

Financiadora de Estudos e Projetos – Finep

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, da DN TCU nº 132/2013 de 02 de outubro de 2013, bem como a Portaria TCU nº 175 de 9 de julho de 2013.

Unidades Consolidadas no Relatório:

- ✓ Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
- ✓ Programa de Ações Especiais do MCT/Finep

Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) / Área de Planejamento (APLA)

Rio de Janeiro/RJ
Maio de 2014

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE SIGLAS	10
INTRODUÇÃO.....	15
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA FINEP.....	19
1.1. IDENTIFICAÇÃO.....	19
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	20
1.3. FORMAS DE OPERAÇÃO.....	23
1.4. INICIATIVAS DA GESTÃO	24
1.4.1. CRIAÇÃO DA DIRETORIA DE GESTÃO.....	28
1.4.2. REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA ÁREA FINANCEIRA	28
1.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO FINEP 30 DIAS.....	28
1.4.4. REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE CRÉDITO.....	31
1.4.5. CRIAÇÃO DA ÁREA DE FOMENTO E NOVOS NEGÓCIOS (ANN)	33
1.4.6. APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO DIRETO EM EMPRESAS INOVADORAS.....	34
1.4.7. CAPTAÇÃO DE RECURSOS	35
1.4.8. IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA INOVA EMPRESA	36
1.4.8.1. PROGRAMAS COM INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS.....	37
1.4.8.1.1. PLANO CONJUNTO BNDES-FINEP DE APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA INDUSTRIAL DOS SETORES SUCROENERGÉTICO E SUCROQUÍMICO – PAISS	37
1.4.8.1.2. PROGRAMA INOVA PETRO	38
1.4.8.1.3. PROGRAMA INOVA ENERGIA	38
1.4.8.1.4. PROGRAMA INOVA SAÚDE.....	39
1.4.8.1.5. PROGRAMA INOVA AGRO.....	40
1.4.8.1.6. PROGRAMA INOVA AERODEFESA	41
1.4.8.1.7. PROGRAMA INOVA SUSTENTABILIDADE.....	42
1.4.8.1.8. PROGRAMA INOVA TELECOM.....	42
1.4.8.2. PROGRAMAS DE DESCENTRALIZAÇÃO DA SUBVENÇÃO E DO CRÉDITO PARA PEQUENAS EMPRESAS.....	43
1.4.8.2.1. PROGRAMA TECNOVA.....	43
1.4.8.2.2. PROGRAMA INOVACRED	44
1.4.8.3. SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMÁTICA PARA EMPRESAS	44
1.4.8.3.1. CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL E SANEAMENTO AMBIENTAL	44
1.4.8.3.2. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	45
1.4.8.3.3. NANOTECNOLOGIA	45
1.4.8.3.4. BIOTECNOLOGIA.....	46
1.4.8.4. INFRAESTRUTURA PARA INOVAÇÃO	46
1.4.8.4.1. PARQUES TECNOLÓGICOS.....	46
1.4.8.4.2. AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INTEGRAÇÃO E TESTES – LIT DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE	47
1.4.8.4.3. PROJETO BÁSICO DO REATOR MULTIPROPÓSITO BRASILEIRO	47
1.4.8.4.4. APOIO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL – EMBRAPII	48
1.5. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	49
1.6. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	55
1.7. MACROPROCESSOS DE APOIO.....	57
1.8. PARCERIAS.....	57
1.8.1. PARCERIA COM O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	58
1.8.2. PARCERIA COM MINISTÉRIO DA SAÚDE	59
1.8.3. PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	59
1.8.4. PARCERIA COM MINISTÉRIO DO TURISMO	60
1.8.5. PARCERIA COM AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA	60

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

1.8.6.	PARCERIA COM FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO.....	61
1.8.7.	OUTRAS PARCERIAS.....	63
1.8.7.1.	PARCERIA COM MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA.....	63
1.8.7.2.	PARCERIA COM EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA.....	63
2.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	64
2.1.	PLANEJAMENTO DAS AÇÕES.....	64
2.2.	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	69
2.3.	PLANO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG.....	69
2.3.1.1.	ORIGENS DE RECURSOS	70
2.3.1.2.	APLICAÇÕES DE RECURSOS.....	72
2.3.1.3.	APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	74
2.4.	ANÁLISE DO DESEMPENHO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	75
2.4.1.	EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	77
2.4.2.	EVOLUÇÃO DAS LIBERAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	79
2.5.	PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	80
2.6.	INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	82
2.6.1.	INDICADORES.....	82
3.	ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	88
3.1.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	88
3.2.	AValiação DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	89
3.3.	REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES.....	92
3.3.1.	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL.....	92
3.3.2.	DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS.....	93
3.3.3.	DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS	93
3.3.4.	DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES.....	95
3.4.	SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	95
3.4.1.	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU ..	96
4.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	97
4.1.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	97
4.1.1.	RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES EM 2013	97
4.1.2.	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	98
4.1.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS	99
4.1.4.	TREINAMENTO EM GESTÃO FINANCEIRA DE CONVÊNIOS	103
4.1.5.	VISITAS DE FISCALIZAÇÃO IN LOCO	104
5.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	105
5.1.	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	105
5.1.1.	DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA FINEP.....	105
5.1.1.1.	LOTAÇÃO	106
5.1.1.2.	SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO NA FINEP	107
5.1.2.	QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	108
5.1.2.1.	ESTRUTURA DE CARGOS E FUNÇÕES.....	108
5.1.2.2.	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO À IDADE.....	109
5.1.2.3.	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	109
5.1.3.	CUSTOS DE PESSOAL DA FINEP	110
5.1.4.	CADASTRAMENTO NO SISAC	110
5.1.4.1.	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC.....	110
5.1.4.2.	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU	111
5.1.4.3.	REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC.....	111
5.1.5.	ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	111

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

5.1.6.	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS	112
5.1.7.	CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS.....	112
5.1.8.	PLANO DE APOIO À APOSENTADORIA.....	113
5.1.9.	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	114
5.1.9.1.	ROTATIVIDADE	114
5.1.9.2.	ABSENTEÍSMO	114
5.1.9.3.	EDUCAÇÃO CONTINUADA.....	115
5.1.9.3.1.	CAPACITAÇÃO À DISTÂNCIA.....	115
5.1.9.3.2.	DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	115
5.2.	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	118
5.2.1.	INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DA FINEP.....	118
5.2.1.1.	INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA FINEP.....	119
5.2.1.2.	INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DA EMPRESA.....	120
5.2.2.	ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.1.1 E 5.2.1.2	121
5.2.3.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	121
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	122
6.1.	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	122
6.1.1.	FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO	122
6.1.2.	FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO	123
6.1.3.	FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DE BRASÍLIA	123
6.2.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	124
6.2.1.	DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS	124
6.2.2.	DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	125
7.	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	127
8.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	128
8.1.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	128
8.2.	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	128
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	129
9.1.	TRATAMENTOS DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU).....	129
9.1.1.	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	129
9.1.2.	DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	129
9.2.	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	129
9.2.1.	RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	130
9.2.2.	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	130
9.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	130
9.4.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	132
9.4.1.	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	133
9.4.2.	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	133
9.5.	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	134
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	136
10.1.	CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO.....	136
10.1.1.	SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE	136
10.1.2.	OUVIDORIA	136
10.1.2.1.	SIC FINEP.....	137
10.2.	MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS OU CLIENTES	138
10.3.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISAS DE OPINIÃO	138
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	140
11.1.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	140

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

11.2.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI N° 6.404/76.....	140
11.3.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	140
11.4.	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA FINEP	140
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	141
12.1.	CARACTERIZAÇÃO DE MODELOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA FINEP EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.....	141
12.1.1.	O PROJETO NOVO MODELO DE GESTÃO.....	143
12.1.2.	O PROJETO FINEP 30 DIAS CONVÊNIO	145
12.2.	PROJETO MODERNIZE	145
12.2.1.	FASES DO PROJETO	146
12.3.	SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA A GESTÃO E CONTROLE DE PROJETOS	149
12.4.	PRÊMIO FINEP DE INOVAÇÃO	151
13.	CONTEÚDO ESPECÍFICO.....	154
13.1.	AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	154
13.2.	AÇÕES DE PATROCÍNIO	155
13.3.	PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	157
13.4.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELA FINEP	157
14.	PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCT/FINEP.....	161
15.	RESULTADOS E CONCLUSÕES	162
	LISTA DE ANEXOS	165

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Identificação da Finep – Relatório de Gestão Consolidado	19
QUADRO II – Modalidades de Financiamento	23
QUADRO III – Oferta – Nº de Convocações Realizadas em 2013	26
QUADRO IV – PTFs Encerradas em 2013	61
QUADRO V – PTFs Ativas em 2013	62
QUADRO VI – Eixos de Sustentação da ENCTI 2012-2015	65
QUADRO VII – Ações de Investimento da Finep Previstas na LOA 2013.....	69
QUADRO VIII – Dispêndios Executados em 2012 e 2013 e Projetados para 2013.....	73
QUADRO IX – Aplicações em Operações de Crédito em 2013.....	74
QUADRO X – Nº e Valor das Operações de Crédito Processadas em 2013	76
QUADRO XI – Evolução da Demanda por Financiamento	77
QUADRO XII – Valores Recuperados e Resultados da FINEP	81
QUADRO XIII – Indicador Comprometimento de Recursos com Contratação de Operações de Crédito	83
QUADRO XIV – Indicador Desembolso para Operações de Crédito	83
QUADRO XV – Indicador – Execução dos Recursos Financeiros do FNDCT Disponibilizados para Operações Não- Reembolsáveis	84
QUADRO XVI – Indicador – Treinamento de Pessoal	85
QUADRO XVII – Indicador – Eficiência Operacional das Operações de Crédito.....	85
QUADRO XVIII – Indicador – Encerramento de Projetos de Subvenção Econômica.....	86
QUADRO XIX – Indicador Encerramento de Prestações de Contas de Convênios e Termos de Cooperação do Grupo Passivo	86
QUADRO XX – Cronograma de Pagamento da RVA aos Dirigentes da Finep	93
QUADRO XXI – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração	94
QUADRO XXII – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Fiscal	94
QUADRO XXIII – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria Executiva.....	95
QUADRO XXIV – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria Executiva	95
QUADRO XXV – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Exercícios 2012 e 2013	98
QUADRO XXVI – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Exercícios 2012 e 2013.....	98
QUADRO XXVII – Atividades de Análise de Prestação de Contas (PC) Financeira – Convênios e Termos de Cooperação	100
QUADRO XXVIII – Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade Convênio.....	102
QUADRO XXIX – Visão Geral da Situação das Prestações de Contas	103
QUADRO XXX – Força de Trabalho da Finep – Situação Apurada em 31/12/2013.....	106
QUADRO XXXI – Situações que Reduzem a Força de Trabalho na Finep	107
QUADRO XXXII – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas – Situação em 31/12/2013	108
QUADRO XXXIII – Quantidade de Empregados da Finep por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/13	109
QUADRO XXXIV – Quantidade de Empregados por Nível de escolaridade – Situação Apurada em 31/12/13.....	109
QUADRO XXXV – Custos de Pessoal em 2013, 2012 e 2011	110
QUADRO XXXVI – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art.3º da IN TCU 55/2007)	110
QUADRO XXXVII – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	111
QUADRO XXXVIII – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC.....	111
QUADRO XXXIX – Convocações e Contratações em 2013 – Concurso 2011	112
QUADRO XL – Rotatividade dos Empregados.....	114
QUADRO XLI – Absenteísmo – 01/01/2013 a 21/12/2013	114
QUADRO XLII – Valor das Capacitações Realizadas em 2013 e 2013.....	116
QUADRO XLIII – Nº de Cursos e Carga Horária dos Treinamentos Pontuais e <i>In Company</i> por Foco:	117
QUADRO XLIV – Indicadores de Treinamento	118
QUADRO XLV – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Finep.....	118
QUADRO XLVI – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	119
QUADRO XLVII – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	120
QUADRO XLVIII – Composição de Quadro de Estagiários	121
QUADRO XLIX – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	128
QUADRO L – Recomendações do OCI	130
QUADRO LI – Demonstrativo do Cumprimento, por Empregados da Finep, da Obrigação de Entregar a DBR Autoridade.....	133
QUADRO LII – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	134

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO LIII – Manifestações por Tipo nos Anos de 2012 e 2013	136
QUADRO LIV – Atendimentos por Canal em 2012 e 2013.....	137
QUADRO LV – Status das manifestações nos anos de 2012 e 2013.....	138
QUADRO LVI – Indicador de Resolubilidade nos anos de 2012 e 2013	138
QUADRO LVII – Cronograma Geral do Projeto MODERNIZE Atualizado.....	148
QUADRO LVIII – Valores referentes às Premiações Regionais.....	152
QUADRO LIX – Valores referentes às Premiações Nacionais	152
QUADRO LX – Distribuição Regional das Inscrições – Prêmio	153
QUADRO LXI – Valores Executados com Publicidade Institucional	154
QUADRO LXII – Especificações dos Contratos de Publicidade.....	154
QUADRO LXIII – Eventos Patrocinados em 2013	156
QUADRO LXIV – Evolução dos Saldos Devedores de Empréstimo Externo	157
QUADRO LXV – Demonstrativo Anual 2013	159

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Perfil de Risco da Carteira de Crédito	31
GRÁFICO II – Carteira de Operações que Compõe o Ativo de Créditos Concedidos em 31/12/2013	32
GRÁFICO III – Garantias das Operações Contratadas em 2013	33
GRÁFICO IV – Captação em 2013	70
GRÁFICO V – Composição das Rendas de Operações de Crédito	71
GRÁFICO VI – Receita Líquida de Juros	71
GRÁFICO VII – Receitas em 2013	72
GRÁFICO VIII – Evolução das Contratações 2009 a 2013.....	78
GRÁFICO IX – Valor das Contratações por Região	78
GRÁFICO X – Evolução das Liberações nas Operações de Crédito 2009 – 2013.....	79
GRÁFICO XI – Liberações Efetuadas em 2013 por Fonte.....	79
GRÁFICO XII – Liberações Efetuadas em 2013 por Região	80
GRÁFICO XIII – Liberações Efetuadas em 2013 por Setor.....	80
GRÁFICO XIV – Evolução do Realizável e do índice de Inadimplência	81
GRÁFICO XV – Prestação de Contas de Convênios e Termos de Cooperação Aprovadas em 2013	101
GRÁFICO XVI – Número de Convênios e Termos de Cooperação Encerrados no SIAFI – 2008-2013.....	101
GRÁFICO XVII – Seminários de Capacitação – 2012-2013	104
GRÁFICO XVIII – Distribuição das Inscrições por Área de Conhecimento de Nível Superior e Nível Médio	113
GRÁFICO XIX – Distribuição por Carga Horária Pontuais e <i>in Company</i>	117
GRÁFICO XX – Pedidos por Tipo de Resposta em 2013	138
GRÁFICO XXI – Avanço Físico do Projeto Soluções Integradas.....	150
GRÁFICO XXII – Prêmio FINEP - Evolução da Quantidade de Inscrições – 2000 a 2013	153

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I – Processo Geral para Apoio a Projetos.....	57
FIGURA II – Estrutura do Plano de Ação 2012-2014	66
FIGURA III – Transformação Evolutiva FINEP	141

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

LISTA DE SIGLAS

ACIT – Área de Apoio à Ciência, Inovação, Infraestrutura e Tecnologia
ACOM – Área de Comunicação
ACOT – Área de Controladoria
ACRD – Área de Crédito
ADES – Área de Desenvolvimento Organizacional
AEB – Agência Espacial Brasileira
AFC – Área Financeira e de Captação
AFI – Área de Financiamento
AGEP – Área de Gestão de Pessoas
AGERIO – Agência Estadual de Fomento
AINV – Área de Investimento
AJCT – Assessoria Jurídica da Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
AJFC – Assessoria Jurídica da Diretoria Financeira e Controladoria
AJIM – Assessoria Jurídica da Diretoria de Inovação
AJUR – Área Jurídica
ALM – Asset and Liability Management
ALOG – Área de Logística
AMOC – Área de Modelagem Corporativa
ANCINE – Agência Nacional de Cinema
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANN – Área de Fomento e Novos Negócios
ANP – Agência Nacional do Petróleo
APID – Área de Apoio a Projetos Inovadores e Descentralização
APLA – Área de Planejamento
ASCL – Assessoria de Apoio aos Colegiados
ATDS – Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social
ATEC – Área de Tecnologias Estratégicas
ATI – Área de Tecnologias da Informação
AUDI – Área de Auditoria Interna
BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina
BADESUL – Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
BACEN – Banco Central do Brasil
BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BASA – Banco da Amazônia S.A.
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID/FUMIN – Fundo Multilateral de Investimentos pertencente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPD – Benefício Proporcional Diferido
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
C&T – Ciência e Tecnologia
C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CE – Comissão de Ética
CEP – Comitê de Enquadramento e Priorização
CFC – Conselho Federal de Contabilidade 15
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGU – Controladoria-Geral da União
CINT – Coordenação de Cooperação Internacional
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

CP – Consulta Prévia
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPL – Comissão Permanente de licitação
CPLAN – Comitê de Planejamento
CPMG – Coordenação de Projeto Novo Modelo de Gestão
CPMZ – Coordenação do Projeto MODERNIZE
CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações
CPTCE – Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
CPTe – Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
DAAG – Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Garantias
DADS – Departamento das Indústrias Aeroespacial, Defesa e Segurança
DAES – Departamento de Ambiente e Saúde
DAGI – Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da informação
DAGN – Departamento de Agronegócios e Alimentos
DBR - Declarações de Bens e Rendas
DCAD – Departamento de Contratações e Compras Administrativas
DCEC – Departamento de Carreiras e Educação Corporativa
DCNT – Departamento de Contabilidade
DCOB – Departamento de Cobrança
DCOF – Departamento de Controle Financeiro e de Contratos Nacionais e Internacionais
DCRE – Departamento de Análise de Crédito
DCTI 1 – Departamento de Ciências Infraestrutura e Tecnologia 1 – Ciências Exatas e da Terra
DCTI 2 – Departamento de Ciências, Infraestrutura e Tecnologia 2– Ciências Humanas, Sociais e da Vida
DCTI 3 – Departamento de Ciências, Infraestrutura e Tecnologia 3 – Engenharias
DEAP – Departamento de Administração de Pessoas
DECS – Departamento de Complexo da Saúde
DENE – Departamento de Energia e Tecnologias Limpas
DEPO – Departamento de Gestão e Inovação de Processos Organizacionais
DESE – Departamento de Engenharia e Serviços
DESENBÁHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia
DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DFAR – Departamento de Fármacos e Biotecnologia
DFIP – Departamento de Fomento aos Institutos de Pesquisa
DGEC – Departamento de Gestão e Custos
DGES – Diretoria de Gestão Corporativa
DGIS – Departamento de Gestão e Inovação de Sistemas
DGOC – Departamento de Gestão de Operações de Crédito
DICARB – Discriminação das Aplicações de Recursos dos Bancos
DICORB – Discriminação das Origens de Recursos dos Bancos
DINE – Departamento de Inovação em Educação
DINF – Departamento de Investimentos em Fundos
DINP – Departamento de Investimento em Participações
DMET – Departamento de Metal-Mecânica, Equipamentos e Transportes
DMOP – Departamento de Modelagem e Processos
DN – Decisão Normativa
DODR – Departamento de Operações Descentralizadas Reembolsáveis
DODS – Departamento de Operações de Subvenção
DODWS – Departamento de Operações de Subvenção
DORC – Departamento de Orçamento
DPC1– Departamento de Prestação de Contas de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação
DPC2 – Departamento de Prestação de Contas de Subvenção e Contratos
DPFO – Departamento de Planejamento Financeiro e Orçamentário
DPGN – Departamento de Petróleo, Gás e Indústria Naval
DPIN – Departamento de Processos Industriais
DPPE – Departamento de Programas e Projetos Especiais
DPRO – Departamento de Promoção
DQUAL – Departamento de Tecnologia para Promoção da Qualidade
DRCT – Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DREC – Departamento de Recuperação de Crédito

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

DRFC – Diretoria Financeira e controladoria
DRGP – Departamento de Gestão de Resultados e Projetos
DRIN – Diretoria de Inovação
DSAD – Departamento de Serviços Administrativos
DSIN – Departamento de Suporte e Serviços de Tecnologia da Informação
DTES 1 – Departamento de Tesouraria da Finep
DTES 2 – Departamento de Tesouraria do FNDCT e outros
DTIS – Departamento de Tecnologia da Informação e Serviços
DURB – Departamento de Tecnologia para o Desenvolvimento Urbano
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
EMBRAPII – Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ENCTI – Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
ERP – Enterprise Resource Planning
ESB – Escritório de Brasília
e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
EVTE – Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEFCx – Fechamento do Fluxo de Caixa
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FIP – Fundo de Investimento em Participações
FIPECAFI – Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FIPECq – Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNS – Fundo Nacional de Saúde
FSA – Fundo Setorial do Audiovisual
FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações
GAPR – Gabinete da Presidência
GEMEC – Gerência do Mercado de Capitais
GesRio – Fórum de Lideranças Executivas de Órgãos Federais no Rio de Janeiro
GTNS – Grupo de Trabalho dos Novos Sistemas
HPPC – Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICT – Instituição de Ciência e Tecnologia
ICTs – Instituições de Ciência e Tecnologia
IF – Instituição Financeira
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INOVACRED – Programa de Descentralização de Crédito da FINEP
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
INT – Instituto Nacional de Tecnologia
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas
IT – Instrução de Trabalho
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIT – Laboratório de Integração e Testes
LOA – Lei Orçamentária Anual
MA – Ministério do Meio Ambiente
MiniCom – Ministério das Comunicações
MCTI – Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
MD – Ministério das Comunicações
MinC – Ministério da Cultura
MIT - Massachusetts Institute of Technology
MODERNIZE – Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas de Informação da Finep
MEEPPs – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPT – Ministério Público do Trabalho

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTur – Ministério do Turismo
MURP – Melhor Uso do Recurso Público
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
NMGP – Projeto Novo Modelo de Gestão de Pessoas
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCI – Órgão de Controle Interno
ONGs – Organizações Não Governamentais
OS – Organização Social
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OUVI – Ouvidoria
PAA – Programa de Aposentadoria Assistida
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PADCT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
PAINT – Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PAISS – Plano Conjunto BNDES-FINEP de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico
PAV – Plano Anual de Visitas
PBM – Plano Brasil Maior
PCE – Plano de Cargos Efetivos
PDA – Programa de Desligamento Assistido
PDG – Programa de Dispêndios Globais
PEI – Plano Estratégico de Inovação
PFI – Prêmio Finep de Inovação
PGE – Plano de Gestão Estratégica
PINTEC – Pesquisa de Inovação Tecnológica
PLOA – Proposta de Lei Orçamentária
PLR – Participação nos Lucros ou Resultados
PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais
PPA – Plano Plurianual
PPC – Plano de Previdência Complementar
PPP – Plano de Providências Permanente
PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRONEX – Programa Apoio a Núcleos de Excelência
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PSC – Plano de Suporte Conjunto
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
PTF – Proposta de Transferência Financeira
PUR – Prazo de Utilização de Recursos
RMB – Reator Multipropósito Brasileiro
RVA – Remuneração Variável Anual
SAC – Sistema de Atendimento ao Cidadão
SCR – Sistema de Classificação de Risco
SCTIES – Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos
SDAv – Secretaria de Desenvolvimento Audiovisual
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
SENAI – Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia do SENAI da Bahia
SF – Solicitação de Financiamento
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SIES – Sistemas Estaduais de Informação de Economia Solidária
SIGP – Projeto de Soluções Integradas
SISAC – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão
SNCT&I – Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

SRSP – Superintendência Regional de São Paulo

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUS – Sistema Único de Saúde

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

TCE – Tomada de contas especiais

TCU – Tribunal de Contas da União

TECNOVA – Programa de Apoio à Inovação Tecnológica em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

TI – Tecnologia da Informação

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

TMI – Torre Móvel de Integração

TR – Termo de Referência

UAT – Ultra-alta tensão

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

USP – Universidade do Estado de São Paulo

VLS – Veículo Lançador de Satélites

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão tem o objetivo de apresentar, de forma consolidada, os resultados da gestão da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Programa de Ações Especiais/MCT no exercício de 2013, a fim de fornecer uma visão ampla da gestão da empresa aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O Relatório foi elaborado de acordo com os conteúdos especificados no Quadro A1 – Anexo II da Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 132/2013 de 02 de outubro de 2013 – Natureza Jurídica Empresa Pública, sendo assim obrigatória a apresentação dos seguintes itens:

- 1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)
- 1.2 – Finalidade e Competências Institucionais da Unidade;
- 1.3 – Organograma Funcional
- 1.4 – Macroprocesso Finalístico
- 1.5 – Macroprocesso de Apoio
- 1.6 – Principais Parceiros
- 2.1 – Planejamento da Unidade
- 2.2 – Programação Orçamentária e Financeira dos Resultados Alcançados
- 2.3 – Informações sobre Outros Resultados da Gestão
- 3.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos
- 3.4 – Sistema de Correição
- 3.5 – Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU
- 3.6 – Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos
- 4.1 – Execução das Despesas
- 4.4 – Transferências de Recursos
- 4.6 – Renúncias sob a Gestão da UJ
- 5.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade
- 5.2 – Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários
- 6.1 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros
- 6.2 – Gestão do Patrimônio Imobiliário
- 6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis locados de Terceiros
- 7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação
- 8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- 8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
- 9.1 – Tratamento de deliberações Exaradas em Acórdão do TCU
- 9.2 – Tratamento de Recomendações do OCI
- 9.3 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 9.4 – Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93
- 9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário
- 10.1 – Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão
- 10.2 – Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários
- 10.3 – Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos
- 11.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

11.3 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

11.4 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

11.5 – Composição Acionária das Empresas Estatais

11.6 – Relatório de Auditoria Independente

12.1 – Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Além desses itens, foi obrigatória a apresentação dos conteúdos dos itens 3, 28 e 33 referente a Parte B do anexo II da Decisão Normativa (DN) nº 132/2013: Demonstrativo analítico das despesas com publicidade e patrocínios; avaliação sobre o andamento de projetos e programas financiados com recursos externos; e informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas.

Alguns subitens obrigatórios não foram apresentados por não serem aplicados à natureza jurídica da FINEP e são devidamente justificados. Por outro lado, outros não obrigatórios constam do relatório por serem considerados relevantes, como as informações sobre ações desenvolvidas no decorrer do exercício e aquelas referentes às despesas da FINEP.

Os conteúdos do relatório serão apresentados em 14 itens conforme a seguir:

No Item 1 é apresentada a identificação da unidade, de forma consolidada, contendo informações técnicas e cadastrais, como: órgão de vinculação; denominação da unidade, código da Finep na Lei Orçamentária Anual (LOA); natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato e endereço postal; normas relacionadas à criação, gestão e estrutura da empresa; manuais e publicações relacionadas às atividades da Finep; códigos e nomes das Unidades Gestoras e gestões no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Neste item são apresentadas também as informações sobre as finalidades e competências institucionais da Finep, formas de operação, principais iniciativas da gestão no exercício, com destaque ao Programa Inova Empresa. Neste item também é apresentado o organograma funcional, as atribuições das áreas componentes da estrutura vigente em 31/12/13, os principais macroprocessos finalísticos e de apoio, e as principais parcerias vigentes no exercício.

No Item 2, que trata do planejamento estratégico, plano de metas e ações da Unidade, é apresentada uma descrição dos documentos que norteiam o planejamento das ações da Finep, bem como o plano de ação 2012-2014 e as atividades que constaram para 2013. Neste item também são apresentadas as seguintes informações: i) programação orçamentária e financeira, ii) Plano de Dispêndios Globais (PDG) necessários à execução das atividades da empresa, iii) análise do desempenho das operações de crédito, incluindo uma avaliação sobre a demanda, evolução das contratações e evolução sobre as liberações e iv) prevenção e tratamento da inadimplência das operações de crédito. Essas informações foram apresentadas em substituição as previstas no item 2.2 da Portaria, tendo em vista que a Finep não é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

O Item 3 apresenta a estrutura de governança e de autocontrole da gestão incluindo a avaliação do funcionamento dos controles internos, a remuneração paga a administradores, o sistema de correção e o cumprimento pela instância de correção da portaria nº 1.043/2007 da CGU. As informações referentes aos indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos foram abordadas de forma descritiva no texto do

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

item 3.2, uma vez que a Finep não estabeleceu no exercício, indicadores específicos para o acompanhamento dessas atividades.

No Item 4 são apresentadas informações sobre as transferências de recursos realizadas pela empresa, enquanto parceira ou agente financeiro de outros Ministérios ou Órgãos de Governo. No âmbito dessas parcerias a Finep financia projetos na modalidade não reembolsável, selecionados através de chamadas públicas ou encomendas.

No Item 5 são apresentadas informações sobre recursos humanos: estrutura de pessoal incluindo qualificação, custo, cadastramento no SISAC, concurso público, indicadores de gerenciais de recursos humanos, terceirização de mão de obra e contratação de estagiários.

O Item 6 refere-se à gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, apresentando informações sobre a frota de veículos contratados de terceiros pela Finep e sobre o patrimônio imobiliário da Finep e locado de terceiros.

O Item 7 trata da gestão da tecnologia da informação, enquanto o Item 8 aborda a questão da gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental.

O Item 9 trata da conformidade e tratamento de disposições legais e normativas: tratamento de deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU); tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno (OCI); informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna e informações sobre a entrega das declarações de bens e rendas, conforme estabelecido na lei nº 8.730/93; e medidas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário.

No Item 10 são apresentadas as informações sobre o relacionamento com a sociedade: canais de acesso ao cidadão, tais como, serviço de atendimento ao cliente, ouvidoria, e Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC).

No Item 11, em substituição à demonstração contábil das Unidades Gestoras Programa de Ações Especiais MCT/Finep e FUNTTEL – Operações não reembolsáveis, são apresentadas as declarações do contador responsável, atestando a adequação destes demonstrativos. Além disso, são apresentadas as demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 referentes às Unidades Gestoras Finep e Contratos e Convênios, composição acionária do capital social da Finep e parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis da Finep.

No Item 12, que abre espaço para a apresentação de outras informações sobre a gestão, foram abordados os seguintes itens: caracterização dos modelos para a transformação da Finep em instituição financeira (projeto Novo Modelo de Gestão e projeto Finep 30 Dias), projeto de modernização de processos e de sistemas de informação da Finep (MODERNIZE), Projeto Soluções Integradas para Gestão de Projetos e Controle de Projetos e o Prêmio Finep de Inovação.

O Item 13 aborda conteúdos específicos da Unidade. Nele são apresentadas as informações sobre as ações e despesas com publicidade e patrocínio, projetos e programas financiados com recursos externos e previdência complementar patrocinada pela Finep.

O Item 14 resume o Programa de Ações Especiais/MCT-Finep e no Item 15 constam os principais resultados e conclusões da gestão consolidada da Finep em 2013.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Os itens listados abaixo, embora previstos na Portaria para apresentação pela Finep (empresa Pública de Direito Privado), não constam neste Relatório em função de não serem aplicáveis à Finep ou por não terem ocorrido em 2013.

- Programação Orçamentaria e Financeira – Não se aplica à natureza jurídica da Finep. Como empresa não dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social a Finep, não é responsável por programas de governo temáticos, nem por iniciativas e ações vinculadas a estes programas, portanto, não recebe nem executa créditos orçamentários. A Finep integra apenas o orçamento de investimentos das empresas estatais. As informações foram apresentadas no item 2.3 do relatório (PDG)
- Execução das Despesas – Este item não se aplica à natureza jurídica da Finep, pois a Finep é uma empresa pública de direito privado, não dependente e não integrante do orçamento fiscal e da seguridade social, portanto, não recebe nem executa créditos orçamentários. A FINEP integra apenas o orçamento de investimentos das empresas estatais. As informações foram apresentadas no item 2.3 do relatório (PDG).
- Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ – Não ocorreu no período. Não existem Programas de Renúncia Fiscal aplicados à FINEP.
- Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas – Não se aplica à natureza jurídica da Finep, pois sendo uma empresa pública federal a Finep é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não operando, portanto, sob o regime geral da Lei 8.112/90.
- Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio Físico (cadastro SISAC) – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas – Não se aplica à natureza jurídica da Finep, pois sendo uma empresa pública federal a Finep é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não operando, portanto, sob o regime geral da Lei 8.112/90.
- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis e de Uso Especial – Não ocorreu no período. Não há na Finep bens classificados como “Bens de uso Especial” de propriedade da União, locados de terceiros ou de responsabilidade da Finep.
- Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ – Não ocorreu no período. A Finep não possui bens de propriedade da União sob sua responsabilidade.
- Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício – Ao final do exercício de 2013 não havia Acórdãos com determinações ou recomendações pendentes de atendimento, relacionados à empresa Finep.
- Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 – Estas demonstrações foram substituídas pela declaração do contador responsável, que atesta a conformidade das mesmas.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA FINEP

1.1. IDENTIFICAÇÃO

QUADRO I – Identificação da Finep – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI			Código SIORG: 001988
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Finep - Financiadora de Estudos e Projetos		Denominação abreviada: Finep	
Código SIORG: 000001	Código LOA: 24202	Código SIAFI: 20502	Situação: Ativa
Natureza Jurídica: Empresa Pública do Poder Executivo Federal – (Sociedade por quotas de responsabilidade Ltda)			
Principal Atividade: Outras atividades de intermediação financeira		CNPJ: 33.749.086/0002-90	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3033 7543	(61) 3033 7408	Código CNAE: 64.99-9
Endereço eletrônico: seac@Finep.gov.br		Página da Internet: www.finep.gov.br	
Endereço Postal: SCN – Quadra 2 - Bloco D - Torre A - SL 1102 - CEP 70712-903 - Brasília – DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
Programa de Ações Especiais do MCT/Finep		Ativa	001988
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei Nº 61.056, de 24 de julho de 1967; Lei 8.172, de 18 de janeiro de 1991.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto Decreto 1.808, de 7 de fevereiro de 1996, alterado pelos Decretos nº 2.209, de 18 de abril de 1997 e Decreto nº 2.471, de 26 de janeiro de 1998, Decreto nº 7.322, de 30 de setembro de 2010 e Decreto nº 7.954 de 12 de março de 2013. Lei 11.540 de 12 de novembro de 2007; Decreto 6.938, de 13 de agosto de 2009. O Estatuto da Finep foi publicado no DOU em 08/12/1996 e encontra-se publicado no site www.finep.gov.br ;			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
365001	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – Finep/RJ		
365002	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – Finep/BSB		
365004	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – Finep/SP		
360001	Finep/CONTRATOS E CONVÊNIOS		
410049	FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES – FUNTTEL		
240131	PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS DO MCT/Finep		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
36801	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – Finep		
00001	TESOURO NACIONAL		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
365001 – 365002 – 365004 – 360001		36801	
410049 – 24013		00001	

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é uma empresa pública de direito privado vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) constituída pelo Decreto nº 61.056, de 24 de julho de 1967, que regulamentou a autorização disposta no art. 191 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no Decreto-lei nº 298, de 28 de fevereiro de 1967. A Finep foi criada com o objetivo de financiar a elaboração de estudos, projetos e programas de desenvolvimento econômico, estabelecidos nos planos de ação do Governo Federal, bem como apoiar o aperfeiçoamento da tecnologia nacional, na área de engenharia de projetos e assistência técnica.

Ainda em 1967, obteve autorização do Banco Central do Brasil (BACEN) para proceder à concessão de crédito, qualificando-a como instituição financeira pública federal, mediante expedição de Carta-Patente nº A-67/3247, em 18 de outubro de 1967, registrada na Gerência do Mercado de Capitais (GEMEC) do BACEN.

Posteriormente, com o Decreto nº 68.748, de 15 de Junho de 1971, a Finep assumiu a Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), responsável pelo financiamento da expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCT&I). A visão integrada desse Sistema é reconhecida pelo Governo Federal no Decreto nº 75.225, de 15 de janeiro de 1975, quando pela primeira vez é instituído um plano nacional para área de Ciência e Tecnologia (C&T), e definido que os Ministérios com atuação significativa nesta área disporão de Órgãos Setoriais com a responsabilidade de gerir de forma integrada as entidades subordinadas que atuam no campo da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico.

Como agente de fomento, a missão da Finep é “Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas”. Para isso a Finep executa um papel singular, inclusive se comparada a outras experiências internacionais, na medida em que seu espectro de atuação compreende o apoio financeiro a todos os segmentos/atores que compõem o SNCT&I.

Considerando sua missão, a Finep se constitui como Agência Brasileira da Inovação, podendo captar recursos financeiros de diferentes fontes – recursos do orçamento fiscal e de terceiros públicos, nacionais e internacionais.

Para atingir a sua finalidade, “apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científicos e tecnológicos do País, tendo em vista as metas e prioridade setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal”, o estatuto da Finep autoriza (Decreto nº 1808, de 07 de fevereiro de 1996, no seu Art. 4º) a oferecer diversos instrumentos e mecanismos operacionais:

1. conceder a pessoas jurídicas brasileiras, de direito público ou privado, financiamento sob a forma de mútuo, de abertura de crédito, ou, ainda, de participação no capital social respectivo, observadas as disposições legais vigentes;
2. financiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País, promovidos por sociedades nacionais no exterior;
3. conceder aval ou fiança;

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

4. contratar serviços de consultoria;
5. celebrar convênios e contratos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas e internacionais;
6. realizar as operações financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)
7. captar recursos no país e no exterior;
8. conceder subvenções; realizar outras operações financeiras sob qualquer modalidade, atendida a legislação em vigor.
9. Conceder a pessoas jurídicas brasileiras, de direito público ou privado, e a pessoas físicas, premiação em dinheiro por concursos que vise ao reconhecimento e ao estímulo das atividades de inovação;
10. Realizar outras operações financeiras.

Até 5 de março de 1985 a Finep foi vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral, quando mediante Decreto nº 91.146, passou a ser vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Os recursos financeiros utilizados pela Finep para o apoio a estudos, projetos e programas são movimentados através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). No SIAFI, a Finep opera sete Unidades Gestoras (UGs):

- UG 240901: Unidade Gestora do FNDCT;
- UG 360001: Unidade Gestora Contratos e Convênios;
- UG 365001: Escritório da Empresa Finep, no Rio de Janeiro;
- UG 365002: Escritório da Empresa Finep, em São Paulo;
- UG 365004: Escritório da Empresa Finep, em Brasília;
- UG 410049: FUNTTEL – Operações não reembolsáveis;
- UG 240131: Programa de Ações Especiais do MCT/Finep

Através da UG 240901, a Finep, na função de Secretaria Executiva do FNDCT, executa os recursos do FNDCT previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA). As informações referentes às movimentações ocorridas no exercício 2013 nesta UG não serão abordadas nesse relatório, tendo em vista que as mesmas foram apresentadas detalhadamente no Relatório de Gestão do FNDCT de 2013.

Até 2008, a UG Contratos e Convênios - 360001 era utilizada pela Finep para administrar e repassar recursos de outros órgãos governamentais para financiamento não-reembolsável de projetos. As atividades executadas em 2013 referentes a estes recursos encontram-se detalhadas no Item 1.6 do relatório. O Anexo XXV apresenta a relação dos principais convênios firmados com estes órgãos até 2013 e que, ainda, encontravam-se vigentes em 2013.

Atualmente, a transferência de recursos de terceiros à Finep para financiamento não-reembolsável é realizada na Unidade Gestora 240901 – FNDCT. As informações referentes a essas transferências em 2013 encontram-se detalhadas no Relatório de Gestão do FNDCT.

Nas UGs que se referem aos três escritórios da Finep são movimentados os recursos da própria empresa e aqueles captados de terceiros para serem utilizados em operações de financiamento reembolsável, como os do FNDCT (Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob supervisão do FNDCT), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

das Telecomunicações (FUNTTEL). Nessas operações a Finep arca com o risco de crédito e é remunerada com o diferencial entre os encargos pagos (custo de captação) e os encargos cobrados das instituições financiadas.

Na UG 410049, a Finep movimenta, como Agente Financeiro, os recursos do FUNTTEL para concessão de recursos na modalidade não-reembolsável, conforme detalhado no Item 1.6.1.

No tocante à UG 240131 - Programa de Ações Especiais do MCT/Finep, são movimentados os recursos referentes a programas antigos, tais como Programa Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) e recuperação de recursos do Ministério da Cultura (MinC). Essa UG deverá ser extinta, tão logo sejam finalizadas as prestações de contas dos convênios contratados com esses recursos, conforme citado no Item 14.

1.3. FORMAS DE OPERAÇÃO

O apoio da Finep abrange todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, infraestrutura, melhoria e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. A Finep apoia, ainda, a incubação de empresas de base tecnológica, a implantação de parques tecnológicos, a estruturação e consolidação dos processos de pesquisa e o desenvolvimento de mercados.

Para apoio às atividades de inovação e pesquisa a Finep utiliza três modalidades de financiamento: reembolsável, não-reembolsável e investimento com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Esse apoio é estruturado de acordo com as diretrizes, instrumentos, linhas de ação e programas estabelecidos pela Política Operacional 2013-2014 da Finep. O QUADRO II apresenta as modalidades de financiamento previstos no Estatuto da Finep e na Lei nº 11.540/2007 (Lei do FNDCT).

QUADRO II – Modalidades de Financiamento

Financiamento Reembolsável	Crédito para Inovação nas Empresas
Financiamento Não-Reembolsável	Financiamento a ICT's
	Subvenção Econômica para Empresas
	Equalização de Encargos Financeiros nas Operações de Crédito
Investimento	Investimento em Fundos
	Investimento Direto em Empresas

Fonte: Política Operacional 2013-2014

O Crédito para inovação nas empresas é oferecido de forma contínua ou através de chamadas públicas direcionadas a empresas, utilizando para isso recursos captados ou da própria empresa Finep.

No caso do Financiamento a ICTs, as demandas são apresentadas à Finep em resposta a cartas-convite, chamadas públicas ou encomendas autorizadas pelo MCTI através da estrutura de governança do FNDCT na forma de Termo de Referência (TR) ou ainda das parcerias com outros ministérios.

A Subvenção Econômica consiste na aplicação de recursos públicos não-reembolsáveis diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a tais atividades. Os recursos da subvenção são oferecidos através de chamadas públicas orientadas a áreas consideradas estratégicas nas políticas públicas federais. Já a Equalização de Encargos Financeiros é um instrumento destinado a compor um perfil diferenciado de encargos financeiros das operações de crédito, facilitando o apoio a projetos de maior risco financeiro e tecnológico.

A modalidade de Investimento realiza aportes de capital em empresas inovadoras de forma indireta, através de contribuições a Fundos de Investimento (Venture Capital) ou de forma direta, através do Fundo de Investimento em Participações (FIP), atualmente em processo de implantação.

Para cumprimento de sua missão institucional e aumento de sua capacidade de investimento a Finep firma parcerias com outras áreas do governo federal. Essa atuação conjunta com outros órgãos governamentais proporciona uma maior coordenação das ações de governo no fomento à

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

inovação e uma melhor integração de instrumentos de apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação disponíveis. A utilização de parcerias tem sido intensificada, em função da necessidade crescente de aumentar o volume da oferta de recursos e coordenar as ações de fomento em setores estratégicos para potencializar o impacto direto no desenvolvimento econômico do país.

O foco do presente relatório serão as ações de crédito. Além disso, serão abordadas as ações de financiamento a ICTs quando operados através das Unidades Gestoras Contratos e Convênios (UG 360001) e FUNTTEL (UG 410049). Como já mencionado a atuação da Finep como Secretaria Executiva do FNDCT na UG 240901 está registrada no Relatório de Gestão do FNDCT 2013.

1.4. INICIATIVAS DA GESTÃO

O ano de 2013 foi marcado por avanços significativos em todas as principais frentes estratégicas traçadas pela Finep para elevar a competitividade da economia brasileira por meio do fomento público à inovação, com impactos positivos sobre o desenvolvimento econômico e social do País. Nesse período, a Finep consolidou, sobretudo por meio do Plano Inova Empresa, a estratégia de concentrar esforços e priorizar áreas estratégicas para o estímulo às atividades de C,T&I. Além disso, a Finep tem papel central como formuladora e operadora do Plano que tem como uma de suas principais características a integração das modalidades de financiamento disponíveis: empréstimo, subvenção econômica, financiamento não-reembolsável a projetos cooperativos entre ICTs e empresas, investimento direto e por meio de fundos a empresas inovadoras.

Lançado em março de 2013, o Plano Inova Empresa, envolve recursos da ordem de R\$ 32,9 bilhões, promove a articulação entre diferentes instituições governamentais – ministérios, agências de fomento e agências reguladoras – e se constitui na principal iniciativa do país para a promoção da inovação e pesquisa em setores estratégicos. Além de disponibilizar formas de financiamentos diversificadas e integradas e de estimular a criação de parcerias entre empresas e ICTs, o Plano prevê a descentralização do crédito para micro, pequenas e médias empresas, com vistas a aumentar a capilaridade do apoio financeiro. Esse conjunto de fatores contribui para o aumento da acessibilidade, da agilidade e do impacto do fomento público à inovação.

Para construção do Inova Empresa contribuiu a reunião inédita de diversos fatores, como a disponibilidade de recursos financeiros, a convergência de política em torno do tema da inovação como propulsora do crescimento econômico e bem-estar social, a existência de um marco regulatório que, apesar de necessitar de revisão, permite a oferta de diferentes instrumentos de apoio a C,T&I, e a capacidade única da Finep de operar todos esses instrumentos de forma conjunta e atingir os principais atores da cadeia da inovação – ICTs e empresas de grande e pequeno porte.

Até o final de 2013, o Inova Empresa ofertou R\$ 18,12 bilhões em recursos para apoio à inovação, dos quais R\$ 11,2 bilhões foram disponibilizados pela Finep, a partir das seguintes chamadas públicas: PAISS (área sucroenergética e sucroquímica), INOVA Petro (petróleo e gás), INOVA Saúde (fármacos e equipamentos médicos), INOVA Aerodefesa, INOVA Energia, INOVA Agronegócio, INOVA Sustentabilidade, INOVA Telecom, Subvenção TI Maior (área de tecnologia da informação), Subvenção Construção Sustentável, Subvenção Tecnologia Assistiva, Subvenção Nanotecnologia, Subvenção Biotecnologia, TECNOVA (descentralização da subvenção), INOVACRED (descentralização de crédito a médias e pequenas empresas), Parques Tecnológicos, além de encomendas de apoio à infra-estrutura para inovação, tais como: EMBRAPPII, Reator

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Multipropósito Brasileiro e Laboratório de Integração e Testes (LIT). Já a demanda por financiamento decorrente do Plano Inova Empresa foi de R\$ 68,2 bilhões, envolvendo mais de 2,5 mil empresas e 200 instituições de pesquisa. No ano de 2013, também foi lançado o FIP INOVA Empresa, com uma dotação inicial de R\$200 milhões para investimento em empresas com elevado risco tecnológico.

Em paralelo à participação ativa na formulação, articulação e operacionalização do Plano Inova Empresa, a Finep manteve suas funções tradicionais de gestora de fundos e de agência de fomento com a finalidade de intensificar os investimentos em inovação e impulsionar a economia do País. Considerando o conjunto de suas atividades, em 2013, a Finep operou recursos da ordem R\$ 10 bilhões, aplicados em operações de crédito, subvenções econômicas, apoio não-reembolsável, investimento direto e em fundos.

Enquanto secretaria-executiva e agência de fomento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a Finep comprometeu de recursos não-reembolsáveis, R\$ 3,1 bilhões e executou financeiramente R\$ 1,9 bilhões, o que representa a execução integral dos limites orçamentários e financeiros disponibilizados. Em 2013, o esforço operacional da Finep relacionado ao FNDCT também incluiu o lançamento de 101 encomendas e 24 chamadas públicas, sendo 10 direcionadas à ICTs – financiamento não-reembolsável, quatro de subvenção econômica temática para empresas, duas de investimento em Fundos e oito com combinação de formas de financiamento.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO III – Oferta – Nº de Convocações Realizadas em 2013

Modalidades de Financiamento	OFERTA
	Nº de Convocações
Financiamento Não-reembolsável para ICTs	111
Encomendas ⁽¹⁾	101
Chamadas Públicas	10
Subvenção Econômica Temática para Empresas	4
Seleção Pública Produtos Obtidos por Processos Biotecnológicos	1
Seleção Pública Construção Sustentável e Saneamento Ambiental	1
Seleção Pública Nanotecnologia	1
Seleção Pública TI MAIOR	1
Investimento em Fundos	2
Chamada Pública INOVAR Fundos	1
Chamada Pública INOVAR Semente	1
Seleções com Combinação de Formas de Financiamento	8
Seleção Pública INOVA ENERGIA	1
Seleção Pública INOVA AERODEFESA	1
Seleção Pública INOVA SAÚDE -EQUIPAMENTOS MÉDICOS	1
Seleção Pública INOVA SAÚDE BIOFÁRMACOS, FARMOQUÍMICOS E MEDICAMENTOS	1
Seleção Pública INOVA AGRO	1
Seleção Pública INOVA EMPRESA PNI/Parques Tecnológicos	1
Seleção Pública INOVA SUSTENTABILIDADE	1
Seleção Pública INOVA TELECOM	1
TOTAL	125

Fonte: Finep – Área de Planejamento (APLA)

Nota:

(1) Estão incluídas sete transferências para o MCTI para apoio às Organizações Sociais (OSs) para apoio às atividades relacionadas às operações dos Fundos Setoriais e cinco transferências para o CNPq, sendo uma para o Programa Ciência sem Fronteiras, uma para apoio à eventos e três para implementação de ações no âmbito dos Fundos Setoriais;

Já os recursos disponíveis para operações reembolsáveis atingiram R\$ 4,1 bilhões, sendo R\$ 1,26 bilhão proveniente do orçamento fiscal (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel); R\$ 1,94 bilhão oriundo do Tesouro, através do BNDES para o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e R\$ 887 milhões resultantes de retornos líquidos de amortizações. Em relação à aplicação desses recursos, foram contratados R\$ 6,3 bilhões em operações reembolsáveis, com aumento significativo no número de novas empresas, que passaram a representar 30% da carteira de crédito da Finep.

O desempenho operacional de 2013 representa um novo recorde histórico, e reflete, em grande medida, as iniciativas implementadas pela Finep para o aumento de sua eficiência interna, em que se destaca o prosseguimento das atividades de padronização e aperfeiçoamento dos processos internos, metodologias e sistemas de informações, no âmbito de um projeto mais amplo de modernização e reestruturação da instituição, com vistas a recriar competências para que a Finep continue prestando um serviço singular à sociedade brasileira e melhor atenda às necessidades do atual estágio de desenvolvimento da economia nacional.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Como resultado desses esforços de racionalização das operações, foi introduzido um novo modelo de análise para projetos apresentados à Finep na modalidade reembolsável, denominado Finep 30 dias, que permite processar as solicitações de financiamento e responder ao cliente sobre a aprovação e condições de contratação da operação no prazo de 30 dias.

Ainda entre as medidas de reestruturação e modernização implementadas no sentido de adaptar a Finep às novas circunstâncias e desafios que emergem dos contextos interno e externo à organização, está a revisão do seu Estatuto, que promoveu modificações na estrutura organizacional, e alterações na finalidade e nas atividades desenvolvidas pela empresa. Em relação à estrutura organizacional, a principal mudança ocorrida no ano de 2013 foi a criação da Diretoria de Gestão, com o objetivo de fortalecer e incrementar a qualidade da gestão empresarial e de segregar as funções financeira e de gestão, de modo a permitir uma maior ênfase, especialização e foco em cada uma delas, tendo em vista às novas necessidades geradas pelo aumento dos recursos e da complexidade das operações realizadas pela Finep.

Outras iniciativas importantes com a finalidade de apoiar as transformações em curso na Finep foram a intensificação e ampliação da política de capacitação dos funcionários da empresa e a implantação do novo plano de cargos e salários. Ambas as medidas têm como fundamento o reconhecimento de que os recursos humanos são fonte de vantagem competitiva e representam o principal ativo da empresa no alcance de seus objetivos estratégicos, e por isso devem ser constantemente treinados e valorizados. O novo plano de carreira, baseado em competências e na valorização e reconhecimento de qualificações e titulação, representa um grande avanço e coloca a Finep entre as empresas públicas que melhor remunera no Brasil. Em relação à política de capacitação, no ano de 2013, 507 funcionários participaram de pelo menos um treinamento, com uma média de 12 horas por funcionário treinado.

Assim, o ano de 2013 caracterizou-se por um intenso processo de modernização, que perpassou todos os níveis da organização – do estratégico ao operacional – e contribuiu diretamente para os resultados atingidos no exercício. O desempenho operacional alcançado, tanto no que se refere à captação quanto à aplicação dos recursos, também refletiu a atuação propositiva e proativa da Finep na temática da inovação, ressaltando sua importância estratégica para a política de desenvolvimento do País. Dessa forma, como resultado de todos esses esforços, a Finep encerrou o ano em um novo patamar no rol das instituições da administração pública indireta e mais próxima de sua visão de futuro – transformar o Brasil por meio da inovação.

Contudo, a consecução desse objetivo de longo prazo pressupõe o incremento contínuo do volume de recursos operados pela Finep, em ações reembolsáveis e não-reembolsáveis, para fazer frente a crescente demanda por financiamento de C,T&I. Nesse sentido, é imprescindível o acesso a novas fontes de captação, como o Fundo Social, sobretudo dentro do contexto de esgotamento do FNDCT após a perda dos royalties do petróleo, o que requer a transformação da Finep em instituição financeira supervisionada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Assim, avançar na construção da Finep como Agência de Fomento constitui uma meta prioritária para o futuro próximo e seu alcance permitirá a criação de um novo padrão de financiamento de C,T&I.

A seguir serão apresentadas de forma mais detalhada as principais iniciativas de 2013:

1.4.1. CRIAÇÃO DA DIRETORIA DE GESTÃO

O crescimento considerável da empresa observado nos últimos anos e os novos desafios de crescimento e desenvolvimento organizacional implicaram em uma necessidade de conferir abordagem estratégica às atividades de gestão. Neste contexto, a Diretoria de Gestão Corporativa (DGES) foi criada em julho de 2013, com o objetivo de integrar e dar foco aos temas corporativos que dão suporte às atividades da empresa. Ela concentra Áreas que anteriormente estavam distribuídas entre a antiga Diretoria Financeira e de Administração e o Gabinete da Presidência. Fazem parte desta nova Diretoria as Áreas de Gestão de Pessoas, Modelagem Corporativa, Tecnologia da Informação e Logística. A modernização da gestão da empresa se dará através da utilização de melhores práticas de mercado, através do desenvolvimento dos seguintes projetos estratégicos: i) sistema de avaliação de desempenho com foco em resultados; ii) modernização de processos e sistemas (ERP) e iii) instalações físicas e condições de trabalho na empresa.

1.4.2. REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA ÁREA FINANCEIRA

Em setembro de 2013, por meio da RES/DIR/0483/13, a Diretoria Executiva da Finep promoveu a reestruturação organizacional da área financeira, visando acelerar o processo de reconhecimento da Finep como instituição financeira regulada pelo BACEN. Nesse sentido, houve a criação de uma Área de Controladoria (ACOT), de forma a separar as funções de execução e controle financeiro e orçamentário. Além disso, a Área Financeira e de Captação passou a contar com duas tesourarias: o Departamento de Tesouraria da Finep e o Departamento de Tesouraria do FNDCT. Com isso, busca-se segregar a administração de recursos próprios e de terceiros, mitigando possíveis conflitos de interesses e dotando à Finep da governança exigida pelo BACEN. Esta medida proporcionou importantes resultados ainda em 2013: (i) o registro e controle do fluxo de caixa diário da Finep; (ii) a projeção do fluxo de caixa diário da Finep pelo período de 180 dias, ou seja, em um prazo superior ao estabelecido pelo item II do Art. 5º da Resolução CMN nº 4090, de 24/05/2012, e (iii) o aperfeiçoamento da gestão dos recursos em caixa. No item 12.1.1 do relatório é apresentado o novo modelo de gestão da Finep.

1.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA METODOLOGIA DE ANÁLISE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO FINEP 30 DIAS

No contexto do desenvolvimento e implantação do Novo Modelo de Gestão da Finep foi instituída a nova metodologia de análise de operações de crédito, Finep 30 Dias, que está em vigor desde setembro de 2013. Essa metodologia foi desenvolvida pela Finep, em parceria com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), o Núcleo de Estatística Avançada da USP e a FIPECAFI e contou ainda com consultores do Massachusetts Institute of Technology (MIT-EUA), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e EuroStat.

Um dos principais objetivos da sua implantação está relacionado à obtenção de maior eficiência nas análises de mérito tecnológico e de crédito, a partir de informações padronizadas e comparáveis. Ademais, buscou-se reestruturar os processos relacionados à tomada de decisão de concessão de crédito na Finep e, ao mesmo tempo, evidenciar o que é responsabilidade da Finep e das empresas proponentes em cada uma das etapas do processo até a liberação do financiamento.

O Finep 30 dias representa uma importante evolução institucional que contribui significativamente para melhorar a alocação dos recursos, aumentar a transparência da tomada de

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

decisão dos agentes públicos e diminuir as incertezas enfrentadas pelas empresas no processo de concessão de crédito público. Nesse sentido, o novo modelo altera a relação da Finep com seus clientes, e com a sociedade de modo geral.

O modelo baseia-se em 86 indicadores que permitem avaliar o risco de crédito e a trajetória de inovação da empresa, bem como o mérito do projeto de inovação proposto, aumentando a qualidade e a eficiência das análises técnica e financeira realizada pela Finep. A nova metodologia também pressupõe a clara divisão de responsabilidades entre as áreas da Finep, e entre esta e seus clientes, o que facilita a identificação de gargalos e tratamento de pontos críticos.

- **Análise do Mérito Tecnológico**

Para obter maior eficiência na análise do mérito tecnológico, a metodologia do Finep 30 Dias introduz indicadores de natureza quantitativa, baseados na Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se fundamenta nas recomendações do Manual de Oslo no que se refere ao conceito de inovação tecnológica em produtos e processos.

A nova metodologia busca padronizar os procedimentos de análise para a concessão de recursos reembolsáveis, a partir de critérios claros, objetivos e comparáveis. Anteriormente, a análise era baseada em critérios mais subjetivos e informações qualitativas que dificultam a comparação entre empresas e setores. A metodologia introduz um rating de inovação para empresas e outro para projetos que permitem a comparação e o ranqueamento, bem como o registro em banco de dados de todos os indicadores utilizados.

Os ratings de inovação são resultado da ponderação de diferentes dimensões formadas por um conjunto de indicadores compostos. As dimensões são as seguintes: i) econômica; ii) setorial; iii) gastos em atividades de inovação; iv) recursos humanos alocados em atividades de inovação; e v) resultados das atividades de inovação. Cada dimensão representa um indicador composto calculado por meio de fatores associados, tais como: porte das empresas; magnitude dos projetos; esforços empreendidos para inovar; e resultados alcançados ou pretendidos com esses esforços.

- **Análise do Crédito**

Com a introdução da nova metodologia, foi realizada a atualização da metodologia do Sistema de Classificação de Risco (SCR) utilizado no processo de análise crédito, com o objetivo de adequação às principais práticas das instituições financeiras, aumentando a confiabilidade e acurácia das informações quanto ao risco do crédito para subsidiar a decisão de concessão de novos financiamentos.

- **Reestruturação dos Processos**

No âmbito da metodologia Finep 30 dias buscou-se reestruturar os processos relacionados à tomada de decisão de concessão de crédito na Finep. Uma das principais mudanças foi a segregação das análises do mérito dos projetos e de crédito das empresas proponentes na avaliação de novas propostas de financiamentos. Com isso, os pareceres das áreas operacionais e de crédito são submetidos ao Comitê de Enquadramento e Priorização (CEP) de forma independente. Assim, o papel do CEP recebeu maior ênfase, passando a equilibrar o risco da operação e o mérito tecnológico da proposta.

A reestruturação dos processos teve ainda como objetivo tornar mais clara as

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

responsabilidades de análise e resposta da Finep e das empresas solicitantes na prestação de informações e documentos em cada uma das etapas do processo de análise, aprovação e contratação. A empresa é responsável pelo preenchimento adequado das informações do Plano Estratégico de Inovação – PEI¹ e a Finep se compromete a dar uma resposta no prazo de 30 dias quanto ao enquadramento na Política Operacional vigente.

Após a aprovação do PEI, a empresa está habilitada a apresentar as informações e documentos necessários às análises jurídica e de garantia em 30 dias. Estando a documentação confirme e adequada, a Finep tem o prazo de 30 dias para envio do contrato para a empresa.

Como resultado da introdução da nova metodologia, em setembro de 2013 houve um aumento da demanda por recursos pelas empresas, o que sugere um aumento da escala das operações de crédito da Finep para 2014. Isto está representado pelo alto número de cadastros realizados. Até 31/12/2013, 456 empresas se cadastraram no portal do Finep 30 dias.

Ainda em 2013, foram apresentados 168 projetos, sendo que 115 foram avaliados (resposta para empresa). Destes, 59 foram indeferidos e 56 aprovados. Dos projetos aprovados, um foi contratado e teve liberação de recursos ainda em 2013.

Outra atividade iniciada no exercício que terá impacto bastante positivo, sobretudo nos processos relacionados ao FNDCT, é o projeto Finep 30 dias–Convênios, que prevê o desenvolvimento e a implantação de novas metodologias e sistemas para a operação da modalidade de financiamento não-reembolsável e de um modelo de avaliação que integre o conjunto de instrumentos do FNDCT operados pela Finep. Trata-se de um projeto ainda em fase de estudo, com previsão de desenvolvimento para 2014.

As metodologias envolvidas no Finep 30 dias – Convênios pressupõem: divulgação de resultados em 30 dias, contratação em 60 dias após a divulgação de resultados, redução da burocracia, facilitação da execução e prestação de contas, funcionamento on-line, análise e acompanhamento com foco em resultados, reestruturação de processos para redução do ciclo de vida dos convênios, acumulação de conhecimento, e estruturação e sistematização de informações.

¹ Entende-se por Plano Estratégico de Inovação – PEI a carteira de projetos de pesquisa e desenvolvimento de produtos, processos ou serviços alinhados à estratégia de investimentos em inovação e aos objetivos estratégicos da empresa e que compõem a proposta de financiamento.

1.4.4. REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE CRÉDITO

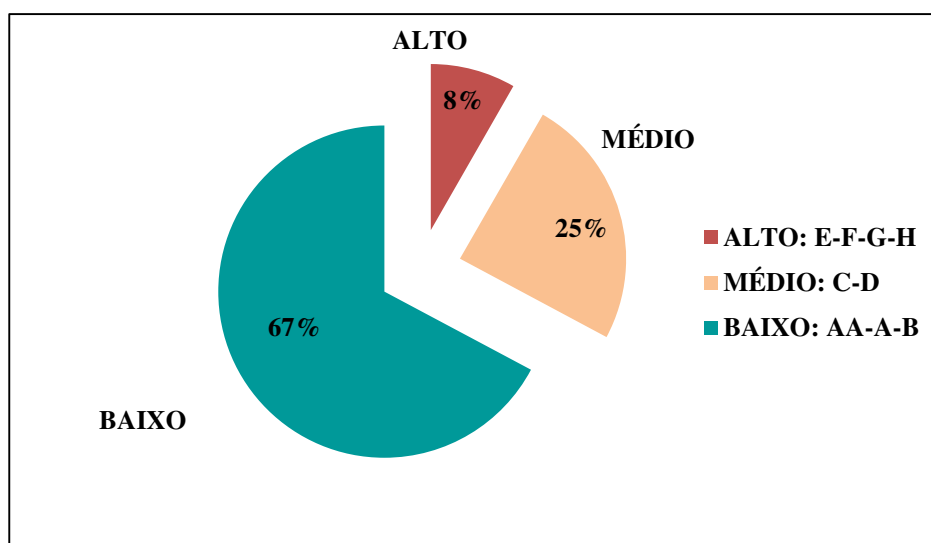
Em alinhamento com aumento de escala nas operações de crédito decorrente da introdução do modelo Finep 30 Dias, a Área de Crédito iniciou um processo de reestruturação visando preservar a seletividade e a qualidade da carteira de crédito.

O modelo Finep 30 dias trouxe a segregação das análises de mérito e de crédito e, assim, proporcionou a independência necessária e o aumento da importância da análise de crédito no processo decisório de aprovação de novas operações de crédito. Nesse contexto, a Área de Crédito da Finep, com a assessoria da FIPECAFI e coordenação do Departamento de Gestão de Operações de Crédito, promoveu a atualização da metodologia do Sistema de Classificação de Risco (SCR) utilizado nos processos de análise e acompanhamento de crédito, mediante a adoção de novos parâmetros, pontuações e indicadores que permitiram um ajuste mais adequado às práticas das instituições financeiras, além da realização de testes com parte significativa da carteira de crédito da Finep.

Outra importante mudança foi a introdução da metodologia de Risco de Crédito das operações de forma a se adequar à Resolução do Conselho Monetário Nacional Nº 2.682/99, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito. A metodologia leva em consideração o risco das empresas e as garantias oferecidas.

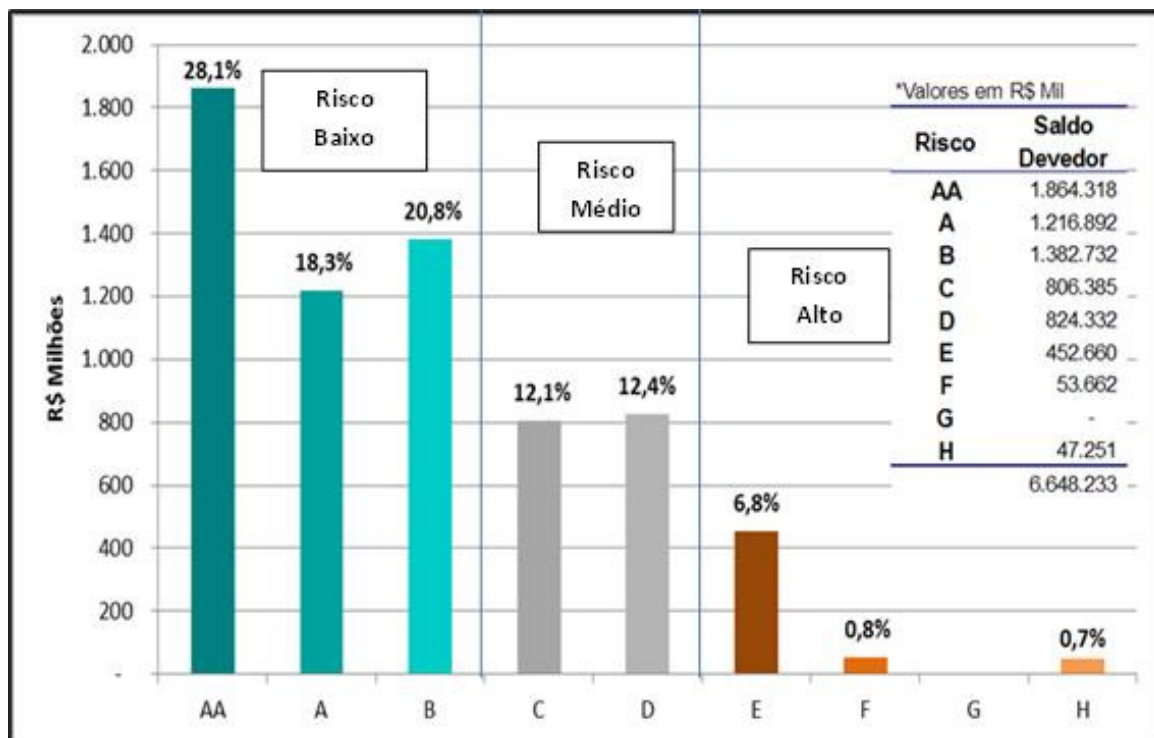
Dessa forma, o acompanhamento da carteira de operações de crédito passou a retratar o perfil de risco de crédito das operações reembolsáveis. Em 31/12/2013, a carteira de projetos em fase de acompanhamento da Finep era de 403 contratos de 319 empresas, totalizando um saldo devedor de R\$ 6,6 bilhões, o que representa 95% do Realizável correspondente à rubrica Operações de Crédito (Ativo Circulante e Não Circulante) abatida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, conforme consta no Balanço Patrimonial da Finep (Anexo XLVI). Esta carteira apresenta um bom perfil de risco, com destaque para a concentração nas categorias AA, A e B, que são associadas ao nível de risco “Baixo”, conforme apresentado no GRÁFICO I e no GRÁFICO II.

GRÁFICO I – Perfil de Risco da Carteira de Crédito



Fonte: FINEP / ACRD

GRÁFICO II – Carteira de Operações que Compõe o Ativo de Créditos Concedidos em 31/12/2013

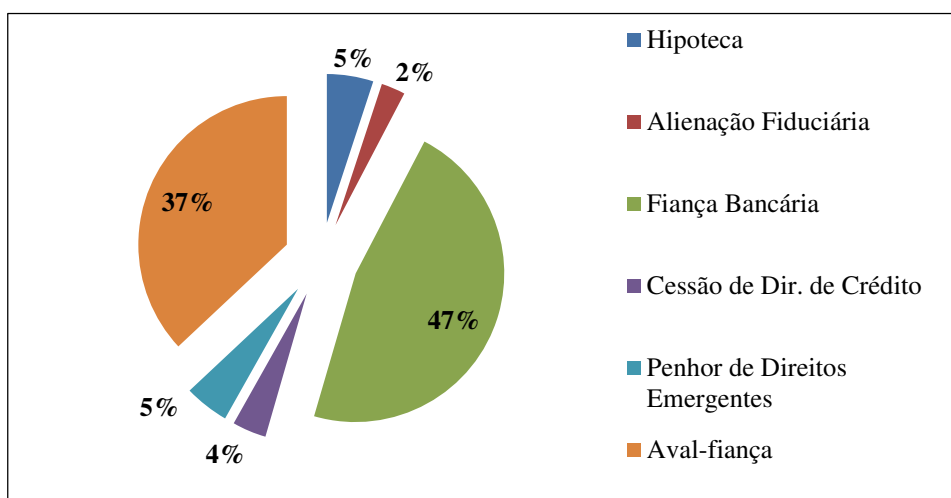


Fonte: FINEP / ACRD

A Portaria do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) nº 452, de 22 maio de 2013, estabelece limites operacionais para a Finep em termos de exposição do Patrimônio Líquido. Em relação à composição da carteira de crédito, as operações de baixo risco devem representar no mínimo 60% da carteira total. De acordo com o GRÁFICO III, pode-se observar que o perfil da carteira da Finep atende ao limite estabelecido pela Portaria do MCTI (67,2%).

Em relação ao acompanhamento das garantias contratuais, que configura um dos componentes mitigadores do risco de crédito das operações, o gráfico a seguir mostra que, em 2013, 84% do saldo devedor dos contratos possuem garantias pessoais, sendo 47% fiança bancária e 37% aval-fiança de pessoa jurídica.

GRÁFICO III – Garantias das Operações Contratadas em 2013



Fonte: FINEP / ACRD

A alienação fiduciária representou 2% das garantias oferecidas nas operações de crédito contratadas em 2013. Essa modalidade de garantia vem sendo amplamente utilizada pelas instituições financeiras de uma maneira geral, incluindo os bancos de desenvolvimento, uma vez que esse instrumento permite maior segurança na rápida retomada do bem em caso de falta de cumprimento do contrato de financiamento. Nesse sentido, a Finep iniciou em 2013, estudo com o objetivo de viabilizar a troca de hipoteca oferecida nos contratos de financiamento por alienação fiduciária dos imóveis.

1.4.5. CRIAÇÃO DA ÁREA DE FOMENTO E NOVOS NEGÓCIOS (ANN)

A criação da ANN pela Diretoria Executiva da Finep teve o objetivo de ampliar e estruturar a atividade de fomento da empresa. A captação de novos clientes sempre foi realizada por diversas áreas dentro da empresa, especialmente pelas áreas operacionais, e o crescente interesse nas linhas de apoio oferecidas pela Finep evidenciou a necessidade do tema “fomento” ser mais estruturado e focado por diretrizes institucionais.

A introdução do novo modelo operacional, o Finep 30 DIAS, evidenciou a necessidade de se estruturar uma função interna para a gestão do cadastro de empresas a ser implementado pela Finep. O aumento das atividades de análise operacional, com a implementação do novo modelo operacional, resultou na limitação dos recursos das áreas operacionais para atividades de fomento, justificando a criação da nova área na empresa.

Em consonância com os desafios institucionais citados, a Finep promoveu a criação, em junho de 2013, da Área de Fomento e Novos Negócios (ANN).

A ANN se dedicou a três frentes de trabalho:

- captar clientes para a celebração de financiamentos com o objetivo de elevar o patamar do investimento das empresas em inovação;
- prover suporte às atividades operacionais e;
- gerir o cadastro de empresas no novo modelo operacional de crédito – Finep 30DIAS.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

O fomento se deu com base na definição de empresas consideradas prioritárias para a carteira de inovação e oportunidades de sinergia com os setores prioritários. Nesse sentido, além do atendimento presencial e do atendimento por meios digitais, a ANN empreendeu ações como a participação em eventos especializados e a realização de eventos técnicos para o estímulo da discussão empresarial do investimento em inovação.

Em 31 de dezembro, o sistema apresentava 1444 CNPJs em diferentes estágios de cadastramento, desde o fornecimento de dados iniciais – como CNPJ e razão social – até estágios avançados de conclusão de cadastro e submissão de projetos. A demanda de pedidos de financiamento apresentados até o final do exercício foi compatível com essa percepção: 456 cadastros completos e 168 projetos apresentados.

1.4.6. APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO DIRETO EM EMPRESAS INOVADORAS

O Programa de Investimento Direto em Empresas Inovadoras (FIP) consiste em promover operações de aquisição de participação societária, visando a capitalização e o desenvolvimento de empresas inovadoras com alto potencial de crescimento e retorno financeiro, em conformidade com a Política Operacional da Finep e com as Políticas Industriais do Governo Federal.

Este Programa tem como objetivos o estímulo às atividades de inovação das empresas brasileiras (incluindo o desenvolvimento de novos produtos e processos), a ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios (capacidade de geração endógena de conhecimentos e tecnologias próprias), o desenvolvimento e adensamento das cadeias produtivas apoiadas, a adoção das melhores práticas de governança corporativa, o fortalecimento da estrutura de capital e a ampliação do acesso ao mercado de capitais por parte de empresas inovadoras, a sustentabilidade econômico-financeira da Finep e a conseqüente expansão de sua capacidade de oferecer um apoio diversificado, abrangente e integrado de instrumentos.

Para o cumprimento do objetivo do programa, foi constituído o FIP INOVA Empresa, instrumento pelo qual a Finep realizará aquisições de participações societárias. O capital a ser comprometido inicial será de R\$ 200 milhões (duzentos milhões de reais). As decisões de gestão serão tomadas por um Comitê de Investimentos, composto majoritariamente pela Finep.

Os serviços de administração do fundo (custódia, controladoria, distribuição e liquidação) serão realizados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros.

O efetivo investimento pelo FIP nas empresas somente se dará após a realização de *due diligence* (legal, contábil e trabalhista) e posterior assinatura de Acordo de Acionista.

Em dezembro de 2013, após intensas rodadas de negociação junto ao Tesouro Nacional, a Finep recebeu capitalização de R\$ 200 milhões, em ações, que proporcionaram o aumento de seu capital social e, conseqüentemente, de sua capacidade para financiar empresas face aos limites prudenciais definidos pelo MCTI (Portaria MCTI nº 452, de 22/05/2013).

1.4.7. CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Em 2013 a Finep assinou quatro novos contratos de captação de empréstimo: dois com o FNDCT, um com o FUNTTEL e um com o BNDES. Os recursos utilizados para desembolso nesse exercício foram provenientes desses quatro contratos, de captações feitas em exercícios anteriores e de retornos líquidos de amortizações das operações de crédito.

Em 2013, não houve captação de novos recursos junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os retornos de amortizações de operações contratadas anteriormente com recursos do Fundo permitiram arcar com os pagamentos feitos no exercício, permitindo a consolidação do Programa INOVACRED. O Programa contará com a participação de cerca de R\$ 1 bilhão do FAT em um período de até três anos, a partir de 2014.

O contrato assinado com o FUNTTEL foi no valor de R\$ 200 milhões, sendo R\$ 100 milhões para financiamento de empresas que se enquadrem, exclusivamente, no arcabouço legal estabelecido pelo FUNTTEL e R\$ 100 milhões para investimento mais amplo em empresas nacionais do setor.

No tocante aos recursos de empréstimo do FNDCT, foram firmados dois contratos em 2013, no valor total de R\$ 2,058 bilhões, sendo que deste valor, R\$ 1 bilhão foi autorizado no final de 2013, como forma de compensar o corte integral desses recursos na PLOA de 2014. A Finep recebeu o montante integral do primeiro contrato (R\$ 1,058 bilhão) e o valor do segundo será repassado à Finep ao longo do exercício de 2014.

Em relação aos recursos do BNDES, em 2013 foram recebidos R\$ 1.949,1 milhões, sendo R\$ 5,9 milhões para atuação como Agente Financeiro do Banco e R\$ 1.943,1 milhões como empréstimo de longo prazo, de recursos repassados pelo Tesouro ao Banco. Dos R\$ 1.943,1 milhões, R\$ 1.000,0 milhões se referem ao contrato de R\$ 3.000,0 milhões assinado em 2013, cujas parcelas remanescentes (R\$ 2.000,0 milhões) serão recebidas no decorrer de 2014, de acordo com o cronograma de desembolso previsto em contrato.

O acesso aos recursos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) propiciou à Finep um salto relevante no patamar de operações apoiadas. Este programa de financiamento do governo integra a política industrial e de inovação e estabelece orientações comuns e condições equivalentes para a atuação do BNDES e Finep no fomento à inovação. Ao mesmo tempo, amplia a oferta de recursos destinados à concessão de crédito subsidiado e rompe com as limitações orçamentárias estabelecidas na LOA do FNDCT, no que tange aos recursos destinados à equalização de recursos para o financiamento reembolsável oferecido pela Finep. Todavia, vale observar que o PSI é uma política anticíclica e, portanto, tem caráter transitório.

De uma maneira geral, a estratégia da Finep de captação de recursos considera a perspectiva de crescimento ancorada num novo padrão de financiamento, que se iniciou com o FNDCT, após a sua regulamentação com a Lei nº 11.540 em 2007 e que se ampliou significativamente com o PSI (Medida Provisória nº 526/2011), e poderá ser consolidado com o início da operação do Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351/2010.

O Fundo Social tem como fonte de arrecadação os *royalties* de exploração do petróleo na plataforma continental incluindo o pré-sal. Este montante representava parte expressiva da

arrecadação do FNDCT em 2013.

A lei do Fundo Social estabeleceu na seção III, que detalha a sua política de investimentos, que a aplicação nos programas e projetos das áreas sociais (aplicação não-reembolsável) será iniciada após a obtenção de retornos sobre o capital resultante das operações que serão realizadas com as instituições financeiras federais (Artigos 47 e 51 da Lei nº 12.351/2010). Portanto, se a Finep não se qualificar como instituição financeira controlada pelo Banco Central, não poderá ter acesso a esta nova e importante fonte de recursos para a inovação nas modalidades de financiamento reembolsável e de investimento.

Tais perspectivas estão alinhadas com o Eixo de Sustentação da ENCTI Novo Padrão de Financiamento do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que objetiva ampliar os recursos destinados ao desenvolvimento da base científica nacional e à inovação tecnológica.

A expansão do patamar de captação de recursos de fontes públicas resgata a questão relacionada à definição do modelo jurídico institucional da Finep. Isto porque as operações de empréstimos do Tesouro Nacional para instituições financeiras não causam impacto no orçamento fiscal. Todavia, esse entendimento não é automaticamente estendido à Finep, pois a empresa ainda não é supervisionada pelo BACEN, apesar de tipificada como instituição financeira desde o estabelecimento das normas prudenciais brasileiras no início da década de 1990.

1.4.8. IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA INOVA EMPRESA

Em março de 2013, o governo federal lançou o Plano Inova Empresa com o objetivo de impulsionar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, por meio de investimentos da ordem de R\$32,9 bilhões em C,T&I. O Plano, orientado segundo as prioridades estratégicas do Plano Brasil Maior (PBM) e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), prevê ações que contemplam empresas de todos os portes em sete eixos estratégicos: cadeia agropecuária, energia, petróleo e gás, complexo da saúde, complexo aeroespacial e de defesa, tecnologia da informação e da comunicação e sustentabilidade socioambiental.

O Inova Empresa prevê também aplicação de recursos em ações transversais – ações que não se enquadram em um setor específico – com a finalidade de apoiar investimentos em P&D, inovação incremental e engenharia de produto e processo, viabilizar a melhoria e ampliação da infraestrutura para inovação, e descentralizar o fomento à micro, pequena e média empresa. Para este apoio ao segmento das empresas de menor porte, estão em operação os programas TECNNOVA (subvenção) e INOVACRED (crédito), que têm por objetivo estimular a inovação e ampliar a competitividade dessas empresas.

As ações do Plano são implementadas pela Finep e pelo BNDES por meio de editais conjuntos que permitem às empresas acessarem, através de uma porta única, quatro modalidades de financiamento distintas: subvenção econômica a empresas, financiamento não-reembolsável para projetos em parceria entre instituições de pesquisa e empresas, participação acionária em empresas de base tecnológica e crédito para empresas. Os empréstimos da modalidade crédito são mandatários para as empresas participantes do Plano, e são oferecidos em condições especiais, no que se refere aos prazos e juros.

Dessa forma, tanto no volume de recursos aplicados quanto na integração de instrumentos e instituições de governo, o Plano Inova Empresa representa um grande aprimoramento no âmbito das políticas de fomento a C,T&I. Segue abaixo uma descrição dos programas do Inova Empresa em curso no ano de 2013:

1.4.8.1. PROGRAMAS COM INTEGRAÇÃO DE INSTRUMENTOS

1.4.8.1.1. PLANO CONJUNTO BNDES-FINEP DE APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA INDUSTRIAL DOS SETORES SUCROENERGÉTICO E SUCROQUÍMICO – PAISS

O PAISS, voltado aos setores sucroenergético e sucroquímico, foi lançado em 2011, a partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre Finep e BNDES, e representou a iniciativa pioneira de integração de instrumentos de instituições federais para apoio à inovação, e sendo responsável pela definição do modelo de gestão de recursos públicos que deu origem ao Plano Inova Empresa.

O programa tem por objetivo apoiar projetos voltados para o desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar e está organizado em torno de três linhas temáticas: bioetanol de 2ª geração (Linha 1); novos produtos de cana-de-açúcar (Linha 2); e gaseificação (Linha 3).

Dessa forma, o PAISS oferece apoio a um setor de alta relevância, em um momento em que o Brasil luta para manter sua competitividade e liderança, frente a alternativas encontradas em outros países, como etanol de milho, nos Estados Unidos, e açúcar de beterraba, na Europa.

Por intermédio do processo de seleção iniciado em 2011, foram disponibilizados inicialmente recursos no valor total de R\$ 1 bilhão, divididos entre Finep e BNDES. Os recursos da Finep são oferecidos nas modalidades de Crédito, Subvenção Econômica e Financiamento Não-reembolsável para ICTs em cooperação com empresas. O BNDES oferece seus recursos na forma de Crédito, Participação Acionária e Financiamento Não-reembolsável para ICTs em cooperação com empresas.

O processo de seleção foi conduzido por um grupo de trabalho formado por representantes da Finep e do BNDES e consistiu nas seguintes fases:

- Seleção das empresas: a partir da avaliação das Cartas de Manifestação de Interesse e das exposições presenciais das propostas, foram selecionadas 39 empresas;
- Seleção dos Planos de Negócios: foram selecionados, em 2011, 35 Planos de Negócios referentes à estratégia de inovação que as empresas selecionadas pretendem implementar e seus respectivos projetos. Considerando que o Programa prevê a possibilidade de apoio em mais de uma Linha Temática por Plano de Negócio, dos planos selecionados, foram apresentadas 13 propostas para a Linha 1, 20 para a Linha 2 e duas para a Linha 3. O montante de recursos pleiteados pelos Planos de Negócios selecionados chegou a R\$ 3,1 bilhões;
- Estruturação do Plano de Suporte Conjunto (PSC): esta etapa foi realizada em 2012. Para cada Plano de Negócio selecionado, foi estruturado um Plano de Suporte Conjunto correspondente

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

indicando, dentre os instrumentos de apoio financeiro oferecidos no Programa, aqueles que melhor se adequam aos projetos resultantes do Plano de Negócios.

As contratações dos projetos se deram a partir de janeiro de 2013 e, ao final do ano, grande parte desses projetos já se encontrava em fase de desembolso.

1.4.8.1.2. PROGRAMA INOVA PETRO

O programa Inova Petro foi lançado em 2012, com o objetivo de fomentar projetos que contemplem pesquisa, desenvolvimento, engenharia e/ou absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processos e/ou serviços inovadores, com vistas a desenvolver fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás. O programa também se propõe a apoiar projetos de desenvolvimento incremental de tecnologias maduras e desenvolvimento de tecnologias inovadoras voltadas para atender as demandas tecnológicas da cadeia produtiva em três linhas principais relacionadas à exploração e produção de óleo e gás na plataforma continental: (i) Processamento de Superfície; (ii) Instalações Submarinas; e (iii) Instalações de Poços. Em 2013, o Inova Petro foi incluído no Plano Inova Empresa.

O Inova Petro, que conta com o apoio técnico da Petrobras, ofertou inicialmente R\$ 3 bilhões, com previsão de aportes iguais da Finep e do BNDES no montante de R\$1,5 bi, e a demanda inicial totalizou R\$ 2,8 bilhões, com 38 empresas e 10 ICTs interessadas. Em 2013, deu-se seguimento às etapas do edital, com a aprovação de 11 planos de negócios, que em conjunto representam uma demanda de R\$353,6 milhões. As contratações dos projetos estão previstas para 2014, bem como o lançamento de uma segunda chamada de projetos.

1.4.8.1.3. PROGRAMA INOVA ENERGIA

O programa Inova Energia, lançado em abril de 2013, envolve a parceria entre a Finep, o MCTI, BNDES e Aneel para apoio a planos de negócios que contemplem projetos de inovação nas seguintes áreas: redes elétricas inteligentes (smart grids) e transmissão em ultra-alta tensão (UAT); geração de energia por meio de fontes alternativas; veículos híbridos e eficiência energética veicular. O edital do programa disponibilizou inicialmente R\$ 3 bilhões, dos quais R\$1,2 bilhão foi ofertado pela Finep, R\$ 1,2 bi pelo BNDES e R\$ 600 milhões pela Aneel. Segue abaixo, de forma mais detalhada, os principais objetivos do Inova Energia:

- apoiar o desenvolvimento e a difusão de dispositivos eletrônicos, microeletrônicos, sistemas, soluções integradas e padrões para implementação de redes elétricas inteligentes (Smart Grids) no Brasil;
- apoiar as empresas brasileiras no desenvolvimento e domínio tecnológico das cadeias produtivas das seguintes energias renováveis alternativas: solar fotovoltaica, termossolar e eólica para geração de energia elétrica;
- apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento de integradores e adensamento da cadeia de componentes na produção de veículos híbridos/elétricos, preferencialmente a etanol, e melhoria de eficiência energética de veículos automotores no País;
- aumentar a coordenação das ações de fomento e aprimorar a integração dos instrumentos de apoio financeiro disponíveis.

A demanda inicial apresentada em resposta ao edital foi de R\$ 13,5 bilhões, com a participação de 272 empresas e 63 ICTs. Após a etapa de seleção dos planos de negócios, o resultado do fomento do Inova Energia foi de R\$ 7,12 bilhões. As contratações estão previstas para 2014.

1.4.8.1.4. PROGRAMA INOVA SAÚDE

Criado com o objetivo de apoiar atividades de P,D&I em projetos de instituições públicas e privadas que atuam no âmbito do Complexo Econômico e Industrial da Saúde, o programa Inova Saúde lançou três editais em 2013, a partir da parceria firmada entre a Finep, o MCTI, o BNDES e o Ministério da Saúde.

- O edital Inova Saúde – Equipamentos Médicos –, lançado em abril de 2013, tem como principais objetivos apoiar o desenvolvimento e domínio de tecnologias prioritárias para a saúde, aumentar a competitividade das empresas brasileiras e ampliar o acesso da população a bens e serviços de saúde. Nesse sentido, por meio desse edital, foram ofertados R\$ 600 milhões para o estímulo ao desenvolvimento e à produção de equipamentos e dispositivos médicos no Brasil dentro de quatro linhas temáticas: diagnósticos *in vitro* e por imagem; dispositivos implantáveis; equipamentos eletromédicos e odontológicos; e tecnologias da informação e comunicação para saúde.

O número de empresas que manifestaram interesse no edital foi de 145, totalizando uma demanda de R\$1,3 bilhão. Após as etapas de seleção, 45 planos de negócios foram aprovados para receberem apoio financeiro, sendo que 21 foram encaminhados ao BNDES, no montante de R\$ 273,5 milhões, e 24 à Finep, no valor total de R\$ 270,2 milhões. Deste total, 10 planos de negócio receberam apoio com recursos de subvenção econômica, através da Finep, no montante de R\$ 30 milhões. As cartas de comunicação dos resultados sobre o PSC foram expedidas às empresas em 16 de dezembro de 2013, e as contratações estão previstas para 2014.

- O edital Inova Saúde – Biofármacos, Farmoquímicos e Medicamentos–, também lançado em abril de 2013, disponibilizou R\$ 1,3 bilhão, sendo R\$ 1,1 bilhão proveniente da Finep e R\$200 milhões oriundos do Ministério da Saúde, para o apoio a projetos inovadores de empresas brasileiras dentro do escopo das seguintes linhas temáticas: produtos com ação terapêutica obtidos por rota biotecnológica; insumos farmacêuticos ativos obtidos por síntese química; e tecnologia farmacêutica e processos industriais para fabricação de medicamentos. Os objetivos pretendidos com a implementação dessa iniciativa estão listados abaixo:
 - apoiar as empresas brasileiras no desenvolvimento e domínio tecnológico das cadeias produtivas de biofármacos, farmoquímicos e medicamentos;
 - diminuir a dependência tecnológica das empresas brasileiras através do apoio ao desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores no complexo industrial da saúde;
 - apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento de integradores e o adensamento da cadeia produtiva;
 - aumentar a coordenação das ações de fomento e aprimorar a integração dos instrumentos de apoio financeiro disponíveis.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Além da parceria com o Ministério da Saúde, essa ação de fomento também conta a participação do CNPq, cuja contribuição consiste na priorização de Bolsas de Capacitação na área de saúde, tanto no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras quanto dos programas tradicionais da instituição.

Em resposta ao edital, houve a manifestação de interesse por parte de 49 empresas e 13 ICTs, o que representou uma demanda inicial de R\$3,6 bilhões. Após a etapa de seleção dos planos de negócios, foram elaborados X os Planos de Suporte Conjunto (PSC) no montante de R\$2,76 bilhões, sendo R\$ 2,69 bilhões disponibilizados para apoio reembolsável, R\$ 69,5 milhões como subvenção econômica e R\$ 900 milhões em bolsas.

- A Chamada Pública MCTI/Finep e MS/SCTIE/DCIIS– 03/2013- Projetos Cooperativos de P,D&I em Equipamentos e Dispositivos Médicos de Interesse Industrial – INOVA SAÚDE – lançada em julho de 2013, ofereceu R\$ 15 milhões para apoio financeiro não-reembolsável, com o objetivo de selecionar propostas de projetos cooperativos entre Empresas e ICTs, visando ao desenvolvimento tecnológico de interesse industrial relacionado a equipamentos e dispositivos médicos e odontológicos que apresentem características inovadoras, de modo a propiciar o domínio de tecnologias prioritárias para fins de uso em Saúde Humana. A Chamada contemplou 10 projetos cooperativos, que em conjunto receberão R\$ 11 milhões em financiamento não-reembolsável.

1.4.8.1.5. PROGRAMA INOVA AGRO

O edital de Seleção Pública Conjunta MCTI/BNDES/Finep de Apoio à Inovação Tecnológica no Setor de Agronegócio – Inova Agro – 2013 foi lançado em 29/05/2013 como uma iniciativa destinada à coordenação das ações de fomento à inovação e ao aprimoramento da integração dos instrumentos de apoio disponibilizados pela Finep e pelo BNDES, no sentido de:

a) apoiar empresas brasileiras no desenvolvimento e no adensamento das cadeias produtivas de insumos para a agropecuária, incluindo os agroquímicos e seus princípios ativos, o melhoramento genético animal e vegetal, as tecnologias associadas à saúde animal, bem como unidades de demonstração;

b) apoiar o desenvolvimento de produtos e processos da indústria de alimentos, incluindo inovações em alimentos funcionais, aditivos alimentícios e embalagens com novas funcionalidades;

c) apoiar o desenvolvimento de máquinas e equipamentos para agropecuária e processamento de produtos agropecuários, incluindo rastreabilidade, novas tecnologias em implementos agrícolas, em armazenamento e logística de produtos agropecuários.

Todas as linhas do Inova Agro excetua a cana de açúcar e derivados já atendidos pelo PAISS

A disponibilidade de recursos previstos para o edital Inova Agro é de R\$ 1 bilhão, entre diversas linhas disponibilizadas do BNDES (R\$ 500 milhões) e da Finep (R\$ 500 milhões). No que se refere aos recursos de Subvenção Econômica da Finep, o limite é de R\$ 30 milhões, sendo o restante dos recursos ofertados pela Finep na linha Inova Brasil (Crédito) e instrumentos de renda variável.

A seleção pública do Inova Agro é composta por cinco etapas, a saber: etapa de manifestação de interesse, etapa de seleção de empresas líderes, etapa de apresentação dos planos

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

de negócio, etapa de seleção dos planos de negócio, etapa de estruturação de plano de suporte conjunto (PSC).

Ao fim da etapa de seleção de Empresas Líderes, foram selecionadas 351 Cartas de Manifestação de Interesse, sendo 132 provenientes de Empresas Líderes, 132 de Empresas Parceiras e 87 ICTs, totalizando demanda estimada de R\$ 4,9 bilhões.

No âmbito do Inova Agro, foi realizado um Workshop de Instrução e Fomento a Parcerias em 21/10/2013, conforme previsto em Edital. O evento teve o propósito de instruir o preenchimento dos Planos de Negócio, além de estimular a formação de parcerias por meio da identificação de complementaridades tecnológicas e empresariais entre as instituições participantes.

O Workshop ocorreu no Centro de Convenções Sul América, no Rio de Janeiro, e contou com a participação de representantes das empresas líderes, empresas parceiras e de ICTs. O público presente no evento foi de cerca de 800 participantes.

A etapa de apresentação dos Planos de Negócio, por sua vez, encerrou-se em 06/12/2013 com o recebimento de 83 Planos de Negócios com valor total de R\$ 2,9 bilhões. Na posição de 31/12/2013, o edital Inova Agro encontrava-se na etapa de seleção de Planos de Negócio, que inclui a análise do conteúdo dos Planos enviados pelas instituições participantes da Seleção Pública, assim como entrevistas presenciais com representantes das empresas e ICTs.

1.4.8.1.6. PROGRAMA INOVA AERODEFESA

O programa Inova Aerodefesa, que resulta da parceria estabelecida entre a Finep, o MCTI, o Ministério da Defesa, a Agência Espacial Brasileira e o BNDES, tem a finalidade de aprimorar as ações de fomento e de integrar instrumentos, de modo a apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação nas empresas brasileiras dentro das seguintes áreas:

- Aeroespacial: propulsão espacial, foguetes de sondagem, veículos lançadores e plataformas espaciais / satélites;
- Aeronáutico: tecnologias de manufatura e produtos para a indústria, e plataformas demonstradoras tecnológicas para aeronaves mais eficientes;
- Defesa: sensores / sensoriamento remoto, sistemas e subsistemas de comando e controle, e inovação tecnológica em programas / projetos prioritários;
- Segurança: Sistemas de identificação biométrica, sistemas de informações e armas não letais;
- Materiais Especiais: materiais para aplicações diversas, materiais para aplicação na indústria de defesa e ligas metálicas para aplicações especiais.

O lançamento do edital do Inova Aerodefesa ocorreu em maio de 2013, com disponibilização de R\$ 2,9 bilhões, dos quais R\$ 2,4 bilhões foram ofertados pela Finep e R\$500 milhões pelo BNDES. Ainda na composição da oferta de recursos, foram alocados R\$ 41 milhões para o instrumento Cooperativo ICT/Empresa e R\$ 150 milhões para a Subvenção Econômica.

A demanda inicial compreendeu o envio de cartas de manifestação de interesse por parte 95 empresas líderes, 117 empresas parceiras e 78 ICTs, correspondendo a um total de R\$ 13,1 bilhões. Com vistas a estimular a integração entre empresas e ICTs, foi realizado um workshop de apoio à formação de parcerias e união dos planos de negócios enviados. A demanda qualificada,

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

após a seleção dos Planos de Negócios, foi equivalente a R\$ 8,7 bilhões, distribuídos em 91 Planos de Negócios. A fase de estruturação dos Planos de Suporte Conjunto teve início em 23 de dezembro de 2013, e as contratações estão previstas para 2014.

1.4.8.1.7. PROGRAMA INOVA SUSTENTABILIDADE

O programa Inova Sustentabilidade, que envolve a parceria entre a Finep, o MCTI, o Ministério do Meio Ambiente e o BNDES, destina-se à coordenação das ações de fomento à inovação com as seguintes finalidades específicas:

- Apoiar o desenvolvimento tecnológico e aplicações pioneiras de produtos e processos que promovam a Produção Sustentável, por meio da redução do consumo de recursos naturais e a prevenção e controle de poluentes; a mitigação de emissão de gases de efeito estufa e o desenvolvimento de técnicas para biorremediação e biolixiviação de resíduos industriais, minerais, agropecuários e domésticos;
- apoiar empresas e instituições que promovam soluções integradas de restauração de biomas brasileiros e o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da madeira tropical;
- apoiar o desenvolvimento e aplicações pioneiras de tecnologias para elevar o nível de atendimento dos serviços de Saneamento Ambiental no país, com foco no tratamento e abastecimento de água, no tratamento de esgotos, e nos dispositivos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- apoiar o desenvolvimento e aplicações pioneiras de tecnologias para o Monitoramento Ambiental e Prevenção de Desastres Naturais, visando aperfeiçoar sistemas de alerta e de redução de exposição ao risco; e
- aumentar a coordenação das ações de fomento e aprimorar a integração dos instrumentos de apoio financeiro disponíveis

O edital do programa, lançado em dezembro de 2013, disponibilizou R\$ 2 bilhões para apoio, por meio das modalidades de financiamento operadas pelo BNDES (R\$ 1 bilhão) e pela FINEP (R\$ 1 bilhão), a planos de negócio de empresas brasileiras que contemplem projetos de inovação dentro do escopo das linhas temáticas Produção Sustentável, Recuperação de Biomas Brasileiros e Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis de Base Florestal, Saneamento Ambiental e Monitoramento de Desastres Ambientais. A implementação do edital ocorrerá ao longo de 2014.

1.4.8.1.8. PROGRAMA INOVA TELECOM

O programa Inova Telecom foi lançado em dezembro de 2013, a partir da parceria estabelecida entre a Finep, o MCTI, o BNDES, o Ministério das Comunicações-Funntel e o Ministério da Saúde, com o objetivo de apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação nas empresas brasileiras do setor de telecomunicações, incentivando seu adensamento e ampliando sua competitividade.

O edital do programa, cuja implementação se dará ao longo de 2014, prevê recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão para apoiar projetos de inovação nas seguintes áreas: desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas para comunicações ópticas, digitais sem fio, redes de transporte de

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

dados, comunicações estratégicas, telessaúde e soluções tecnológicas voltadas para aplicações em saúde. Os recursos foram ofertados conforme distribuição abaixo:

- Finep: R\$ 920 milhões (R\$550 milhões de crédito reembolsável, sendo R\$ 300 milhões do FUNTTEL; R\$ 40 milhões de não reembolsável do FUNTTEL; R\$ 30 milhões de Subvenção Econômica - FNDCT; e R\$ 40 milhões de Renda Variável);
- BNDES: R\$ 500 milhões distribuídos nos instrumentos de Crédito Reembolsável, Não Reembolsável e Renda Variável;
- Ministério da Saúde - MS: R\$ 80 milhões de Não Reembolsável.

1.4.8.2. PROGRAMAS DE DESCENTRALIZAÇÃO DA SUBVENÇÃO E DO CRÉDITO PARA PEQUENAS EMPRESAS

1.4.8.2.1. PROGRAMA TECNOVA

Lançado em 2012, o programa TECNOVA tem como objetivo apoiar a inovação e criar condições favoráveis para o crescimento de um conjunto significativo de micro/ pequenas empresas, por meio da descentralização de recursos de subvenção econômica a parceiros estaduais, que efetuarão repasses às empresas de menor porte em seus respectivos estados.

A descentralização é imprescindível para ampliar a eficiência da alocação de recursos nas micro e pequenas empresas, dadas as dimensões continentais do país e a enorme diversidade entre regiões e localidades. Nesse sentido, programa TECNOVA enquanto instrumento de descentralização da subvenção econômica busca fortalecer as estruturas estaduais e regionais para a execução de Políticas de Desenvolvimento Nacional.

Assim, através do estabelecimento de parcerias e cooperações no nível estadual, o edital do Programa, lançado em setembro de 2012, visa a selecionar propostas para apoio financeiro (não-reembolsável/FNDCT) à infraestrutura, organização e capacitação de instituições que tenham interesse em conduzir o repasse dos recursos de Subvenção Econômica para o apoio à projetos de inovação em microempresas e empresas de pequeno porte (MEEPPs).

O edital disponibilizou recursos da ordem de R\$ 190 milhões às instituições parceiras para a realização do repasse às MEEPPs. Além disso, foram previstos recursos no montante de R\$19 milhões para o custeio da estruturação do Parceiro para operacionalização e acompanhamento da Subvenção Econômica Descentralizada.

Dos recursos financeiros a serem concedidos, 30% (trinta por cento) deverão ser aplicados nas regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO). Caso o valor total das propostas selecionadas para aprovação, oriundas dessas regiões, seja inferior a este percentual, os recursos não aplicados serão automaticamente transferidos às propostas com melhor classificação de outras regiões.

Após as etapas seleção, foram efetuadas 21 parcerias distribuídas pelos diversos estados da Federação (ES, MG, RJ, PR, RS, SC, AL, BA, CE, MA, PB, PE, RN, SE, AM, PA, TO, DF, GO, MS, MT). No final do ano de 2013, destes 21 parceiros estaduais, 15 já haviam lançado os editais relacionados à oferta de recursos de subvenção econômica (ES, MG, RJ, PR, RS, SC, AL, BA, CE, MA, PB, SE AM, GO, MT).

1.4.8.2.2. PROGRAMA INOVACRED

O objetivo do programa INOVACRED, lançado no início de 2013, é oferecer financiamento reembolsável para apoio à inovação em micro, pequenas e médias empresas. Esse apoio é concedido de forma descentralizada, por meio de agentes financeiros estaduais ou regionais, que receberão recursos no valor de até R\$ 80 milhões, podendo a Finep ampliar esse valor.

Os agentes financeiros credenciados são aqueles que firmaram o Termo de Credenciamento, comprometendo-se a respeitar todas as normas e regulamentos de programas da FINEP. No ano de 2013, após análise da capacidade técnica, gerencial, financeira e legal para avaliar, selecionar e acompanhar projetos reembolsáveis, fiscalizar a utilização dos recursos e efetuar a respectiva cobrança, foram credenciadas 11 instituições financeiras estaduais, interestaduais ou federais com permissão de operação como bancos de desenvolvimento ou agências de fomento: BRDE, BADESUL, AGERIO, BADESC, BANRISUL, DESENVOLVE SP, BASA, BDMG, DESENBAHIA, BANDES, FOMENTO PARANÁ.

Os valores disponibilizados pela Finep em 2013 a estas instituições financeiras totalizam R\$ 759,95 milhões. Estes recursos possuem um prazo de utilização de 30 meses, contados a partir da carta de concessão de recursos por parte da Finep para cada instituição financeira.

1.4.8.3. SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMÁTICA PARA EMPRESAS

1.4.8.3.1. CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL E SANEAMENTO AMBIENTAL

O programa Construção Sustentável e Saneamento Ambiental, cujo edital foi lançado em março de 2013, tem o objetivo de apoiar, com recursos de subvenção econômica, o desenvolvimento de produtos inovadores, que envolvam risco tecnológico, associados a oportunidades de mercado, nos seguintes temas:

- **Construção Sustentável:** desenvolvimento de projetos inovadores de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitação social, que integrem soluções tecnológicas segundo os princípios da construção sustentável, com demonstração de conceito em empreendimentos habitacionais piloto;
- **Saneamento Ambiental:** desenvolvimento de projetos inovadores de engenharia para tratamento de esgotos sanitários e/ou de resíduos sólidos urbanos, integrados com sistemas de produção de energia, visando contribuir para a redução da emissão de gases de efeito estufa e a valorização dos subprodutos gerados, com demonstração de conceito em unidades piloto.

Para o respectivo apoio, foram ofertados recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) até o limite de R\$ 30 milhões, e a demanda inicial correspondeu a 97 propostas de empresas, no valor total de R\$ 247,9 milhões. Até o final de 2013, tinham sido aprovadas 11 propostas, no montante de R\$ 16,7 milhões.

1.4.8.3.2. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O programa TI Maior, lançado em março de 2013, tem como objetivo conceder recursos de subvenção econômica para o desenvolvimento de produtos e/ou processos inovadores que envolvam significativo risco tecnológico, associados à clara oportunidade de mercado, na área de Tecnologias da Informação e Comunicação.

Inicialmente o Edital previa a oferta de R\$ 60 milhões em recursos não reembolsáveis de subvenção econômica. Posteriormente, houve uma suplementação de R\$ 20 milhões, elevando para R\$ 80 milhões o limite disponível.

No ano de 2013 foram realizadas as etapas de (i) lançamento da chamada, em 14/03/2013, seguida do envio das propostas; (ii) habilitação das propostas, com divulgação do resultado após recursos em 23/07/2013; (iii) avaliação de mérito das propostas, com divulgação do resultado após recursos em 17/09/2013; (iv) análise conclusiva, com divulgação do resultado preliminar em 14/10/2013 e (v) resultado final, com a divulgação na internet realizada em 12/11/2013.

A demanda inicial apresentada em resposta ao edital foi de R\$1,1 bilhão, com a manifestação de interesse por parte de 404 empresas. Após as etapas de habilitação, avaliação de mérito e análise conclusiva, foram aprovadas 28 propostas, totalizando R\$ 79,6 milhões que começaram a ser contratadas ainda em 2013.

1.4.8.3.3. NANOTECNOLOGIA

O programa de subvenção econômica em Nanotecnologia tem como objetivo conceder recursos desta natureza para o desenvolvimento de produtos e/ou processos inovadores que envolvam significativos riscos tecnológicos associados à clara oportunidade de mercado, visando o desenvolvimento de produtos com base em processos nanotecnológicos inovadores.

O edital Seleção Pública MCTI/Finep/FNDCT- Subvenção Econômica à Inovação – 03/2013- Nanotecnologia, lançado em março de 2013, disponibilizou recursos da ordem de R\$ 30 milhões para apoio financeiro, com foco nos seguintes temas:

- Plásticos e Borrachas
 - Produtos nanotecnológicos com barreiras de gases e/ou umidade
 - Produtos nanotecnológicos com propriedades antimicrobianas

- Papel e Celulose
 - Produtos nanocelulósicos (nanofibras, nanopartículas, etc) a partir de biomassa
 - Nanocompósitos de alta performance a partir de celulose ou que incorporam produtos nanocelulósicos

- HPPC – Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos
 - Produtos nanotecnológicos de alta performance ou que introduzam novas funcionalidades

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Além da delimitação temática, o edital estabeleceu outra condicionalidade: os projetos deveriam estar em condição de ingressar em uma das etapas de certificação, produção e/ou comercialização ao final do período de sua execução, de modo que não seriam aceitas propostas cujo resultado estivesse aquém destas possibilidades.

Em resposta ao edital, houve a manifestação de interesse por parte de 33 empresas, que em conjunto demandaram R\$ 56 milhões em recursos de subvenção econômica. Após a etapa de seleção das propostas, a demanda qualificada de R\$27,5 milhões, com 16 empresas contempladas.

1.4.8.3.4. BIOTECNOLOGIA

O edital Seleção Pública MCTI/FINEP/FNDCT Subvenção Econômica à Inovação – 01/2013 Produtos obtidos por processos biotecnológicos foi lançado em março de 2013, com a disponibilização de R\$ 24 milhões para apoio a projetos de inovação em produtos obtidos por processos biotecnológicos, dentro do escopo dos seguintes temas:

- Inovação de produtos com aplicação na área de cosmética, a partir da biodiversidade brasileira;
- Inovação de produtos e processos biotecnológicos com aplicação no setor de agronegócio, preferencialmente em defesa e sanidade agropecuária; e
- Desenvolvimento, por processo biotecnológico, de vacinas e soros em saúde animal.

A demanda apresentada correspondeu a R\$ 88 milhões, com o envio de 64 propostas. Houve a aprovação oito projetos no valor de R\$ 8,0 milhões, sendo que três foram contratados ainda em 2013.

1.4.8.4. INFRAESTRUTURA PARA INOVAÇÃO

1.4.8.4.1. PARQUES TECNOLÓGICOS

O Programa Inova Empresa PNI/Parques Tecnológicos busca apoiar habitats de inovação, por meio de financiamento não reembolsável, reembolsável e através de fundos de investimentos, para estímulo ao surgimento de empresas de base tecnológica e fortalecimento das relações entre empresas, ICTs e setor público.

A chamada pública, lançada em julho de 2013, teve como foco os Parques Tecnológicos existentes no País e que se encontram em estágio de implantação ou em operação, bem como empresas sediadas em parques tecnológicos e incubadoras. Foram disponibilizados R\$ 500 milhões na modalidade crédito, R\$ 50 milhões para aporte em fundos de investimentos e R\$ 90 milhões para apoio não reembolsável, os quais foram posteriormente ampliados para R\$ 110 milhões. As contratações dos projetos selecionados estão previstas para 2014.

1.4.8.4.2. AMPLIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INTEGRAÇÃO E TESTES – LIT DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE

O Laboratório de Integração e Testes (LIT) é a unidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) responsável pelos testes de componentes de sistemas espaciais e da montagem final e testes de satélites. O Laboratório também realiza ensaios, calibrações e testes para a indústria em geral.

O objetivo do projeto em referência é a realização de obras necessárias para capacitar o LIT para a integração e testes de satélites de grande porte (até 6.000 Kg de massa e 6,0 m de altura) e alta complexidade e ainda realizar simultaneamente a integração de mais um satélite de menor porte. Esta expansão se torna necessária para viabilizar o desenvolvimento no Brasil do segundo satélite da família SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas), cujo lançamento está previsto para 2019, assim como dos demais satélites previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

O custo total para a expansão do LIT foi estimado em R\$ 185 milhões, em um prazo de 5 anos. O projeto em referência abrange os projetos básico e executivo das obras e instalações, a especificação dos sistemas de testes, o remanejamento de áreas adjacentes do INPE, a realocação do atual sistema de medida de antenas de campo distante, a adequação do prédio atual, elevadores, portas especiais e pontes rolantes.

O convênio foi assinado com a Finep em dezembro de 2013, com valor total aprovado de R\$ 45 milhões, incluindo R\$ 28.333,82 para bolsas. As liberações das parcelas estão previstas para 2014.

1.4.8.4.3. PROJETO BÁSICO DO REATOR MULTIPROPÓSITO BRASILEIRO

O Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) é um empreendimento que objetiva dotar o país de um reator nuclear de pesquisa, cujas principais aplicações serão:

- produção de radioisótopos e fontes radioativas para saúde, indústria, agricultura e meio ambiente;
- realização de testes de irradiação de materiais e combustíveis nucleares;
- realização de pesquisas científicas e tecnológicas com feixes de nêutrons.

De especial importância será a nacionalização da produção do radioisótopos para aplicações em medicina nuclear. Atualmente, a maior parte destes isótopos é importada, o que gera insegurança no fornecimento e aumenta os custos dos procedimentos.

O custo total para a construção do RMB está estimado em US\$ 500 milhões, tendo por base instalações semelhantes construídas em outros países. O escopo do projeto em referência abrange os projetos básicos de engenharia tanto das obras civis (prédio de administração e auxiliares) quanto da parte nuclear do RMB.

O valor total aprovado para o projeto (valor original + recursos adicionais) é de R\$ 49,9 milhões incluindo R\$ 341,5 mil para bolsas. Deste total, já foram liberados R\$ 41,6 milhões, dos quais R\$ 14,8 milhões em 2010, R\$ 14,8 milhões em 2013 e R\$ 12,0 milhões estão previstos para 2014.

1.4.8.4.4. APOIO À ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL – EMBRAPII2

A Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) – organização social (OS) criada pelo MCTI em parceria com a Finep e com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), tem como principais objetivos: i) promover estratégias de inovação decorrentes das demandas empresariais, fortalecendo a produtividade e a competitividade da indústria; ii) estimular instituições de PD&I a realizar prospecção de projetos empresariais e arranjos cooperativos para inovação; iii) estabelecer um ambiente favorável à formação e capacitação de recursos humanos por meio da implantação de polos de inovação.

O modelo operacional da Embrapii, inspirado nos Institutos Fraunhofer, está voltado para fase pré-competitiva do processo de inovação, etapa de alto risco e sem garantias, mas decisiva para o desenvolvimento tecnológico da indústria. Os investimentos são divididos igualmente entre a empresa, o governo federal, por meio da Embrapii, e os institutos – cada um responsável por um terço do total do valor do projeto.

A constituição desta OS envolveu a implementação de um projeto piloto no valor de R\$90 milhões, com a participação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), do Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e do Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia do Senai da Bahia – SENAI-CIMATEC/BA. Em 2013, a Finep celebrou um termo de cooperação com o MCTI, no âmbito do contrato de gestão da OS, no valor de R\$ 9,8 milhões.

² A Embrapii foi constituída em maio de 2013 e qualificada como Organização Social pelo Poder Público Federal em setembro de 2013 com a seguinte denominação Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii

1.5. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Em 12 de março de 2013 foi publicado o Decreto 7.954 que alterou o estatuto da Finep. Dentre as alterações ocorridas, destaca-se a alteração da Diretoria Executiva, cuja composição passou de quatro para seis diretores. A estrutura formal da Finep em dezembro de 2013, com a criação da nova Diretoria de Gestão Corporativa criada em 10/07/13, apresentava-se constituída da seguinte forma, conforme apresentada no Organograma da Finep vigente em 31/12/13 (Anexo I).

Estrutura organizacional básica:

A – Órgãos de Direção e Administração:

1. Conselho de Administração;
2. Diretoria Executiva:
 - a) Presidência;
 - b) Diretoria Financeira e Controladoria (DRFC);
 - c) Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DRCT);
 - d) Diretoria de Inovação (DRIN);
 - e) Diretoria de Gestão Corporativa (DGES).

B – Órgãos de Fiscalização e Acompanhamento

- a) Conselho Fiscal;
- b) Conselho Consultivo;
- c) Comissão de Ética;
- d) Ouvidoria;
- e) Auditoria Interna;

▪ Estrutura da Presidência da Finep:

I – Gabinete da Presidência (GAPR)

Estrutura do GAPR:

- a) Assessoria de Apoio aos Colegiados (ASCL);

I – Área Jurídica (AJUR)

II – Área de Fomento e Novos Negócios (ANN)

III – Área de Planejamento (APLA)

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Estrutura da APLA:

- a) Departamento de Acompanhamento, Avaliação e Gestão da informação (DAGI);
- b) Departamento de Programas e Projetos Especiais (DPPE);

IV – Área de Comunicação (ACOM)

Estrutura da ACOM

- a) Departamento de Comunicação
- b) Departamento de Propaganda e Eventos
- c) Departamento de Marketing

V – Departamento de Gestão de Operações de Crédito (DGOC)

VI – Coordenação de Cooperação Internacional (CINT)

VII – Coordenação de Projeto Novo Modelo de Gestão (CPMG)

VIII – Escritório de Brasília (ESB)

IX – OUVIDORIA (OUVI)

- Estrutura da Diretoria Financeira e Controladoria (DRFC):

I – Assessoria Jurídica da Diretoria Financeira e Controladoria (AJFC)

II – Área Financeira e de Captação (AFC)

Estrutura da AFC:

- a) Departamento de Tesouraria da Finep (DTES 1);
- b) Departamento de Tesouraria do FNDCT e outros (DTES 2);
- c) Departamento de Controle Financeiro de Contratos Nacionais e Internacionais (DCOF);
- d) Departamento de Contabilidade (DCNT).

III – Área de Controladoria (ACOT)

Estrutura da ACOT:

- a) Departamento de Planejamento Financeiro e Orçamentário (DPFO);
- b) Departamento de Cobrança (DCOB);
- c) Departamento de Gestão e Custos (DGEC).

IV – Área de Crédito (ACRD)

Estrutura da ACRD:

- a) Departamento de Análise de Crédito (DCRE);
- b) Departamento de Recuperação de Crédito (DREC);
- c) Departamento de Prestação de Contas de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação (DPC1);
- d) Departamento de Prestação de Contas de Subvenção e Contratos (DPC2);
- e) Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Garantias (DAAG).

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

- Estrutura da Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DRCT)

I – Assessoria Jurídica da Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (AJCT)

II – Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (ATDS)

Estrutura da ATDS:

- a) Departamento de Tecnologia para Promoção da Qualidade (DQUAL);
- b) Departamento de Tecnologia para o Desenvolvimento Urbano (DURB);
- c) Departamento do Complexo da Saúde (DECS).

III – Área de Tecnologias Estratégicas (ATEC)

Estrutura da ATEC:

- a) Departamento de Inovação em Educação (DINE);
- b) Departamento de Fomento aos Institutos de Pesquisa (DFIP);
- c) Departamento de Tecnologia da Informação e Serviços (DTIS)

IV – Área de Apoio à Ciência, Inovação, Infraestrutura e Tecnologia (ACIT)

Estrutura da ACIT:

- a) Departamento de Ciências Infraestrutura e Tecnologia 1 – Ciências Exatas e da Terra (DCIT 1);
- b) Departamento de Ciências, Infraestrutura e Tecnologia 2– Ciências Humanas, Sociais e da Vida (DCIT 2);
- c) Departamento de Ciências, Infraestrutura e Tecnologia 3 – Engenharias (DCIT 3).

- Estrutura da Diretoria de Inovação (DRIN):

I – Assessoria Jurídica da Diretoria de Inovação (AJIN)

II – Área de Financiamento (AFI)

Estrutura da AFI:

- a) Departamento de Metal-Mecânica, Equipamentos e Transportes (DMET);
- b) Departamento de Processos Industriais (DPIN);
- c) Departamento de Petróleo, Gás e Indústria Naval (DPGN);
- d) Departamento de Agronegócios e Alimentos (DAGN).

III – Área de Apoio a Projetos Inovadores e Descentralização (APID)

Estrutura da APID:

- a) Departamento de Energia e Tecnologias Limpas (DENE);
- b) Departamento de Operações de Subvenção (DODS);
- c) Departamento de Engenharia e Serviços (DESE);
- d) Departamento de Operações Descentralizadas Reembolsáveis (DODR).

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

IV – Área de Investimento (AINV)

Estrutura da AINV:

- a) Departamento de Investimentos em Fundos (DINF);
- b) Departamento de Investimento em Participações (DINP).

V – Superintendência Regional de São Paulo – SP (SRSP).

Estrutura da SRSP:

- a) Departamento de Fármacos e Biotecnologia (DFAR).
- b) Departamento das Indústrias Aeroespacial, Defesa e Segurança (DADS).

- Estrutura da Diretoria de Gestão Corporativa (DGES)

I – Assessoria Jurídica da Diretoria de Gestão

II – Área de Gestão de Pessoas (AGEP)

Estrutura da AGEP

- a) Departamento de Carreiras e Educação Corporativa (DCEC)
- b) Departamento de Ambiência e Saúde (DAES)
- c) Departamento de Administração de Pessoas (DEAP)

III – Área de Modelagem Corporativa (AMOC)

Estrutura da AMOC

- a) Departamento de Modelagem e Processos (DMOP)
- b) Departamento de Gestão de Resultados e Projetos (DRGP)

IV – Área de Tecnologias da Informação (ATI)

Estrutura da ATI

- a) Departamento de Suporte e Serviços Tecnológicos de Informação (DSIN)
- b) Departamento de Gestão em Inovação de Sistemas (DGIS)
- c) Coordenação de Projeto Modernize

V – Área de Logística (ALOG)

Estrutura da ALOG:

- a) Departamento de Serviços Administrativos (DSAD)
- b) Departamento de Contratações e Compras Administrativas (DCAD)

A seguir as principais competências e atribuições das áreas que compõem a estrutura organizacional da Finep:

Presidência – dentre as atribuições da Presidência destaca-se: aprovar a orientação geral das atividades da Finep, executar e mandar executar o programa de ação e as demais decisões da Diretoria Executiva, conduzindo e supervisionando as atividades da Empresa, representar a Finep

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição em casos específicos, avocar a decisão sobre qualquer assunto que se situe no âmbito das unidades que lhe são subordinadas, etc.

Gabinete da Presidência – dar apoio técnico e administrativo à Presidência e à Diretoria-Executiva, bem como coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos vinculados.

Área Jurídica – manifestar-se previamente à celebração de contratos, convênios ou acordos de qualquer natureza; promover a defesa judicial dos interesses da Empresa; prestar assessoria jurídica à Diretoria Executiva; acompanhar a tramitação de processos e procedimentos judiciais terceirizados e opinar sobre as normas internas elaboradas pela Diretoria Executiva.

Escritório de Brasília – representar a Finep perante o Congresso Nacional; monitorar a agenda legislativa relativa à ciência, tecnologia e inovação, bem como outras proposições legislativas de interesse da Empresa; zelar pelos interesses da Empresa perante órgãos do Poder Público, entidades privadas, organismos internacionais e demais instituições localizados em Brasília.

Área de Fomento e Novos Negócios (ANN) – prospectar novos clientes para a carteira da Finep através do fomento direto e elaborar engenharia financeira, em conformidade com as diretrizes e políticas desta Empresa. Fortalecer o relacionamento com os clientes através do acesso à informação estruturada sobre produtos e programas da Finep e construção de redes de contatos. Disponibilizar informação setorial sobre mercados promissores ao público interno. Coordenar o Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Coordenação de Cooperação Internacional (CINT) – assessorar a Diretoria-Executiva da Finep nas ações relacionadas à identificação, negociação e acompanhamento de iniciativas de cooperação com parceiros internacionais em temas e áreas prioritários, bem como na promoção de eventos que envolvam a participação de entidades de outros países.

Área de Planejamento (APLA) – coordenar o processo de formulação e consolidação de estudos, planos de ação e programas da Finep; coordenar, acompanhar e avaliar as ações relacionadas às atividades operacionais; coordenar e apoiar as áreas operacionais na implementação das diretrizes estratégicas e dos programas da Finep; coordenar a relação com o MCTI para a implementação das atividades do FNDCT; coordenar o processo de definição de objetivos e metas organizacionais e sua implementação; promover a gestão estratégica da informação das ações operacionais; avaliar a priorização dos projetos submetidos à Finep;

Área de Comunicação (ACOM) – planejar estratégias de relacionamento, estabelecer canais de comunicação e interagir com clientes e parceiros do sistema de C,T&I através de articulação institucional e ações de marketing, aprimorando a imagem institucional da empresa; coordenar as ações de apoio e patrocínio a eventos, e o Prêmio Finep de Inovação.

Diretoria Financeira e Controladoria (DRFC) – realizar a gestão dos recursos materiais e financeiros da empresa:

Área Financeira e de Captação (AFC) – planejar, executar, acompanhar, controlar e registrar as atividades inerentes à origem e à aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da Finep, bem como participar das atividades relacionadas à captação de recursos, em consonância com as estratégias e diretrizes estabelecidas pela Direção da Empresa.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Área de Controladoria (ACOT) – gerenciar a compatibilidade de prazos entre os ativos e passivos da FINEP e suas diversas fontes de financiamento; estruturar e elaborar o fluxo de caixa de longo prazo da FINEP; controlar os custos operacionais e as taxas de retorno dos financiamentos e investimentos da Finep; e gerenciar os retornos, amortização e taxas de juros dos financiamentos concedidos.

Área de Crédito (ACRD) – identificar, formular e propor políticas e diretrizes de crédito, de avaliação e acompanhamento de garantias, de liberação e acompanhamento de contratos e convênios, e ainda de recuperação de créditos, visando preservar a seletividade e a qualidade do crédito.

Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – apoiar às universidades e institutos de pesquisa, bem como realizar fomento a ações de ciência, tecnologia e inovação voltadas ao desenvolvimento social.

Área de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (ATDS) – fomentar e apoiar as ações de C,T&I relacionadas ao desenvolvimento social, nas áreas de saúde, educação, cultura, segurança alimentar e nutricional, segurança pública, defesa, economia solidária, inclusão digital, habitação, recursos hídricos, saneamento ambiental e outros, com foco em programas e projetos voltados para a identificação de oportunidades e para a resolução de problemas prioritários, do ponto de vista social e do território (ao nível local, regional ou nacional), definidos em políticas públicas; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da Finep.

Área de Tecnologias Estratégicas (ATEC) – fomentar e apoiar as ações de C,T&I relacionadas com a difusão e extensão tecnológica, especialmente em ações cooperativas com os institutos de pesquisa tecnológica, visando o aumento da competitividade e a redução das diferenças regionais; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas (ações estruturadas) junto às instâncias deliberativas da Finep.

Área de Apoio à Ciência, Inovação, Infraestrutura e Tecnologia (ACIT) – fomentar e apoiar ações de C,T&I das universidades e instituições de pesquisa, com o objetivo de promover o fortalecimento institucional tanto das instituições emergentes como das consolidadas, reforçando sua vocação regional, sua infraestrutura e seus grupos de pesquisa cuja temática esteja orientada para a consolidação e a ampliação do conhecimento nas respectivas Áreas. Identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da Finep.

Diretoria de Inovação (DRIN) – fomentar as ações de pesquisa e desenvolvimento executadas pelo Setor Empresarial.

Área de Financiamento (AFI) – financiar os planos e projetos de P&D e Inovação nas empresas, que resultem na criação e manutenção de vantagem competitiva, e contribuam para o desenvolvimento econômico e social do País, em consonância com as políticas governamentais, por meio de instrumentos de crédito, subvenção econômica e apoio a cooperação com instituições científicas e tecnológicas; identificar, propor e formular políticas, diretrizes e programas junto às instâncias deliberativas da Finep.

Área de Apoio a Projetos Inovadores e Descentralização (APID) – apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas por meio da concessão de recursos de subvenção

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

econômica, crédito reembolsável em consonância com as políticas e diretrizes governamentais. Estruturar e implementar os programas de descentralização de crédito reembolsável e subvenção.

Área de Investimento (AINV) – apoiar a Diretoria-Executiva em todas as ações de investimento, sendo responsável pela elaboração das Políticas de Investimento e de Diversificação de Risco; coordenar tecnicamente a cooperação da Finep com o BID/FUMIN para desenvolvimento da indústria de *seed venture* e *private equity* no Brasil, em todas as suas ações de investimento e empreendedorismo inovador.

Superintendência Regional de São Paulo–SP (SRSP) – apoiar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas empresas e instituições científicas e tecnológicas brasileiras através do fomento, análise e acompanhamento de projetos e concessão de recursos de crédito, subvenção e demais instrumentos não reembolsáveis, em consonância com as políticas governamentais vigentes, e com o intuito de gerar o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país. Atuar predominantemente nos segmentos setoriais de seus departamentos e também nos demais setores nas empresas abrangidas na região geográfica do Estado de São Paulo.

Diretoria de Gestão Corporativa (DGES) – unidade responsável pela integração das funções de gestão de pessoas, modelagem organizacional, tecnologia da informação e logística.

Área de Gestão de Pessoas (AGEP) – gerenciar as atividades de gestão e desenvolvimento do quadro de pessoal da Finep.

Área de Modelagem Corporativa (AMOC) – apoiar a melhoria permanente dos resultados corporativos por meio de ações integradas voltadas para a inovação e a gestão dos processos e sistemas de trabalho.

Área de Tecnologias da Informação (ATI) – gerenciar recursos associados à infraestrutura e sistemas e projetos de modernização de Tecnologia da Informação da Finep, de forma a garantir o suporte adequado às diretrizes estratégicas da Empresa.

Área de Logística (ALOG) – planejar e executar a gestão de compras e aquisição de serviços, bem como prestar apoio logístico às atividades desenvolvidas pela Empresa, responsabilizando-se pelos serviços de protocolo e arquivo de documentos.

1.6. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A descrição dos processos finalísticos da Finep encontram-se listados abaixo.

Financiamento reembolsável (Inova Brasil – CP/SF) – Processo que tem por finalidade receber propostas de financiamento de projetos de inovação. O processo inicia-se por uma Consulta Prévia (CP), que quando aprovada dará origem a uma Solicitação de Financiamento (SF). As propostas são analisadas do ponto de vista técnico, jurídico, financeiro e de garantias (Anexo II).

- Financiamento reembolsável (Finep 30 dias) – Substitui o Inova Brasil – CP/SF como modalidade de financiamento reembolsável. O processo inicia-se pelo cadastro da empresa no sistema Finep 30 DIAS. É realizada a análise cadastral da empresa e quando aprovada permite a

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

empresa propor um projeto de financiamento. A proposta é devidamente avaliada quanto às questões técnicas, jurídicas e financeiras. Durante os processos de análise (da empresa e do projeto) são gerados dois índices: de inovação e de empresa que servem de parâmetro para avaliar o projeto e a empresa (Anexo III).

- Subvenção Econômica Nacional – Processo que tem por finalidade selecionar projetos de inovação para apoio com recursos subvencionados. O processo é realizado através do lançamento de um Edital e existem três modelos de processo: Em três fases, duas fases e duas fases com reembolsável (Anexo IV).

- Subvenção Econômica Regional – É o processo destinado a subvencionar projetos de inovação de menor vulto. É realizado através da seleção de agentes descentralizados que irão realizar o programa no âmbito da sua região (Anexo V).

- Programa Integrador Modelo I – Programa realizado em parceria com outras instituições/ministérios que tem por finalidade reunir projetos/programas de inovações com a finalidade de oferecer, simultaneamente, os produtos reembolsáveis e não-reembolsáveis da Finep. Tem por produto final um plano de trabalho que deverá gerar diretamente os contratos de financiamento.

- Programa Integrador Modelo II – Programa realizado em parceria com outras instituições/ministérios que tem por finalidade reunir projetos/programa de inovações a fim de oferecer, simultaneamente, os produtos reembolsáveis e não-reembolsáveis da Finep. Tem por produto final um plano de trabalho que deverá gerar propostas de crédito, subvenção e projetos de convênios e termo de cooperação.

- Programa de Descentralização INOVACRED – Programa que tem por finalidade realizar a seleção de agentes que devem operar os recursos de crédito (reembolsável) da Finep no âmbito regional, como forma de descentralizar recursos e atingir empresas de menor porte (Anexo VI).

- Programa de Descentralização TECNOVA – Programa que tem por finalidade realizar a seleção de agentes que devem operar os recursos de subvenção econômica da Finep no âmbito regional, como forma de descentralizar recursos e atingir empresas de menor porte (Anexo VII).

- Operacionalizar Fundos de Investimento – É o processo de identificar e selecionar fundos de investimento que possuem foco em inovação e aportar recursos Finep (Anexo VIII).

- Realizar atividades de fomento em *Seed e Venture Capital* (Anexo IX).

- Investimento Direto em Participações – É o processo de fomentar, identificar e analisar proposta de investimento direto em empresas que possuem foco em inovação ou de grande valor tecnológico para o país (Anexo X).

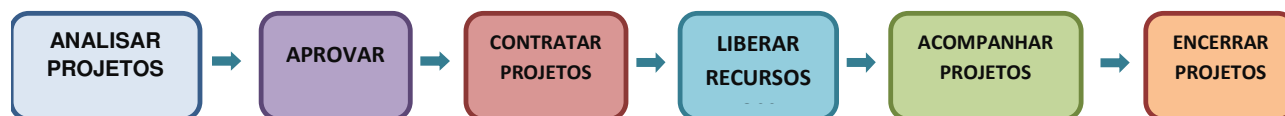
- Convênios e Termos de Cooperação – Projetos de Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs. É o processo que objetiva financiar os projetos de ciência, inovação e tecnologia de ICTs. É realizado através do lançamento de Editais específicos (Anexo XI). Esse processo refere-se às operações não reembolsáveis processadas nas UGs 360001 e 410049, contratos e convênios e FUNTTEL não reembolsável, respectivamente.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Em geral, os macroprocessos que se referem ao apoio a projetos também podem ser representados pela FIGURA I que contempla as cinco principais etapas realizadas pela Finep para o apoio a projetos de inovação.

FIGURA I – Processo Geral para Apoio a Projetos



Fonte: Finep - APLA

1.7. MACROPROCESSOS DE APOIO

Para a operação de seus macroprocessos finalísticos a Finep utiliza os macroprocessos de apoio listados a seguir:

- Macroprocesso Recursos Humanos (Anexo XII)
- Macroprocesso Tecnologia da Informação (Anexo XIII)
- Macroprocesso Assessoria Jurídica (Anexo XIV)
- Macroprocesso Ouvidoria (Anexo XV)
- Macroprocesso Comunicação (Anexo XVI)
- Macroprocesso Suprimentos (Anexo XVII)
- Macroprocesso Apoio Administrativo (Anexo XVIII)

Além dos macroprocessos de apoio são executados os seguintes macroprocessos de gestão:

- Macroprocesso Gestão Estratégica (Anexo XIX)
- Macroprocesso Gestão Financeira (Anexo XX)
- Macroprocesso Gestão de Programas (Anexo XXI)
- Macroprocesso Gestão de Processos e Normalização (Anexo XXII)
- Macroprocesso Processo Decisório (Anexo XXIII)
- Macroprocesso Auditoria (Anexo XXIV)

1.8. PARCERIAS

Em 2013, parceiros contribuíram para que a Finep executasse sua missão institucional de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições, públicas ou privadas, que exerçam atividades de pesquisa e desenvolvimento. Algumas parcerias tiveram início em outros exercícios, e outras foram iniciadas e consolidadas em 2013 com a implementação do Programa Inova Empresa, conforme apresentado no item 1.3 desse relatório. No âmbito do Inova Empresa, destacam-se as seguintes parcerias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério da Defesa, Ministério do Meio Ambiente (MA), Ministério da Saúde (MS), Ministério das Comunicações (MiniCom), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Petrobras, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Espacial Brasileira (AEB), Agentes Financeiros nos Estados (Programa INOVACRED e Programa TECNOVA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico (CNPq).

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Além das parcerias mantidas para operacionalização do Programa Inova Empresa, a Finep conta também com recursos de outros órgãos para o desenvolvimento de outras ações. O MS e o MiniCom atuam em conjunto com a Finep também, no apoio à projetos na forma de encomendas e chamadas públicas, com a transferência de recursos .

De uma forma geral, essas parcerias ocorrem para financiar projetos nas modalidades crédito, subvenção econômica e financiamento não reembolsável à ICTs. Na modalidade crédito os recursos são movimentados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) na UG 365001; na modalidade não reembolsável para apoio à ICTs na UG 410049 quando se trata de recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL); e na UG 360001 Contratos e Convênios quando trata-se de recursos transferidos de outros órgãos. No anexo XXV são apresentadas as informações de alguns convênios firmados com parceiros, cujos recursos são gerenciados na UG 360001. A seguir serão descritas as principais parcerias desenvolvidas em 2013 não relacionadas ao Programa Inova Empresa.

1.8.1. PARCERIA COM O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

O Ministério das Comunicações aporta para a Finep recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL). Esse Fundo tem como objetivo estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações (Lei 10.052 de 2000).

Os recursos do FUNTTEL são disponibilizados à Finep de duas formas:

- Através de empréstimo à Finep para financiamento de projetos de empresas com enfoque na inovação do setor de telecomunicações e para aplicação em fundos de investimento destinados à subscrição sob a emissão pública ou privada de valores mobiliários para a promoção de acesso das empresas nacionais a recursos de capital, concedido através do instrumento crédito ou;
- Através da Unidade Gestora UG 410049 - FUNTTEL/Finep, na qual a Finep atua como agente financeiro do Fundo para concessão de recursos não-reembolsáveis a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs).

Em 2013, o empréstimo concedido à Finep foi de R\$ 200 milhões , sendo R\$ 100 milhões para crédito à empresas e R\$ 100 milhões para investimento em empresas nacionais. Com esses recursos, a Finep efetuou pagamentos de compromissos com projetos contratados em exercícios anteriores e contratou nova operação no valor total de R\$ 16,6 milhões, sendo que R\$ 13,3 milhões foram apoiados com recursos do Funttel. Os pagamentos, em 2013, foram da ordem de R\$ 70,6 milhões.

Em relação aos projetos não reembolsáveis, não houve contratação de novas operações em 2013. Entretanto, 22 operações contratadas em exercício anteriores oriundos de chamadas públicas e encomendas, receberam recursos no valor de R\$ 68,2 milhões. Das 22 operações, 12 referem-se a transferências legais para a Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). A relação dos projetos que receberam recursos no exercício encontra-se no anexo XXVI.

1.8.2. PARCERIA COM MINISTÉRIO DA SAÚDE

A parceria com o MS foi formalizada em 2005 para apoio a projetos com recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) e do FNDCT, voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico do Complexo Industrial da Saúde como parte das políticas específicas definidas pelo MCTI e MS.

Até 2007, a transferência de recursos do FNS ocorreu na Unidade Gestora (UG) 360001 – Contratos e Convênios por meio de convênios estabelecidos entre a Finep e a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do MS (SCTIES/MS). A partir de 2008, as transferências passaram a ser feitas diretamente do FNS ao FNDCT através UG 240901.

Dos convênios formalizados no âmbito da UG 360001, dois estavam vigentes em 2013 e um deverá ter o prazo prorrogado em 2014:

- Convênio MS x Finep – Portaria 1371/07 - R\$ 8.367.990,00
- Convênio MS x Finep – Portaria 0130/07 - R\$ 43.039.746,07
- Convênio MS x Finep – Portaria 0689/07 - R\$ 6.932.153,00

Em 2013, foi dado prosseguimento ao acompanhamento dos projetos contratados com recursos do FNS transferidos para UG 360001, selecionados por meio de chamadas públicas e encomendas da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE) do Ministério da Saúde. O convênio relativo à Portaria 1371/07 teve sua prestação de contas final encaminhada ao FNS. Em relação ao convênio referente à Portaria 0689/07, o saldo foi integralmente utilizado e deverá ter seu prazo prorrogado e o referente a Portaria 0130/07 será encerrado em 2014.

No tocante a parceria realizada com recursos das transferências feitas na UG 240901, foram lançadas duas chamadas públicas em 2013 com a combinação de recursos do Fundo CT-Saúde: i) Chamada Pública MCTI/Finep/MS/SCTIE/DECIIS–CT-Saúde e FNS–Pesquisa em Engenharia Biomédica–02/2013 e , ii) Chamada Pública MCTI/Finep/MS/SCTIE/DECIT – CT-Saúde e FNS – Desenvolvimento de Inovações para Prevenção e/ou Tratamento de Câncer – 01/2013. Como resultado dessas chamadas foram contratados 13 projetos. Além desses projetos, foram contratadas três encomendas no valor total de R\$ 15,6 milhões com recursos do FNS. A relação dos projetos que tiveram liberação com recursos do FNS encontra-se no anexo XXVII.

1.8.3. PARCERIA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Finep, desde 2003, mantém parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE/SENAES) com o objetivo de fomentar ações de desenvolvimento tecnológico e de geração de conhecimento aplicado a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), por meio do apoio às incubadoras de EES, no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC); implantação do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES); e produção de estudos e pesquisas sobre a geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias. O convênio firmado entre a Finep e o MTE tem prazo de encerramento previsto para 2016.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

No exercício de 2013 não houve novas contratações pela FINEP, tendo sido realizadas atividades de acompanhamento técnico e financeiro das operações contratadas até 2012.

A liberação de recursos financeiros em 2013 totalizou o montante de R\$ 0,7 milhão. A relação dos projetos que receberam recursos dessa fonte em 2013 encontra-se detalhada no Anexo XXVIII.

1.8.4. PARCERIA COM MINISTÉRIO DO TURISMO

A Finep, desde 2007, mantém parceria com o Ministério do Turismo (MTur) com o objetivo de fomentar a incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na cadeia produtiva do turismo e a produção de conhecimento sobre a geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias nesta cadeia produtiva. O convênio firmado com o MTur tem prazo de encerramento previsto para 2014.

No exercício 2013 foi contratado um novo projeto pela Finep, no valor de R\$ 1,6 milhão. Também foram realizadas atividades de acompanhamento técnico e financeiro das operações contratadas até 2012.

A liberação de recursos financeiros em 2013 totalizou o montante de R\$ 2,2 milhões. A relação dos projetos que receberam recursos dessa fonte em 2013 encontra-se detalhada no Anexo XXIX.

1.8.5. PARCERIA COM AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

A Finep, credenciada pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) em dezembro de 2007 e pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) em setembro de 2008, foi a primeira instituição financeira contratada como agente financeiro para operação das linhas de produção e distribuição de obras audiovisuais para cinema e televisão, relacionadas a seguir:

- Linha A - Produção cinematográfica: investimento na produção de obras cinematográficas de longa-metragem;
- Linha B - Produção para televisão: investimento na produção independente de obras audiovisuais para o mercado de televisão, privada ou pública, aberta ou por assinatura;
- Linha C - Aquisição de direitos de distribuição cinematográfica: investimento na aquisição de direitos de exploração comercial de obras cinematográficas de longa-metragem nos diversos segmentos de mercado visando à sua posterior distribuição;
- Linha D - Comercialização de obras cinematográficas: Investimento na comercialização de obras cinematográficas de longa-metragem em salas de cinema.

A FINEP foi responsável pelo lançamento das chamadas públicas das linhas de ação descritas acima entre os anos de 2008 a 2010.

No final de 2012 encerrou-se a vigência do contrato celebrado entre ANCINE e Finep que objetivava reger a forma e as condições de transferência dos recursos do FSA.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) foi contratado para atuar como novo agente financeiro do FSA. Reuniões e negociações foram realizadas entre a ANCINE e a Finep em 2013 dentro do escopo do processo de transição da carteira contratada pela Finep para a gestão do BRDE.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Em 2013, foi dado prosseguimento aos processos de acompanhamento, liberação e contratação de projetos selecionados para investimento do FSA nas Chamadas Públicas lançadas em anos anteriores pela Finep. A carteira de projetos relacionados a esta ação ao final de 2013 era composta por 173 projetos no valor Finep de R\$ 156,1 milhões, sendo 39 operações no valor de R\$ 37,5 milhões contratadas no exercício. Do conjunto de operações vigentes em 2013, 65 receberam liberações no valor de R\$ 32,7 milhões conforme Anexo XXX.

1.8.6. PARCERIA COM FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

No período de 2003 e 2008 a Finep, como Agência Financeira Oficial de Fomento do Governo Federal, utilizou um procedimento intitulado Proposta de Transferência Financeira (PTF), que consistia na transferência de recursos do Orçamento Geral da União (Unidade Gestora 240901 – FNDCT) à Finep (Unidade Gestora 36001 – Gestão Contratos e Convênios), para posterior financiamento não reembolsável de projetos oriundos de chamadas públicas e encomendas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

No total foram aprovadas 66 PTFs, das quais 86% já foram encerradas, sendo que sete foram encerradas no exercício 2013 (QUADRO IV). O processo de encerramento de uma PTF consiste na devolução ao FNDCT de saldos referentes à diferença entre os recursos transferidos à Finep e os recursos pagos para os projetos enquadrados nas respectivas PTFs. Este processo é feito somente após o desembolso integral dos recursos dos projetos nela enquadrados, ou ainda após o vencimento do prazo de execução dos projetos.

QUADRO IV – PTFs Encerradas em 2013

PTF	Descrição	Saldo Devolvido ao FNDCT
PTF - 027/03	CHAMADA PÚBLICA BIOTEC 001/03	0,16
PTF - 041/05	CHAMADA REDE GEODINÂMICA	0,61
PTF - 049/05	CHAMADA AQUICULTURA	0,70
PTF - 051/05	ENCOMENDA NANOTECNOLOGIA/LABORATORIOS ESTRATÉGICOS	0,75
PTF - 053/05	CHAMADA PÚBLICA RBT 05/2005	0,46
PTF - 069/05	ENCOMENDA AÇÃO TRANSVERSAL - METROLOGIA QUÍMICA	0,51
PTF - 075/07	FATORES DE COAGULAÇÃO SANGUÍNEA	0,13
Total		3,32

Fonte: Finep - ACOT

Permanecem ativas nove PTFs, por apresentarem projetos vigentes (QUADRO V). O saldo dessas PTFs em 31/12/2013 totaliza o montante de R\$ 41,5 milhões. A relação dos projetos que receberam recursos de PTFs em 2013 encontra-se no anexo XXXI.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO V – PTFs Ativas em 2013

PTF	Descrição	Saldo Em 31/12/13
PTF - 023/03	ENCOMENDA BIOFÁBRICA	1,36
PTF - 024/03	CHAMADA PÚBLICA CT INFO 001/03 -	1,94
PTF - 029/03	CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA EMPRESAS QUE EXECUTAM PDTI OU PDTA	2,72
PTF - 048/05	CHAMADA PROJETOS ESTRUTURANTES	2,67
PTF - 065/05	ENCOMENDA TRANSVERSAL CT-SAÚDE - PESQUISA CLÍNICA	2,21
PTF - 067/05	ENCOMENDA PROJETOS PRIORITÁRIOS	3,19
PTF - 073/06	PROJETOS ESTRATÉGICOS/06	11,97
PTF - 074/06	SUBVENÇÃO ECONÔMICA	14,48
PTF - 077/08	FINEP/FNS -PESQUIISA CLÍNICA 02/07	1,04
Total		41,57

Fonte: Finep/ACOT

Para 2014, estima-se o encerramento de oito PTFs por terem os prazos de execução de projetos expirados e a previsão de devolução de R\$ 38,8 milhões de recursos para o FNDCT.

1.8.7. OUTRAS PARCERIAS

1.8.7.1. PARCERIA COM MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

Em dezembro de 2004, através do convênio 15/2004 a Finep formalizou parceria com o MCTI e a Agência Espacial Brasileira (AEB) para apoio ao Projeto de Reconstrução da Torre Móvel de Integração (TMI) e Lançamento do Veículo Lançador de Satélites (VLS), no Centro de Lançamento de Alcântara.

Até 2012 houve a liberação de R\$ 45,0 milhões para a AEB, não ocorrendo desembolso de recursos em 2013. O convênio formalizado entre a Finep e o MCTI/AEB será finalizado em 2014 com a previsão de devolução de R\$ 0,5 milhão.

1.8.7.2. PARCERIA COM EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

A parceria da Finep com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) foi feita na Unidade Gestora 360001 – Contratos e Convênios. A FINEP atuou em conjunto com a INFRAERO na busca de soluções de gerenciamento adequado de recursos hídricos em aeroportos, com foco em gestão de uso e reuso em sítios aeroportuários gerenciados pela INFRAERO.

No âmbito desta parceria, foi lançada em 2005 a Chamada Pública MCT/FINEP/CT-HIDRO–Águas em Aeroportos-03/2005. Essa Chamada contou com recursos do FNDCT/CT-Hidro e da INFRAERO para apoio financeiro a projetos de uso e conservação de recursos hídricos em ambiente aeroportuários nos temas: engenharia, arquitetura e demais especialidades, otimização do consumo, reciclagem, tratamento de esgoto, reuso, drenagem de pistas e áreas externas (macrodrenagem), aquíferos e tecnologia e ferramentas de apoio à gestão.

O convênio com a INFRAERO foi encerrado em 2013.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES

O planejamento das ações da Finep está baseado nas orientações estratégicas do Governo Federal e tem relação com os seguintes documentos:

1) Estatuto da Finep: em consonância com o artigo 3º do seu estatuto, aprovado por meio do decreto no 1.808, de 7 de fevereiro de 1996 e alterações posteriores, a Finep tem se empenhado cada vez mais em apoiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal.

2) Planos do Governo Federal:

- O Governo Federal tem envidado esforços significativos para a promoção do desenvolvimento nacional. Nesse sentido, a Mensagem Presidencial do PPA 2012-15 destaca como um dos 11 macro desafios para o período, “consolidar a ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento econômico brasileiro”;

- A inovação é um dos temas transversais que permeia o Plano Brasil Maior (PBM), por meio do qual o governo federal estabelece a sua política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014. Em relação aos objetivos do PBM no que tange à inovação, destaca-se a orientação de que as políticas em curso sejam aprofundadas, buscando maior inserção em áreas tecnológicas emergentes, o que envolve movimentos de diversificação de grandes empresas domésticas e criação de novas empresas para explorar oportunidades tecnológicas latentes. A articulação entre políticas de ciência e tecnologia e políticas industriais, de modo a construir novas empresas ou fomentar a diversificação de atividades de empresas existentes em setores ainda relativamente frágeis (saúde, tecnologia da informação e comunicação–TIC e tecnologias emergentes, como nanotecnologia e biotecnologia), deve ser uma referência para o fortalecimento do sistema público de financiamento e estímulo à inovação;

- A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), definida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação (MCTI) para o período de 2012 a 2014, destaca que é preciso fortalecer os instrumentos destinados a ampliar o esforço de inovação no setor produtivo brasileiro, pois evidências recentes mostram que as políticas de apoio à inovação têm impactos positivos na ampliação dos esforços tecnológicos das empresas apoiadas.

Uma vez estabelecido que C,T&I são eixos estruturantes do desenvolvimento sustentável brasileiro e definidos os desafios a serem enfrentados pela ENCTI, foi necessário apontar os objetivos e os caminhos para alcançá-los. Nesse sentido, a ENCTI estabeleceu quatro eixos de sustentação (QUADRO VI) e os programas prioritários listados a seguir, que envolvem as cadeias mais importantes para impulsionar a economia brasileira.

QUADRO VI – Eixos de Sustentação da ENCTI 2012-2015

Eixo de Sustentação ENCTI	Objetivo
Promoção da inovação nas empresas	Ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do país, com vistas ao aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional.
Novo padrão de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico	Ampliar os recursos destinados ao desenvolvimento da base científica nacional e à inovação tecnológica
Fortalecimento da pesquisa e da infraestrutura científica e tecnológica	Fortalecer a pesquisa e a infraestrutura científica e tecnológica, de modo a proporcionar soluções criativas às demandas da sociedade brasileira e uma base robusta de esforço à inovação.
Formação e capacitação de recursos humanos	Ampliar o capital humano capacitado para atender as demandas de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país.

Fonte: ENCTI 2012-2015

Programas Prioritários – ENCTI 2012-2015:

- Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)
- Fármacos e Complexo Industrial da Saúde
- Petróleo e Gás
- Complexo Industrial da Defesa
- Aeroespacial
- Nuclear
- Fronteiras para a Inovação
 - Biotecnologia
 - Nanotecnologia
- Fomento a Economia Verde
 - Energias Renováveis
 - Mudanças Climáticas
 - Biodiversidade
 - Oceanos e Zonas Costeiras
- C,T&I para o Desenvolvimento Social
 - Popularização da C,T&I e Melhoria do Ensino de Ciências
 - Inclusão Produtiva e Tecnologia Social
 - Tecnologias para Cidades Sustentáveis

Com base nesses Programas Prioritários a Finep definiu, para execução da sua Política Operacional 2012-2014, as seguintes Áreas Prioritárias:

- Tecnologias da Informação e Comunicação;
- Defesa e Aeroespacial;
- Petróleo & Gás;
- Energias Renováveis;
- Complexo da Saúde;
- Desenvolvimento Social e Tecnologia Assistiva.

Além destas áreas, a Finep priorizará as microempresas, pequenas empresas e empresas

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos Relatório de Gestão 2013

de pequeno porte, por meio de operações descentralizadas, e as tecnologias voltadas ao desenvolvimento de produtos e processos sustentáveis.

A gestão da Finep foi orientada ainda pelo Plano de Gestão Estratégica da Finep (PGE), que abrange o período de 2010 a 2025. Sua Visão de Futuro para 2025 é “Transformar o Brasil por Meio da Inovação”.

Desde a realização do PGE, a Finep tem buscado elementos para o fortalecimento da sua gestão. Em 2011 foram realizadas na empresa uma série de discussões sobre o ambiente de C,T&I, o papel da Finep e sobre qual seria a forma mais adequada de responder aos grandes desafios nacionais na área tecnológica. O resultado das discussões consistiu na percepção da necessidade e viabilidade de uma mudança profunda da Finep, desde o seu modelo institucional até o perfil desejado para seu corpo funcional. Além disso, o ambiente político-institucional mudou no período 2010-12, e esses dois fatores resultaram na constatação da necessidade de reorientação do PGE.

Adicionalmente, o MCTI demandou em 2011, estudos para a proposição do novo modelo institucional para a Finep. Como resultado, optou-se pela adoção do modelo de Agência de Fomento como uma referência para a discussão da tipificação da Finep e seu enquadramento como Instituição Financeira fiscalizada pelo BACEN. Assim no ano de 2012 foram feitas discussões com a participação dos gestores da Finep, o que resultou em ajustes no PGE, na elaboração e aprovação de um Plano de Ação 2012-14 e inclusive na definição de uma Visão de Futuro para 2015: “Mostrar-se relevante e imprescindível ao Sistema Nacional de CT&I”.

O Plano de Ação é um dos instrumentos do Planejamento Estratégico da Finep no qual são identificadas e validadas as atividades que serão realizadas anualmente pelas unidades da empresa para o alcance dos objetivos estratégicos da gestão, medidos pelos indicadores e metas institucionais anuais. O Plano foi organizado em diretrizes e ações estratégicas do PGE que deverão ser priorizadas no período da referência do Plano, bem como define as Atividades a serem executadas para o cumprimento das ações Estratégicas. A FIGURA II – Estrutura do Plano de Ação 2012-2014 demonstra sua forma de organização.

FIGURA II – Estrutura do Plano de Ação 2012-2014



Fonte: Plano de Ação 2012-2014

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

O Plano de Ação 2012-2014 aprovado em 2012 foi revisto em 2013. A alteração consistiu na mudança de três Ações Estratégicas do PGE, na revisão das atividades propostas para o exercício, com a incorporação de metas quantitativas e qualitativas, na modificação do modelo de acompanhamento, especialmente no que se refere a ferramentas e atividades de capacitação e comunicação e na revisão dos indicadores institucionais.

No total foram priorizadas 10 diretrizes estratégicas, 18 ações e estabelecidas 51 atividades para 2013.

Diretrizes Estratégicas priorizadas:

- 1) Diretriz 3: Atuar de forma proativa na formulação de políticas públicas aderentes à sua missão;
- 2) Diretriz 4: Viabilizar os recursos públicos necessários para alavancar o desenvolvimento nacional por meio da inovação;
- 3) Diretriz 5: Atuar em parcerias e alianças estratégicas, nacionais e internacionais;
- 4) Diretriz 6: Viabilizar a transformação da Finep em Agência de Fomento e Gestora de Recursos de modo a ampliar as fontes de captação;
- 5) Diretriz 7: Aumentar a abrangência e capilaridade dos seus programas, ações e instrumentos;
- 6) Diretriz 8: Integrar instrumentos financeiros e mecanismos de promoção da inovação, ampliando sua capacidade de apoio a programas de longo prazo;
- 7) Diretriz 9: Inovar continuamente sua gestão garantindo agilidade operacional, administrativa e transparência interna e externa;
- 8) Diretriz 10: Consolidar internamente políticas estratégicas integradas de gestão de pessoas, conhecimento, comunicação e marketing, infraestrutura física e sistemas de informação;
- 9) Diretriz 11: Assegurar o planejamento, o acompanhamento e avaliação como atividades prioritárias;
- 10) Diretriz 12: Valorizar o corpo funcional e capacitá-lo adequadamente para atuação de acordo com a missão e planejamento da empresa.

Ações Estratégicas aprovadas:

- 1) EIXO: Reposicionamento da Finep
 - a) Elaborar com os principais atores do sistema uma agenda indutora de longo prazo para a inovação.
- 2) EIXO: Sustentabilidade Financeira

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

- a) Ampliar as fontes de captação;
 - b) Concluir o processo de transformação da Finep em Agência de Fomento e Gestora de Recursos e implementar as adequações necessárias para sua atuação como instituição financeira.
- 3) EIXO : Gestão Operacional
- a) Alavancar os investimentos empresariais em PD&I, visando alcançar índices definidos nas Políticas Industrial e Tecnológica;
 - b) Viabilizar os recursos do FNDCT necessários ao atendimento da demanda das ICTs para C,T&I;
 - c) Estabelecer aliança estratégica como o BNDES e demais instituições financeiras públicas, potencializando ação integrada e complementar de apoio à inovação;
 - d) Ampliar parcerias internacionais com agências e instituições promotoras da inovação;
 - e) Criar e capacitar rede de agentes e parceiros estaduais para operar os instrumentos da Finep.
- 4) EIXO: Aperfeiçoamento Organizacional
- a) Estruturar a operação da Finep, adequando os instrumentos e a organização da empresa para a ação integrada focada em programas;
 - b) Simplificar, agilizar os processos de julgamento e tramitação de projetos;
 - c) Adotar gestão que assegure a transparência na atuação,
 - d) Adotar gestão que agilize os processos de análise das prestações de contas, com vistas ao encerramento de convênios e termos de cooperação;
 - e) Implementar a modelagem, otimização e modernização de processos e sistemas da Finep;
 - f) Viabilizar infraestrutura com foco na qualidade de vida, na melhoria contínua do ambiente de trabalho e na sustentabilidade ambiental;
 - g) Estabelecer política agressiva de comunicação institucional;
 - h) Fortalecer as atividades de formulação, acompanhamento e avaliação de impacto;
 - i) Implementar o monitoramento interno das atividades da Finep.
- 5) EIXO: Pessoas
- a) Elaborar e implementar sistema de gestão por competências que deve nortear a evolução nos cargos e nas carreiras da empresa;
 - b) Implementar programa de formação, capacitação funcional e educação continuada de seus empregados.

As atividades e metas que constaram do Plano de Ação de 2013 foram organizadas por Diretriz Estratégica do PGE priorizada no exercício, e encontram-se detalhadas no anexo XXXII. Em relação aos resultados de 2013, das 51 atividades, 26 atingiram completamente a meta proposta (51%); 17 alcançaram pelo menos 70% do que foi previsto (33%), oito não alcançaram 70% do que foi previsto (16%). No que diz respeito às metas não alcançadas, pode-se atribuir às dificuldades encontradas na definição de atividades e metas com baixa governabilidade ou ainda, a uma eventual falta de foco estratégico. Outros aperfeiçoamentos deverão ser feitos no processo de construção das metas de 2014. Esse tópico será objeto do item 2.6.1 indicadores do relatório.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Finep é uma empresa pública federal não integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Portanto, apenas os seus investimentos constam do Orçamento Geral da União, estando inseridos no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais no Programa de Gestão e Manutenção, distribuído em três ações, conforme QUADRO VIII abaixo:

QUADRO VII – Ações de Investimento da Finep Previstas na LOA 2013

Programas de Gestão e Manutenção		R\$ 1,00	
LDO-2013, Anexo II, Inciso XIV		Recursos de todas as Fontes	
Programa:0807	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	Valor do Programa Constante no PLOA:	5.993.915.050
Órgão: 24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação			
Ação	Título	Unidade Orçamentária	Valor
4101	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	24202 - Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	12.200.000
4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	24202 - Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	2.224.500
4103	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	24202 - Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	14.153.000

Fonte: LOA – Lei nº 12.798 de 04/04/2013

Esses dispêndios, bem como os demais dispêndios da Finep e as origens de recursos necessários à execução da sua atividade, encontram-se detalhados a seguir no Programa de Dispêndios Globais (PDG) da Finep.

2.3. PLANO DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG

O Programa de Dispêndios Globais – PDG é um instrumento aprovado por Decreto, que estabelece as estimativas de recursos e os limites para os dispêndios e/ou aplicações das Empresas Estatais.

O PDG 2013 da Finep foi aprovado pelo Decreto nº 7.867 de 19.12.2012, após deliberação da Diretoria e do seu Conselho de Administração.

A Finep segue a estrutura do PDG definida para os bancos estatais, conforme determinação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST/MPOG), que consiste nos seguintes grupos:

- Discriminação das Origens de Recursos dos Bancos (DICORB): inclui todos os recursos, independente de sua origem ou natureza, com os quais a instituição planeja cobrir suas aplicações dentro do período de referência;
- Discriminação das Aplicações de Recursos dos Bancos (DICARB): abrange todas as aplicações em investimentos, despesas e pagamentos de amortizações de dívidas programados para o exercício de referência;

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos Relatório de Gestão 2013

- Fechamento do Fluxo de Caixa (FEFCx): reflete o saldo líquido disponível final, considerando as disponibilidades do ano anterior e a variação do disponível no período de referência.

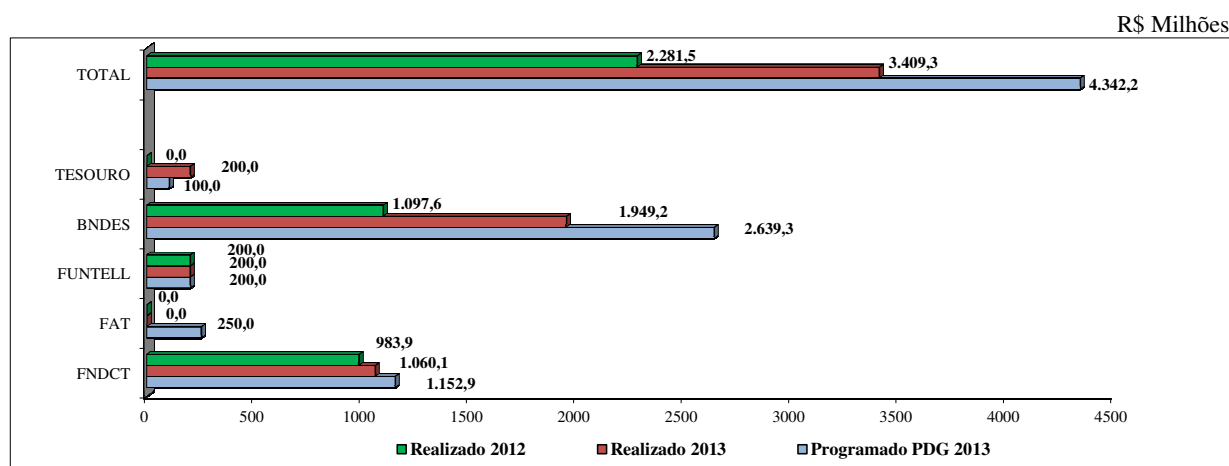
2.3.1.1. ORIGENS DE RECURSOS

As origens de recursos são divididas em dois grupos: Recursos, que demonstra o esforço de captação da Finep; e Receitas, que reflete o resultado das operações da Empresa.

Em 2013, os recursos captados pela Finep foram oriundos de empréstimos do Tesouro via BNDES destinados à operação do Programa de Sustentação do Investimento–PSI, empréstimos do FNDCT e do FUNTTEL, e depósitos especiais do FAT, sendo que a operação de cada um possui regulamentação e procedimentos distintos.

O GRÁFICO IV demonstra a execução do ingresso de recursos captados em 2013 em relação ao previsto no PDG, bem como sua evolução em relação a 2012.

GRÁFICO IV – Captação em 2013



Fonte: FINEP – ACOT

O ingresso de recursos captados em 2013 foi 49,4% superior ao executado em 2012, porém 21,5% abaixo do valor programado para o ano. O desempenho abaixo da expectativa se deve, em parte, a atrasos nos cronogramas de contratação e liberação de recursos para as operações de crédito, uma vez que, dependendo da fonte captada, o ingresso de recursos está condicionado a possibilidade efetiva de liberação por parte da Finep.

Ainda considerando este aspecto, vale destacar que a Finep negociou com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, a captação de até R\$ 250 milhões para aplicação no Programa INOVACRED de descentralização para concessão de financiamento às pequenas empresas de menor porte, cujo ingresso não se concretizou, principalmente pela falta de demanda efetiva por liberações por parte dos agentes financeiros.

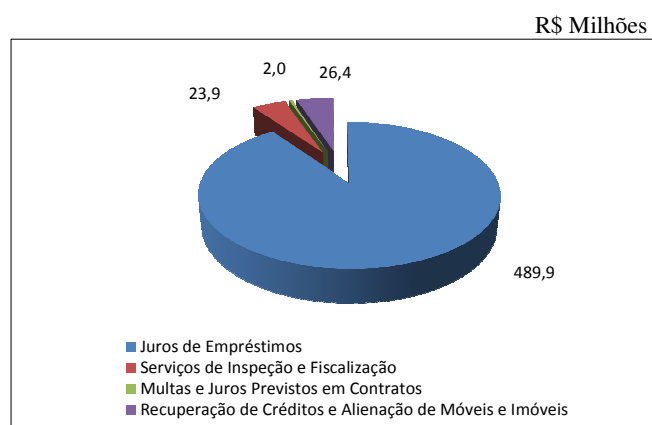
O grupo Receitas, por sua vez, reflete o resultado das operações da Finep, compreendendo recursos oriundos das rendas de operações de crédito, do rendimento das aplicações no Fundo Extra Mercado do Banco do Brasil (BB), do rendimento das aplicações diretas no TESOIRO, do recebimento de taxa de administração de recursos administrados pela Finep (FUNTELL e FNDCT), do ressarcimento pelo FNDCT das despesas operacionais do Fundo pagas pela Finep, da recuperação de créditos e alienação de móveis e imóveis. O total das receitas em 2013 foi de R\$

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos Relatório de Gestão 2013

906,1 milhões, representando um crescimento de 32,3% em relação aos R\$684,6 milhões de 2012. Esse valor representa 103,2% do valor programado para ano.

Os rendimentos de operações de crédito compõem o item de maior representatividade no grupo de receitas e são compostas pelos juros de empréstimos, multas, juros contratuais, as cobranças de serviços de inspeção e fiscalização de cada um dos contratos de crédito contratadas pela Finep e recuperação e amortização de empréstimos. O GRÁFICO V demonstra a composição das rendas de operação de crédito totalizou R\$ 541,2 milhões em 2013. Os juros correspondem a valores brutos de receita de juros, sem descontar os juros pagos pelos recursos captados, e incluem também os valores de equalização recebidos do FNDCT e do TESOURO, este último destinado à execução do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

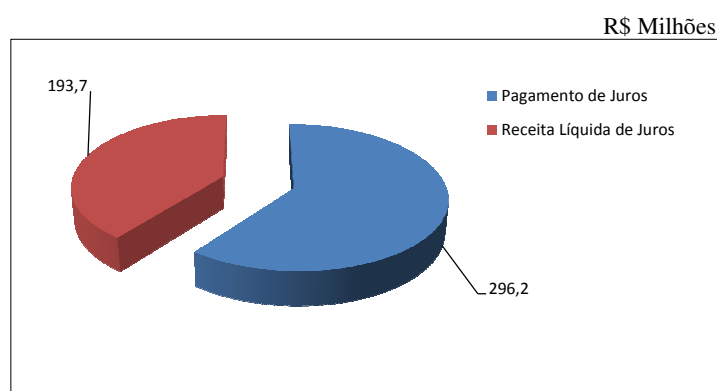
GRÁFICO V – Composição das Rendas de Operações de Crédito



Fonte: FINEP – ACOT

No que tange a composição da receita de juros de empréstimos (GRÁFICO VI), deduzindo-se o valor pago de juros pelos recursos captados de R\$ 296,2 milhões, resultou no valor de receita líquida de juros de R\$ 193,7 milhões, correspondente a aproximadamente 40% do seu valor originário.

GRÁFICO VI – Receita Líquida de Juros

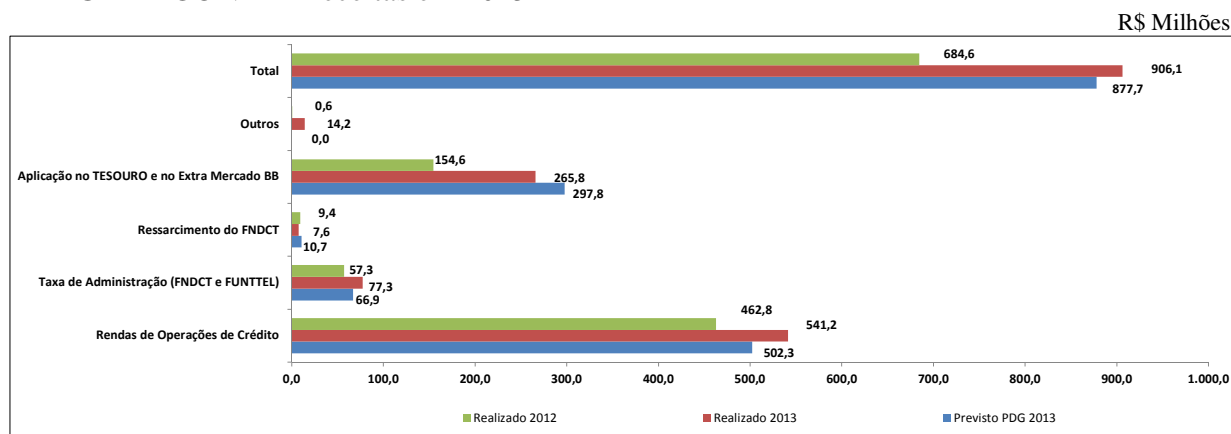


Fonte: FINEP – ACOT

O GRÁFICO VII demonstra os valores das receitas de 2012 e os valores programados e realizados em 2013.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos Relatório de Gestão 2013

GRÁFICO VII – Receitas em 2013



Fonte: FINEP – ACOT

2.3.1.2. APLICAÇÕES DE RECURSOS

As aplicações de recursos subdividem-se em três grupos:

- **Dispêndios de Capital:** é constituído pelas despesas com amortização, pagas às respectivas fontes de recursos utilizadas pela Finep, investimentos no ativo imobilizado, pagamento de dividendos ao Tesouro e inversões financeiras. Estas últimas se referem às aplicações nas atividades referentes ao instrumento operacional de Investimento em Fundos, através do qual a Finep faz investimento em fundos de empresas emergentes de base tecnológica, com recursos do FNDCT.
- **Dispêndios Correntes:** inclui as despesas com pessoal próprio, prestação de serviços de terceiros, propaganda, pagamento de juros às fontes, tributos e outros dispêndios correntes (aluguel, material de consumo e multas).
- **Aplicações em Operações de Crédito:** representa a variação do saldo de recursos aplicados em empréstimos e financiamentos aos diversos setores da economia (variações dos ativos de créditos).

O QUADRO VIII compara os valores programados e executados dos dispêndios em 2013, e sua evolução em relação a 2012, agregando-os nos grupos Dispêndios de Capital e Dispêndios Correntes.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO VIII – Dispêndios Executados em 2012 e 2013 e Projetados para 2013

R\$ Milhões

Discriminação	Executado 2013	Projetado 2013	% Execução Total	Executado 2012	% Executado 2013/2012
Dispêndios	1.001,63	1.442,37	69,44%	869,60	115,18%
Dispêndios de Capital	359,86	594,29	60,55%	330,76	108,80%
Amortização	270,25	311,59	86,73%	237,17	113,95%
Investimentos	0,54	28,58	1,90%	2,05	26,58%
Inversões de Capital	45,76	218,90	20,90%	50,83	90,02%
Dividendos	43,31	35,22	122,96%	40,71	106,39%
Dispêndios Correntes	641,76	848,09	75,67%	538,85	119,10%
Pessoal e Encargos Sociais	179,59	234,71	76,51%	146,61	122,49%
Serviços de terceiros	39,50	59,95	65,88%	36,02	109,65%
Utilidades e Serviços	1,99	2,79	71,18%	1,50	132,19%
Tributos e Encargos Parafiscais	89,03	103,11	86,34%	64,70	137,60%
Pagamento de Juros	296,23	388,95	76,16%	252,96	117,10%
Outros Dispêndios Correntes	35,44	58,57	60,51%	37,05	95,66%

Fonte: FINEP – ACOT

A seguir será detalhada a evolução das principais rubricas das aplicações de recursos em 2013:

- Amortização: as amortizações do FAT representaram quase 85% do valor pago em amortizações em 2013. Esse substancial pagamento de amortização ao FAT, ocorrido durante o ano, foi realizado de forma a manter volume de recursos em caixa abaixo do limite de 6% do total, conforme estabelecido pelo CODEFAT.
- Investimentos: a baixa execução desta rubrica deve-se, principalmente, a (i) não aquisição de novo andar no edifício do Rio de Janeiro, previsão constante tanto da programação original como de suas revisões, e a (ii) alteração do cronograma do Projeto MODERNIZE que adiou para 2014 a aquisição de equipamentos de TI prevista para 2013. Além disso, os demais investimentos previstos, como obras e aquisição de mobiliário e equipamentos, foram executados em valores significativamente abaixo daqueles projetados;
- Inversões de Capital – A reprogramação dos valores da rubrica foi realizada em função da aprovação do Fundo de Investimento em Participação – FIP INOVA EMPRESA, no valor de R\$ 200 milhões de recursos próprios para utilização em 2013. Porém, a realização desse valor não foi concluída no exercício.
- Pessoal e Encargos Sociais: as despesas com pessoal ficaram em torno de 23,5% abaixo do previsto, tendo em vista a frustração de algumas premissas definidas pela Área de Gestão de Pessoas (AGEP) que foram utilizadas no cálculo dos valores programados e nas duas revisões subsequentes ocorridas ao longo do ano. Dentre estas ocorrências, a que exerceu maior influência para que a execução desta rubrica não atingisse os valores previstos foi a implantação tardia do Programa de Aposentadoria Assistida – PAA em dezembro de 2013, culminando na postergação de dispêndios para 2014.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

- Serviços de Terceiros: o total gasto com esta rubrica foi cerca de 34% abaixo do projetado, sobretudo em função do atraso no cronograma do Projeto MODERNIZE.
- Pagamento de Juros: devido ao volume de liberações afetar diretamente esta rubrica, sua execução apresentou o mesmo desempenho do desembolso para operações de crédito, cerca de 76,16% em relação ao projetado;
- Outros Dispendios Correntes: No geral, esta rubrica apresentou 60,51% do projetado. Entre as despesas componentes, destacam-se o pagamento de multas, acordos que propiciaram relativa redução sobre despesas decorrentes de demandas trabalhistas historicamente provisionadas e participação no lucro ou resultado (PLR)

2.3.1.3. APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As Aplicações em Operações de Crédito refletem a variação de saldo total aplicado, ou seja, é a diferença entre o montante de liberações dos financiamentos concedidos e as amortizações resultantes destes financiamentos.

O QUADRO IX demonstra a projeção e a execução das Aplicações em Operações de Crédito realizada em 2013.

QUADRO IX – Aplicações em Operações de Crédito em 2013

Discriminação	R\$ Milhões		
	Projetado 2013	Executado 2013	% Execução
Financiamentos concedidos (A)	3.800,00	2.521,63	66,36%
Outros ¹ (A)	0,00	351,40	-
Recebimento de Amortizações (B)	894,41	887,88	99,27%
Outros ² (B)	0,00	352,39	-
Aplicações em Operações de Crédito (A-B)	2.905,59	1.632,76	56,19%

Fonte: FINEP – ACOT

Notas:

¹ Atualização Monetária, Variação Cambial e Correções

² Baixa Contábil, Variação Cambial e Correções

Com a redução da expectativa no volume de liberações para 2013, houve reprogramação do valor inicialmente previsto, referente ao desembolso para operações de crédito, de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 3,8 bilhões.

No que tange à execução, em 2013, o valor de R\$ 2,5 bilhões representou um crescimento de 43% em relação ao ano de 2012, ainda assim, ficou cerca de 34% aquém do valor previsto no PDG. Vale registrar que a expectativa acerca da execução desenhada no PDG de 2014 se pautou pelo fato de que a Finep alcançou em 2013 um recorde na contratação de operações de crédito (crescimento de aproximadamente 4 vezes em 4 anos), e a relativa frustração no volume de liberações, se deve, sobretudo, a atrasos nos cronogramas de contratação e liberação de recursos para as operações de crédito, conforme já registrado no item 2.2.1.1.

2.4. ANÁLISE DO DESEMPENHO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 2013, o processamento das operações de crédito da Finep ocorreu de três formas: Sistema Intranet, Programa de Descentralização de Crédito (Programa Inovacred) e Sistema Finep 30 Dias. Com a implantação do Sistema Finep 30 Dias em setembro de 2013, tornou-se obrigatória a apresentação de pedidos de financiamento na modalidade crédito no novo sistema.

O Finep 30 Dias, compreende a submissão pela empresa, de um Plano Estratégico de Inovação (PEI), em uma única etapa, diferentemente do modelo utilizado anteriormente, que previa a apresentação da solicitação de recursos em duas etapas: Consulta Prévia (CP) e Solicitação de Financiamento (SF).

Para as CPs em análise ou enquadradas até 02/09/13, foi facultada à empresa demandante de recursos, a apresentação da SF no novo sistema, porém, algumas empresas visando a agilização da resposta ao pedido de financiamento optaram por apresentar após o enquadramento da CP, o projeto na forma de PEI. No que se refere ao Programa Inovacred, o registro do pedido de crédito dá-se em um sistema próprio, após o credenciamento dos parceiros e da assinatura de um contrato entre a Finep e o banco credenciado.

O QUADRO X demonstra o esforço operacional da Finep para processamento das operações de crédito em 2013, considerando as seguintes formas de processamento: i) apresentação de CP e SF através do Sistema Intranet, ii) apresentação de CP via Sistema Intranet e PEI Sistema Finep 30 Dias, iii) apresentação de PEI pelo Sistema Finep 30 Dias e iv) Programa Inovacred.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO X – N° e Valor das Operações de Crédito Processadas em 2013

Sistema Intranet (2 fases)		
	N° de Propostas	Valor (R\$ Milhões)
CPs Recebidas	139	9.567,57
CPs Enquadradas	122	8.654,01
SFs Recebidas	112	7.472,72
SFs Aprovadas	105	7.009,23
SFs Contratadas	96	5.300,20
Sistema Finep 30 Dias (1 fases)		
	N° de Propostas	Valor (R\$ Milhões)
PEIs Recebidas ⁽¹⁾	168	11.073,44
PEIs Aprovadas ⁽²⁾	56	3.781,19
PEIs Contratadas ⁽³⁾	1	206,31
Notas:		
(1) Estão incluídos 57 PEIs no valor de R\$ 3.371,62 milhões cujas CPs foram apresentadas no Sistema Intranet		
(2) Estão incluídos 26 PEIs no valor de R\$ 2.145,04 milhões cujas CPs foram apresentadas no Sistema Intranet		
(3) Inclui 1 PEI no valor de R\$ 206,31 milhões cuja CP foi apresentada no Sistema Intranet		
Programa InovaCred		
	N° de Propostas	Valor (R\$ Milhões)
Solicitação de Credenciamento	15	814,95
Credenciamentos Aprovados	14	793,35
Agentes Contratadas	11	779,95
Total		
	N° de Propostas	Valor (R\$ Milhões)
CPs Recebidas	139	9.567,57
CPs Enquadradas	122	8.654,01
SFs Recebidas	124	8.121,07
SFs Aprovadas	118	7.807,58
SFs Contratadas	107	6.080,15
PEIs Recebidas	168	11.477,09
PEIs Aprovadas	56	3.781,19
PEIs Contratadas	1	206,31

Fonte: Finep – APLA

O QUADRO XI apresenta os valores, ao final de cada exercício (2009 a 2013), referente ao saldo total a desembolsar da carteira contratada mais o saldo integral da demanda potencial relativo às operações de crédito em contratação e em análise.

A demanda total por crédito em dezembro de 2013 representou um crescimento significativo em relação aos anos anteriores. Em 2013 o crescimento foi de 1,9 vezes comparando-se aos valores de 2012 e chegou ao patamar de R\$ 17,1 bilhões, compondo um portfólio de 403 operações. Destes, 108 referem-se a demandas em análise, 87 em processo de contratação e 208 referem-se à carteira contratada em fase de desembolso.

QUADRO XI – Evolução da Demanda por Financiamento

Em R\$ Milhões Correntes

Status das Operações	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	Nº de Operações em Dez 2013
Saldo Contratado a Desembolsar	912,7	1.706,30	1.919,00	2.638,40	6.643,47	208
Em Contratação	466,7	309,6	643,4	1.271,60	5.720,12	87
Demanda em Análise	3.599,60	3.305,60	2.966,60	5.265,50	4.723,81	108
Sfs e PEIs em Análise	2.342,60	1.550,70	934,5	1.319,10	4.059,10	79
Aguardando SF	706,4	760,8	1.493,40	646,3	517,61602	14
CP em Análise	550,6	994,1	538,7	3.300,10	147,09	15
Total	4.979,00	5.321,50	5.529,00	9.175,50	17.087,40	403

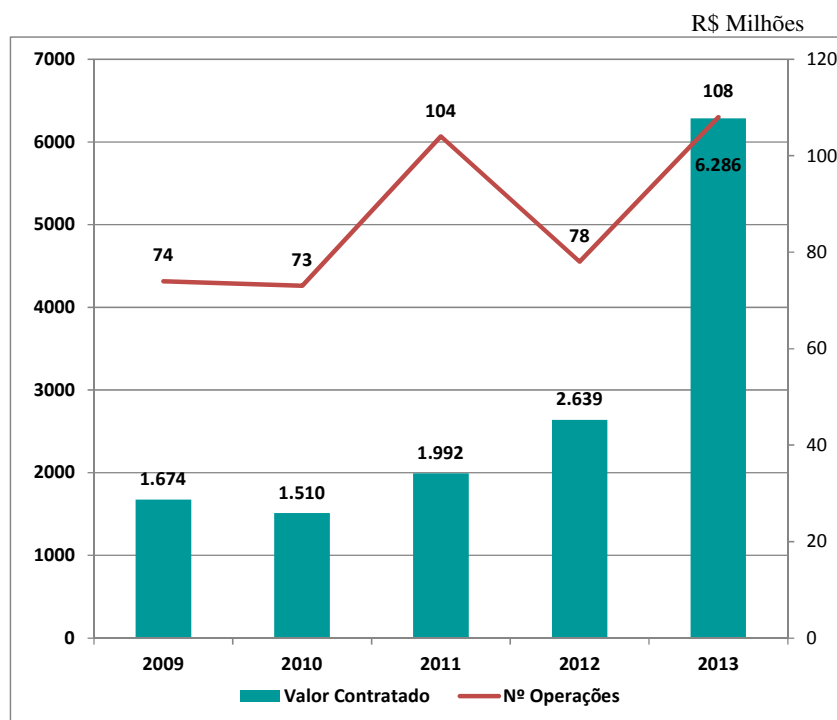
Fonte: Finep - APLA

2.4.1. EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 2013, houve a contratação de 108 novas operações na modalidade financiamento reembolsável, sendo 97 operações diretas e 11 operações indiretas referentes à parceira com os estados para descentralização do crédito para pequenas empresas de menor porte (micro, pequenas e médias) – Programa INOVACRED, totalizando o montante de R\$ 6.286,5 milhões. Do valor total contratado, 88% (ou R\$ 5,5 bilhões) correspondem às operações diretas.

Em relação ao número e valores consolidados, houve aumento de 38% no número de operações contratadas, e o valor destas operações cresceu 138%, comparativamente ao exercício de 2012, por sua vez, é possível observar no GRÁFICO VIII que no período de 2009 a 2013 o número de operações contratadas cresceu 1,5 vezes, enquanto o valor de contratação cresceu 3,8 vezes.

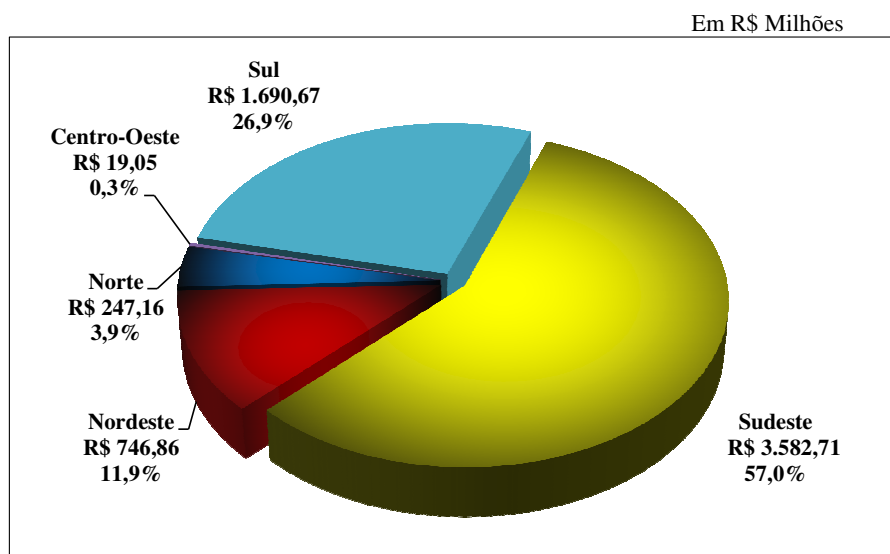
GRÁFICO VIII – Evolução das Contratações 2009 a 2013



O GRÁFICO IX ilustra a distribuição regional das operações contratadas em 2013, segundo o volume de recursos.

A concentração dos recursos das operações contratadas nas regiões Sul e Sudeste pode ser atribuída ao fato dos financiamentos da Finep serem acessados em sua maior parte por médias e grandes empresas, que estão localizadas predominantemente nessas regiões. A concentração da carteira nesses segmentos de empresas reflete as características do próprio instrumento de financiamento.

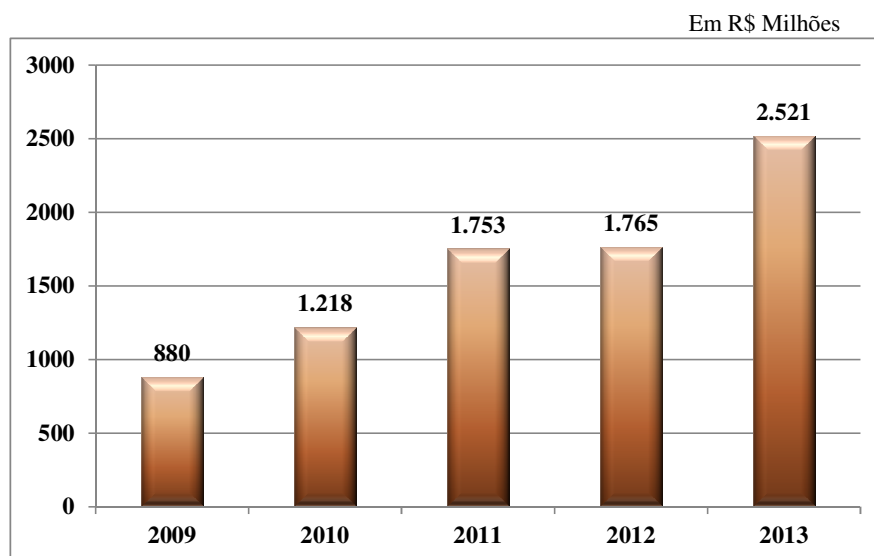
GRÁFICO IX – Valor das Contratações por Região



2.4.2. EVOLUÇÃO DAS LIBERAÇÕES NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O aumento no valor total das contratações foi acompanhado pelo aumento no valor total desembolsado para as operações reembolsáveis. Comparando-se o valor liberado em 2013 com o valor liberado em 2012, observa-se um aumento de 43% e, em relação a 2009, o aumento correspondeu a 286%, conforme GRÁFICO X.

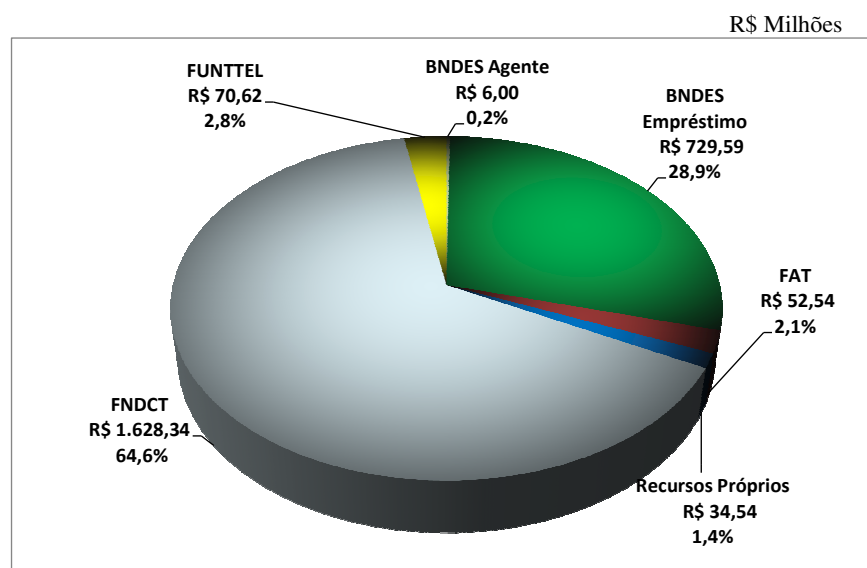
GRÁFICO X – Evolução das Liberações nas Operações de Crédito 2009 – 2013



Fonte: FINEP – ACOT

Do total de recursos liberados em 2013 (R\$ 2,5 bilhões), 99,6% foram destinados a empresas contratadas diretamente pela Finep e 0,4% para as empresas contratadas pelos parceiros estaduais no âmbito do Programa INOVACRED. Desses recursos, 2,1% foram provenientes do FAT, 64,6% do empréstimo do FNDCT à Finep, 1,4% de recursos próprios, 2,8% do FUNTTEL, 0,2% com recursos do PSI Agente e 28,9% do PSI Empréstimo, conforme GRÁFICO XI.

GRÁFICO XI – Liberações Efetuadas em 2013 por Fonte

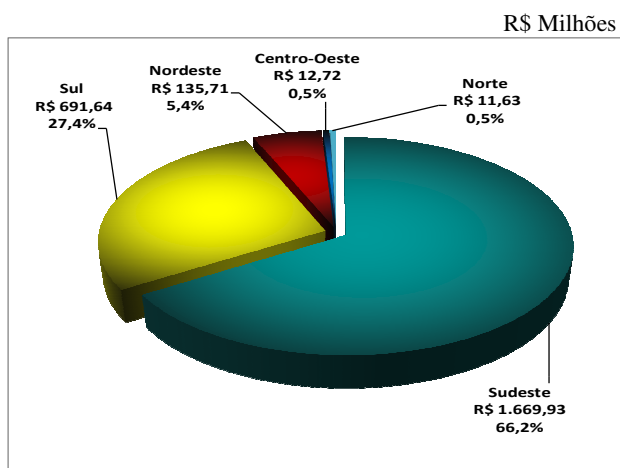


Fonte: FINEP - ACOT

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos Relatório de Gestão 2013

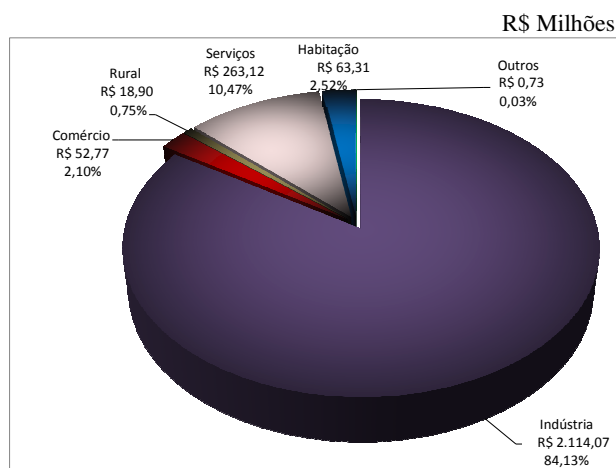
Em relação à distribuição regional das liberações, a exemplo das contratações, existe uma concentração de operações nas regiões Sul e Sudeste, que acompanha a distribuição regional da economia brasileira, conforme GRÁFICO XII. Em relação aos setores mais atendidos pelas liberações em 2013 foram o industrial e o de serviços (GRÁFICO XIII).

GRÁFICO XII – Liberações Efetuadas em 2013 por Região



Fonte: FINEP - ACOT

GRÁFICO XIII – Liberações Efetuadas em 2013 por Setor



Fonte: FINEP - ACOT

2.5. PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

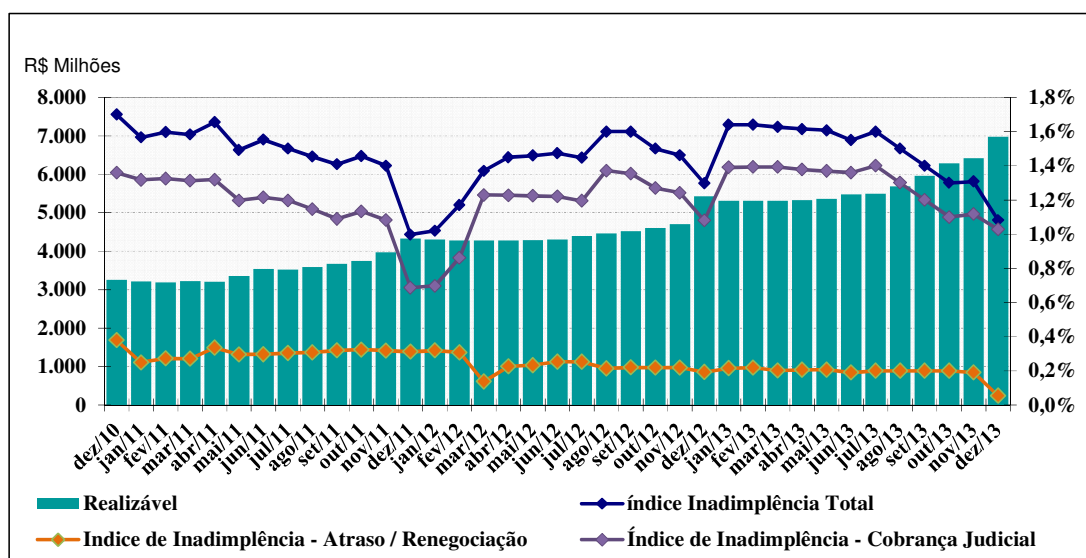
Considera-se como inadimplência a situação de atraso no pagamento das parcelas nas datas fixadas contratualmente. Caso não ocorra a quitação da dívida no prazo estabelecido, pode o devedor abrir junto a Finep processo de renegociação dos valores devidos. Não havendo iniciativa do financiado em renegociar a dívida ou ainda não ocorrendo acordo entre as partes, é aberto um processo de cobrança judicial.

A cobrança dos valores devidos ocorre em duas instâncias: cobrança extrajudicial ou judicial. No primeiro caso, a inadimplência é tratada internamente pela Finep, estando fora do âmbito judicial (operações em atraso e em renegociação), e no segundo caso, a inadimplência é executada judicialmente, podendo se apresentar em dois estágios: em execução ou em tramitação para execução judicial.

O GRÁFICO XIV mostra a evolução da inadimplência e do Ativo Realizável da Finep no período de 2010 a 2013. Nesse período a redução do Índice de Inadimplência Total caiu de 1,8% para 1,1%. Essa redução é explicada, por um lado, pelo crescimento do Ativo Realizável Total, relacionado diretamente ao aumento das operações de crédito da Finep, bem como pela concentração deste Ativo em operações de menor risco.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

GRÁFICO XIV – Evolução do Realizável e do índice de Inadimplência



Fonte: FINEP-DREC

Cabe observar que a inadimplência da Finep é composta, principalmente, por operações da carteira antiga da Finep e que, em grande parte, já se encontram em cobrança judicial. Nesse sentido, destaca-se o papel fundamental das análises de crédito e de garantias mais criteriosas para a manutenção do baixo nível de inadimplência nas novas operações.

De fato, essa característica fica evidente no GRÁFICO XIV que mostra que o comportamento dos Índices de Inadimplência Total e Inadimplência – Cobrança Judicial é praticamente idêntico no período 2010-2013. Já o índice Inadimplência – Atraso/Renegociação manteve uma média de 0,27% no período. Em Dezembro de 2013 esse índice foi de 0,05%.

O QUADRO XII mostra os valores recebidos pela Finep através de renegociação. Em 2013 os recebimentos de renegociação alcançaram o montante de R\$ 45,96 milhões, o que representa 4,75% da Receita da Finep. Em 2013 houve um incremento de 55,5% em relação à recuperação de crédito obtida no exercício de 2012.

QUADRO XII – Valores Recuperados e Resultados da FINEP

	Em R\$ milhões correntes			
	2010	2011	2012	2013
(A) Recebimentos de Renegociação	30,13	43,24	29,55	45,96
(B) Receita de Intermediação Financeira	471,69	541,66	751,95	968,21
(A+B) Participação dos Recebimentos sobre a Receita	6,39%	7,98%	3,93%	4,75%

Fonte: FINEP-ACRD

O resultado de 2013 teve impacto direto da renegociação de operações que estavam em cobrança judicial há mais de 15 anos. Do total de 12 propostas de renegociação aprovadas no ano, 10 se referem a contratos em cobrança judicial. Em especial, destaca-se que as renegociações de quatro desses contratos resultaram no recebimento de R\$ 19,6 milhões, o que representa 42,7% do total de recebimentos de renegociação no ano.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Nesse sentido, cabe ressaltar que a recuperação de crédito de operações que estão em cobrança judicial traz importantes benefícios para a Finep. Além da redução dos custos de manutenção vinculados à atividade de cobrança judicial, contribui para a redução das perdas de garantias com as execuções fiscais e trabalhistas. Outrossim, por se tratarem de operações em sua maior parte já apropriadas como perda (baixa contábil), a recuperação desses créditos impacta positivamente os resultados da Finep, aumentando os recursos disponíveis para novos investimentos.

2.6. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

2.6.1. INDICADORES

Os indicadores institucionais mantidos pela Finep resultam da necessidade de monitorar as ações em curso e os resultados alcançados em relação às metas e objetivos estratégicos estabelecidos para o período. Nesse sentido, eles têm como função medir o desempenho da organização, tanto na qualidade de agência de fomento quanto de secretaria-executiva do FNDCT, e representam um conjunto de informações essenciais para os gestores nos processos de planejamento, avaliação, controle e tomada de decisão. Os indicadores foram monitorados com periodicidade trimestral, e o resultado do acompanhamento é apresentado e discutido no Comitê de Planejamento (CPLAN), composto por todos os superintendentes da Finep, e nas reuniões da Diretoria-Executiva. A divulgação para toda a empresa é feita por meio da Intranet.

No ano de 2013, o sistema de medição de desempenho institucional, elaborado em 2012, foi revisto, com a inclusão e exclusão de indicadores e ajustes nas fórmulas e metas, a fim de refletir às diretrizes e atividades propostas para o exercício, mantendo-o alinhado às estratégias, competências e características da organização. A revisão foi orientada pela percepção dos gestores a respeito dos pontos críticos a serem gerenciados. Além disso, privilegiou-se a utilização de fórmulas simples, cujas variáveis pudessem ser extraídas diretamente do sistema de informação, ou de planilhas eletrônicas alimentadas periodicamente pelos gestores da Finep, de modo a proporcionar uma informação rápida, confiável e precisa.

Após a revisão, o sistema de medição de desempenho passou a ser composto por sete indicadores:

- Comprometimento de Recursos com Contração de Operações de Crédito;
- Desembolso para Operações de Crédito;
- Execução dos Recursos Financeiros do FNDCT disponibilizados para Operações Não-Reembolsáveis;
- Treinamento de Pessoal.
- Eficiência Operacional das Operações de Crédito.
- Encerramento de Projetos de Subvenção Econômica;
- Encerramento de Prestações de Contas de Convênios e Termos de Cooperação do Grupo Passivo.

Esses indicadores e os resultados obtidos no exercício estão detalhados nos QUADROS , XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX a seguir:

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO XIII – Indicador Comprometimento de Recursos com Contratação de Operações de Crédito

INDICADOR	Nome	Comprometimento de Recursos com a Contratação de Operações de Crédito
	Descrição	Verificar o crescimento do volume dos recursos contratados para operações de crédito
	Tipo	Eficácia
CÁLCULO	Responsável	Área de Controladoria - ACOT
	Fórmula de Cálculo	Somatório do valor contratado das operações de crédito
	Unidade de Medida	R\$ bilhões
	Fonte de Dados	Relatórios do Departamento de Planejamento Financeiro e Orçamentário (DPFO)
	Periodicidade	Trimestral
RESULTADO 2013	Meta prevista	R\$ 5,5 bilhões
	Meta realizada	R\$ 6,3 bilhões
	Análise Crítica	Meta superada. A contratação de R\$ 6,3 bilhões é o novo recorde histórico de contratações da FINEP.

Fonte: Finep – ACOT

QUADRO XIV – Indicador Desembolso para Operações de Crédito

INDICADOR	Nome	Desembolso para Operações de Crédito
	Descrição	Verificar o crescimento do volume de recursos desembolsados para operações de crédito
	Tipo	Eficácia
CÁLCULO	Responsável	Área Financeira e de Captação - AFC
	Fórmula de Cálculo	Somatório do valor desembolsado para as operações de crédito
	Unidade de Medida	R\$ bilhões
	Fonte de Dados	Relatórios do Departamento de Tesouraria da Finep (DTES1)
	Periodicidade	Trimestral
RESULTADO 2013	Meta prevista	R\$ 3,8 bilhões
	Meta realizada	R\$ 2,5 bilhões
	Análise Crítica	O valor de R\$ 2,5 bilhões representou o maior valor histórico de desembolso da FINEP e correspondeu a 66% da meta estabelecida

Fonte: Finep – AFC

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO XV – Indicador – Execução dos Recursos Financeiros do FNDCT Disponibilizados para Operações Não-Reembolsáveis

INDICADOR	Nome	Execução dos Recursos Financeiros do FNDCT disponibilizados para Operações não reembolsáveis
	Descrição	Verificar o volume de desembolso para operações não reembolsáveis em relação aos recursos financeiros disponibilizados pelo MCTI ao FNDCT no exercício.
	Tipo	Eficácia
CÁLCULO	Responsável	Área Financeira e de Captação (AFC) e Área de Controladoria (ACOT)
	Fórmula de Cálculo	Valor total desembolsado para as operações não reembolsáveis / (valor do saldo em caixa no início do exercício + valor dos recursos transferidos pelo MCTI para o caixa do FNDCT + valores arrecadados pela FINEP em nome do FNDCT - valores recebidos ou em caixa que não possuem correspondência orçamentária para sua utilização em 2013)
	Unidade de Medida	%
	Fonte de Dados	SIAFI e relatórios do Departamento de Planejamento Financeiro e Orçamentário (DPFO) e do Departamento de Tesouraria do FNDCT (DTES2)
	Periodicidade	Trimestral
RESULTADO 2013	Meta prevista	92,5%
	Meta realizada	99,75%
	Análise Crítica	Meta superada. A FINEP, além de ter executado quase a totalidade dos recursos do FNDCT, ainda terminou o ano com mais de R\$ 700,0 milhões retidos na tesouraria por falta de disponibilidade financeira do FNDCT. Os 0,3% não executados se referem a fontes de recursos que não possuíam mais demanda, logo, não puderam ser usados para amenizar os R\$ 700,0 milhões não atendidos.

Fonte: Finep – AFC/ACOT

QUADRO XVI – Indicador – Treinamento de Pessoal

INDICADOR	Nome	Treinamento de pessoal
	Descrição	Medir a participação dos empregados da FINEP em treinamentos
	Tipo	Eficácia
CÁLCULO	Responsável	Área de Gestão de Pessoas - AGEP
	Fórmula de Cálculo	Número de empregados que participaram de pelo menos um treinamento / número total de empregados da FINEP
	Unidade de Medida	%
	Fonte de Dados	Relatórios do Departamento de Carreiras e Educação Corporativa (DCEC)
	Periodicidade	Trimestral
RESULTADO 2013	Meta prevista	50%
	Meta realizada	63,7%
	Análise Crítica	As várias iniciativas de capacitação estruturadas pela AGEP, tais como a da HSM Educação, voltada para Capacitação de Gestores e potenciais Gestores, Mindquest (capacitação online) para todo corpo funcional, Excel (aproximadamente 350 empregados) e várias capacitações In Company, voltadas para as especificidades da FINEP, tem apresentado resultado positivo no objetivo de qualificação do corpo funcional da FINEP. Isto pode ser comprovado no resultado alcançado que ultrapassou a meta estabelecida para o ano de 2013.

Fonte: Finep – AGEP

QUADRO XVII – Indicador – Eficiência Operacional das Operações de Crédito

INDICADOR	Nome	Eficiência operacional das operações de crédito
	Descrição	Verificar a eficiência operacional da FINEP no que tange ao processamento (análise, apreciação, comunicação) das operações de crédito)
	Tipo	Eficiência
CÁLCULO	Responsável	Área de Planejamento (APLA) e Departamento de Gestão de Operações de Crédito (DGOC)
	Fórmula de Cálculo	Nº de projetos apreciados no exercício cujo tempo de resposta ao cliente não excedeu 30 dias / Total de projetos apreciados no exercício
	Unidade de Medida	%
	Fonte de Dados	Sistemas Finep
	Periodicidade	Trimestral
RESULTADO 2013	Meta prevista	10%
	Meta realizada	33%
	Análise Crítica	O indicador atingiu 33% das operações de crédito com resposta dentro do prazo estabelecido. Observa-se que o indicador, que era 3%, em setembro de 2013, superou a meta estabelecida com folga a partir da implantação do processo Finep 30 Dias - Crédito.

Fonte: Finep – APLA/DGOC

QUADRO XVIII – Indicador – Encerramento de Projetos de Subvenção Econômica

INDICADOR	Nome	Encerramento de projetos de Subvenção Econômica
	Descrição	Medir o número de projetos de subvenção encerrados
	Tipo	Eficácia
CÁLCULO	Responsável	Departamento de Prestação de Contas de Subvenção e Contratos (DPC2)
	Fórmula de Cálculo	Somatório de projetos de subvenção econômica com prestação de contas final aprovada referentes aos editais de 2006 e 2007 (Passivo)
	Unidade de Medida	Unidade
	Fonte de Dados	Sistemas Finep
	Periodicidade	Trimestral
RESULTADO 2013	Meta prevista	140
	Meta realizada	208
	Análise Crítica	O quantitativo retrata de forma acumulada os contratos de subvenção econômica referente aos editais de 2006 e 2007. O grande aumento em relação a última contagem se deve a dois fatores: à adição dos contratos rescindidos e ao aumento da força de trabalho com a realização de horas extras aos sábados. Quando da definição da meta esses fatores não estavam previstos.

Fonte: Finep – ACRD

QUADRO XIX – Indicador Encerramento de Prestações de Contas de Convênios e Termos de Cooperação do Grupo Passivo

INDICADOR	Nome	Encerramento de prestações de contas de convênios e termos de cooperação do grupo passivo
	Descrição	Verificar a redução de nº de convênios e termos de cooperação registrados no grupo de passivo (prazo de vigência até 31/12/10)
	Tipo	Eficácia
CÁLCULO	Responsável	Departamento de Prestação de Contas de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação (DPC1)
	Fórmula de Cálculo	[Nº de convênios e termos de cooperação com prazo de vigência até 31/12/10 registrados no SIAFI em 31/12/13 na situação adimplente/inadimplente] - [nº de convênios e termos de cooperação com prazo de vigência até 31/12/10 registrados no SIAFI em 31/12/12]
	Unidade de Medida	Unidade
	Fonte de Dados	SIAFI e Relatório DPC1
	Periodicidade	Trimestral
RESULTADO 2013	Meta prevista	800
	Meta realizada	450
	Análise Crítica	O encerramento de convênios do grupo passivo atingiu 60% da meta estabelecida devido à complexidade das análises e procedimentos realizados, indicando a possível superestimativa da meta frente ao contexto encontrado para sua realização

Fonte: Finep – ACRD

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Em novembro de 2013, com o intuito de aprimorar o sistema de monitoramento de desempenho institucional, sobretudo no sentido de expandir a completude da visão de resultados da Finep, foi iniciado o projeto Gestão por Resultados, que busca promover o alinhamento de todas as unidades da empresa às orientações prioritárias da gestão e estabelecer critérios objetivos para aferir e recompensar o alcance dos resultados esperados em cada período.

Assim, realizou-se, junto à presidência da empresa, um processo de alinhamento estratégico, que resultou na construção do Mapa Estratégico Institucional composto por quinze objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas que expressam o reposicionamento da empresa para o alcance de seus principais resultados. Desse modo, foram estabelecidas as bases para a ampliação do processo de construção de métricas para gestão da empresa.

O Projeto Gestão por Resultados prevê, a validação do conjunto de indicadores e respectivas metas para o exercício 2014, junto aos diretores, superintendentes, chefes de departamento e analistas. A construção do novo quadro de indicadores possibilitará a exposição clara e mais completa dos resultados obtidos em relação aos objetivos prioritários da empresa, contribuindo para o avanço das atividades de acompanhamento e tomada de ações preventivas e corretivas por parte dos gestores da Finep.

O Projeto prevê, ainda, a implantação de sistema que disponibilizará painéis eletrônicos (*dashboards*) para acompanhamento dos indicadores. A previsão é que o sistema esteja disponível no primeiro semestre de 2014.

Por fim, ressalta-se que a definição das metas por unidade subsidiará o processo de avaliação de desempenho individual e promoção funcional. Para tal serão construídos Planos de Trabalho para cada funcionário com definição prévia de entregas a serem realizadas durante o período avaliativo. Estes Planos constituirão ferramentas de apoio ao gestor para monitoramento e avaliação de seus subordinados.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Finep possui em sua estrutura organizacional, Unidades e Conselhos que possuem atribuições de direção, administração, fiscalização e de acompanhamento. Discriminaremos a seguir esses órgãos, bem como suas principais atribuições:

1) Órgãos de Direção e Administração:

- Conselho de Administração – é o órgão de orientação superior da Finep que possui entre suas atribuições dar a orientação geral das ações e atividades desenvolvidas pela Empresa, deliberar sobre os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras, deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social feita pela Diretoria Executiva, decidir sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho Consultivo ou pela Diretoria Executiva, estabelecer as diretrizes para elaboração do plano de auditoria interna.
- Diretoria Executiva – é o órgão de direção geral da Empresa e é composta por um Presidente e quatro Diretores, entretanto, o estatuto da FINEP prevê uma Diretoria composta por cinco diretores. Dentre as atribuições da Diretoria Executiva destaca-se: estabelecer e fazer executar o plano de ação da Empresa, aprovar normas de operação, deliberar sobre as operações e atividades de financiamento e concessão de subvenção econômica, celebrar acordos, convênios, contratos ou outros instrumentos congêneres, aprovar estrutura básica da Empresa.

2) Órgãos de Fiscalização e Acompanhamento

- Conselho Fiscal – é o órgão de supervisão e acompanhamento da Finep que tem como principais atribuições: supervisionar a atividade da Auditoria Interna, acompanhar e verificar a execução financeira e orçamentária, prenunciar sobre prestação de contas, aumento de capital social da Finep.
- Conselho Consultivo – é o órgão de assessoramento estratégico do Conselho de Administração da Empresa. Entre suas atribuições destacam-se: Analisar e estimular as propostas da Empresa que busquem consolidar a imagem que retrate seu escopo de atuação, sua finalidade básica e seus objetivos perante a sociedade e instituições, sugerir ao Conselho de Administração, diretrizes, estratégicas, áreas prioritárias de atuação e projetos específicos.
- Auditoria Interna – é a Unidade subordinada ao Conselho de Administração da Finep e vinculada administrativamente à Presidência da Finep que tem como principais atribuições verificar a conformidade às normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil, de pessoal e patrimonial; planejar e executar auditorias preventivas e corretivas; prestar informações; e acompanhar as solicitações e recomendações oriundas dos órgãos de controle internos e externos.
- Ouvidoria - é o órgão responsável por garantir um canal permanente de comunicação entre cidadãos, empregados e a Empresa. Possui entre suas atribuições básicas receber solicitações, informações, reclamações, sugestões e denúncias; analisar e dar tratamento adequando, encaminhando às áreas competentes para adoção de providencias, quando necessário, oferecer

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

canais diretos ágeis e imparciais para sugestões, elogios, críticas e denúncias. A partir de 2013 a Ouvidoria absorveu em sua estrutura, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

- Comissão de Ética (CE) – é o órgão de orientação e aconselhamento sobre assuntos atinentes à ética profissional da Empresa. Além das atribuições estabelecidas em regulamento próprio, destacam-se as seguintes atribuições: atuar como instância consultiva dos dirigentes e empregados da Empresa no que diz respeito ao tratamento com as pessoas e o patrimônio público, apurar, de ofício ou mediante denúncia, condutas que possam violar as normas éticas.

Considerando as atribuições da Comissão Ética, discriminaremos a seguir as principais atividades desenvolvidas em 2013:

- Reuniões da Comissão – Realizadas 12 reuniões ordinárias, cinco extraordinárias e três oitivas;
- Participação em Fóruns – Participação como convidada em seis reuniões do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais;
- Participação da CE-FINEP na ambientação de novos empregados;
- Campanha sobre cortesia no ambiente de trabalho – Com o viés de educação e prevenção, e tendo em vista situações anteriores que foram objeto de apuração na CE, foi preparada a campanha sobre cortesia no ambiente de trabalho, com o objetivo de conscientizar o corpo funcional a respeito da importância de se preservar o bom relacionamento interno e a qualidade de vida no trabalho;
- Compilação das Contribuições para o Código de Ética da Finep – análise das contribuições apresentadas pelo Grupo de Consulta. Ao todo foram 14 áreas que enviaram sugestões, representadas pelos 34 integrantes do Grupo.

O Código de Ética da Finep está em fase de elaboração e após sua finalização será objeto de consulta pública antes de sua aprovação final.

3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

A Finep vem apresentando um crescimento bastante acentuado em suas operações, sejam de crédito, não reembolsável e investimentos. Para que esse crescimento seja assentado em bases sólidas, diversas iniciativas foram empreendidas no decorrer de 2013 visando à melhoria da governança corporativa e do modelo de gestão das operações, a racionalização de processos, a modernização de sistemas, bem como a adequação dos controles internos.

Grande parte dessas iniciativas já foram tratadas em outras seções deste Relatório, dessa forma, restringiremos as ponderações desta seção aos benefícios que o desenvolvimento dessas atividades trouxe ao sistema de controles internos da empresa.

No que se refere à melhoria da governança, destacamos a criação da Diretoria de Gestão Corporativa, que permitiu que os assuntos administrativos da empresa fossem conduzidos de forma segregada dos assuntos financeiros, possibilitando uma maior focalização e especialização na gestão de ambos e contribuindo para a melhoria do desempenho institucional da empresa.

Citamos também as iniciativas empreendidas para adequação organizacional da Área Financeira, entre as quais mencionamos a criação da Área de Controladoria, a partir da qual serão aperfeiçoados os instrumentos de gerenciamento financeiro (gestão de custo, planejamento financeiro de médio e longo prazo, gestão de ativos e passivos, entre outros); e o início da

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

segregação das funções desempenhadas pela Finep enquanto empresa pública e aquelas atinentes à Secretaria-Executiva do FNDCT, ação que permitirá uma maior eficácia e transparência na gestão dos recursos.

A Finep vem aprimorando também seus processos para avaliação e mitigação de riscos. Está em estruturação a criação de uma área de gestão de risco, a ser concretizada ainda em 2014. A referida área será responsável pelas atividades de controle interno e *compliance* e permitirá que as deficiências verificadas pela Finep em seus instrumentos de avaliação e gestão de risco sejam saneadas.

Esclarecemos que, atualmente, a análise dos processos críticos, o diagnóstico, a mensuração e a classificação de riscos tem sido realizada principalmente de forma empírica pelas unidades da empresa, sendo bastante restritos os processos que contam com normatização ou padronização no âmbito institucional.

A despeito dessa restrita formalização dos instrumentos para avaliação de risco, os métodos empíricos vigentes vêm sendo apreciados rotineiramente pela Diretoria-Executiva e contribuem para a identificação de processos críticos e impedido a ocorrência de fraudes, perdas ou desvios.

Em relação à implantação do novo modelo de gestão das operações, diversos foram os processos e normativos instituídos e revisados que resultaram no aperfeiçoamento da gestão das operações e do atendimento ao cliente, entre os quais destacamos:

A edição da Portaria Ministerial 452, de 22 de maio de 2013, que estabeleceu limites para as operações reembolsáveis da Finep, tendo por base a relação entre os recursos concedidos e o patrimônio líquido da instituição; a definição de percentual de exposição máximo por cliente/grupo econômico e setor; e a classificação de risco de crédito das empresas, este último a partir de critérios de classificação de risco compatíveis com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Implantação do Finep 30 Dias para as operações reembolsáveis, que atribuiu eficiência e padronização à avaliação das empresas e dos projetos submetidos, a partir da fixação de ratings para análise do mérito das operações.

Revisão da Política Operacional, do sistema de classificação de risco de crédito e dos requisitos e critérios para garantias de operações reembolsáveis.

Criação do Departamento de Gestão de Operações de Crédito, visando à gestão das operações reembolsáveis, destacando-se as seguintes atribuições: realizar ajustes periódicos nos modelos de análise, parâmetros e critérios; propor e implementar rotinas de controles internos nos processos de análise, aprovação, desembolso e acompanhamento das operações reembolsáveis; criar procedimentos de *compliance*; desenvolver e aprimorar os bancos de dados e ferramentas utilizadas no processo operacional e de controle; e estruturar as funções, atividades processos e normas relacionadas à gestão de riscos associados às operações reembolsáveis.

As inovações concretizadas no âmbito das operações reembolsáveis dotaram a Finep de novos e melhores instrumentos de controle interno, por meio da racionalização dos processos e do aperfeiçoamento dos normativos e da governança das operações.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

De forma similar, um novo modelo de gestão para as operações não-reembolsáveis também começou a ser estruturado em 2013 – Finep 30 Dias Convênios e Subvenção – sendo sua concretização prevista para o 2014.

Essa ampla reestruturação é apoiada pelo aprimoramento e modernização dos processos e sistemas informatizados da empresa, realizado no âmbito do projeto Modernize. A aquisição de Solução Integrada de Gestão Empresarial, iniciada no final de 2013 e atualmente em estágio de implantação, irá contribuir para a maior eficiência das operações, além de ampliar a disponibilidade, a qualidade, a segurança, a precisão e a tempestividade das informações.

Além dos procedimentos de controle já citados, foram aprovados e/ou revisados em 2013 normativos acerca de: competências, responsabilidades e procedimentos para contratação de bens, serviços, materiais e obras para a Finep; alçadas decisórias para a gestão de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação; regulação para a contratação de Convênios, Termos e Acordos de Cooperação, posteriormente à seleção das instituições por meio da análise das propostas; procedimentos a serem adotados na análise de prestações de contas financeiras de convênios que evidenciem exclusivamente faltas de natureza formal; procedimentos para análise de propostas de Subvenção Econômica (com e sem integração com operações de crédito).

Houve ainda a revisão da Política de Gestão e Controle de Projetos de Convênios e Termos de Cooperação, que contempla análise acerca do custo e do benefício das atividades de controle expressas na referida política, espelhada na definição de Plano Anual de Visitas (PAV) baseado em processos amostrais.

Sobre o monitoramento dos controles internos, a Finep possui em sua estrutura organizacional unidade de Auditoria Interna que constantemente realiza a avaliação destes. Suas atividades são planejadas anualmente, através do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, onde são distribuídas entre Finep-empresa pública e Finep-Secretaria-Executiva do FNDCT.

Os relatórios, certificados e pareceres emitidos pela Controladoria Geral da União e pela Auditoria Interna, que abrangem a avaliação dos controles internos, apresentam recomendações que visam melhorias, mas não há incidência de ressalvas nos mesmos. Desta forma, afirma-se que os controles internos, em sua maioria, têm sido considerados adequados e efetivos pelas avaliações sofridas, mesmo com o considerável aumento do volume de recursos operados.

Contribui ainda para o monitoramento das ações da empresa o trabalho realizado pela Área de Modelagem Corporativa na elaboração e acompanhamento dos indicadores e metas institucionais, no gerenciamento de projetos corporativos estratégicos e na coordenação das ações de normalização e gestão de conformidade.

No anexo XXXIII é apresentado o quadro de avaliação do sistema de controles internos considerando os seguintes elementos: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

3.3. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

3.3.1. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Nos últimos anos a regra adotada para a remuneração dos dirigentes da Finep tinha como parâmetro a maior remuneração paga aos empregados, acrescida de 20%, tanto para o Presidente da Finep como para os demais Diretores. Seguindo a referida regra, por ocasião dos reajustes salariais dos empregados, ocorria reajuste automático dos dirigentes.

Seguindo as orientações do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) e com objetivo de evitar conflito de interesses, foi proposto e aprovado para 2013 um modelo de reajuste para os Dirigentes desvinculado dos critérios de reajuste dos empregados.

Desta forma, para 2013 foi aprovada a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) acumulado relativo ao período abril/2012 a março/2013, em abril de 2013, sobre a parcela fixa da remuneração praticada em 31 de dezembro de 2012.

Além disso, ocorreu a adequação da remuneração do Presidente reajustando-a em 5% sobre a remuneração dos demais Diretores frente aos níveis diferenciados de responsabilidades entre os Diretores e o Presidente, conforme aprovação do Conselho de Administração e do DEST.

Os Dirigentes também recebem a Remuneração Variável Anual (RVA), conforme orientações/determinações do DEST, em formato diferente dos empregados. Esta remuneração está condicionada ao atingimento de metas, sendo que, para 2013, 70% do total estavam relacionadas a metas corporativas, seguindo de 20% relacionadas a metas específicas a serem cumpridas por cada uma das Diretorias, bem como meta individual por Dirigente e os 10% restantes relacionada à meta colegiada passando por avaliação do Conselho de Administração.

A Finep efetua o pagamento da RVA após a aprovação do Conselho de Administração e do DEST. O pagamento da RVA dos dirigentes relativo ao exercício de 2013 atenderá ao cronograma de pagamento apresentado no QUADRO XX a seguir:

QUADRO XX – Cronograma de Pagamento da RVA aos Dirigentes da Finep

Ano de Pagamento	% da RVA a ser pago
2014	60%
2015	20%
2016	10%
2017	10%

Fonte: Finep - DEAP

O efetivo pagamento de cada parcela da RVA, a ser realizado após a distribuição dos dividendos, fica condicionado à disponibilidade financeira da empresa, mantendo-se inalterado o direito do recebimento e sendo vedada a contratação de empréstimo para seu pagamento.

Em relação à remuneração dos Conselheiros de Administração e Fiscal, informamos que o Estatuto da Finep em seu Artigo 11 § 6º e Artigo 25 § 11, aprovado pelo Decreto 7.954, de 12 de Março de 2013, estabelece que os Conselheiros receberão remuneração a ser fixada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, até o limite estabelecido por lei.

A Finep pratica atualmente o que está previsto nas Leis 9.292/96 e 6.404/76, Art. 162, § 3º, que estabelece o limite de 10% (dez por cento) da média anual dos salários dos Dirigentes, também aprovado pelo DEST.

3.3.2. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO MENSAL DE MEMBROS DE CONSELHOS

No Anexo XXXIV encontram-se detalhados os valores recebidos pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

3.3.3. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE DIRETORIA E DE CONSELHOS

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO XXI – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Administração

Valores em R\$ 1,00

Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	-	-	-
a) <i>salário ou pró-labore</i>			
b) <i>benefícios diretos e indiretos</i>			
c) <i>remuneração por participação em comitês</i>			
d) <i>outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	207.677,53	194.862,17	139.129,52
e) <i>bônus</i>			
f) <i>participação nos resultados</i>			
g) <i>remuneração por participação em reuniões</i>	207.677,53	194.862,17	139.129,52
h) <i>comissões</i>			
i) <i>outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	207.677,53	194.862,17	139.129,52
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Finep - AGEP

QUADRO XXII – Síntese da Remuneração dos Administradores – Conselho de Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	3	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	-	-	-
a) <i>salário ou pró-labore</i>			
b) <i>benefícios diretos e indiretos</i>			
c) <i>remuneração por participação em comitês</i>			
d) <i>outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	115.057,08	121.572,34	109.477,07
e) <i>bônus</i>			
f) <i>participação nos resultados</i>			
g) <i>remuneração por participação em reuniões</i>	115.057,08	121.572,34	109.477,07
h) <i>comissões</i>			
i) <i>outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	115.057,08	121.572,34	109.477,07
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Finep - AGEP

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO XXIII – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria Executiva

Valores em R\$ 1,00

Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	4	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.749.530,22	1.725.427,36	1.165.986,61
a) <i>salário ou pró-labore</i>	1.655.354,61	1.632.793,73	1.047.864,24
b) <i>benefícios diretos e indiretos</i>	94.175,61	92.633,63	118.122,37
c) <i>remuneração por participação em comitês</i>			
d) <i>outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	31.297,03	23.840,62	28.743,00
e) <i>bônus</i>			
f) <i>participação nos resultados</i>	31.297,03	23.840,62	28.743,00
g) <i>remuneração por participação em reuniões</i>			
h) <i>comissões</i>			
i) <i>outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.780.827,25	1.749.267,98	1.194.729,61
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Finep - AGEPE

3.3.4. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

QUADRO XXIV – Síntese da Remuneração dos Administradores – Diretoria Executiva

Valores em R\$ 1,00

Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
I – Bônus (a+b+c+d)	-	-	-
a) <i>valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>			
b) <i>valor máximo previsto no plano de remuneração</i>			
c) <i>valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>			
d) <i>valor efetivamente reconhecido no resultado</i>			
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	31.297,03	23.840,62	28.743,00
e) <i>valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>			
f) <i>valor máximo previsto no plano de remuneração</i>			
g) <i>valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>			
h) <i>valor efetivamente reconhecido no resultado</i>			
III – Total (I + II)	31.297,03	23.840,62	28.743,00

Fonte: Finep - AGEPE

3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO

A Finep possui normativo em vigor - Norma de Sistema de Controle de Infrações Disciplinares (N-RHM-014/11 - Rev. 01) que regulamenta o sistema de controle das infrações

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

disciplinares e os procedimentos a serem adotados na instauração, instrução e julgamento de sindicâncias e processos administrativos disciplinares relacionados aos seus empregados.

A sindicância e o processo administrativo disciplinar são instaurados de ofício ou em atendimento à representação ou reclamação formulada por qualquer pessoa, mediante portaria da Presidência da Finep. Da sindicância poderá resultar arquivamento, processo administrativo disciplinar (PAD) ou termo de ajustamento de conduta.

A empresa não possui Área ou Departamento específico de correição.

3.4.1. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

No exercício de 2013 a Finep deu prosseguimento a identificação das Sindicâncias e dos Processos Administrativos Disciplinares para cadastro no Sistema CGU-PAD.

Nesse sentido, foi concluído em 30 de dezembro de 2013 o lançamento dos atos e fatos ocorridos nos procedimentos disciplinares do exercício de 2013 no referido Sistema.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

A Finep atua com parceira/agente financeiro de outros Ministérios, Órgãos de Governo e do FNDCT na execução de ações e programas de abrangência nacional, movimentando recursos nas seguintes Unidades Gestoras (UGs):

- UG 360001 – Contratos e Convênios
- UG 365001 – Financiadora de Estudos e Projetos - Finep
- UG 240131 – Programa de Ações Especiais
- UG 410049 – FUNTTEL - Agente Financeiro - Operações não reembolsáveis

No âmbito dessas parcerias, a Finep financia projetos selecionados através de chamadas públicas ou encomendas. Esses projetos são acompanhados pelas áreas competentes da Finep por meio de visitas “in loco”, análise de relatórios técnicos e financeiros, reuniões e seminários de avaliação de resultados parciais ou finais, utilizando consultoria *ad-hoc* quando necessário.

A parceria antes realizada na UG 360001 passou a partir de 2008 a ser feita na UG 240901 com a transferência de orçamento e recursos financeiros dos parceiros para o FNDCT. Na UG 410049 são movimentados os recursos transferidos pelo Ministério das Comunicações para apoio a projetos com recursos do FUNTTEL. No Item 4.1.2 são apresentadas as informações sobre os convênios formalizados e montantes repassados nas duas UGs acima mencionadas (360001 e 410049).

4.1.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES EM 2013

O Anexo XXXV apresenta a caracterização dos instrumentos de transferências vigentes em 2013 referentes à UG 3600001 – Contratos e Convênios, enquanto o Anexo XXXVI apresenta aqueles referentes à UG 410049 - FUNTTEL.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

4.1.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO XXV – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Exercícios 2012 e 2013

UG Contratos e Convênios

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:	Financiadora de Estudos e Projetos - Finep			
CNPJ:	33.749.086/0001-09			
UG/GESTÃO:	360001 / 36801 – Contratos e Convênios			
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício		Montantes Repassados em Cada Exercício, (em R\$ milhões)	
	2013	2012	2013	2012
Convênio	1	14	6,82	12,64
Totais	1	14	6,82	12,64

Fonte: SIAFI Gerencial / Sistema Intranet – APLA

QUADRO XXVI – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Exercícios 2012 e 2013

UG FUNTTEL

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:	Financiadora de Estudos e Projetos - Finep			
CNPJ:	33.749.086/0001-09			
UG/GESTÃO:	410049 / 36801 – FUNTTEL			
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício		Montantes Repassados em Cada Exercício, (em R\$ milhões)	
	2013	2012	2013	2012
Convênio	0	3	43,13	59,45
Totais	0	3	43,13	59,45

Fonte: SIAFI Gerencial / Sistema Intranet – APLA

4.1.3. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS

A Finep, em especial quando no exercício da função de Secretaria Executiva do FNDCT, acumula expressivo volume de convênios que aguardam a realização ou conclusão de análises de prestações de contas.

Em relação a esse tema, é importante manter o registro de que, ao longo de diversos exercícios financeiros, medidas vêm sendo adotadas visando aperfeiçoar a sistemática de acompanhamento da execução e gestão dos projetos apoiados pela Finep.

Tais medidas culminaram com o desenvolvimento de um modelo institucional compatível com os desafios da empresa enquanto componente importante do SNCT&I. Assim, na busca de uma solução mais abrangente, em 21/12/2010 foi aprovado pela Finep o Projeto de Soluções Integradas para a Gestão de Projetos (SIGP), que se constitui em um conjunto de medidas objetivas, consistentes e viáveis, no sentido de atuar para a implantação de uma solução de longo prazo para as questões relacionadas ao acompanhamento e controle financeiro dos projetos, de forma a garantir o alcance dos resultados propostos e a regularidade dos atos praticados em conformidade com a legislação aplicável.

A resolução do problema do passivo de prestação de contas acumuladas é um assunto que permanece na pauta de prioridades da gestão e constou da lista de indicadores institucionais de 2013, conforme item 2.5.1 – Indicadores.

Em relação às atividades de análise de prestação de contas financeira de convênios e termos de cooperação, no âmbito das UGs operacionalizadas pela Finep (360001, 410049, 3650001, 365002, 365004 e 240131), foram analisados 2476 processos de prestações de contas financeiras. As prestações de contas aprovadas resultaram no encerramento de 661 convênios/termos de cooperação, sendo 450 do grupo passivo e 211 do grupo ativo. Das prestações de contas aprovadas, 105 tiveram suas contas aprovadas com ressalva. A relação completa desses convênios encontra-se no anexo XXXVII. Outras 192 prestações de contas foram analisadas e aprovadas, mas os convênios não puderam ser encerrados por estarem com as conclusões das análises dos respectivos relatórios de execução técnica pendentes, e 1517 processos encontram-se aguardando regularização das prestações de contas.

O QUADRO XXVIII e o GRÁFICO XV resumem essas atividades.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO XXVII – Atividades de Análise de Prestação de Contas (PC) Financeira – Convênios e Termos de Cooperação

Prestações de Contas PARCIAIS Aprovadas	106
Prestações de Contas FINAIS Aprovadas - TOTAL	661
Aprovação de PC Final – GRUPO DO PASSIVO	450
Aprovação de PC Final – GRUPO DO ATIVO	211
Prestações de Contas Finais Aprovadas Aguardando Análise de Prestações de Contas Técnica - TOTAL	192
Aprovação de PC Final sem RTF aprovado (ACUMULADO)- PASSIVO	72
Aprovação de PC Final sem RTF aprovado (ACUMULADO) - ATIVO	120
Solicitação de Regularização de Prestações de Contas – TOTAL	1517
Regularização PC PASSIVO	822
Regularização PC ATIVO	695
Outras Solicitações de Regularização	288
Solicitação de Regularização com PRAZO DE 15 dias (possível TCE)	13
Solicitação de Regularização de Visita de Fiscalização	275
Convênios com propostas de TCE (novos ou com processos revisados)	9

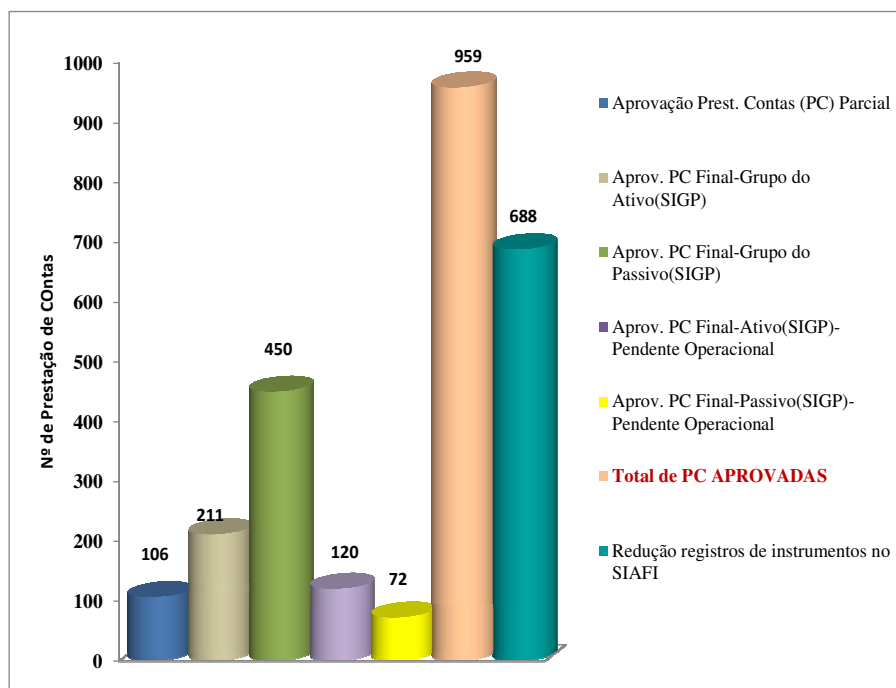
Fonte: Finep/ACRD

Notas:

1- O levantamento da redução de registros de instrumentos no SIAFI (688) em todas as UGs gerenciadas pela Finep foi realizado considerando-se a quantidade de projetos existentes com status adimplente e inadimplente em 31/12/2013 (5252), excluídos os instrumentos firmados em 2013 e registrados no SIAFI (297) e excluída a quantidade de instrumentos registrados no SIAFI em 31/12/2012 (564).

2- Considera-se grupo do ativo o conjunto de convênios da Finep com prazo de vigência posterior a 31/12/2010 e não encerrados no SIAFI (N-OPE-023/12) e grupo passivo o conjunto de convênios da Finep com prazo de vigência até 31/12/2010 e não encerrados no SIAFI (N-OPE-009/10).

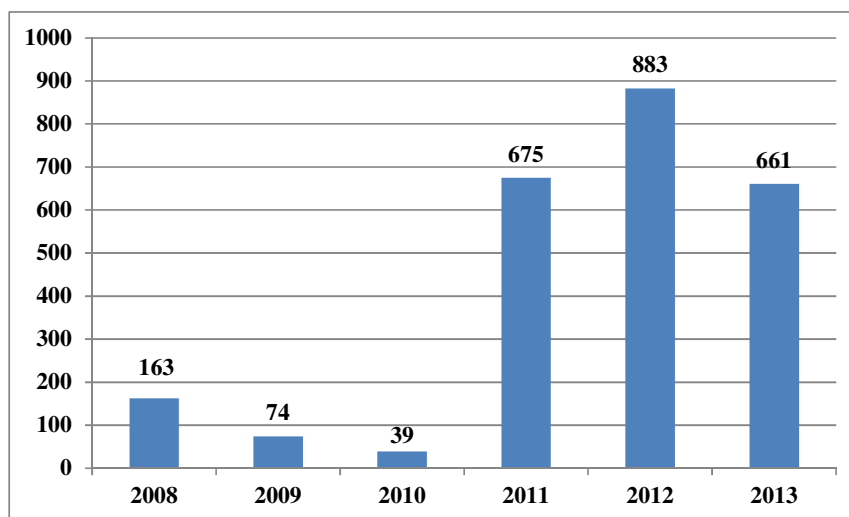
GRÁFICO XV – Prestação de Contas de Convênios e Termos de Cooperação Aprovadas em 2013



Fonte: Finep / ACRD

O GRÁFICO XVI mantém o quadro evolutivo em termos de produtividade, comparados com a série histórica. Ressalta-se que a redução do número de convênios e termos de cooperação encerrados, em relação ao resultado de 2012, deve-se ao fato de que as prestações de contas analisadas são referentes aos instrumentos enquadrados nos grupos 2 e 3 do passivo que são de maior complexidade de análise, baseada no critério de materialidade.

GRÁFICO XVI – Número de Convênios e Termos de Cooperação Encerrados no SIAFI – 2008-2013



Fonte: Finep / ACRD

O QUADRO XXVIII demonstra o número de instrumentos com saldos no SIAFI na situação “a comprovar” (contas não prestadas) e “a aprovar” (contas prestadas). O quadro foi alterado passando a evidenciar as informações pelo “exercício do prazo final da vigência do

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

instrumento” e não pelo “exercício” da prestação das contas, conforme consta no quadro proposto na Portaria TCU 175/2013.

Após os ajustes acima, verificou-se que no final de 2013 haviam 70 instrumentos com a prestação de contas pendente de apresentação (contas não prestadas) e 141 instrumentos com prestações de contas recebidas na Finep e aguardando análise (contas prestadas).

QUADRO XXVIII – Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade Convênio

Unidade Concedente					
Nome: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS					
CNPJ: 33.749.086/0002-90		UG: 365001/2/4, 360001 - GESTÃO: 36801 UG: 240131 e 410049 - GESTÃO 00001			
Exercício do prazo final da vigência do instrumento	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado) R\$ Milhões		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	43		
		Montante Repassado	R\$ 71,91		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	14		
		Montante Repassado	R\$ 20,62		
2012	Contas Prestadas	Quantidade	29		
		Montante Repassado	R\$ 67,40		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	8		
		Montante Repassado	R\$ 42,20		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	69		
		Montante Repassado	R\$ 83,85		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	13		
		Montante Repassado	R\$ 24,74		
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	35		
		Montante Repassado	R\$ 33,02		

Fonte: SIAFI Gerencial – Posição 13/01/14 ajustado

Nota:

1- Não foram considerados os projetos com valor “a comprovar” inferior a R\$ 10,00

Em substituição às informações sobre a quantidade de instrumentos, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades, são apresentadas as informações constantes no QUADRO XXIX. O quadro demonstra a carteira de projetos gerenciados na Finep distribuídas de acordo com o enquadramento do instrumento definido no projeto SIGP, ou seja, Grupo do Ativo, Grupo do Passivo e subgrupos e ainda considerando prazo de vigência–Prazo de Utilização de Recursos (PUR).

A apresentação dessas informações evidencia o estoque de instrumentos existentes em diferentes exercícios financeiros comparando os exercícios 2013 e 2012.

As informações foram extraídas do SIAFI Gerencial e a comparação do estoque de projetos existente nos exercícios permite a verificação da evolução da quantidade de projetos existentes e com PUR expirado – em termos de redução ou acréscimo.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO XXIX – Visão Geral da Situação das Prestações de Contas

Unidade Concedente								
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep								
CNPJ: 33.749.086/0002-90		UG: 365001/2/4 e 360001		GESTÃO: 36801				
		UG: 240131 e 410049		GESTÃO: 00001				
SEGREGAÇÃO CONFORME PROJETO SIGP - RES/DIR/453/10	GRUPO DE CONVÊNIOS DO PASSIVO	SITUAÇÃO DO PROCESSO NO SIAFI		Qtde de instrumentos em dez/12	R\$ -Saldo de Valor Firmado em dez/12 (R\$ Milhões)	R\$ -Saldo de Valor Firmado em dez/13 (R\$ Milhões)		
		Grupo 2 - PUR até 31/12/2004		adimplentes (1)	112	33,73	39	24,28
		inadimplentes (2)	11	1,45	6	0,85		
		SUB-TOTAL	123	35,17	45	25,13		
Grupo 3 - PUR entre 01/01/2005 até 31/12/2010		adimplentes(1)	702	616,25	614	588,42		
		inadimplentes (2)	54	48,99	45	40,03		
		SUB-TOTAL	756	665,24	659	628,45		
		TOTAL GERAL DO PASSIVO	879	700,41	704	653,58		
SEGREGAÇÃO CONFORME PROJETO SIGP - RES/DIR/453/10	GRUPO DE CONVÊNIOS DO ATIVO	PUR entre 01/01/11 até 31/12/2011		adimplentes(1)	72	111,76	56	104,87
				inadimplentes (2)	7	6,47	5	3,99
				SUB-TOTAL	79	118,23	61	108,86
		PUR entre 01/01/12 até 31/12/2012		adimplentes(1)	53	274,45	43	248,72
				inadimplentes (2)	3	6,09	1	3,36
				SUB-TOTAL	56	280,54	44	252,08
		PUR entre 01/01/13 até 31/12/2013		adimplentes(1)	74	155,44	53	95,26
				inadimplentes (2)	1	0,24	2	2,17
				SUB-TOTAL	75	155,68	55	97,42
		PUR posterior a 01/01/14		adimplentes(1)	6	169,49	36	256,15
		inadimplentes (2)		0,00	1	3,43		
		SUB-TOTAL	6	169,49	37	259,57		
		TOTAL GERAL DO ATIVO	216	723,93	197	717,94		
TOTAL GERAL DO ATIVO + PASSIVO			1095	1.424,35	901	1.371,52		

Fonte: SIAFI I Gerencial

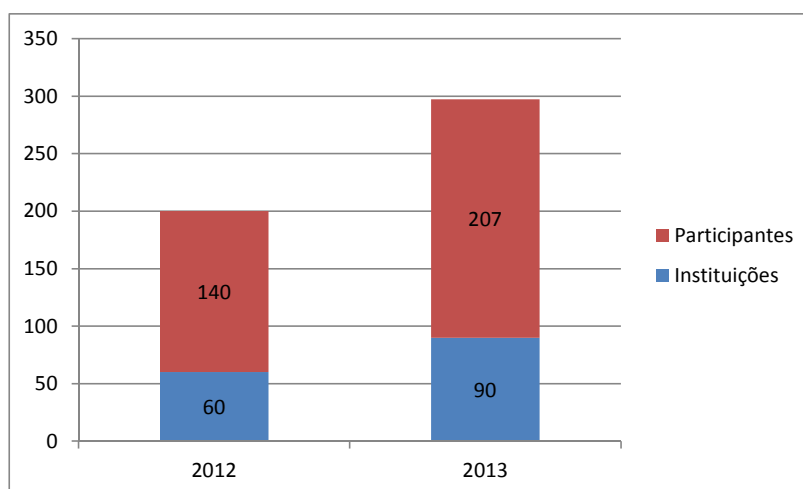
Notas:

- 1- PUR: Período de Utilização dos Recursos = Período de Vigência
- 2- Inclui os eventuais casos cadastrados como Inadimplência Suspensa
- 3- Os convênios inscritos em inadimplência no SIAFI podem estar em processo de regularização, com início de TCE e judicial

4.1.4. TREINAMENTO EM GESTÃO FINANCEIRA DE CONVÊNIOS

Com o objetivo de melhorar a gestão financeira dos convênios (UGs 360001, 410049, 3650001, 365002, 365004 e 240131), foram organizados e realizados, em 2013, oito eventos que reuniram 90 instituições com 207 participantes, representando um crescimento de 50% em relação ao número de instituições capacitadas em 2012, quando a Finep também promoveu seminários de capacitação para 60 instituições convenientes, com a participação de 140 profissionais. O GRÁFICO XVII demonstra o número de instituições e número de participantes nos seminários realizados em 2012 e 2013.

GRÁFICO XVII – Seminários de Capacitação – 2012-2013



Fonte: Finep – ACRD

Além dos treinamentos realizados nas instalações da Finep, foram realizados, pela 1ª vez, treinamentos para convenentes em Fortaleza/CE e em Florianópolis/SC. Tais treinamentos ocorreram nas instalações da Universidade de Fortaleza e da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina, respectivamente, contando com a participação de outras instituições convenentes convidadas e com aproximadamente 30 participantes em cada evento.

4.1.5. VISITAS DE FISCALIZAÇÃO IN LOCO

No âmbito do Plano Anual de Visitas (PAV), foram previstas a realização de visitas “*in loco*” para fiscalização da execução financeira de 378 projetos ao longo de 2013. Ao término do exercício foram realizadas 63 visitas de fiscalização, fiscalizados 363 projetos desenvolvidos em 125 instituições, o que equivale à execução de 96% do total de instrumentos inicialmente selecionados.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

A Finep é uma empresa pública federal e, por isso, é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não operando, portanto, sob o regime geral da Lei 8.112/90. Devido a sua natureza jurídica foram necessárias algumas alterações no Relatório de Gestão, conforme detalhado nos itens a seguir.

5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA FINEP

Em função das especificidades da Finep, nos quadros a seguir o termo “Servidor” foi substituído por “Empregado”, e o termo “Grupo Direção e Assessoramento Superior” foi substituído por “Cargo em Comissão”.

Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, ou seja, não há a necessidade de serem ocupados exclusivamente por empregados efetivos da Finep. No exercício 2013, foram estes os cargos em comissão existentes: Presidente, Diretor, Superintendente, Chefe de Departamento, Chefe Adjunto da Auditoria, Chefe de Gabinete da Presidência, Assessor, Assessor Especial, Assistente dos Colegiados, Secretária da Diretoria, Secretária da Presidência e Motorista.

A estrutura remuneratória da Finep também possui uma gratificação por serviços especiais, destinada exclusivamente aos profissionais do quadro de empregados efetivos da Finep. Em 2013, houve redução do quadro de gratificação por serviços especiais, que na posição de novembro, estava composto pelas seguintes funções: Coordenador do FNDCT, Coordenador de Organização Arquivística, Responsável pela Conformidade de Gestão, Coordenador de Prestação de Contas, Coordenador de Tomada de Contas Especial, Preposto Trabalhista, Presidente da Comissão Permanente de Licitação (CPL), Coordenador de Segurança da Informação e Comunicação e Coordenação de Apoio Administrativo da Assessoria Jurídica da Diretoria de Inovação.

O QUADRO XXX demonstra a força de trabalho autorizada e a efetiva em 31/12/13. Em 2012, a Finep, com o apoio do MCTI, negociou a ampliação do limite do seu quadro de pessoal de 754 para 794 vagas, ou seja, um aumento de 40 vagas. Entretanto, a lotação efetiva na posição de 31/12/2013 foi de 788 vagas, restando seis vagas a serem preenchidas de acordo com as necessidades ao longo de 2014.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

5.1.1.1. LOTAÇÃO

QUADRO XXX – Força de Trabalho da Finep – Situação Apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregados em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		775	67	9
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Empregados de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		775	67	9
1.2.1. Empregados de carreira vinculada ao órgão		771	64	7
1.2.2. Empregados de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Empregados de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Empregados requisitados de outros órgãos e esferas		4	3	2
2. Empregados com Contratos Temporários		0	0	0
3. Empregados sem Vínculo com a Administração Pública		13	4	3
4. Total de Empregados (1+2+3)	794 ¹	788	71	12

Fonte: Finep - AGEP

Nota:

1 - O Departamento de Controle e Coordenação das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) não especifica a distribuição total de vagas autorizadas por tipologia de cargos

5.1.1.2. SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO NA FINEP

QUADRO XXXI – Situações que Reduzem a Força de Trabalho na Finep

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	12
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	12
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Empregados Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	15

Fonte: Finep - AGEP

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

5.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

5.1.2.1. ESTRUTURA DE CARGOS E FUNÇÕES

QUADRO XXXII – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas – Situação em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	107	9	5
1.1. Cargos Natureza Especial		0		
1.2. Cargo em Comissão	0	107	9	5
1.2.1. Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão		90		
1.2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado		0		
1.2.3. Empregados de Outros Órgãos e Esferas		5		
1.2.4. Sem Vínculo		9		
1.2.5. Aposentados		3		
2. Funções Gratificadas	0	12	0	0
2.1. Empregados de Carreira Vinculada ao Órgão		12		
2.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado		0		
2.3. Empregados de Outros órgãos e Esferas		0		
3. Total de Empregados em Cargo e em Função (1+2)	0	119	9	5

Fonte: Finep - AGEP

Nota:

- (1) As funções gratificadas são ocupadas exclusivamente por empregados de carreira da FINEP
- (2) O DEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) não especifica a distribuição do total de vagas autorizadas por tipologia de cargos.
- (3) Item 1.2.1 - Foram incluídas nesta categoria as seguintes funções: Superintendentes, Chefes de Departamento, Chefe Adjunto da Auditoria, Assessor Especial, Assistente dos Colegiados, Secretária da Diretoria, Secretária da Presidência e Motorista.
- (4) Item 1.2.3 - Diretores, Chefe de Gabinete e Assessores requisitados de outras instituições
- (5) Item 1.2.4 - Diretores, Chefe de Gabinete e Assessores sem vínculo com outras instituições
- (5) Item 1.2.5 - Diretores, Chefe de Gabinete e Assessores aposentados da Administração Pública
- (6) Item 2.1 - Foram incluídas nesta categoria as funções remuneradas com gratificação por serviços especiais. Trata-se de funções exclusivas para ocupantes de cargo efetivo (quadro de carreiras)

5.1.2.2. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO À IDADE

QUADRO XXXIII – Quantidade de Empregados da Finep por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/13

Tipologias do Cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	95	161	109	197	107
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Empregados de Carreira	95	162	109	197	107
1.3. Empregados com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	12	44	24	24	15
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Cargo em Comissão	11	38	23	23	12
2.3. Funções Gratificadas	1	6	1	1	3
3. Totais (1+2)	107	205	133	221	122

Fonte: Finep - AGEP

5.1.2.3. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL SEGUNDO A ESCOLARIDADE

QUADRO XXXIV – Quantidade de Empregados por Nível de escolaridade – Situação Apurada em 31/12/13

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	67	385	136	73	8
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Empregados de Carreira	0	0	0	0	67	385	136	73	8
1.3. Empregados com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	3	64	25	22	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Cargo em Comissão	0	0	0	0	3	57	20	22	5
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	7	5	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	70	449	161	95	13

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Finep - AGEP

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

5.1.3. CUSTOS DE PESSOAL DA FINEP

QUADRO XXXV – Custos de Pessoal em 2013, 2012 e 2011

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis		
Empregados de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão									
Exercícios	2013	72.713.734,56	1.800.749,64	7.555.702,43	15.871.582,69	6.893.434,03	5.109.677,39	3.596.794,68	113.541.675,42
	2012	60.869.331,50	1.144.504,00	3.158.785,20	14.315.288,80	847.127,30	4.594.524,20	6.338.901,50	91.268.462,50
	2011	51.295.267,80	2.018.546,70	2.776.199,90	12.627.929,60	656.913,20	4.089.457,20	5.435.405,60	78.899.720,00
Empregados Cedidos com Ônus ou em Licença									
Exercícios	2013	2.541.763,86	35.963,63	249.682,16	589.079,25	132.806,80	127.710,63	78.773,40	3.755.779,73
	2012	1.268.547,70	44.040,40	66.721,40	328.480,40	7.852,00	75.338,80	122.428,30	1.913.409,00
	2011	1.459.066,90	4.068,20	75.203,20	363.554,10	3.016,00	87.756,30	107.366,30	2.100.031,00
Empregados Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior									
Exercícios	2013	9.249.108,82	12.272.037,08	2.194.474,02	3.987.352,88	1.713.001,80	718.038,96	797.745,40	30.931.758,96
	2012	7.884.769,70	10.607.175,10	993.226,20	3.905.162,40	275.719,20	715.618,00	1.201.043,40	25.582.714,00
	2011	6.924.562,20	8.343.460,70	899.752,10	3.134.337,70	271.900,80	663.203,50	843.917,90	21.081.134,90
Empregados Ocupantes de Funções Gratificadas									
Exercícios	2013	1.717.057,72	176.115,32	197.119,59	451.552,74	149.740,80	76.223,44	93.273,51	2.861.083,12
	2012	1.936.340,10	263.781,60	118.102,20	432.708,50	17.414,40	107.403,90	174.714,90	3.050.465,60
	2011	3.108.125,70	719.100,00	205.949,30	1.121.024,60	38.500,80	207.460,40	265.358,70	5.665.519,50

Fonte: Finep - AGEP

5.1.4. CADASTRAMENTO NO SISAC

5.1.4.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

QUADRO XXXVI – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art.3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	65	101	65	101
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	65	101	65	101

Fonte: Finep - AGEP

5.1.4.2. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU

QUADRO XXXVII – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	7	42	7	42
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	7	42	7	42

Fonte: Finep - AGEP

5.1.4.3. REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

QUADRO XXXVIII – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	10	55	0	0
Total	10	55	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	5	1	1	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	5	1	1	0

Fonte: Finep - AGEP

5.1.5. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Como empresa pública, a Finep realiza a inserção tempestiva das informações de admissão e demissão no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão – SISAC.

A Finep, também por ser uma empresa pública, não tem acesso ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE. Este sistema é uma ferramenta, de abrangência nacional, para a gestão do pessoal civil do Governo Federal, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas em órgãos da administração pública federal direta, instituições federais de ensino, exterritórios, federais, autarquias e fundações.

Apesar de tentativas da empresa, não houve sucesso na obtenção de excepcionalidade para o acesso ao SIAPE. Este fato impede que a Finep realize ações preventivas relacionadas a consultas

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

prévias no sistema para casos de acúmulo de cargos públicos. Como a empresa insere as informações no SISAC (destinado a empresas públicas) e acompanha periodicamente, as ações são reativas após análise final da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

No ano de 2013 não foi identificado nenhum caso de acúmulo indevido de proventos.

5.1.6. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

No ano de 2013 não foi identificado nenhum caso de acúmulo indevido de cargos, funções e empregos públicos.

5.1.7. CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS

A Finep, na qualidade de empresa pública federal, realiza, desde a Constituição de 1988, concursos públicos para formação e recomposição de seu corpo funcional. Desde a vigência desse novo ordenamento jurídico, a empresa realizou seis concursos públicos (2000, 2001, 2006, 2009, 2011 e 2013).

O concurso público realizado em 2011 teve a sua vigência encerrada em 15/09/13. Durante a vigência do concurso, em 2013 foram contratados 65 concursados, conforme demonstrado no QUADRO XXXIX.

QUADRO XXXIX – Convocações e Contratações em 2013 – Concurso 2011

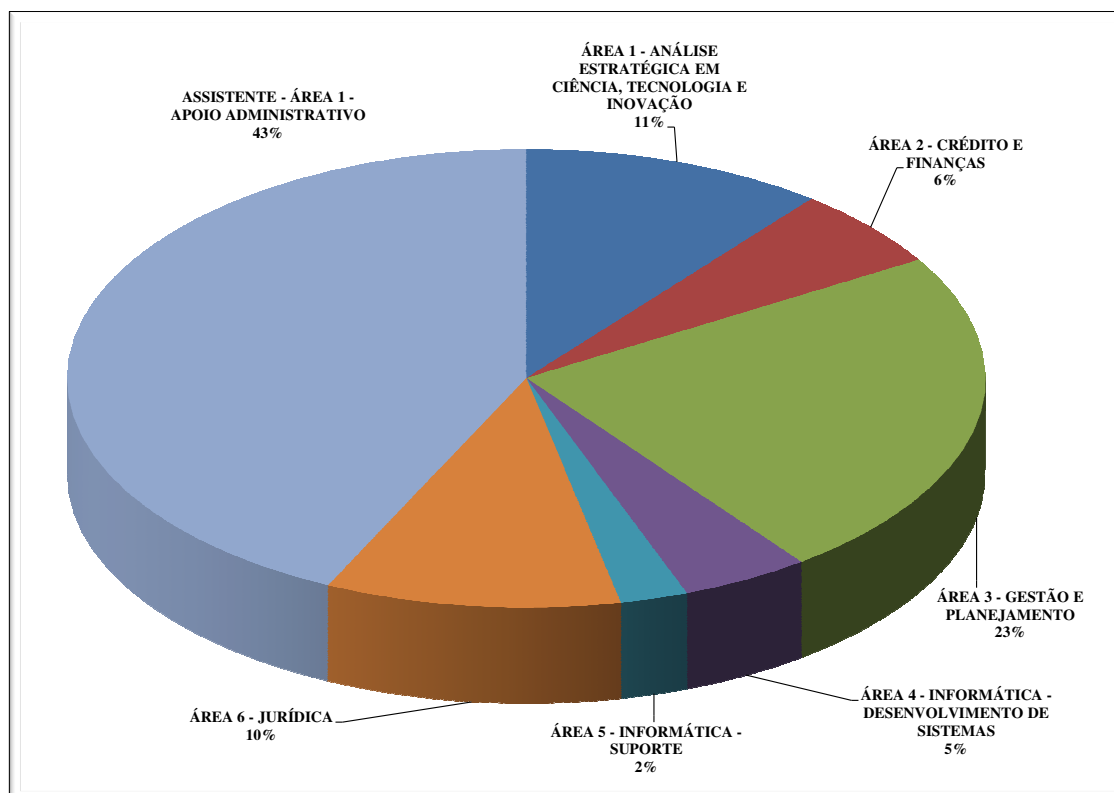
TRIMESTRE	CONTRATADOS
1º	6
2º	33
3º	26
TOTAL	65

Fonte: Finep - AGEP

Em função do término da vigência do concurso de 2011 e da necessidade de manter um cadastro atualizado para o suprimento célere de eventuais vagas que pudessem surgir, em 19/11/13 foi publicado o edital de novo concurso público para formação de cadastro de reserva no cargo de analista e assistente, com prova realizada em Janeiro de 2014.

No total se inscreveram para o concurso 27.548 candidatos. A distribuição das inscrições por área de conhecimento pode ser observada no GRÁFICO XVIII.

GRÁFICO XVIII – Distribuição das Inscrições por Área de Conhecimento de Nível Superior e Nível Médio



Fonte: Finep - AGEP

5.1.8. PLANO DE APOIO À APOSENTADORIA

Em 2013, a Finep lançou o Programa de Desligamento Assistido (PDA) composto de três etapas para inscrição, com término previsto em maio de 2015. Os incentivos oferecidos ,sofrem decréscimo em etapas posteriores. Na primeira etapa (18/11/2013 a 29/11/2013) houve o desligamento de 45 empregados.

Foi elaborada atividade de apoio psicológico, coordenado pela psicóloga da Finep, com intuito de facilitar a transição dos funcionários que se inscreveram no PDA por meio do “Laboratório de Possibilidades na Aposentadoria”. Com o mesmo objetivo, foram ministradas duas palestras, a primeira sobre empreendedorismo, proferida por consultores do SEBRAE, e a segunda, com foco no trabalho voluntário apresentada por representantes do Programa de Voluntariado Viva Rio.

5.1.9. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1.9.1. ROTATIVIDADE

QUADRO XL – Rotatividade dos Empregados

		2013	2012
A	Nº de empregados desligados em 2013	12	50
B	Nº de empregados no 1º dia do ano de 2013	729	669
C	Nº de empregados no último dia do ano de 2013	788	729
D	Efetivo médio de empregados em 2013= (B+C)/2	759	699
E	Taxa de rotatividade em 2013= A/D	2%	7%

Fonte: Finep - AGEP

Conforme QUADRO XLL houve uma queda da taxa de rotatividade dos empregados, quando comparamos o ano de 2013 em relação a 2012. Esta redução deve-se em grande parte a implantação em setembro de 2013, do novo Plano de Cargos Efetivos (PCE) da Finep. O PCE é resultante do Novo Modelo de Gestão de Pessoas (NMGP).

A migração para o PCE foi voluntária, contando com a adesão de 86% do total de profissionais em 02/12/13, data limite para optar pelo novo plano de cargos. O PCE se caracteriza pela adoção do conceito de competência como elemento fundamental, estruturante e organizador, permitindo a integração dos processos de gestão de pessoas com a estratégia organizacional, ao especificar atribuições e responsabilidades aos profissionais que traduzem agregação de valor de maneira alinhada às necessidades da Empresa.

5.1.9.2. ABSENTEÍSMO

QUADRO XLI – Absenteísmo – 01/01/2013 a 21/12/2013

Categoria	Nº de ocorrências de afastamento	Nº de dias de ausência
Licença Maternidade	13	1.268
Auxílio-doença (1)	30	2.944
Acidentes de trabalho e de trajeto (2)	13	54

Fonte: Finep - AGEP

Notas:

1- Um auxílio-doença é decorrente de acidente de trabalho, pois excedeu 15 dias

2 - Dos 13 acidentes de trabalho ocorridos em 2013, 7 referem-se a “acidente de trajeto

5.1.9.3. EDUCAÇÃO CONTINUADA

5.1.9.3.1. CAPACITAÇÃO À DISTÂNCIA

Em novembro de 2013, a Finep implementou o Programa de Desenvolvimento de Competências, com o objetivo de oferecer a todos os funcionários da FINEP um ambiente virtual para o desenvolvimento de competências estratégicas para a organização e para o seu crescimento pessoal. O portal tem conteúdos que possibilitam a formação conceitual e aplicação dos conhecimentos adquiridos. Como metodologia são utilizados cursos online, artigos, vídeos, além de um espaço para os usuários trocarem ideias e compartilharem informações.

5.1.9.3.2. DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

Em 2013, foi contratada uma empresa para ministrar curso de desenvolvimento de gestores para todo o corpo gerencial da Finep, incluindo aqueles em função de substituição e 25 potenciais gestores, escolhidos mediante processo seletivo de livre participação.

O curso foi criado para atender à demanda de formação e desenvolvimento de gestores e potenciais gestores da Finep. O foco é trabalhar competências gerenciais e aspectos comportamentais, aliando aulas presenciais com assessment (avaliação de perfil) e coaching (tutoria gerencial). A ideia é auxiliar os participantes em seu desenvolvimento profissional e na sua performance como executivos.

Das seis turmas programadas, duas foram realizadas em 2013, contando com a participação de cinquenta e sete empregados.

Nos eventos de capacitação realizados em 2013, foram gastos R\$ 1.862.30 milhões, registrando um aumento em relação a 2012 da ordem de 41%, conforme especificado no QUADRO XLIII:

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO XLII – Valor das Capacitações Realizadas em 2013 e 2012

	2013	2012
FOCO	Valor	Valor
Treinamentos Pontuais + <i>In Company</i>	R\$ 1.493.200,00	R\$ 932.300,00
Comunicação	R\$ 23.800,00	R\$ 19.200,00
Contabilidade / Finanças	R\$ 112.800,00	R\$ 148.300,00
Contratos e Licitações	R\$ 128.300,00	R\$ 67.600,00
Documentação e Informação	R\$ 10.700,00	R\$ 5.500,00
Escrita Empresarial	R\$ 32.300,00	R\$ 13.900,00
Estratégia	R\$ 1.000,00	R\$ 68.100,00
Ética, Segurança ou Saúde	R\$ 29.700,00	R\$ 6.100,00
Gerenciamento de Projetos	R\$ 74.900,00	R\$ 37.300,00
Gestão para Resultados	R\$ 649.200,00	R\$ 64.600,00
Informática / TI ¹	R\$ 203.600,00	R\$ 133.800,00
Jurídico	R\$ 25.100,00	R\$ 56.000,00
Microinformática ²	R\$ 102.600,00	R\$ 39.200,00
Operacional	R\$ 2.700,00	R\$ 204.200,00
Processos	R\$ 53.800,00	R\$ 32.100,00
Recursos Humanos	R\$ 42.700,00	R\$ 36.400,00
Graduação, Pós Graduação e Idiomas	R\$ 369.100,00	R\$ 389.800,00
Graduação	R\$ 33.000,00	R\$ 8.700,00
Pós Graduação ³	R\$ 273.000,00	R\$ 341.900,00
Idiomas	R\$ 63.100,00	R\$ 39.200,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.862.300,00	R\$ 1.322.100,00

Fonte: Finep – AGEP

Notas:

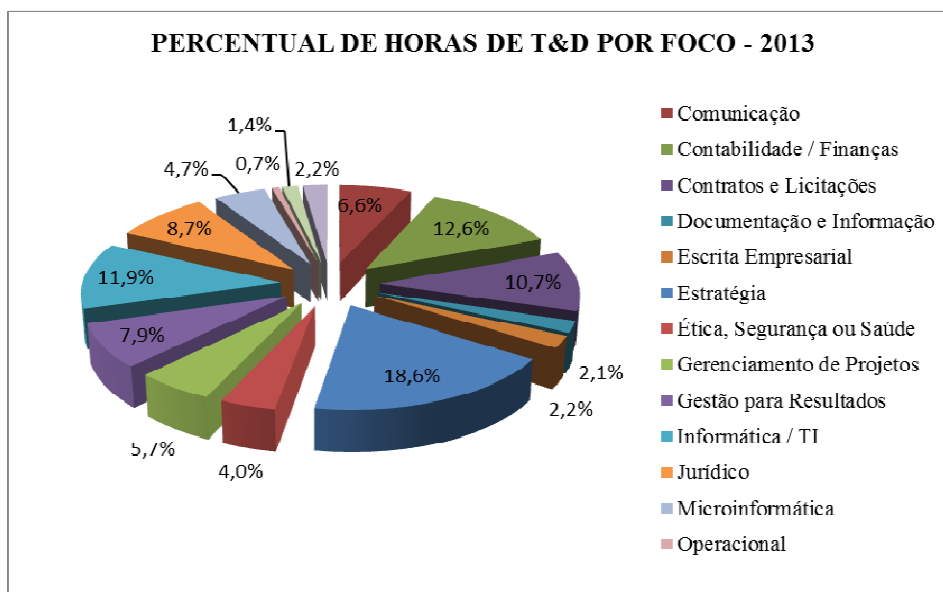
1- Cursos relativos às atividades dos departamentos de TI da FINEP

2- Pacote Office (Excel, Power Point, Word e Access)

3 -A redução do investimento se justifica pela revisão do Programa de Incentivo à Pós Graduação, necessária devido à implementação do novo Plano de Cargos.

No GRÁFICO XIX é apresentada a distribuição da carga horária, considerando o foco dos treinamentos pontuais + *In Company*:

GRÁFICO XIX – Distribuição por Carga Horária Pontuais e *in Company*



Fonte: Finep – AGEP

No QUADRO XLIII são listados os cursos e nº de horas dos treinamentos pontuais e *In Company*:

QUADRO XLIII – Nº de Cursos e Carga Horária dos Treinamentos Pontuais e *In Company* por Foco:

Foco	Nº de Cursos	Nº de Horas
Comunicação	13	412,00
Contabilidade / Finanças	43	788,25
Contratos e Licitações	31	667,00
Documentação e Informação	9	131,00
Escrita Empresarial	7	136,00
Estratégia	2	1.160,00
Ética, Segurança ou Saúde	10	251,00
Gerenciamento de Projetos	21	353,50
Gestão para Resultados	17	494,50
Informática / TI	27	744,00
Jurídico	12	545,30
Microinformática	18	296,00
Operacional	2	42,00
Processos	3	90,00
Recursos Humanos	9	137,50
Total Geral	224	6.248,00

Fonte: Finep – AGEP

QUADRO XLIV – Indicadores de Treinamento

EMPREGADOS TRENADOS	2013	2012
Total de Empregados	796	729
Quantidade de empregados treinados	507	379
Percentual de Empregados Treinados	63,70%	52,00%
Horas de Treinamento		
Quantidade média de horas de T&D por empregado	07:45	21:32
Quantidade média de horas de T&D por empregado <u>treinado</u>	12:21	41:36
Investimento		
Investimento médio por funcionário	R\$ 1.874,78	R\$ 1.278,93
Investimento médio por funcionário <u>treinado</u>	R\$ 2.943,95	R\$ 2.460,00

Fonte: Finep – AGEP

5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

A Finep e o Ministério Público do Trabalho (MPT) assinaram em 15/08/2011 um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) de nº 1097/2011, com o compromisso de substituir funcionários terceirizados por concursados até 2014. Esse acordo se aplica somente aos terceirizados lotados em cargos previstos no Plano de Carreiras da Finep, ou seja, secretárias (os) e profissionais de nível médio. O pessoal terceirizado ocupado em serviços de limpeza e higiene, vigilância, além dos contínuos, recepcionistas, manutenção e auxiliares de arquivo não precisam ser substituídos.

5.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DA FINEP

QUADRO XLV – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Finep

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Secretária	0	0	0	0	0
Assistente de Administração	0	0	49	0	0
Técnico de Suporte ao Usuário/Rede	0	0	11	0	0
Programador Visual	0	0	1	0	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
A FINEP considera atendidas as exigências do TAC (Inquérito Civil no 003033.2006.01.000/1-14) atendidas, porém o mesmo somente será encerrado após 29/10/2014.					

Fonte: Finep – AGEP

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

5.2.1.1. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA FINEP

QUADRO XLVI – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep													
UG/Gestão: 3650001/36801							CNPJ: 33.749.086/0001-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	20.11.0054.03	08.471.527/0001-06	15/08/2011	14/08/2014			33	33			A
2011	L	O	20.11.0007.00	36.529.998.0001/63	25/01/2011	24/01/2013	46	46					E
2013	L	E	20.13.0011.00	03.062.394/0001-09	23/01/2013	23/07/2013	40	40					E
2013	L	O	20.13.0107.00	10.868.000/0001-61	29/05/2013	31/12/2013	40	40					E
2011	L	O	20.11.0136.04	09.455.740/0001-97	06/12/2011	31/12/2013		1					A
2012	L	O	20.11.0009.02	10.446.523/0001-10	25/01/2011	25/01/2013		3					E
2013	L	O	20.13.0017.01	10.868.000/0001-61	01/03/2013	31/12/2013		3					E
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Quantidade de Trabalhadores : (P) Previstos no Contrato; (C) Efetivamente Contratado													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Finep – ALOG

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

5.2.2. ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.1.1 E 5.2.1.2

Em 2013 a Finep gerenciou sete contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene, sendo que no final de 2013, apenas três permaneceram vigentes. No tocante a mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos da Finep, foram gerenciados 24 contratos ao longo do exercício. Desse total, 11 permaneceram vigentes em dezembro de 2013. Esses contratos referem-se a serviços de transporte, segurança, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações, manutenção de bens móveis, entre outros.

5.2.3. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO XLVIII – Composição de Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	101	95	109	115	1.828.343,13
1.1 Área Fim	36	34	37	51	694.133,78
1.2 Área Meio	65	61	72	64	1.134.209,35
2. Nível Médio	36	37	37	32	437.719,82
2.1 Área Fim	12	12	12	10	141.709,85
2.2 Área Meio	24	25	25	22	296.009,97
3. Total (1+2)	137	132	146	147	2.266.062,95

Fonte: Finep – AGEF

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

A Finep verificou que a terceirização da frota é mais vantajosa para a empresa, uma vez que dessa forma não seria necessário arcar diretamente com os custos de manutenção dos veículos, contratação de novos motoristas no quadro da empresa (atualmente no Plano de Cargos e Remuneração não há previsão desta função) e indisponibilidade do veículo quando este estiver em manutenção.

A utilização dos veículos é fundamental para deslocamento dos membros da diretoria nos diversos compromissos diários aos quais estão submetidos os dirigentes da empresa. Esses compromissos incluem reuniões, seminários, palestras, workshops com outros órgãos das esferas municipal, estadual e federal, além de encontros com grupos empresariais, no qual é realizada a divulgação dos instrumentos de financiamento da Finep.

Por contrato, os veículos podem ter no máximo dois anos de uso. O contrato cobre todos os custos de combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, motoristas e pessoal responsável pela administração da frota.

Durante o ano de 2013, a prestação do serviço de transporte foi realizada conforme descrito a seguir:

6.1.1. FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO

Fornecimento de quatro veículos executivos, com motorista, utilizados para transporte institucional, atendendo à Diretoria Executiva da Finep e frequentemente, à representação do MCTI na cidade do Rio de Janeiro. Em 2013, a média anual de quilômetros rodados foi de aproximadamente 25.000 Km. A Finep dispõe de um funcionário responsável pela fiscalização do contrato, atestando mensalmente a execução dos serviços.

Seguem abaixo os contratos vigentes no exercício:

– De 01/01/13 até 07/05/13:

Empresa: CF Capela Prestação de Serviços Ltda. – CNPJ: 10.868.000/0001-61

Contrato: 20.12.0166.00

Valor total dispendido em 2013: R\$ 92.127,07

– De 08/05/13 até 02/06/13:

Empresa: CF Capela Prestação de Serviços Ltda. – CNPJ: 10.868.000/0001-61

Valor total dispendido em 2013: R\$ 14.284,33

– De 03/06/13 até 31/12/13:

Empresa: CF Capela Prestação de Serviços Ltda. – CNPJ: 10.868.000/0001-61

Contrato: 20.13.0077.00

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

Valor total dispendido em 2013: R\$ 363.701,65

6.1.2. FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DE SÃO PAULO

Fornecimento de um veículo executivo, com motorista, utilizado para transporte institucional. Seguem abaixo os contratos vigentes em 2013:

- De 01/01/13 até 02/04/13:

Empresa: AV2 Prestação de Serviços Ltda. – CNPJ: 08.744.513/0001-19

Contrato: 20.12.0021.00

Valor total dispendido em 2013: R\$ 26.240,00

- De 02/04/13 até 01/06/13:

Empresa: Maxiauto Service Ltda. – CNPJ: 02.761.362/0001-20

Valor total dispendido em 2013: R\$ 14.700,00

- De 03/06/13 até 31/12/13:

Empresa: CF Capela Prestação de Serviços Ltda. – CNPJ: 10.868.000/0001-61

Contrato: 20.13.0082.00

Valor total dispendido em 2013: R\$ 43.241,01

6.1.3. FROTA DE VEÍCULOS CONTRATADA PARA O ESCRITÓRIO DE BRASÍLIA

Fornecimento de um veículo executivo, com motorista, utilizado para transporte institucional. Seguem abaixo os contratos vigentes em 2013:

– De 15/01/13 até 10/04/13:

Empresa: Rafaela Duarte Lopes Locação de Veículos/ME. – CNPJ: 11.951.173/0001-01

Valor total dispendido em 2013: R\$ 3.831,70.

– De 02/04/12 até 31/03/13:

Empresa: Unique Rent a Car Locadora de Veículos Ltda. – CNPJ: 06.320.095/0001-07

Contrato: 20.12.0022.00

Valor total dispendido em 2013: R\$ 14.716,62

– De 02/04/2013 até 18/06/2013.

Empresa Sigma Auto Locadora de Veículos Ltda – CNPJ: 13.822.124/0001-02

Contrato: 20.13.0039.00 emergencial de 180 dias. Porém só utilizamos por 90 dias.

Valor Total dispendido em 2013: R\$ 10.345,50

– De 13/06/2013 até 31/12/2013

Empresa Airton Gomes de Oliveira Sorocaba – ME- CNPJ: 08330354/0001-06

Contrato: 20.13.0078.00

Valor total dispendido em 2013: R\$ 49.318,34

6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

No ano de 2013, estiveram sob a gestão da Finep bens imóveis próprios e bens imóveis locados de terceiros. A discriminação destes bens encontra-se nos itens a seguir:

6.2.1. DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS PRÓPRIOS

Imóvel: 1º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Imóvel: 2º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Imóvel: 3º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Imóvel: 8º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Imóvel: 9º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Imóvel: 13º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Imóvel: 24º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro
Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Imóvel: Matrícula nº 17.227 da Comarca de Campos do Jordão. Gleba com área de 25.000 m², no local denominado “Ermitage do Vale Feliz”, no bairro dos Correntinos – Campos do Jordão/SP

Imóvel: Quatro lotes de terrenos contínuos, de números 06, 07, 08 e 09, da Quadra 23, do loteamento Estância Climática Atalaia, em Jaguaribe – Campos do Jordão/SP

Imóvel: Av. Morumbi, s/n, Lote nº 127, Jardim Leonor – São Paulo/SP

Imóvel: Rua Silveira Sampaio, s/n, lote nº 1, Quadra nº 35, Jardim Morumbi – São Paulo/SP

Imóvel: Rua Silveira Sampaio, s/n, lote nº 10, Quadra nº 35, Jardim Morumbi – São Paulo/SP

Imóvel: Rua Silveira Sampaio, s/n, lote nº 11, quadra nº 35, Jardim Morumbi – São Paulo/SP

Imóvel: Rua Tenente João Batista do Prado, s/n, lote nº 12, quadra nº 35, Jardim Morumbi – São Paulo/SP

6.2.2. DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Imóvel: Pilotis do Edifício Praia do Flamengo (cessão de uso)

Endereço: Praia do Flamengo, 200, Pilotis – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: Condomínio do Edifício Praia do Flamengo (CNPJ: 28.180.933/0001-27)

Gastos incorridos na locação: R\$ 112.851,81

Imóvel: 4º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro

Endereço: Praia do Flamengo, 200 – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (CNPJ: 33.792.235/0001-12)

Gastos incorridos na locação: R\$ 1.467.492,80

Imóvel: 5º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro

Endereço: Praia do Flamengo, 200, 5º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: Rosa Maria Ida Moses Boscoli (CPF: 002.985.657-49)

Gastos incorridos na locação: R\$ 1.547.411,70

Imóvel: 6º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro

Endereço: Praia do Flamengo, 200, 6º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: BigBurger Ltda. (CNPJ: 45.737.905/0001-87)

Gastos incorridos na locação: R\$ 1.423.224,00

Imóvel: 7º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro

Endereço: Praia do Flamengo, 200, 7º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: Núcleos – Instituto de Seguridade Social (CNPJ: 30.022.727/0001-30)

Gastos incorridos na locação: R\$ 1.130.324,40

Imóvel: 22º andar do Edifício Praia do Flamengo – Escritório da Finep no Rio de Janeiro

Endereço: Praia do Flamengo, 200, 22º andar – CEP: 22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Locatário: Tarumã Empreendimentos e Participações Ltda. (CNPJ: 01.437.229/0001-50)

Gastos incorridos na locação: R\$ 1.787.198,00

Imóvel: Escritório da FINEP em São Paulo - Superintendência Regional de São Paulo (SRSP)

Endereço: Av. das Nações Unidas, 10.989 / 15º andar / conj. 152 – CEP: 04578-000 – São Paulo – SP

Locatário 1: Panorama Adm. e Participação Ltda. - 50% do imóvel (CNPJ: 62.209.663/0001-78)

Gastos incorridos na locação: R\$ 95.103,27

Locatário 2: Espólio de Alice Ulhoa Mendes Caldeira - 50% do imóvel (CPF: 033.872.598-91)

Gastos incorridos na locação: R\$ 149.951,52

Obs.: A diferença de gastos incorridos na locação entre os dois locadores refere-se a ressarcimento referente à investimentos que a FINEP fez no imóvel.

Imóvel: Escritório da Finep em São Paulo - Superintendência Regional de São Paulo (SRSP – NOVA SEDE)

Endereço: Avenida Juscelino Kubitscheck, 510 / 9º andar / conj. 91 e 92 – CEP: 04530-001 – São Paulo – SP

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

Locatário 1: Aquarius Empreendimentos e Participações Ltda. (CNPJ: 03.417.087/0001-95)

Gastos incorridos na locação: R\$ 379.368,60

Obs.: Contrato assinado em 11/06/2013 – Carência de 4 meses para o pagamento do 1º aluguel – Outubro de 2013 pagamento do 1º aluguel.

Imóvel: Escritório da Finep em Brasília – Locação de Sala

Endereço: SCN, Quadra 2, Bloco D, Sala 1102 - Edifício Liberty Mall

Locatário: Unidas Consultoria e Participações Ltda. (CNPJ: 37.985.538/0001-02)

Gastos incorridos na locação: R\$ 184.937,10

7. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O questionário sobre gestão da tecnologia da informação na Finep encontra-se no anexo XXXVIII.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Ao longo de 2013, a Finep deu continuidade à algumas iniciativas, ainda não coordenadas, relacionadas à questões de sustentabilidade ambiental. Dentre estas iniciativas pode-se citar:

- Reciclagem de papéis: a Comissão de Coleta Seletiva deu continuidade ao projeto piloto de coleta e reciclagem de papéis. Este piloto contempla alguns andares das instalações da FINEP no Rio de Janeiro e, atualmente, a Finep destina o material coletado ao Condomínio do prédio.
- Coleta seletiva de lixo eletrônico: A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) tem atuado no campo da proteção ao meio ambiente, através de campanhas internas permanentes de coleta seletiva de lixo eletrônico. Esta campanha tem resultado na coleta seletiva de centenas de itens como baterias de celular, pilhas, cartuchos de impressora, entre outros. No exercício de 2013, foram recolhidos seletivamente 1.052 itens de lixo eletrônico.
- Compras compartilhadas de material sustentável: a Finep participa do Fórum de Lideranças Executivas de Órgãos Federais no Rio de Janeiro (GesRio), que idealizou as compras compartilhadas sustentáveis. A aquisição dos itens sustentáveis é realizada através do sistema Comprasnet pelo menor preço e em alguns casos, por valor menor ao dos produtos convencionais. Além disso, permite gerar ganhos de escala, uma vez que são adquiridas de forma compartilhada.

O questionário sobre gestão ambiental e licitações sustentáveis encontra-se no anexo XXXIX.

8.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO XLIX – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Recurso Consumido	Quantidade		Valor	
	Exercícios			
	2013	2012	2013	2012
Papel	4.574.962	4.160.393	R\$ 100.649,16	R\$ 211.698,19
Água	14.472 m3	11.188 m3	R\$ 197.201,52	R\$ 146.576,85
Energia Elétrica	1.136.398 kWh	1.081.258 kWh	R\$ 547.949,84	R\$ 509.687,11
Total			R\$ 845.800,52	R\$ 867.962,15

Fonte: Finep-ADES

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. TRATAMENTOS DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

No exercício de 2013, não foram recebidos Acórdãos com determinações ou recomendações relacionados à empresa Finep, entretanto o TCU, através do Ofício nº 0383/2013-TCU/SECX-RJ, realizou o monitoramento do Acórdão nº 5789/2011 – 2ª Câmara.

Não foram incluídas informações sobre o Acórdão nº 7312/2010 (Plenário), uma vez que o mesmo foi considerado atendido no Relatório de Gestão do exercício de 2011, em decorrência da entrega ao TCU do Plano de Ação para atendimento às suas determinações e recomendações. Até o término do exercício de 2013, não houve avaliação do TCU quanto ao citado Acórdão.

9.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Vide Anexo XL.

9.1.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Ao final do exercício de 2013 não havia Acórdãos com determinações ou recomendações pendentes de atendimento, relacionados à empresa Finep.

9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

Por determinação contida em normativos da Controladoria Geral da União (CGU), as recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno (OCI) são incorporadas ao Plano de Providências Permanente (PPP), documento constantemente atualizado pela Finep e encaminhado, em periodicidade definida pela CGU, para avaliação daquele órgão.

As informações constantes no item 9.2.1, as quais relatam as recomendações consideradas atendidas no exercício, referem-se ao posicionamento conclusivo da CGU, emitido através da Nota Técnica 810/2013 e Nota Técnica 240/2014.

No tocante as informações constantes no item 9.2.2 deste Relatório de Gestão, referem-se às recomendações tratadas no PPP da Finep (excluindo as pertinentes às atividades como Secretaria Executiva do FNDCT), encaminhado à CGU em 31 de outubro de 2013.

Ressalta-se que a classificação “pendentes de atendimento ao final do exercício”, apresentada no item 9.2.2, não significa a ausência de adoção de providências pelos gestores da empresa para o saneamento dos apontamentos, uma vez que o resultado da análise da CGU indica os motivos para a manutenção das recomendações, conforme demonstra o quadro abaixo:

QUADRO L – Recomendações do OCI

Motivo da Manutenção da recomendação	Quantidade
Reiteração pela não implementação plena da recomendação	17
Em Análise	6
Total	23

Fonte :Finep - AUDI

9.2.1. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Vide Anexo XLI.

9.2.2. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Vide Anexo XLII.

9.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Finep possui em sua estrutura organizacional unidade da Auditoria Interna – AUDI, vinculada ao Conselho de Administração, conforme disposto no Decreto nº 3.591/2000, assegurando que o exercício de sua atividade estará livre de interferências de qualquer ordem que possam limitar o seu escopo.

As atividades da AUDI estão estruturadas de acordo com o Regulamento da Auditoria Interna, com o disposto no Decreto nº 3.591/2000 e com as Instruções Normativas da Secretaria Federal de Controle aplicáveis às unidades de Auditoria Interna.

Os trabalhos são executados com base no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), submetido anualmente ao órgão de controle interno – Controladoria-Geral da União (CGU).

Com base na execução do PAINT de 2013 foram emitidos 14 relatórios de auditoria, nove notas técnicas e seis relatórios de avaliação de processo de Tomada de Contas Especiais – TCE.

Nos trabalhos realizados foi considerado o cenário estratégico da empresa, com destaque para o incremento do volume de recursos operados pela Finep e novas modalidades de programas com integração de linhas de apoio.

Assim, foram efetuadas ações de auditoria nos instrumentos de crédito reembolsável, subvenção econômica e convênios, além das ações de “Licitação e Contratação” e “Demonstrações Financeiras”.

O acompanhamento das recomendações é inserido em novos trabalhos que tratem do mesmo tema, visando identificar reincidências e melhorias. Adicionalmente, no exercício de 2013, foi realizada ação de auditoria de Acompanhamento das recomendações emitidas pela AUDI nos

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

exercícios de 2011 e 2012 (“follow up”), resultando na emissão do Relatório de Auditoria nº06/2013.

Com base neste trabalho de acompanhamento, a AUDI avaliou o cumprimento das suas recomendações, com o objetivo de verificar a efetividade destes trabalhos na correção e melhoria dos processos e procedimentos na Finep.

Como conclusão foi apurado os seguintes resultados:

- 58,4 % Atendidas: a Área de Gestão de Pessoal (AGEP) e Área de Logística (ALOG) se destacam com a maior quantidade de recomendações emitidas e atendidas, em especial na revisão de normativos e melhoria de processos;
- 1,3 % Parcialmente Atendidas: tratam-se de recomendações que embora as unidades tenham adotado providências, sua forma de implementação não atendeu integralmente ao recomendado;
- 40,3 % Pendentes: grande parte das recomendações remete a ações de longo prazo relacionadas ao Projeto Modernize.

Ainda no exercício de 2013, as áreas auditadas passaram a elaborar Planos de Ação, os quais passaram a ser integrados, como anexo, aos relatórios de auditoria por ocasião de sua divulgação final. Esta prática foi normatizada por Instrução de Trabalho (IT) emitida em 17/06/2013, IT-GES-006-13.

Os citados Planos de Ação, à semelhança daqueles já demandados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) aos demais órgãos e entidades da Administração Pública sujeitos ao seu controle, são compostos da seguinte forma: recomendação da Auditoria, prazo de atendimento, providência a ser adotada pela unidade e nome do respectivo responsável.

9.4. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

Todos os empregados da Finep foram informados sobre a obrigatoriedade de apresentar declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado conforme determinam a Lei 8.429/92 e o Decreto 5.483/2005. Referindo-se ao Decreto 5.483/2005, os empregados ficaram cientes de que, em caso de recusa do cumprimento desta determinação, o funcionário estará sujeito às penalidades previstas na Lei 8.429/92.

Para cumprir a obrigação legal os empregados podem optar pelas seguintes alternativas:

- entregar anualmente, dentro do prazo estabelecido, cópia da Declaração de Bens apresentada à Delegacia da Receita Federal. O referido documento é recebido na unidade de Recursos Humanos responsável pelo gerenciamento dessas informações, em envelope lacrado, com o nome, matrícula e o ano a que se refere a declaração
- entregar a unidade de Recursos Humanos responsável, uma única vez, o formulário de Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física apresentada à Secretaria da Receita.

Todos estes documentos ficam arquivados no Departamento de Administração de Pessoas (DEAP).

O formulário de autorização e os instrumentos legais sobre a questão estão disponíveis na intranet da empresa.

Em relação à entrega das declarações de bens e rendas (DBR) dos ocupantes de funções de confiança, para fins de cumprimento da Lei nº 8.730/1993, a Finep utiliza a mesma metodologia adotada para todos os empregados.

9.4.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO LI – Demonstrativo do Cumprimento, por Empregados da Finep, da Obrigação de Entregar a DBR Autoridade

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	7	5	107
	Entregaram a DBR	7	5	107
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Finep - AGEP

9.4.2. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O DEAP é o responsável pelo controle de recebimento das declarações, entrando em contato por e-mail com os empregados que não as enviam no prazo estipulado.

As declarações são armazenadas em local apropriado, lacradas e com acesso restrito.

9.5. MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

Em 2009, a Finep aprovou a criação de uma Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial (CPTCE) para atuar na formalização, acompanhamento e validação de processos de Tomada de Contas Especial (TCE) relativos a convênios e termos de cooperação formalizados pela Finep. Os trabalhos da CPTCE seguem as orientações contidas na Instrução de Trabalho (IT) IT-OPE-001/09 aprovada naquele exercício.

Em 26/04/2013 a Finep nomeou uma nova Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial (CPTCE), através da Portaria Finep nº 141/2013. Deste então, essa comissão vem realizando um trabalho de revisão e saneamento dos processos de TCE já instaurados, porém ainda não encaminhados à CGU e das solicitações para instauração de TCE.

O QUADRO LIII demonstra as medidas adotadas em casos de dano ao Erário no exercício.

QUADRO LII – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			Remetidas ao TCU	
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento	Recebimento Débito	Débito < R\$ 75.000		Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*
1	0	0	0	1	0	0	5	6

Fonte: Finep - CPTE

Em 2013 foram finalizados seis processos de TCE, destes um foi instaurado e concluído no exercício de 2013 e cinco foram concluídos no exercício de 2013, tendo sido as TCE's instauradas em 2011 (convênio 01.06.0947.00) e 2012 (convênios 01.06.0952.00, 01.06.1262.00, 01.07.0123.00 e 01.07.0539.00). Além disso, ainda restaram cinco convênios cujas TCE's foram instauradas em 2011 que ainda ficaram pendentes de conclusão e envio à CGU (convênios 01.04.0504.00, 01.07.0587.00, 01.05.0776.00, 01.06.1132.00 e 01.07.0760.00). Para estes processos foram apresentadas justificativas para não envio no período de 180 dias após o ano da instauração, conforme solicitação da CGU.

Os processos de TCE não enviadas com prazo maior que 180 dias do exercício da instauração, com as respectivas razões, estão mencionados abaixo:

- Convênio 01.06.1132.00 (SIAFI 579895)

Tomada de Contas Especial nº 001/2011, instaurada em 15/04/2011, em desfavor do Genius Instituto de Tecnologia, por Omissão no Dever de Prestar Contas. Ainda encontra-se na fase administrativa, uma vez que a convenente encaminhou documentação pertinente a Prestação de Contas, tendo sido protocolada na Finep sob o nº 901.040/12. A última movimentação do presente processo é o encaminhamento à convenente, pela CPTCE, das cartas protocolo Finep nºs 000.728/14, 000.729/14 e 000.730/141.281/14, de 16/01/2014, informando da mudança da motivação da instauração da TCE e dando prazo de 15 dias para recolhimento do débito imputado.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

Não houve resposta da convenente e está no aguardo de finalização do Relatório do Tomador de Contas.

- Convênio 01.04.0504.00 (SIAFI 511955)

Tomada de Contas Especial nº 002/2011, instaurada em 03/05/2011, em desfavor da Prefeitura Municipal de Groaíras, por Omissão no Dever de Prestar Contas. A última movimentação do presente processo foi posicionamento da área operacional a respeito da execução técnica do projeto. O processo está no aguardo de finalização do Relatório do Tomador de Contas.

- Convênio 01.07.0587.00 (SIAFI 600164)

Tomada de Contas Especial nº 003/2011, instaurada em 03/05/2011, em desfavor do Genius Instituto de Tecnologia, por Omissão no Dever de Prestar Contas. Ainda encontra-se na fase administrativa, uma vez que a convenente encaminhou documentação pertinente a Prestação de Contas, tendo sido protocolada na Finep sob o nº 009.347/12. A última movimentação do presente processo foi o posicionamento da área operacional, de que nada do que foi realizado tem serventia. O processo está no aguardo de finalização do Relatório do Tomador de Contas.

- Convênio 01.05.0776.00 (SIAFI 532429)

Tomada de Contas Especial nº 004/2011, instaurada em 03/06/2011, em desfavor do Genius Instituto de Tecnologia, por Omissão no Dever de Prestar Contas. Ainda encontra-se na fase administrativa, uma vez que a convenente encaminhou documentação pertinente a Prestação de Contas, tendo sido protocolada na Finep sob o nº 900.500/12. A última movimentação do presente processo é o encaminhamento à convenente, pelo DPC1, das cartas protocolo Finep n.º 001.281/14 e 001.282/14, de 29/01/2014, e nº 001.459/14, de 03/02/2014, nas quais é dado o prazo de 15 dias para devolução dos recursos, ou regularização das impropriedades encontradas. Desta forma, estamos no aguardo de um posicionamento conclusivo do DPC1.

- Convênio 01.07.0760.00 (SIAFI 602979)

Tomada de Contas Especial nº 005/2011, instaurada em 03/06/2011, em desfavor do Genius Instituto de Tecnologia, por Omissão no Dever de Prestar Contas. Ainda encontra-se na fase administrativa, uma vez que a convenente encaminhou documentação pertinente a Prestação de Contas, tendo sido protocolada na Finep sob o nº 009.348/12. A última movimentação do presente processo foi o posicionamento da área operacional a respeito da execução técnica do projeto. O processo está no aguardo de finalização do Relatório do Tomador de Contas.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1. CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

A Finep possui canais de acesso do cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias sugestões e esclarecimentos: a Ouvidoria e o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC)

10.1.1. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

O SAC foi o primeiro canal de comunicação da Finep com o cliente. As principais demandas dirigidas ao SAC após a criação da Ouvidoria são feitas através de correio eletrônico ou telefone e se referem, principalmente, a dúvidas sobre as chamadas públicas disponibilizadas no portal da Finep, site, Prêmio Finep, relacionamento institucional, Finep 30 Dias, patrocínio e concurso público.

Mesmo com a criação da Ouvidoria da Finep houve um expressivo número de atendimentos realizados pelo SAC em 2013, o que pode ser atribuído aos diversos programas e chamadas públicas lançadas no exercício.

10.1.2. OUVIDORIA

Criada na Finep em março de 2012, a Ouvidoria é um canal democrático de atendimento ao cidadão. Neste espaço, é possível apresentar críticas, denúncias, reclamações e sugestões. Enfim, todas as manifestações que sejam relacionadas à atuação da Finep. É um elo entre a empresa e o cidadão, em que lhe é oferecido vários meios de contato, seja por carta, formulário eletrônico, telefônico ou presencial.

A Ouvidoria recebeu 261 manifestações no ano de 2013, um incremento de cerca de 44% em relação ao ano de 2012. O QUADRO LIII mostra o nº de manifestações por tipo nos dois últimos exercícios. Desse total, destaca-se o aumento no número de reclamações em relação ao ano 2012.

QUADRO LIII – Manifestações por Tipo nos Anos de 2012 e 2013

Tipo de Manifestação	2012	2013	Variação (%)
Informações e Solicitações	113	123	9%
Reclamações	30	114	280%
Denúncias	16	10	-38%
Sugestões	8	11	38%
Outros	12	0	-100%
Elogios	2	3	50%
Total Geral	181	261	44%

Fonte: Ouvidoria

10.1.2.1. SIC FINEP

A Lei nº 12.527, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta o dispositivo constitucional que estabelece que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Essa lei foi sancionada pela Presidente da República, em 18 de novembro de 2011, e efetiva o direito previsto na Constituição do acesso às informações. Seus dispositivos são aplicáveis aos órgãos e entidades públicas dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), de todos os níveis de governo (federal, estadual, distrital e municipal), assim como aos Tribunais de Contas, ao Ministério Público, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

As solicitações de informação podem ser feita através de dois canais: pelo SIC presencial ou pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que é administrado pela CGU. Para isso, é necessário que o cidadão faça um simples cadastro em formulário específico.

Na Finep, a Ouvidoria é a responsável pela operacionalização do sistema e-SIC/CGU, sistema eletrônico web, que centraliza os pedidos amparados pela lei e funciona como porta de entrada e saída única de atendimento.

O SIC Finep recebe os pedidos de informações relativas à Finep do sistema e-SIC e os encaminha às unidades responsáveis por suas respostas, indicando tratar-se de demanda da Lei de Acesso a Informação, monitorando o processamento de cada pedido. Uma vez respondido pelos gestores, a resposta ao pedido é então repassada ao sistema e-SIC. O sistema deve ser acessado no portal da Finep, através do selo amarelo de Acesso à Informação

O atendimento realizado pelo e-SIC Finep cresceu significativamente em 2013. O QUADRO LIVV mostra um crescimento de 75% no número de respostas em relação ao exercício anterior.

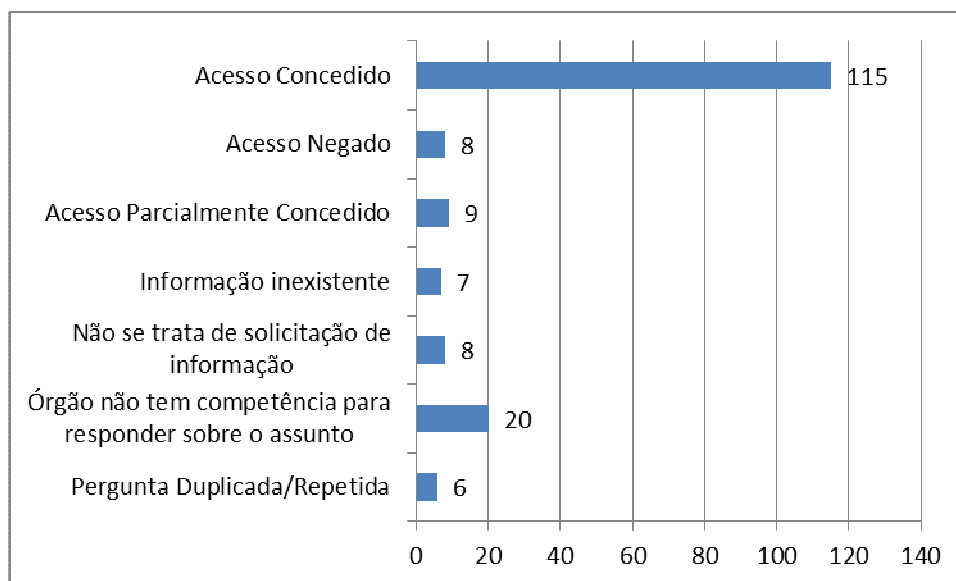
QUADRO LIV – Atendimentos por Canal em 2012 e 2013

Canal	2012	2013	Variação (%)
Ouvidoria	181	261	44%
e-SIC	99	173	75%
Total	280	434	55%

Fonte: Ouvidoria

O GRÁFICO XX demonstra que 66% dos pedidos de acesso foram concedidos no exercício.

GRÁFICO XX – Pedidos por Tipo de Resposta em 2013



Fonte: Ouvidoria

10.2. MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS OU CLIENTES

A Ouvidoria pretende trabalhar com dois indicadores básicos para avaliar seu atendimento: resolubilidade e satisfação do cidadão. A ausência de um sistema de informação para tratar as demandas da Ouvidoria da Finep impede a medição do grau de satisfação do cidadão que busca o atendimento. No entanto, em termos de resolubilidade, os resultados foram superiores aos de 2012, conforme informações do QUADRO LV e o QUADRO LVII.

QUADRO LV – Status das manifestações nos anos de 2012 e 2013

Status da manifestação	2012	2013	Variação (%)
Procedente solucionada	160	249	56%
Improcedente	14	7	-50%
Procedente não solucionada	7	5	-29%
Total Geral	181	261	44%

Fonte: Ouvidoria

QUADRO LVI – Indicador de Resolubilidade nos anos de 2012 e 2013

Indicador	2012	2013
Resolubilidade	96%	98%

Fonte: Ouvidoria

10.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE PESQUISAS DE OPINIÃO

A Finep não promoveu pesquisas de opinião, entretanto, tem envidado esforços no sentido de implementar um sistema de gestão que possibilite o registro e o acompanhamento das manifestações, bem como a avaliação do seu atendimento. Um dos requisitos funcionais obrigatórios para desenvolvimento do sistema da ouvidoria, especificado no âmbito do Projeto Modernize, é o de “possibilitar a aplicação de pesquisa de satisfação do atendimento da Ouvidoria”.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

A solução desenhada para a Ouvidoria não foi implementada na primeira fase do Projeto, mas está entre as prioridades da próxima etapa. O projeto Modernize será tratado no item 12.1 do relatório.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Segue no anexo XLIII e anexo XLIV as Declaração do Contador, que substitui as demonstrações contábeis da Unidade Gestora Programa de Ações Especiais do MCT/Finep (UG 240131) e Unidade Gestora FUNTTEL – Operações Não reembolsáveis (UG 410049).

11.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76

As Demonstrações Contábeis previstas na Lei 6.404/76 encontram-se nos anexos XLVII e XLVIII conforme abaixo:

- Anexo XLV – Demonstrações Contábeis Finep (UGs: 365001, 365002 e 365004)
- Anexo XLVI – Demonstrações Contábeis Contratos e Convênios (UG 360001)

11.3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Vide Anexo XLVII.

11.4. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA FINEP

Vide Anexo XLVIII.

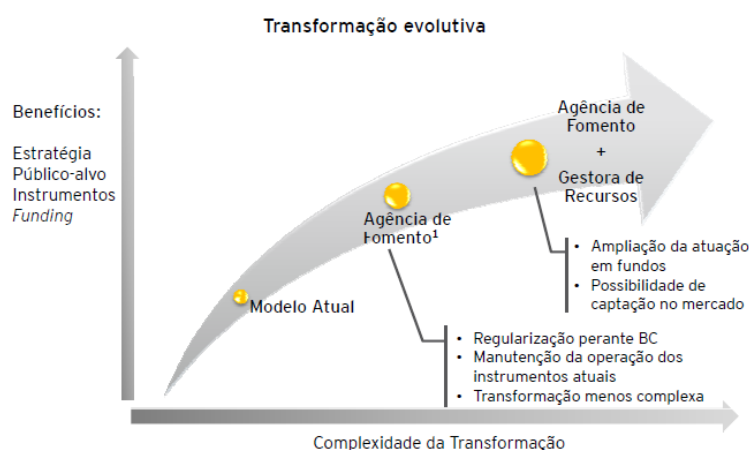
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. CARACTERIZAÇÃO DE MODELOS PARA A TRANSFORMAÇÃO DA FINEP EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

No segundo semestre de 2011, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), no âmbito de seu Contrato de Gestão com o MCTI, celebrou contrato de prestação de serviços com a Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda. (E&Y), para a elaboração de estudo acerca da caracterização de modelos para a transformação da Finep em Instituição Financeira (IF).

O estudo resultou na proposição de uma transformação evolutiva que assegurasse à Finep agilidade operacional num curto prazo e capacidade ampliada de atuação no longo prazo, percorrendo, gradativamente, os três modelos jurídico-institucionais, conforme demonstrado na Figura III abaixo:

FIGURA III – Transformação Evolutiva FINEP



Fonte: FINEP - GAPR

Nesse contrato de prestação de serviços, foi realizado ainda um estudo complementar que consistiu na avaliação das implicações, em atos legais e infralegais, dos cenários de transformação evolutiva da Finep em IF, cujo relatório final foi entregue em fevereiro de 2012. O fruto deste trabalho levantou as seguintes proposições, sendo algumas atendidas no decorrer de 2013:

- Novo modelo institucional:

- Tipificação exclusiva da Finep como instituição financeira pública, para tanto foram realizadas as seguintes ações:

- a) Alteração do Estatuto Social da Finep realizada através do Decreto nº 7.954/13, que consolida suas atribuições como:

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

- conceder a pessoas jurídicas financiamento sob a forma de mútuo, de abertura de crédito, ou, ainda, de participação no capital respectivo, observadas as disposições legais vigentes;
- financiar estudos, projetos e programas de interesse para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do País, promovidos por sociedades nacionais no exterior;
- conceder aval ou fiança;
- contratar serviços de consultoria;
- celebrar convênios e contratos com entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, e internacionais;
- realizar as operações financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- captar recursos no País e no exterior;
- conceder subvenções;
- conceder a pessoas jurídicas brasileiras, de direito público ou privado, e a pessoas físicas, premiação em dinheiro por concurso que vise ao reconhecimento e ao estímulo das atividades de inovação; e (Incluído pelo Decreto nº 7.954, de 2013)
- realizar outras operações financeiras

b) Alteração do Decreto-Lei de criação da Finep (Decreto Nº 7.954/13, de 12/03/2013).

- Necessidade de funding e capital:

- Alteração da Lei do FNDCT para direcionamento e perenidade de mais recursos às operações reembolsáveis, e decorrente alteração da Lei de Incentivo à Inovação para previsão, no contexto amplo, de novos conceitos no âmbito de fomento;
- A Resolução BACEN Nº 4.300/13, de 30/12/2013, elevou o limite do total dos financiamentos a serem subvencionados pela União de R\$ 6 bilhões para R\$ 8 bilhões com recursos da Finep no Subprograma “Capital Inovador” - PSI;
- A Portaria Nº 603/13, de 24/12/2013 do Ministério da Fazenda, definiu o aporte de capital à Finep através da transferência de ações ordinárias da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB da União, no montante de R\$ 200 milhões, ocorrido em 26/12/2013;
- Captação no Fundo Social, para estabelecimento de novo padrão de financiamento à inovação.

- Nova estrutura de governança corporativa:

- Inclusão no Estatuto Social da Finep dos seguintes Itens:

- a) Inclusão de um representante dos empregados da Finep no Conselho de Administração;
- b) Criação do Comitê de Auditoria;
- c) A Diretoria Executiva será composta por seis diretores.

- Alteração do Regimento Interno prevendo a instituição de comitês decisórios, de forma a elevar os padrões de governança da Finep como instituição financeira.

- Nova estrutura organizacional:

- Alteração do Regimento Interno para o estabelecimento de uma nova estrutura organizacional para a Finep, dado o novo contexto como instituição financeira; e redistribuição de funções e responsabilidades, pré-existentes ou não, entre as novas áreas da Finep de acordo com a nova estrutura organizacional.

12.1.1. O PROJETO NOVO MODELO DE GESTÃO

Os resultados do estudo realizado pela Consultoria E&Y nortearam importantes medidas administrativas subsequentes, dentre as quais cabe destacar o desenvolvimento do Projeto Novo Modelo de Gestão Finep baseado em Novas Metodologias de Avaliação de Operações Reembolsáveis, Não-Reembolsáveis e de Participação no Capital (Investimento).

O projeto se baseia na adoção de boas práticas adotadas pelas instituições financeiras e objetiva prover a Finep da sistematização integrada de informações e de metodologias de gestão contábil-financeira e operacional que balizarão o seu processo decisório, face aos desafios institucionais identificados pelo Plano de Gestão Estratégica Finep e respectivo Plano de Ação 2012-2014, em consonância com o Plano Plurianual Anual (PPA), Plano Brasil Maior (PBM), ENCTI e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes.

Neste sentido, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), entidade especializada no setor financeiro, com aceno no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC³), foi contratada em novembro de 2012, com a finalidade de oferecer serviços técnicos especializados de apoio ao desenvolvimento do Projeto Novo Modelo de Gestão da Finep composto por 5 (cinco) blocos metodológicos, a saber:

- Bloco 1 – Modelo Contábil da Finep
- Bloco 2 – Modelo Baseado no *Asset and Liability Management* (ALM)
- Bloco 3 – Produtividade do *Core Business*
- Bloco 4 – Melhor Uso do Recurso Público (MURP)
- Bloco 5 – Diretrizes para Operação como Instituição Financeira

Em maio de 2013, foi firmado o primeiro aditamento do contrato de prestação de serviços especializados, que visou à adequação do projeto às seguintes questões:

- (i) limitações estruturais para adequação dos sistemas operacionais atuais (ou sistemas corporativos legados) aos requisitos do Novo Modelo de Gestão; e
- (ii) crescimento exponencial de recursos (alavancagem) para as operações de crédito decorrentes principalmente do lançamento pelo Governo Federal do Plano Inova Empresa para investimento em inovação.

As duas questões geraram intenso esforço no período entre dez/12 e abr/13, por parte de ambas equipes – FIPECAFI e Finep, na identificação de impactos e eventuais alternativas de curto prazo que se apresentavam para a adequada consecução do projeto, bem como dos desafios institucionais impostos à Finep.

Foram entregues à Finep durante o ano de 2013, 17 produtos contratados no âmbito do Projeto Novo Modelo de Gestão. O desenvolvimento dos blocos de trabalho durante o ano de 2013 ocorreu da seguinte forma:

³ O CPC é uma entidade privada que faz parte das instituições consultadas pelo BACEN para elaboração dos normativos para o Sistema Financeiro.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

- a) Produtos Iniciais, que permeiam todo o Projeto.
 - i. Produtos entregues:
 - a. Planejamento dos Trabalhos – abril de 2013
 - b. Modelo Conceitual do Modelo de Gestão – abril de 2013
 - c. Diagnóstico dos Sistemas Legados – abril de 2013

- b) Bloco 1: Modelos Conceitual, Lógico/Físico e Experimental para:
 - a) Atendimento ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), necessário ao processo de consolidação da instituição financeira Finep e atendimento ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), no que se refere à Finep na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT;
 - b) Desenvolvimento da contabilidade gerencial.
 - c) Produtos entregues:
 - a. Modelo Conceitual (Base Crédito) – julho de 2013
 - b. Modelo Lógico e Físico – dezembro de 2013
 - c. Plano de Implementação – dezembro de 2013
 - d. Desenvolvimento do Modelo Experimental – dezembro de 2013
 - e. Complemento da Metodologia – novembro de 2013

- c) Bloco 2: Metodologia de gestão de ativos e passivos, denominada Metodologia ALM), para prover a Finep de apuração de resultados por instrumentos e linhas, bem como de custos incorridos na captação e aplicação de recursos. Em adicional, disponibilizará um Modelo Experimental para Gestão Financeira e Orçamentária do FNDCT, dentre outros aspectos.
 - i. Produtos entregues:
 - a. Modelo Conceitual (ALM – Base Crédito) – agosto de 2013
 - b. Análise de Resultado por Instrumento – novembro de 2013

- d) Bloco 3: Desenvolvimento de metodologia para promover a eficiência e eficácia do *Core Business* da Finep, ciclo que contempla atividades de enquadramento, análise da demanda, decisão de aplicação de recursos em função do atendimento a políticas (inovação, alocação, crédito, preço) e controle/monitoramento. O desenvolvimento deste Modelo Experimental promoveu a decisão da Diretoria Executiva de implementar o Finep 30 Dias Crédito.
 - i. Produtos entregues:
 - a. Modelo Lógico e Físico – junho de 2013
 - b. Desenvolvimento Modelo Experimental – junho de 2013
 - c. Modelo Conceitual – agosto de 2013
 - d. Modelo Lógico e Físico – agosto de 2013
 - e. Desenvolvimento Modelo Experimental – agosto de 2013
 - f. Metodologia *Back Office* – setembro de 2013

- e) Bloco 4: Estruturação de indicadores com o objetivo de prover a Finep de ferramentas de mensuração de resultados quantitativos e qualitativos com vistas a otimização na alocação de recursos públicos, ou seja, melhor uso do recurso público (MURP).
 - i. Produtos entregues:
 - a. Modelo Conceitual (Base Crédito) – novembro de 2013

- f) Bloco 5: Orientações e diretrizes para a Finep operar como IF, adotando-se como referência os estudos previamente realizados pela Consultoria E&Y.

12.1.2. O PROJETO FINEP 30 DIAS CONVÊNIO

O FINEP 30 Dias Convênio é uma continuidade do Bloco 3 do Projeto Novo Modelo de Gestão. Trata-se do desenvolvimento do Modelo Conceitual e Modelo Lógico/Físico para fundamentar a Nova Metodologia de Análise, Avaliação, Contratação, Acompanhamento e Prestação de Contas dos convênios celebrados no âmbito dos recursos geridos pela Finep. A finalização do desenvolvimento desse novo produto está prevista para o segundo semestre de 2014.

12.2. PROJETO MODERNIZE

Dada a importância da Finep no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) - na condição de agência de fomento e Secretaria Executiva do FNDCT - e a necessidade de dotá-la com as melhores práticas de gestão, bem como de processos e sistemas mais ágeis e robustos, foi criado em 2008 o Grupo de Trabalho dos Novos Sistemas (GTNS), o qual desenvolve o Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas da Informação da Finep. A partir da RES/DIR/0292/11, de 19/09/2011, o empreendimento passou a ser denominado Projeto MODERNIZE.

O objetivo do projeto é prover uma solução integrada à Finep, aliando a modelagem dos processos de negócios à reestruturação de suas arquiteturas de sistemas e de tecnologia. O projeto pretende, ainda, contribuir para o alcance de um estágio mais avançado de maturidade gerencial e organizacional da Finep, condizente com o seu papel no desenvolvimento nacional, e para o atendimento dos requisitos que ora se colocam para o seu reconhecimento como instituição financeira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), classificação que exigirá um grande esforço corporativo de adequação. Cabe ressaltar que o projeto abrange todos os processos da Finep, inclusive aqueles executados na função de Secretaria Executiva do FNDCT.

O empreendimento busca obter as seguintes vantagens e benefícios:

- Visão de trabalho orientada por processos;
- Aumento da eficácia administrativa e operacional;
- Redução de prazos e riscos operacionais;
- Redução de burocracia;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Criação de condições para o uso de ferramentas de apoio à tomada de decisões;
- Aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle interno;
- Incorporação das melhores práticas de mercado;
- Apoio ao desenvolvimento das competências das pessoas;
- Redução de interfaces entre sistemas isolados;
- Disponibilização tempestiva de informações;
- Redução do retrabalho e inconsistências;
- Melhoria no atendimento aos clientes;
- Adoção de um sistema de melhoria contínua;

- Constituição e aperfeiçoamento de governança de tecnologia da informação e de processos

12.2.1. FASES DO PROJETO

Com estimativa de investimento global da ordem de R\$ 90 milhões e cerca de sete anos de duração, o projeto, tem um total de seis fases e diversas subfases, apresentadas a seguir:

Definição do Modelo Conceitual: Consistiu, essencialmente, num período para estudos de alternativas e de riscos, experiências similares - de sucesso ou fracassadas, a definição dos grandes marcos, da ordem de grandeza do orçamento, além de preparação da equipe. Funcionou, portanto, como um pré-projeto;

Elaboração de Editais: Tratou da elaboração de dois Editais de Licitação relativos à contratação de (1) uma empresa de consultoria em Gestão e TI e (2) uma auditoria independente para aferição da qualidade dos produtos e serviços produzidos pela consultoria (controle de qualidade);

Licitações: Cuidou da publicação dos citados Editais e de todas as atividades necessárias ao andamento dos dois processos licitatórios, incluindo o tratamento de possíveis questionamentos, além de todo o rito de contratação;

Preparação Interna para a Fase Subsequente: Consistiu na preparação do ambiente para a chegada da consultoria de Gestão e TI e da auditoria independente. Entre as atividades estão a disponibilização de estrutura física e os preparativos para o início dos trabalhos.

Definição da Solução Integrada: Foi o momento de levantamento, modelagem e diagnóstico dos processos de negócio e soluções de TI atuais (modelagem da situação atual) para, a seguir, serem redesenhados (modelagem da situação futura). Ao término desta Fase foi elaborado um Plano de Implementação da Solução Integrada Finep, que constitui um conjunto de processos, práticas e sistemas que serão os alicerces para a transformação da Finep. Dividiu-se em cinco subfases:

- Planejamento e Organização do Projeto: tratou, por exemplo, da estrutura organizacional do projeto e sua governança, dos planos de comunicação e de gestão da mudança, do cronograma físico-financeiro e da validação da visão de futuro da Finep;
- Análise da Situação Atual: identificou a situação vigente dos processos de negócio e da TI e colheu percepções de clientes internos e externos;
- Desenho da Situação Futura: permeou aspectos como o modelo futuro de processos, de estrutura organizacional e de governança de processos e de tecnologia da informação (TI), além de estudos de tendências da TI;
- Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE): consistiu em avaliação e seleção de alternativas para as arquiteturas de sistemas e de tecnologia;
- Plano de Implementação: contemplou todo o planejamento necessário à implementação da solução proposta.

Implementação da Solução Integrada: trata da execução dos planos estabelecidos, com a assessoria da consultoria. Entre os serviços empreendidos estarão: o apoio à gestão do projeto; o detalhamento dos novos processos, a assessoria para a elaboração de Editais e o acompanhamento das Licitações. Nesta fase, espera-se mais de uma dezena de Licitações - algumas simultâneas - para as aquisições e contratações necessárias à Solução Integrada. Divide-se em quatro subfases:

- Preparação para a implementação – Essencialmente, buscará atualizar os originais do Planejamento e Organização do Projeto, do Plano de Gestão da Mudança e do Plano de Comunicação. Executará, ainda, a mobilização interna - recursos humanos, físicos e logísticos, etc. - conforme estabelecido nos planos de implementação;
- Implementação – É o cerne da execução do projeto, onde ocorrerão as aquisições e contratações previstas nos planos de implementação, os desenvolvimentos, a integração das soluções, bem como a transferência da tecnologia, com o apoio da consultoria. Estão previstos diversos serviços de assessoria técnica;
- Acompanhamento pós-implementação e ajustes – Trata-se de um período para observar a acomodação da solução implementada e realizar os ajustes que forem necessários, em quaisquer das questões tratadas no projeto;
- Encerramento do projeto – É a consolidação dos resultados alcançados - incluindo, por exemplo, uma pesquisa de satisfação com clientes internos e externos, um estudo comparativo dos níveis de indicadores de performance passados e atuais, melhorias em processos, sistemas, estruturas, gerenciamento em geral, gerenciamento de riscos, confiabilidade, etc. Oferecerá, ainda, um relatório de lições aprendidas e um relatório de conclusão com recomendações.

Atualmente, o Projeto MODERNIZE encontra-se na Fase de Implementação da Solução Integrada. No Anexo XLIX é apresentado um resumo da situação do projeto, com a descrição das ações programadas e respectivos prazos para conclusão.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

Segue no QUADRO LVII abaixo o cronograma geral atualizado em 31/12/2013.

QUADRO LVII – Cronograma Geral do Projeto MODERNIZE Atualizado

	Nome da tarefa	Duração real	7	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Modelo Conceitual	10 meses		01/10		28/08					
2	Elaboração de Editais	8 meses			31/08		03/05				
3	Processos Licitatórios e Contratações	14 meses			04/05		07/07				
4	Preparação Interna	6 meses				05/01		07/07			
5	Definição da Solução Integrada	18 meses				08/07			28/12		
6	Implementação da Solução Integrada	36 meses							26/04		

*2014-2015: estimado

Fonte: Finep / CPMZ

12.3. SOLUÇÕES INTEGRADAS PARA A GESTÃO E CONTROLE DE PROJETOS

O Projeto Soluções Integradas para a Gestão de Projetos (SIGP) completou em 2013, três anos de execução. Aprovado em 2010, o projeto consiste em um conjunto de soluções para a gestão e controle de projetos contratados com recursos do FNDCT (convênios e termos de cooperação) com foco na melhoria do processo de análise e encerramento prestações de contas técnicas e financeiras.

O SIGP é dividido em 3(três) módulos de soluções:

Institucionais – de contexto estratégico, abrangendo a política de acompanhamento técnico e financeiro de convênios e termos de cooperação, alinhada ao marco legal e regulatório do FNDCT (Instrução Normativa nº 01/2010 do Conselho Diretor do FNDCT) e à implantação do processo amostral (estruturado) para a visita às instituições convenientes;

Organizacionais – com foco no aperfeiçoamento da interface conveniente/Finep (desenvolvimento de ambiente Web) e nos ganhos de eficiência e eficácia dos processos de tramitação, análise e deliberação de prestações de contas;

Para o Passivo – direcionada ao mapeamento e à definição de métodos e procedimentos apropriados à execução e encerramento das análises do passivo de prestações de contas.

Em 2011 foi aprovada a primeira revisão do plano de implantação do projeto. O projeto e o plano de implantação foram aprovados pelo MCTI como plano de ação do MCTI/Finep, o qual foi apresentado à CGU em 31/08/2011 e ao TCU-RJ em 13/09/2011 em resposta ao acórdão TCU 3643/2011.

Uma segunda revisão do plano de implantação foi aprovada em 2012 para atualização do instrumento de gerenciamento do projeto, contendo:

- descritivo das ações, incluindo as revisões de conteúdo;
- status das ações, incluindo comentários e medidas de revisão; e
- novos prazos para as ações não realizadas no prazo.

As principais atividades do projeto desenvolvidas em 2013 foram:

Implantação do Módulo do Portal do Cliente – Solução tecnológica, com interface web, para automação e gerenciamento eletrônico de processos de acompanhamento técnico e financeiro de convênios e termos de cooperação.

O Módulo do Portal, que inclui os dados cadastrais das instituições convenientes e disponibiliza função para remanejamento financeiro e alteração de equipe executora do projeto, foi implementado. Com a implementação os processos de remanejamento financeiro e alteração de equipe executora passaram a ser automatizados e executados exclusivamente pelas áreas operacionais da Finep, eliminando a tramitação em papel e a intervenção dos analistas financeiros, contribuindo assim para o ganho de produtividade na análise de prestações de contas. O módulo 2 – Prestação de Contas Técnica e Financeira encontra-se em fase de desenvolvimento.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos Relatório de Gestão 2013

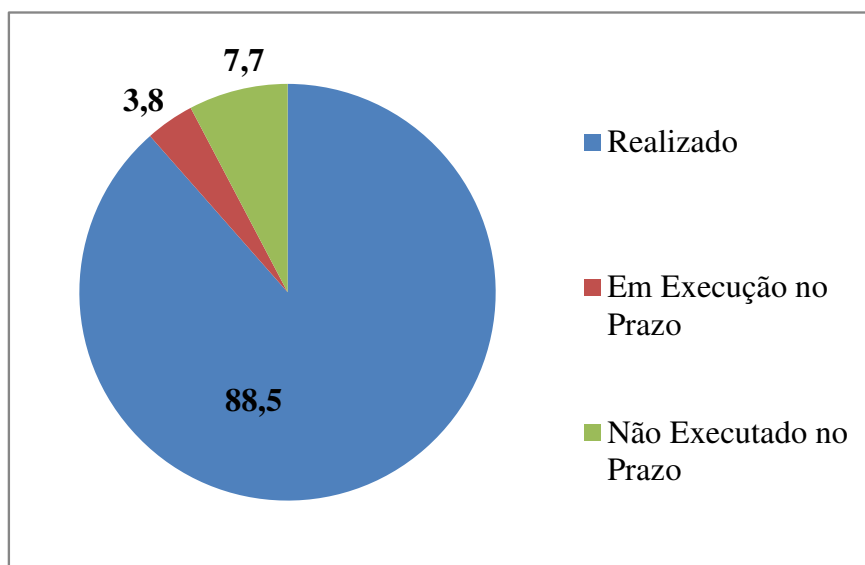
Consolidação do Programa de Acompanhamento de Visitas – PAV com o aperfeiçoamento do algoritmo de seleção de amostra. O PAV é um modelo sistematizado, baseado em critérios de criticidade, materialidade e relevância, para seleção de amostra de convênios e termos de cooperação que serão objeto de fiscalização “in loco” para acompanhamento técnico e financeiro durante o ano de referência. Para o exercício de 2013, foram selecionadas 686 operações, correspondentes ao montante de recursos de R\$ 3,71 bilhões, e foram visitadas 589 convênios/termos de cooperação.

Encerramento no SIAFI de 661 convênios referentes UGs operacionalizadas pela Finep (360001, 410049, 3650001, 365002, 365004 e 240131) enquadrados no grupo ativo e grupo passivo conforme N-OPE-023/12 e N-OPE-009/10, respectivamente.

Aprovação/Revisão de 36 documentos normativos de caráter administrativo, operacional, de gestão e de recursos humanos. A listagem desses normativos encontra-se relacionada no anexo L.

O GRÁFICO XXI demonstra o avanço físico das 26 ações do Projeto.

GRÁFICO XXI – Avanço Físico do Projeto Soluções Integradas



12.4. PRÊMIO FINEP DE INOVAÇÃO

O Prêmio Finep de Inovação (PFI) é o mais importante instrumento de estímulo e reconhecimento à inovação no País. Desde 1998, já premiou mais de 500 empresas, instituições e pessoas físicas, sendo responsável pela projeção dos contemplados não apenas no Brasil como no exterior.

O Prêmio possui nove categorias: Micro e Pequena Empresa, Média Empresa, Grande Empresa, Instituição de Ciência e Tecnologia, Tecnologia Social, Inventor Inovador, Tecnologia Assistiva, Inovação Sustentável e Inovar Fundos – dividida em três subcategorias – Governança, Equipe e Operação.

São candidatos aptos a concorrer ao Prêmio, empresas ou Instituições de Ciência e Tecnologia, públicas ou privadas, OSCIPs e Organizações Não Governamentais (ONGs) com sede no País e que tenham a inovação como elemento relevante em suas estratégias de atuação. Na categoria Inventor Inovador, podem concorrer pessoas físicas que tenham patentes concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e cujo objeto esteja disponível para a sociedade (comercializado). Na categoria Inovar Fundos, concorrem empresas gestoras de fundos de capital semente, venture capital e *private equity* constituídos há, no mínimo, dois anos.

Em 2013, o Prêmio FINEP constou de duas etapas, Regional e Nacional, com as seguintes categorias:

- Etapa Regional
 - Micro/Pequena Empresa
 - Média Empresa
 - Instituição Científica e Tecnológica – ICT
 - Tecnologia Social
 - Inventor Inovador
 - Tecnologia Assistiva
 - Inovação Sustentável

- Etapa Nacional
 - Grande Empresa
 - Inovar – Empresas gestoras de fundos *seed*, *venture capital* e *private equity*,
 - Demais Categorias – Cada vencedor regional concorre automaticamente, em uma segunda etapa, ao prêmio nacional dentro de sua categoria

As tabelas abaixo demonstram as premiações referentes a cada categoria:

QUADRO LVIII – Valores referentes às Premiações Regionais

Categoria	Premiação
Inventor Inovador	R\$ 100 mil
Tecnologia Assistiva	R\$ 100 mil
Inovação Sustentável	R\$ 100 mil
Micro/Pequena Empresa	R\$ 200 mil
Instituição de Ciência e Tecnologia	R\$ 200 mil
Tecnologia Social	R\$ 200 mil
Média Empresa	R\$ 300 mil

Fonte: FINEP - ACOM

QUADRO LIX – Valores referentes às Premiações Nacionais

Categoria	Premiação	
Grande Empresa	R\$ 500 mil	
Inovar Fundos	Equipe	R\$ 100 mil
	Governança	R\$ 100 mil
	Operação	R\$ 100 mil
Para as demais categorias o valor da premiação para o vencedor nacional é a mesma da respectiva categoria regional.		

Fonte: FINEP - ACOM

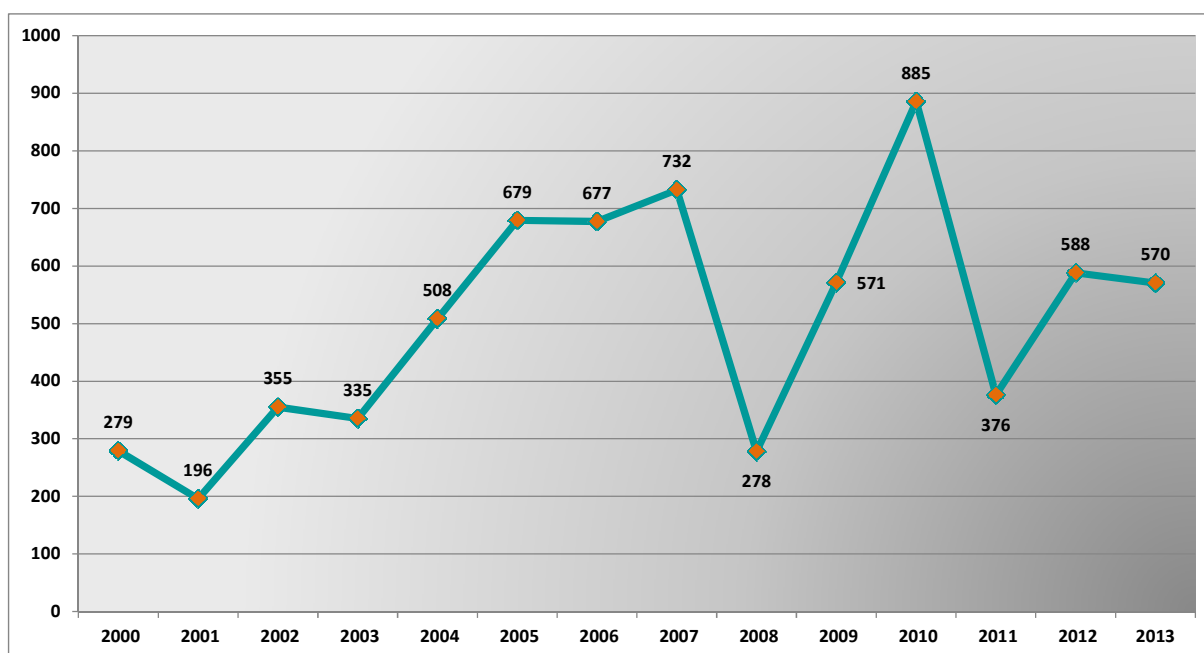
QUADRO LX– Distribuição Regional das Inscrições – Prêmio

Região	Nº de Inscritos
Norte	72
Nordeste	66
Centro-oeste	45
Sudeste	244
Sul	143
Total	570

Fonte: FINEP – ACOM

Em relação ao ano de 2012, o Prêmio Finep 2013 manteve o mesmo patamar de inscrições, alcançando 570 contra 588 no ano anterior. O GRÁFICO XXII demonstra o número de inscrições no período de 2000 a 2013.

GRÁFICO XXII – Prêmio FINEP - Evolução da Quantidade de Inscrições – 2000 a 2013



Fonte: FINEP - ACOM

13. CONTEÚDO ESPECÍFICO

13.1. AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A Finep concentrou suas ações de publicidade e propaganda na categoria Publicidade Institucional. Seguindo a orientação da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), a FINEP não realiza Publicidade Mercadológica, por não promover a comercialização direta de produtos.

Para o desenvolvimento de ações de publicidade e propaganda, a Finep contou com recursos próprios e recursos do FNDCT, conforme QUADRO LXI – Valores Executados com Publicidade Institucional .

QUADRO LXI – Valores Executados com Publicidade Institucional

R\$ Milhões

Categoria	Valores Executados		Total
	FINEP	FNDCT*	
Publicidade Institucional	3,46	1,91	5,37

Fonte: Finep – ACOM

Nota: Os valores do FNDCT referem-se a Despesas Operacionais

Os recursos relativos a despesas com publicidade referem-se aos contratos formalizados com a Agência 3 Comunicação Integrada Ltda., desde 2009, conforme Quadro LXII.

QUADRO LXII – Especificações dos Contratos de Publicidade

Em R\$ Milhões

Categoria	Agência/Beneficiário	Nº Contrato	Data de Assinatura do Contrato	Data de Vigência do Contrato	Valor do Contrato
Publicidade	Agência 3 Comunicação Integrada Ltda – (CNPJ 04.180.208/0001-09)	20.09.0088.00/04	11/09/2013	10/09/2014	8,00
		20.09.0088.00/03	01/10/2012	30/09/2013	8,00
		20.09.0088.00/02	30/09/2011	30/09/2012	7,00
		20.09.0088.00/01	01/10/2010	30/09/2011	7,84
		20.09.0088.00	02/10/2009	01/10/2010	7,00

Fonte: FINEP – ACOM/DPRO

Em 2013 foram utilizados R\$ 5,36 milhões na veiculação de cinco campanhas:

- Inova Empresa
- Prêmio Finep de Inovação
- Adesivagem aeronaves da companhia Azul
- Finep 30 Dias
- *Branding e Design*

O objetivo das campanhas foi tornar a Finep e seus instrumentos e programas mais conhecidos pelo público empresarial.

Com o lançamento do Plano Inova Empresa, a Finep veiculou campanha nos principais jornais do País para comunicar as taxas e condições de financiamento. Os anúncios de página inteira

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

foram veiculados na Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Valor Econômico e Brasil Econômico. Houve ainda inserções em mídia de aeroportos nas seguintes praças: São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife.

A campanha de lançamento da 16ª edição do Prêmio Finep de Inovação foi veiculada entre abril e maio nas revistas América Economia, Exame PME, Época Negócios, Harvard Business, Valor Inovação, Brasileiros Inovação, TAM nas Nuvens, Gol, Avianca, Voe Azul, Brasileiros, Piauí e Caros Amigos; em mídia de aeroportos (São Paulo, Curitiba, Recife, Belém, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte) e canais de economia, tecnologia, investimentos nos portais Globo.com, Globo online, Folha Online, Veja, Época e Valor Online.

Para reforçar as condições do Plano Inova Empresa, agregando o caso real de dois clientes da Finep, em uma mídia de alto impacto, entre maio e outubro de 2013, duas aeronaves Embraer da companhia aérea Azul e suas bandejas internas foram adesivadas externamente com as frases “Aqui tem Finep” / “Aqui tem inovação”.

Com o objetivo de reforçar a recém lançada metodologia de análise, de novembro a dezembro foi veiculada campanha Finep 30 Dias nos canais online de economia, tecnologia e finanças (UOL, G1, R7 e Yahoo), em mídia de aeroportos nas praças Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife e Curitiba, na TV paga (Globo News, Band News), revistas (Época, Veja, Carta Capital, Isto É, Exame, Newsweek, Isto É Dinheiro) e jornais (Valor Econômico e Brasil Econômico).

No processo de crescimento e mudança pelo qual passa a Finep, a criação de uma nova marca foi um dos pontos que simbolizaram e reafirmaram o compromisso da empresa com a inovação e contemporaneidade. Desta forma, a Finep iniciou a mudança da marca (processo a que se dá o nome de Branding), segundo a cláusula segunda do contrato de prestação de serviços de publicidade 20.09.0088.00 entre a Finep e a Agência 3, visando fazer da Finep uma marca forte, importante e admirada, alinhando as estratégias de negócio, marca e comunicação da empresa. Foram realizados ao longo do ano de 2013 as seguintes fases do contrato de prestação de serviços de branding: Diagnóstico de Branding, Plataforma da Marca, Nome, Marca, Arquitetura de Marcas, Universo Visual e Verbal, Slogan, Materiais Corporativos, Guia de Branding, Lançamento e Disseminação a Marca para o Público Interno e Acompanhamento de Produção.

13.2. AÇÕES DE PATROCÍNIO

No ano de 2013, a Finep concedeu patrocínio para 21 eventos no valor total de R\$ 2,55 milhões nos setores de indústria de Venture Capital, Petróleo e Gás, Inovação, Cultura e Esporte. Os eventos patrocinados, além de estimular o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, permitem a troca de experiências e a interação entre empresas, instituições de ciência e tecnologia e outros agentes do Sistema de C,T&I, sendo um meio de divulgação da marca Finep. No QUADRO LXIII são apresentados os eventos patrocinados em 2013.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO LXIII – Eventos Patrocinados em 2013

PATROCÍNIO	PATROCINADO	VALOR	SETOR
CONGRESSO ABVCAP	ABVCAP	R\$ 100.000,00	INDÚSTRIA DE VENTURE CAPITAL
ACCELERATE OIL & GAS	FAIRCOUNT MEDIA DO BRASIL ADMINISTRAÇÃO DE EVENTOS LTDA.	R\$ 60.000,00	PETRÓLEO E GÁS
BRASIL OFFSHORE	REED EXIBITIONS	R\$ 40.000,00	PETRÓLEO E GÁS
CONGRESSO ANPEI	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS INOVADORAS - ANPEI	R\$ 50.000,00	INOVAÇÃO
SEMINÁRIO INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE	ESTADÃO	R\$ 500.000,00	INOVAÇÃO
1º SEMINÁRIO NACIONAL DE INCENTIVO À INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	MUZY CORP PARTICIPAÇÕES LTDA./ INSTITUTO VALOR	R\$ 50.000,00	INOVAÇÃO/ EMPRESARIAL
12º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONEGÓCIO	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO - ABAG	R\$ 60.000,00	EMPRESARIAL
SEMINÁRIOS DE ENERGIA E PETROLEO E GAS	ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS E PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTO DO MERCADO DE CAPITAIS -APIMEC RIO	R\$ 30.000,00	EMPRESARIAL
WORKSHOPS SETORIAS	VALOR ECONÔMICO S.A.	R\$ 350.000,00	EMPRESARIAL
INCÊNDIOS	MS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	R\$ 100.000,00	CULTURA
QUEM TEM MEDO DE VIRGINIA WOLF ?	MJC POLESSA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	R\$ 200.000,00	CULTURA
DEIXA QUE EU TE AME	DULCE LOBO PROJETOS E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS ME	R\$ 100.000,00	CULTURA
FORUM DE INOVAÇÃO BRASIL 2013	INFINITY E HARVARD	R\$ 330.000,00	EMPRESARIAL
CONGRESSO ANPROTEC	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDEMENTOS INOVADORES - ANPROTEC	R\$ 80.000,00	INOVAÇÃO
ABRASCA	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS COMPANHIAS ABERTAS - ABRASCA	R\$ 50.000,00	EMPRESARIAL
EXPOCIETEC	CIETEC (CENTRO DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E TECNOLOGIA)	R\$ 50.000,00	EMPRESARIAL
CA VALEIRO PARAOLÍMPICO SERGIO OLIVA	BRASILIA COUNTRY CLUB	R\$ 116.666,67	ESPORTE
PROJETO GADECAMP	GRUPO DE AMIGOS E DEFICIENTES ESPORTISTAS DE CAMPINAS	R\$ 83.000,00	ESPORTE
FESTIVAL MBC	SOCIEDADE MUSICAL BACHIANA BRASILEIRA	R\$ 100.000,00	CULTURA
CIRCUITO BACHIANA FILARMÔNICA	FUNDAÇÃO BACHIANA FILARMÔNICA	R\$73.600,00	CULTURA
51º FESTIVAL VILLA LOBOS	SARAU PROMOÇÕES CULTURAIS LTDA	R\$ 100.000,00	CULTURA
TOTAL		R\$ 2.549.666,67	

Fonte: Finep – ACOM

13.3. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

A Finep têm obrigações antigas de longo prazo, referentes a empréstimos tomados junto ao Banco Paribas e Tesouro Francês em 1982, que fizeram parte da renegociação da dívida externa brasileira. O QUADRO LXIV demonstra a evolução dos saldos devedores de 2010 a 2013

QUADRO LXIV– Evolução dos Saldos Devedores de Empréstimo Externo

Ano	Principal (US\$)	Encargos (US\$)	Saldo Devedor (US\$)
2010	140.548,28	2.140,80	142.689,08
2011	128.702,26	1.960,36	130.662,62
2012	119.985,46	1.827,59	121.813,05
2013	114.397,90	1.742,48	116.140,38

Fonte: Finep – AFC

O pagamento da dívida teve início em 1999 e o valor pago anualmente é de aproximadamente USD 12,000.00. O vencimento da obrigação ocorrerá somente em 2024, estando a Finep impossibilitada de quitá-la antecipadamente em virtude da consolidação de toda dívida brasileira.

Os recursos foram aplicados na aquisição de equipamentos para modernização na área de saúde e os projetos apoiados com recursos oriundos desse empréstimo foram finalizados a contento.

13.4. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA PELA FINEP

A Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do CNPq, do INPE e do Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA) – FIPECq (CNPJ: 00.529.958/0001-74) é administradora de plano de benefícios e no caso dos empregados da Finep é o Plano de Previdência Complementar – PPC-CNPB N° 19790016-18.

Durante o ano de 2013, a FIPECq registrou no Plano de Previdência Complementar - PPC as seguintes operações referentes aos empregados da Finep:

- Benefícios Concedidos:
 - ❖ 4 Aposentadorias por Tempo de Contribuição
 - ❖ 1 Aposentadoria por Idade
 - ❖ 1 Aposentadoria por Invalidez
 - ❖ 3 Pensões
 - ❖ 4 Pecúlios
 - ❖ 15 Auxílios Doença

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

- Benefícios Extintos:
 - ❖ 1 Aposentadorias por Tempo de Contribuição
 - ❖ 2 Aposentadorias por Idade
 - ❖ 3 Pensões
 - ❖ 17 Auxílios Doença

- Portabilidade:
 - ❖ 1 - Plano Enviando (PPC Plano Originário)
 - ❖ 2 - Planos Recebendo (PPC Receptor)

- Autopatrocínio:
 - ❖ 4 novas solicitações de manutenção de inscrição
 - ❖ 7 saídas da condição de autopatrocínio

- BPD – Benefício Proporcional Diferido
 - ❖ 2 - Novas solicitações
 - ❖ 3 - Saídas do BPD

- Resgate de Reserva Individual
 - ❖ 9 - dos quais 8 com resgate por término de vínculo com a Patrocinadora e 1 reserva retida

- Adesões ao Plano: 52 novas adesões

- Desligamento do Plano:
 - ❖ 1 desligamento com portabilidade
 - ❖ 8 com rescisão de trabalho com a Patrocinadora com Resgate
 - ❖ 2 com desligamento a pedido – Resgate Pendente
 - ❖ 1 falta de pagamento

As aplicações dos recursos garantidores do Plano de Previdência Complementar - PPC, ao final de 2013, atingiram R\$ 886,4 milhões e se encontravam alocadas nas seguintes modalidades: Títulos Públicos (R\$ 257,4 milhões), que correspondia a 29%, Créditos Privados e Depósitos (R\$ 261,2 milhões, que representava 29%, Ações – Mercado à Vista (R\$ 112,7 milhões), participação de 13%, Fundos de Investimentos (R\$ 223,6 milhões), correspondendo a 25%, Imóvel (R\$ 8,9 milhões), com o percentual de 1%, Empréstimos (R\$ 21,9 milhões), com 2,5%, disponível (R\$ 279,2 mil) e outros (R\$ 249,7 mil), que correspondiam a menos de 1% do total dos investimentos.

Os investimentos do PPC apresentaram, ao longo de 2013, um resultado negativo (receita - despesa) de R\$ 20 milhões. A rentabilidade nominal líquida foi de menos 2,19% a.a. O segmento de renda fixa apresentou uma rentabilidade de 1,03% a.a., os investimentos estruturados de 2,96% a.a., o segmento de renda variável – mercado de ações e fundos de Investimentos em ação de menos 2,53% a.a. e as operações com participantes (empréstimos) de 15,08% a.a.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

QUADRO LXV – Demonstrativo Anual 2013

Demonstrativo Anual - 2013 Plano PPC - CNPB - 1979001618	Valores (R\$)
1) Valor total da Folha de pagamento dos empregados Participantes (FINEP)	<u>95.030.532,23</u>
1.1) Salário de Participação	95.030.532,23
2) Valor total das contribuições pagas pelos empregados Participantes (FINEP)	<u>6.816.680,32</u>
2.1) Contribuição Participante	6.477.724,44
2.2) Jóia	331.488,40
2.3) FIPECqPREV	7.467,48
3) Valor total das contribuições pagas pela Patrocinadora (FINEP)	<u>6.670.820,59</u>
3.1) Contribuição Patronal	6.478.093,20
3.2) Contribuição Relativa ao PDA	158.260,08
3.3) Rateio/FIPECq	34.467,31
4) Valor total de outros recursos repassados pela Patrocinadora (FINEP)	<u>4.767.956,97</u>
4.1) Empréstimos de Participantes	4.767.956,97
5) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	<u>886.409.101,23</u>
5.1) Disponível	279.275,74
5.2) Títulos Públicos	257.493.123,14
5.3) Créditos Privados e Depósitos	261.250.563,31
5.4) Ações	112.694.138,11
5.5) Fundos de Investimento	223.575.052,75
5.6) Investimentos Imobiliários	8.901.000,00
5.6) Empréstimos e Financiamentos	21.966.175,16
5.7) Outros Realizáveis	249.773,02

Fonte: FIPECq

Notas:

- (1) Aplicações do Plano de Previdência Complementar-PPC estão em conformidade ao estabelecido na Resolução nº. 3.792 de 24/09/2009 do Conselho Monetário Nacional – CMN.
- (2) Os recursos repassados que não se configuram como contribuições, constituem-se em empréstimos de participantes da FIPECq, contraídos junto à Fundação, descontados em Folha de Pagamento pela Patrocinadora.

1-

A aplicação dos recursos correspondentes às reservas técnicas, provisões e fundos do Plano de Previdência Complementar – PPC está de acordo com o estabelecido na Resolução CMN Nº. 3.792, de 24 de setembro de 2009, que “*Dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar*”.

No exercício de 2013, as Demonstrações Atuarias de 2012 foram encaminhadas a PREVIC dentro do prazo legal e em conformidade com o estabelecido na Resolução 09 de 14 de dezembro de 2010, que “*Dispõe sobre as demonstrações atuarias dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar*”. No decorrer de 2013, houve recebimento de manifestação do Órgão Regulador PREVIC sobre as Demonstrações Atuarias. As Demonstrações Atuarias de 2013 foram transmitidas para a PREVIC no prazo estabelecido pela Legislação em 31.03.2014.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

É importante ressaltar que as informações declaradas nesse item, referente a previdência complementar patrocinada pela Finep tiveram como fonte a Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA – FIPECq.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da FIPECq, as Demonstrações Atuariais 2013 – Plano PPC-FIPECq e o Resumo da Política de Investimento do Plano PPC 2013- FIPECq encontram-se nos Anexos LI, LII e LIII, respectivamente.

14.PROGRAMA DE AÇÕES ESPECIAIS MCTI/Finep

A UG 240131 - Programa de Ações Especiais MCTI/Finep foi criada com a finalidade de operacionalizar a nova sistemática implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para execução do orçamento a partir de 1993, para quitação de dívida externa de responsabilidade da União.

A partir de 2009, toda a dívida foi transferida para a STN, encerrando qualquer tipo de atividade financeira e orçamentária nesta UG. Esta Unidade Gestora está em processo de extinção e permanecerá ativa enquanto existirem saldos nas contas de compensação referente a créditos a serem recebidos de operações reembolsáveis efetuadas com recursos do convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Audiovisual (SDAv) do Ministério da Cultura (MINC) e encerramento das prestações de contas de convênios referentes a programas antigos, tais como o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT).

A Finep mantém contabilidade separada para a UG, onde são registrados:

- a entrada, como receita financeira e orçamentária, das descentralizações feitas pela União;
- a saída direta dos recursos, para aplicação nos pagamentos de programas e convênios;

Em 2013 o prejuízo apurado foi de R\$ 749 mil, resultado da baixa do saldo de operações reembolsáveis e devoluções das parcelas recebidas como amortização, dos recursos do convênio com o Ministério da Cultura.

15. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente Relatório de Gestão mostra os resultados alcançados pela Finep como principal agência promotora do fomento público ao Sistema Nacional Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). O destaque é dado às informações relacionadas ao financiamento reembolsável às empresas brasileiras inovadoras.

Conforme salientado neste relatório, o ano de 2013 foi marcado por avanços significativos rumo ao posicionamento da empresa como relevante e imprescindível ao SNCTI, e capaz de estimular a elevação do padrão de competitividade da economia brasileira por meio da inovação.

O marco mais relevante do exercício foi o lançamento do Plano Inova Empresa em março de 2013, envolvendo uma proposta de aplicação de recursos de até R\$ 32,9 bilhões. A Finep teve papel fundamental na idealização, articulação, estruturação e operação do Inova empresa, um desafio ao setor produtivo para a inovação. Até o final do exercício foram computados os seguintes valores de oferta e demanda de recursos no Inova Empresa: oferta de R\$ 18,1 bilhões, sendo R\$ 11,2 bilhões pela Finep, e demanda de R\$ 68,2 bilhões, envolvendo mais de 2.500 empresas e 200 ICTs. O plano permitiu a convergência de fatores de natureza política, institucional e econômico-financeira, criando condições para a demonstração plena da relevância do tema para o crescimento e a sustentabilidade da economia brasileira. Por outro lado, os desafios decorrentes da coordenação institucional, oferta conjunta de todos os instrumentos disponíveis na Finep, no BNDES e outros partícipes, demonstraram as necessidades da modernização de metodologias, processos, sistemas de informação, bem como no marco regulatório da inovação.

No plano institucional, a Finep promoveu uma revolução no ambiente de oferta de recursos públicos de crédito à inovação, com a entrada em operação do sistema Finep 30 Dias – crédito. Esta metodologia, desenvolvida pela Finep com consultoria especializada, permitiu avanços de eficiência, padronização, transparência e comparabilidade nas análises de mérito tecnológico e de crédito das operações, aperfeiçoando a tomada de decisão e assumindo o compromisso de resposta ao cliente empresarial em até 30 dias.

O reflexo das ações da gestão permitiram o alcance de novos patamares dos principais indicadores relacionados às operações de crédito: contratação de R\$ 6,3 bilhões, que representa um crescimento de 138% em relação a 2012, e liberação de R\$ 2,5 bilhões, que representa um crescimento de 43% em relação a 2012. Além disso, foram implantados os programas de descentralização para atingir empresas de menor porte em todo o território nacional: crédito – programa INOVACRED, voltado para micro, pequenas e médias empresas, envolvendo o credenciamento de 11 agentes regionais; e subvenção econômica à inovação – programa Tecnova, voltado, exclusivamente, para micro e pequenas empresas, com o estabelecimento de 21 parcerias nas unidades da federação. Em relação à linha de investimento, a Finep criou as condições necessárias ao lançamento do FIP Inova Empresa, no valor de até R\$ 200 milhões, com o objetivo de atuar na capitalização de empresas inovadoras, com alto potencial de crescimento e retorno financeiro, utilizando as melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade empresarial.

Em relação aos atos de gestão interna, várias ações de impacto ocorreram no exercício de 2013. A criação da Diretoria de Gestão Corporativa (DGES) com a segregação das atividades de

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Relatório de Gestão 2013

administração das atividades financeiras, e a reformulação da Diretoria Financeira e Controladoria (DRFC) permitiu ajustar o foco das atividades de cada uma delas.

Na área de gestão de pessoas, merecem destaque as iniciativas de capacitação iniciadas em 2013, que proverão capacitação à distância para todos os funcionários e capacitação gerencial para todos os gestores. No exercício, foi dado um importante passo para a estruturação da carreira na empresa com a implementação de um novo Plano de Cargos e Salários, que teve 86% de adesão pelo corpo funcional. Ainda nesta área, merece registro o lançamento do Programa de Desligamento Assistido (PDA).

Na área de processos e sistemas foi iniciada a licitação para compra de sistemas integrados de gestão empresarial que irão conferir maior eficiência aos processos de apoio da empresa, além de ampliar a disponibilidade, a qualidade, a segurança, a precisão e a tempestividade das informações.

Na linha das atividades finalísticas da empresa, a implantação do Finep 30 Dias provocou uma reestruturação do Comitê de Enquadramento e Priorização (CEP), que passou a exercer um papel fundamental no processo de avaliação e recomendação, equilibrando os conteúdos de risco operacional e mérito tecnológico das propostas.

Cabe ainda destacar, que a Finep no papel de Secretaria Executiva do FNDCT comprometeu R\$ 3,1 bilhões e executou financeiramente R\$ 1,9 bilhão, o que representa a execução integral dos limites orçamentários e financeiros disponibilizados no exercício.

Neste cenário, os desafios para os próximos anos estarão focados na consolidação do sistema Finep 30 Dias - crédito, na revisão dos prazos e processos relacionados às modalidades de apoio não reembolsável para convênios, termos de cooperação e contratos de subvenção econômica à inovação (Finep 30 Dias – convênios e subvenção), e no apoio ao desenvolvimento do Plano Nacional de C,T&I em fase de estruturação pelo MCTI.

No atendimento às empresas, as metas estarão focadas na oferta crescente de recursos para inovação, tanto na forma de crédito como investimentos, e na consolidação do modelo de atuação descentralizada.

No âmbito do aperfeiçoamento empresarial da Finep, relacionado à sua consolidação como instituição financeira da inovação brasileira, estão os desafios de criação de competências e estrutura para avaliação de risco, implantação de sistemas e indicadores de avaliação e desempenho e resultados, e a contínua modernização de sistemas e processos.

No entanto, vale a pena salientar que, como os resultados de investimentos em C,T&I são, tradicionalmente, de médio e longo prazo, e o crescimento do volume de recursos reembolsáveis tem sido lastreado pelo Programa de Sustentação do Investimento – PSI, de caráter transitório, permanece o desafio de estabelecer formas sustentáveis de captação de recursos que garantam a manutenção das taxas de crescimento, bem como, de capitalização compatível com as normas prudenciais do BACEN. A demanda por crédito ao final do exercício, processada e em processamento, referente aos recursos Finep, segue indicando uma tendência de crescimento em relação aos anos anteriores, alcançando valores da ordem R\$ 17,0 bilhões, quase o dobro do valor apurado ao final de 2012.

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

Para que a inovação se transforme em um dos vetores decisivos para o crescimento da economia brasileira, atingindo as metas definidas nas políticas públicas, é necessária uma ampliação contínua e decisiva dos recursos, o aperfeiçoamento e a segurança do marco legal regulatório e a articulação entre agentes públicos e privados de modo a criar e estabilizar um ambiente favorável à inovação no país.

Esse conjunto de atividades desenvolvidas pela empresa ampliam sua capacidade de atuação na cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil, bem como, orientam para o reconhecimento como Agência de Fomento, de acordo com seu planejamento estratégico.

Glauco Arbix
Presidente da Finep

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – ITEM 1.4: Organograma Funcional da Finep

ANEXO II – ITEM 1.5: Macroprocesso Financiamento reembolsável (Inova Brasil – CP/SF)

ANEXO III – ITEM 1.5: Macroprocesso Financiamento reembolsável (Finep 30 dias)

ANEXO IV – ITEM 1.5: Macroprocesso Subvenção Econômica Nacional

ANEXO V – ITEM 1.5: Macroprocesso Subvenção Econômica Regional

ANEXO VI – ITEM 1.5: Macroprocesso Programa de Descentralização NOVACRED

ANEXO VII – ITEM 1.5: Macroprocesso Programa de Descentralização TECNOVA

ANEXO VIII – ITEM 1.5: Macroprocesso Operacionalizar Fundos de Investimento

ANEXO IX – ITEM 1.5: Macroprocesso Realizar atividades de fomento em Seed e Venture Capital

ANEXO X – ITEM 1.5: Macroprocesso Investimento Direto em Participações

ANEXO XI – ITEM 1.5: Macroprocesso Convênios e Termos de Cooperação

ANEXO XII – ITEM 1.5: Macroprocesso Recursos Humanos

ANEXO XIII – ITEM 1.5: Macroprocesso Tecnologia da Informação

ANEXO XIV – ITEM 1.5: Macroprocesso Assessoria Jurídica

ANEXO XV – ITEM 1.5: Macroprocesso Ouvidoria

ANEXO XVI – ITEM 1.5: Macroprocesso Comunicação

ANEXO XVII – ITEM 1.5: Macroprocesso Suprimentos

ANEXO XVIII – ITEM 1.5: Macroprocesso Apoio Administrativo

ANEXO XIX – ITEM 1.5: Macroprocesso Gestão Estratégica

ANEXO XX – ITEM 1.5: Macroprocesso Gestão Financeira

ANEXO XXI – ITEM 1.5: Macroprocesso Gestão de Programas

ANEXO XXII – ITEM 1.5: Macroprocesso Gestão de Processos e Normalização

ANEXO XXIII – ITEM 1.5: Macroprocesso Processo Decisório

ANEXO XXIV – ITEM 1.5: Macroprocesso Auditoria

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

ANEXO XXV – ITEM 1.6: Administração de Recursos de Parceiros

ANEXO XXVI – ITEM 1.6.1: Recursos de Parceiros – Ministério das Comunicações

ANEXO XXVII – ITEM 1.6.2: Recursos de Parceiros – Ministério da Saúde

ANEXO XXVIII – ITEM 1.6.3: Recursos Parceiros – Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO XXIX – ITEM 1.6.4: Recursos de Parceiros – Ministério do Turismo

ANEXO XXX – ITEM 1.6.5: Recursos de Parceiros – Agência Nacional do Cinema

ANEXO XXXI – ITEM 1.6.6: Recursos de Parceiros – FNDCT

ANEXO XXXII – ITEM 2.1: Plano de Ação 2012-2014

ANEXO XXXIII – ITEM 3.2: Avaliação do Sistema de Controles Internos

ANEXO XXXIV – ITEM 3.3.2: Remuneração Paga aos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

ANEXO XXXV – ITEM 4.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes em 2013 – UG Contratos e Convênios

ANEXO XXXVI – ITEM 4.1.1: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes em 2013 – UG FUNTTEL

ANEXO XXXVII – ITEM 4.1.3: Relação dos Convênios com Prestação de Contas Aprovadas com Ressalva

ANEXO XXXVIII – ITEM 7: Gestão de Tecnologia da Informação na Finep:

ANEXO XXXIX – ITEM 8.1: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

ANEXO XL – ITEM 9.1.1: Situação das Recomendações do TCU Atendidas no Exercício

ANEXO XLI – ITEM 9.2.1: Situação das Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

ANEXO XLII – ITEM 9.2.2: Situação das Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

ANEXO XLIII – ITEM 11.1: Declaração do Contador Responsável – Unidade Gestora Programa de Ações Especiais do MCT/Finep (UG 240131)

ANEXO XLIV – ITEM 11.1: Declaração do Contador Responsável – Unidade Gestora FUNTTEL – Operações Não reembolsáveis (UG 410049).

ANEXO XLV – ITEM 11.2: Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora Finep

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
Relatório de Gestão 2013

ANEXO XLVI – ITEM 11.2: Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora Contratos e Convênios

ANEXO XLVII – ITEM 11.3: Composição Acionária do Capital Social

ANEXO XLVIII – ITEM 11.4: Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis da Finep

ANEXO XLIX – ITEM 12.2.: Projeto MODERNIZE

ANEXO L – ITEM 12.3: Documentos Normativos Publicados

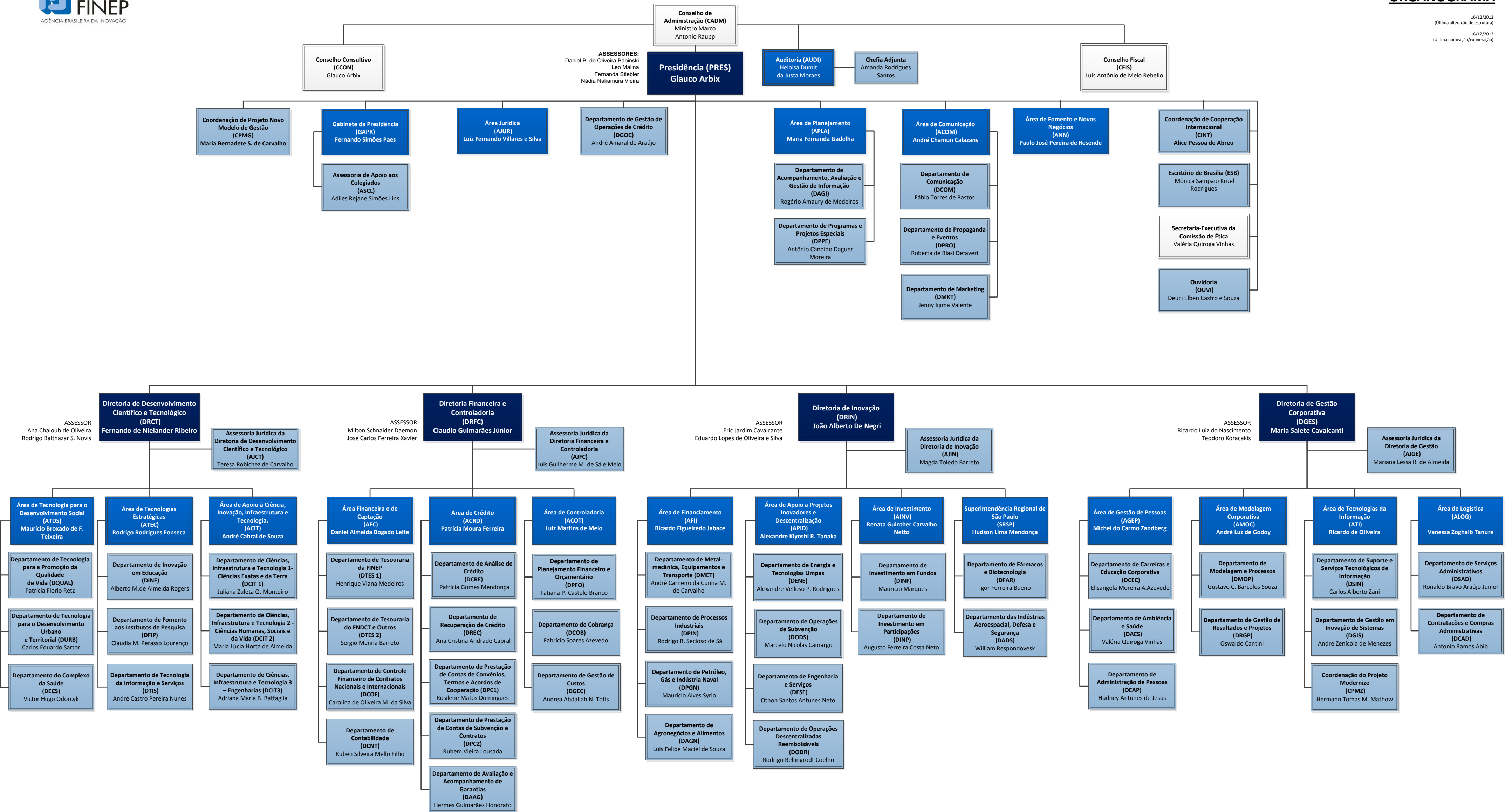
ANEXO LI – ITEM 13.4: Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis da FIPECq

ANEXO LII – ITEM 13.4: Demonstrações Atuariais 2013 – Plano PPC – FIPECq

ANEXO LIII – ITEM 13.4: Política de Investimento do Plano PPC 2013 – FIPECq

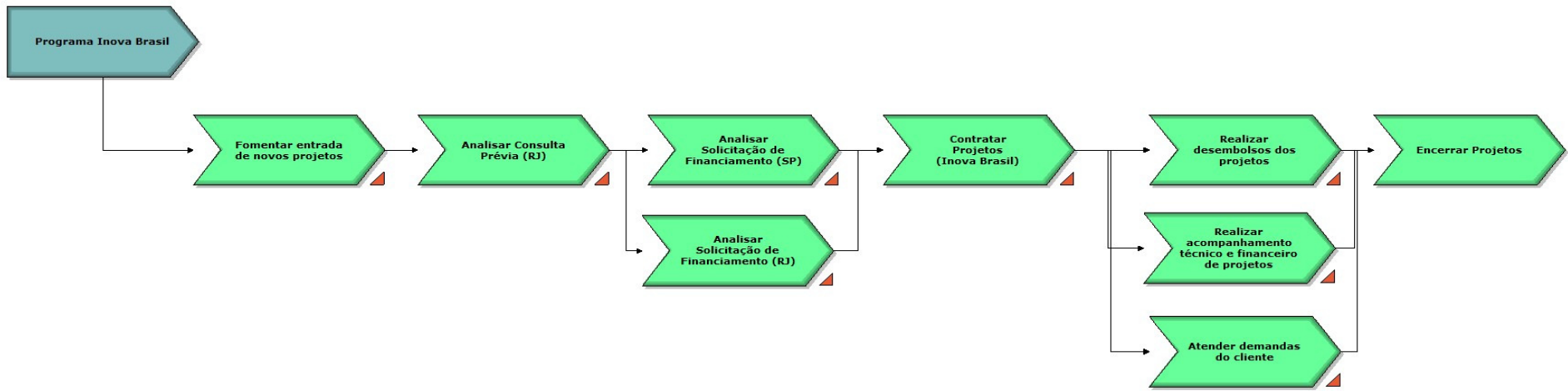
ANEXO I – ITEM 1.4

Organograma Funcional da Finep



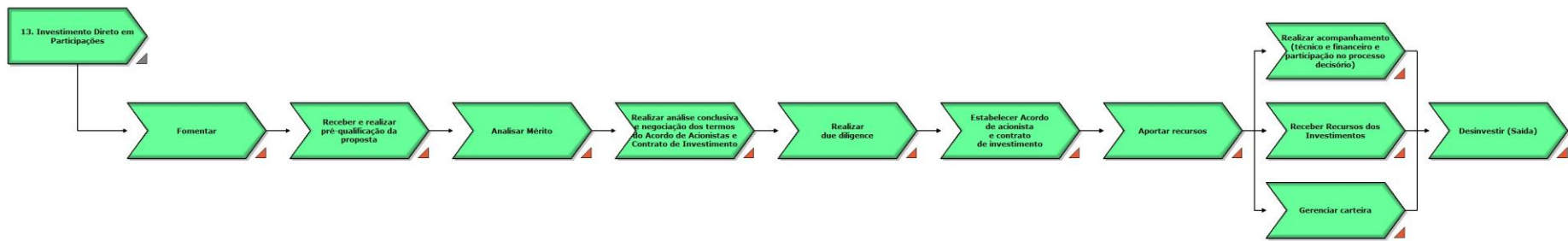
ANEXO II – ITEM 1.5

Macroprocesso Financiamento Reembolsável (Inova Brasil – CP/SF)



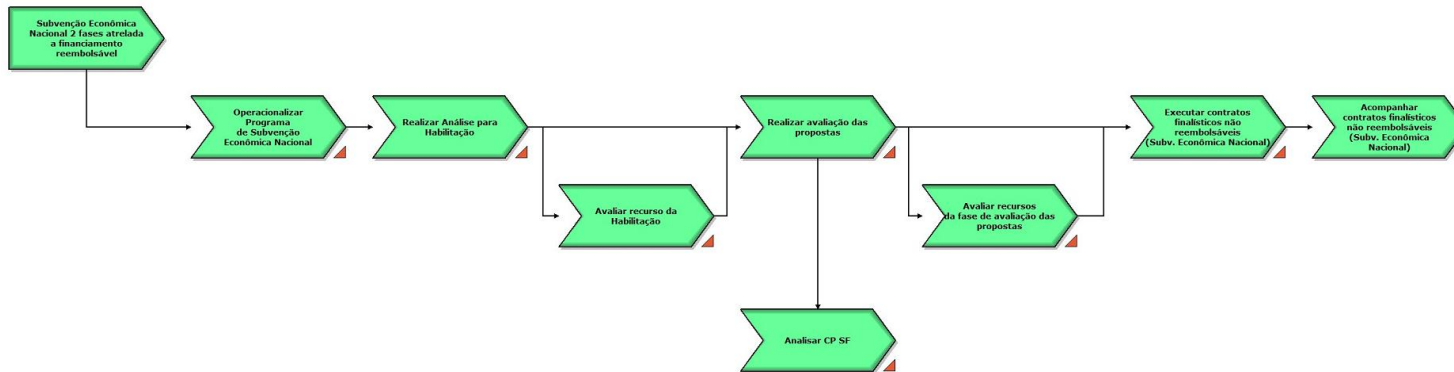
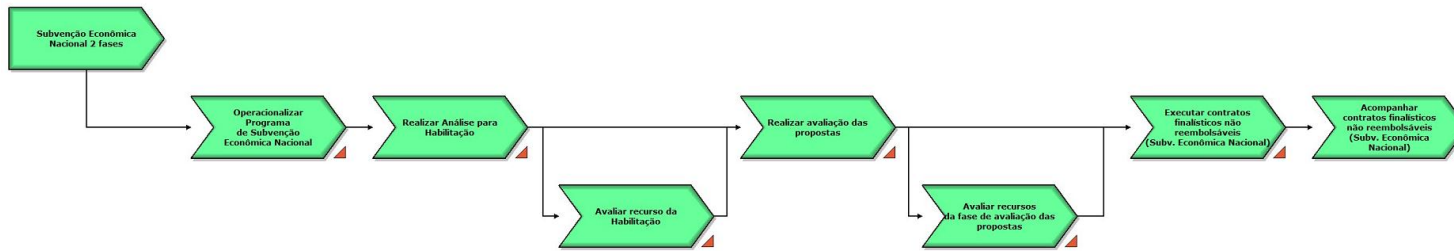
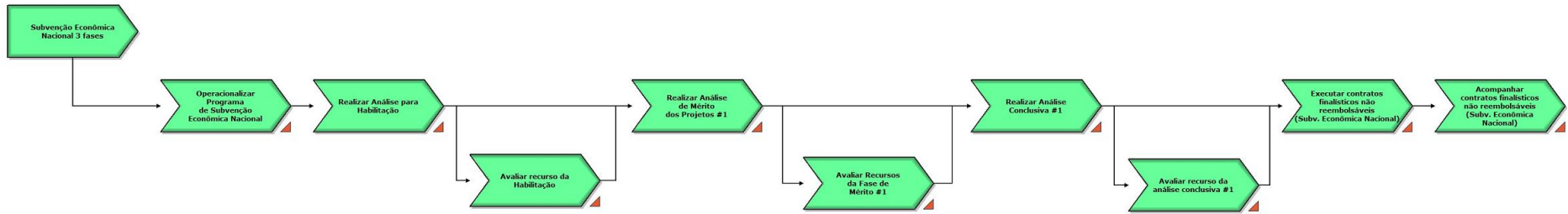
ANEXO III – ITEM 1.5

Macroprocesso Financiamento Reembolsável (Finep 30 Dias)



ANEXO IV – ITEM 1.5

Macroprocesso Subvenção Econômica Nacional



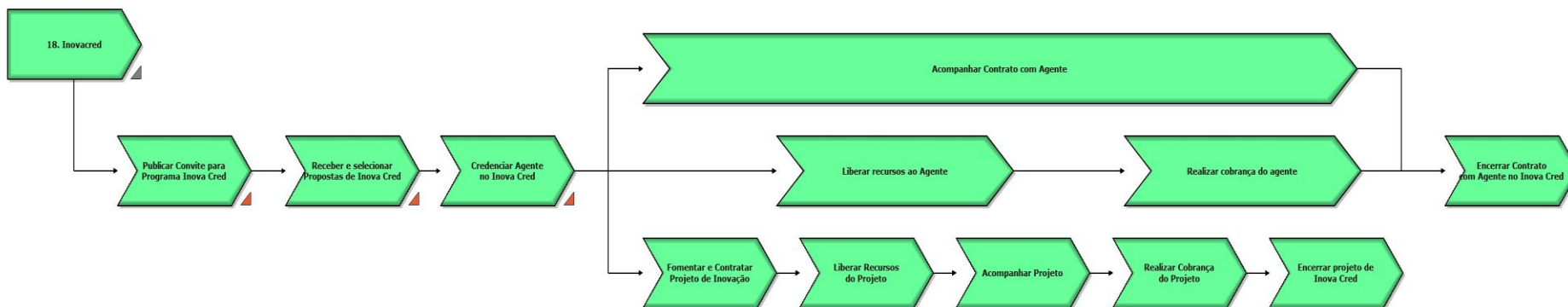
ANEXO V – ITEM 1.5

Macroprocesso Subvenção Econômica Regional



ANEXO VI – ITEM 1.5

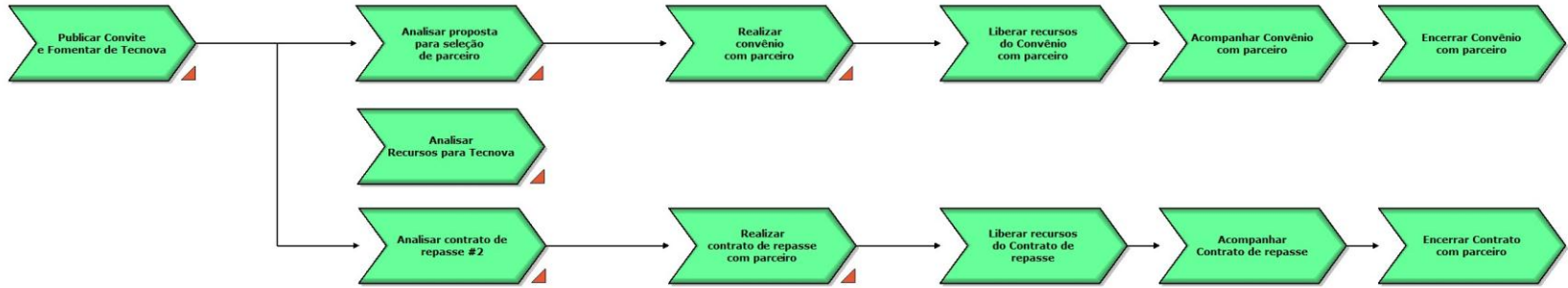
Macroprocesso Programa de Descentralização INOVACRED



ANEXO VII – ITEM 1.5

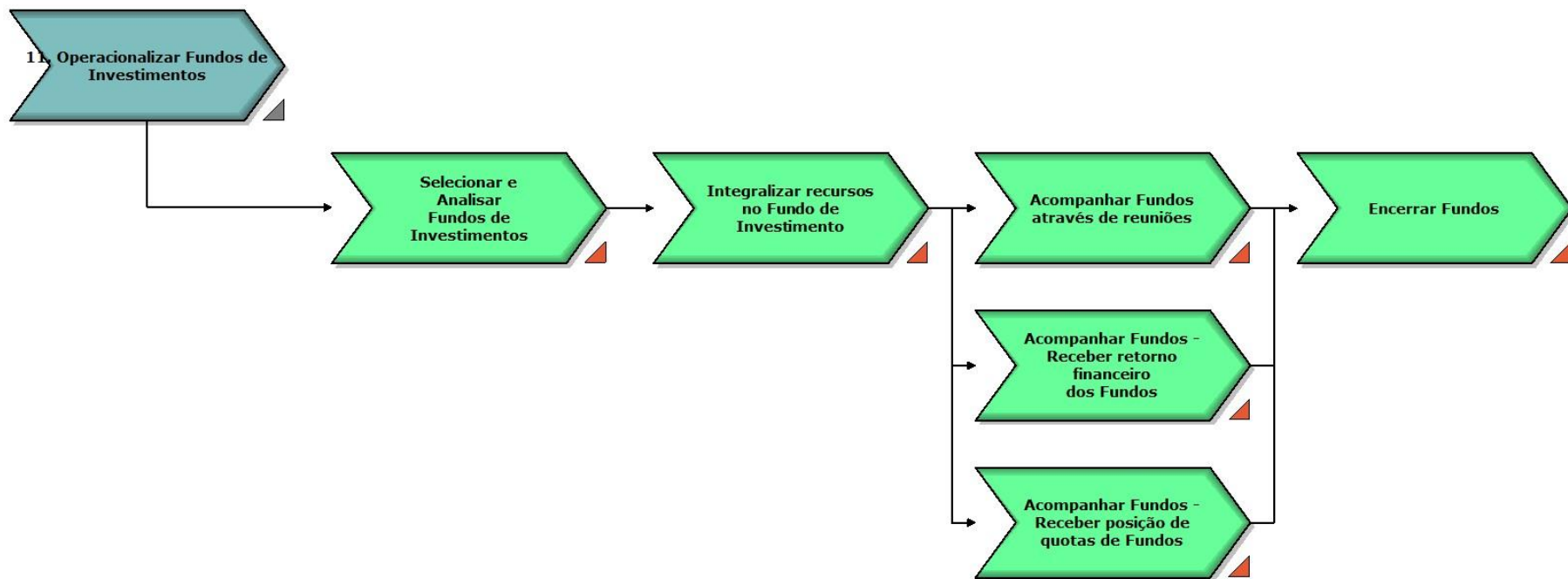
Macroprocesso Programa de Descentralização TECNOVA

19. Tecnova



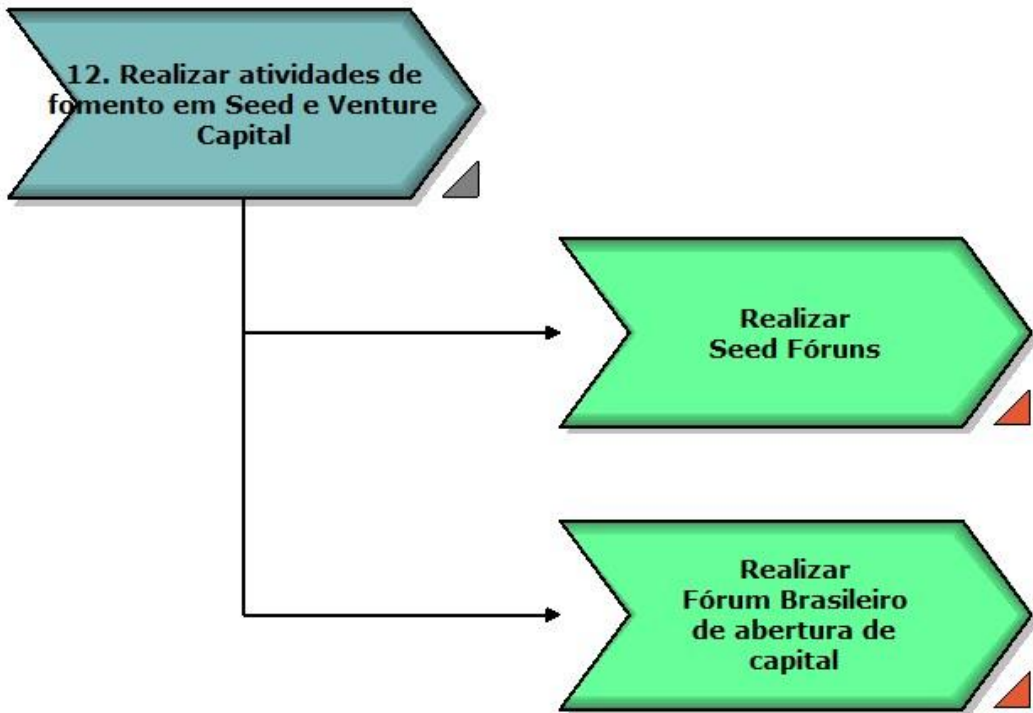
ANEXO VIII – ITEM 1.5

Macroprocesso Operacionalizar Fundos de Investimento



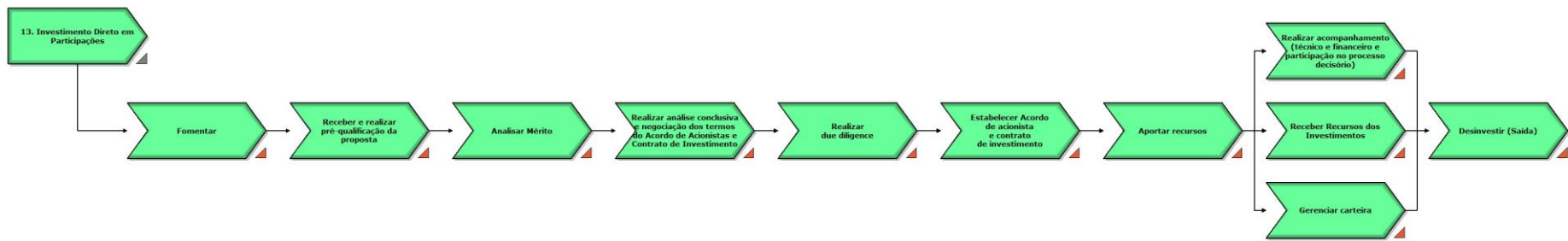
ANEXO IX – ITEM 1.5

Macroprocesso Realizar
Atividades de Fomento
Seed e Venture Capital



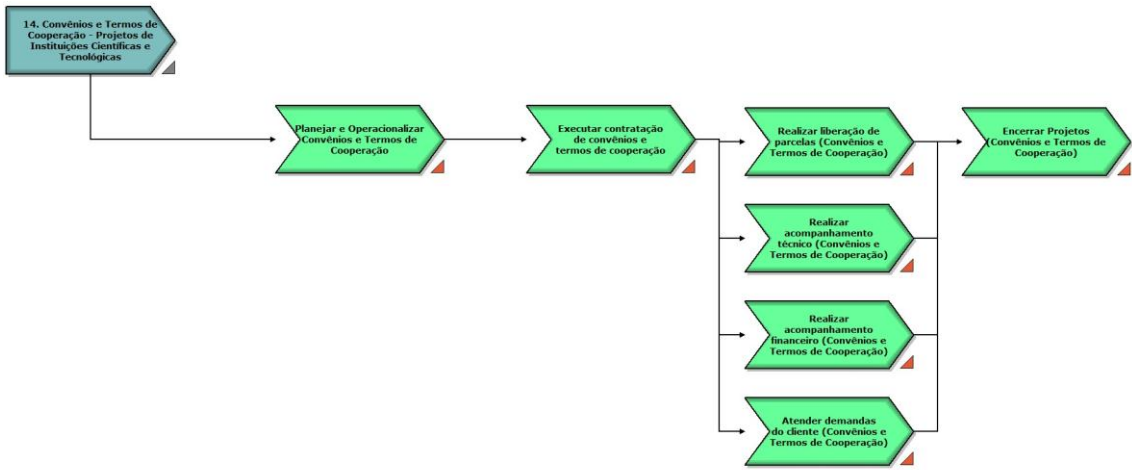
ANEXO X – ITEM 1.5

Macroprocesso Investimento Direto em Participações



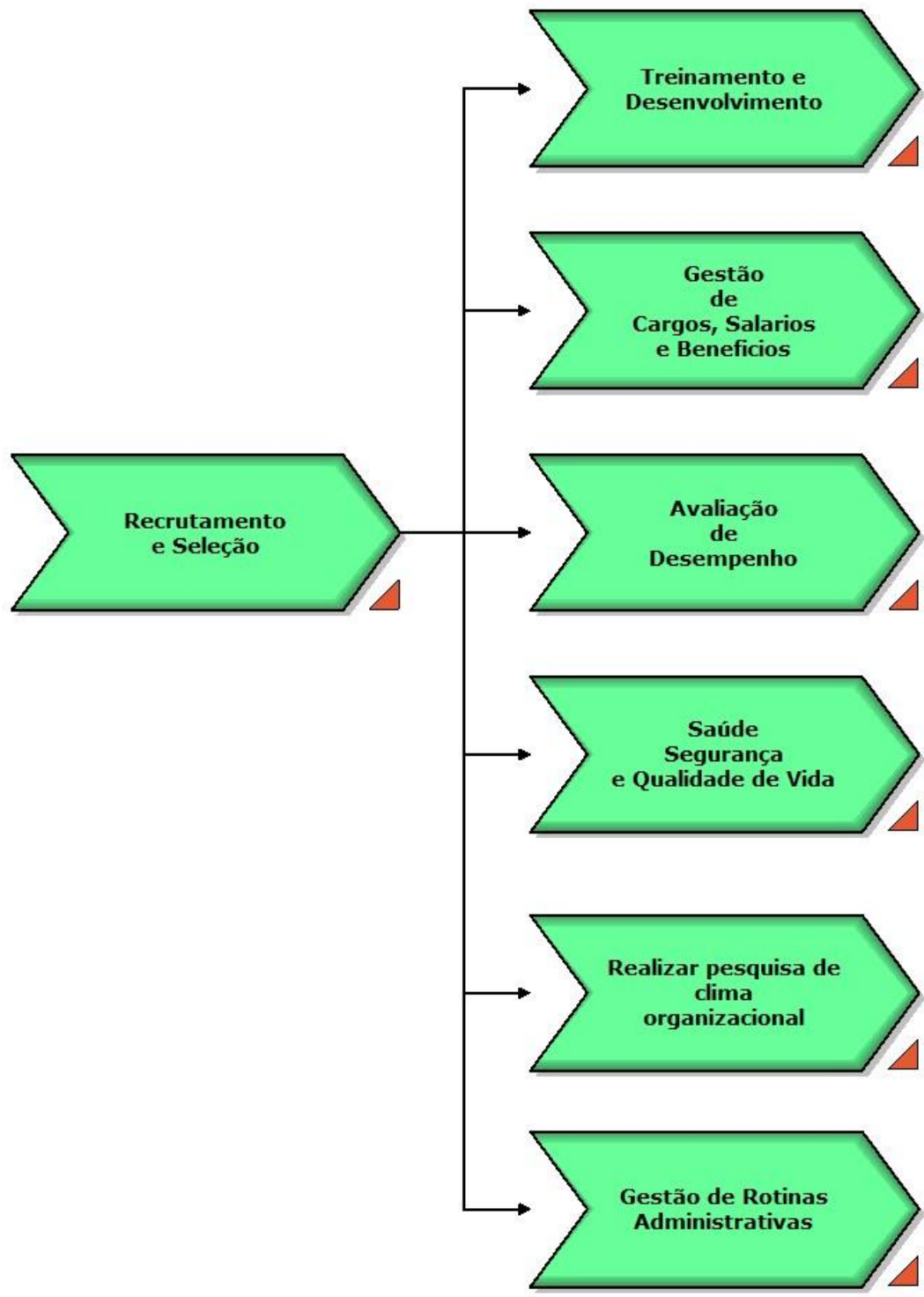
ANEXO XI – ITEM 1.5

Macroprocesso Convênios e Termos de Cooperação



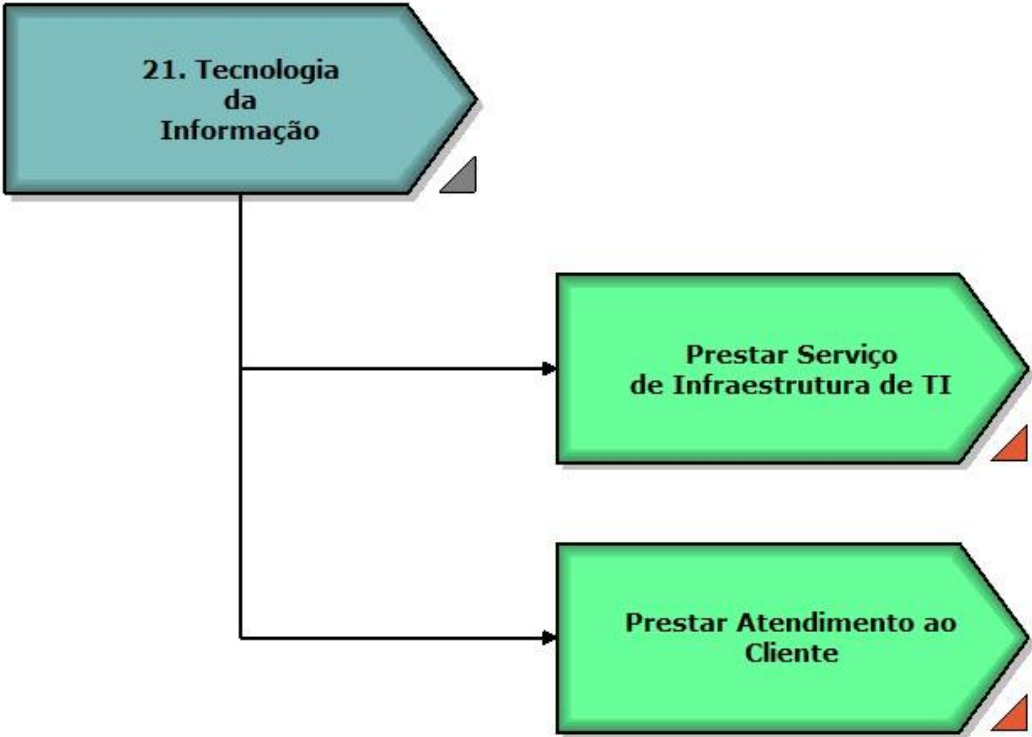
ANEXO XII – ITEM 1.5

Macroprocesso Recursos Humanos



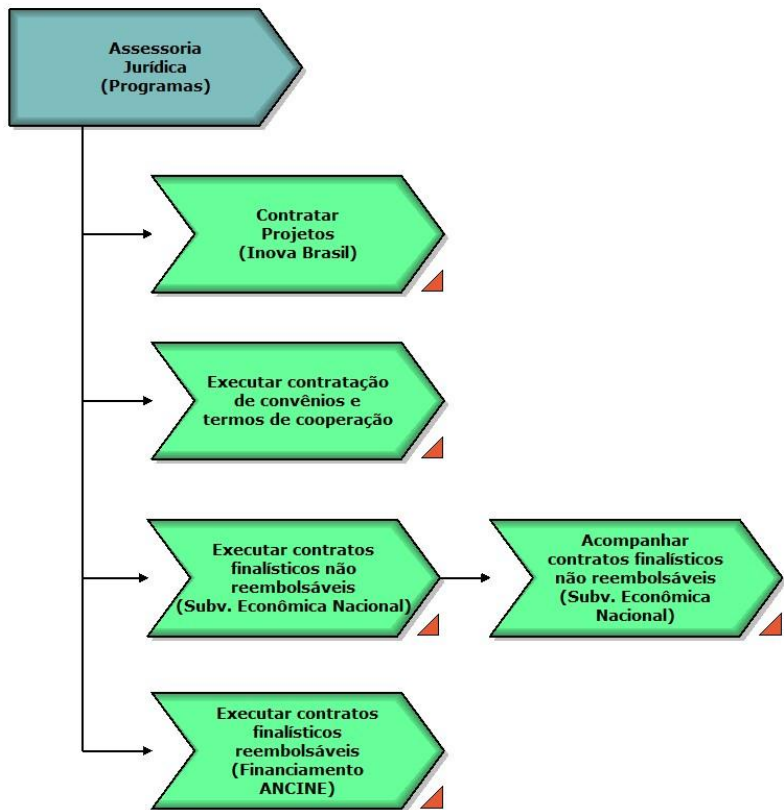
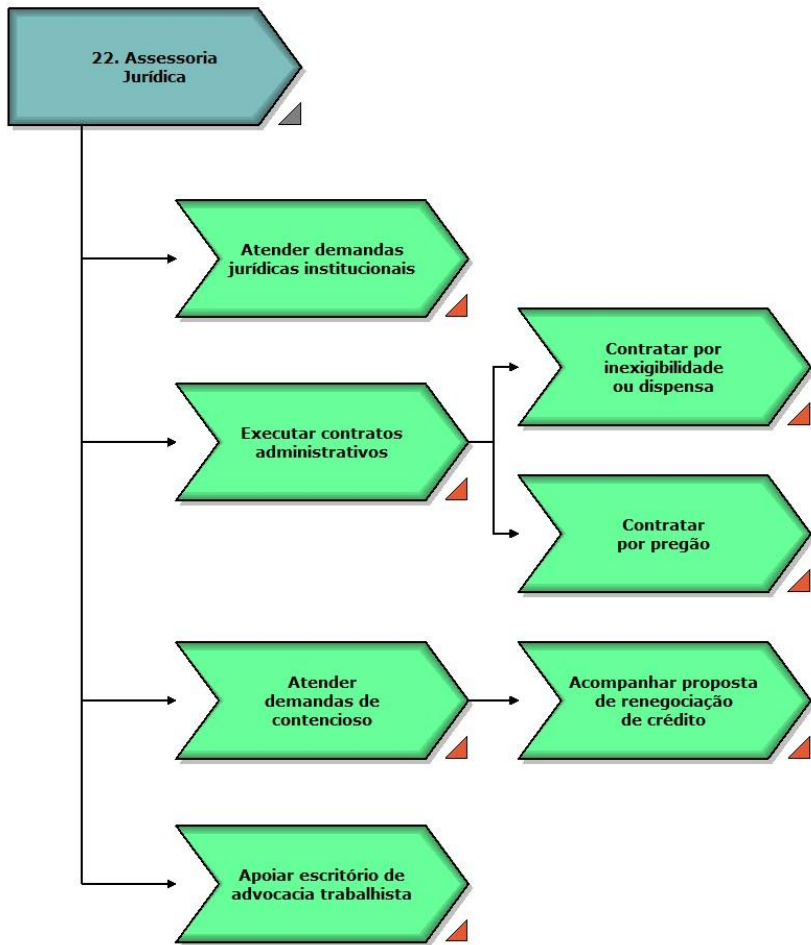
ANEXO XIII – ITEM 1.5

Macroprocesso Tecnologia da Informação



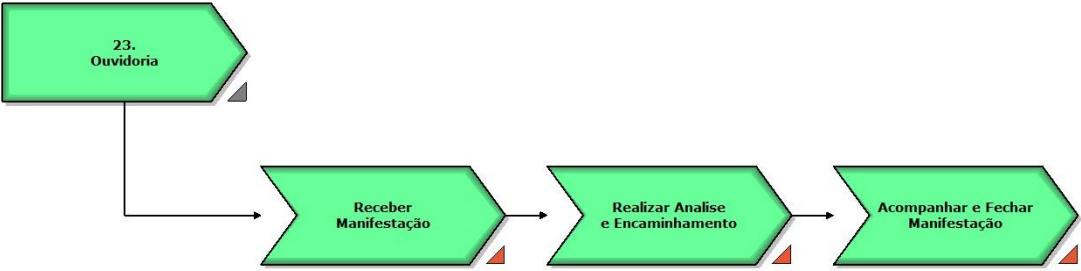
ANEXO XIV – ITEM 1.5

Macroprocesso Assessoria Jurídica



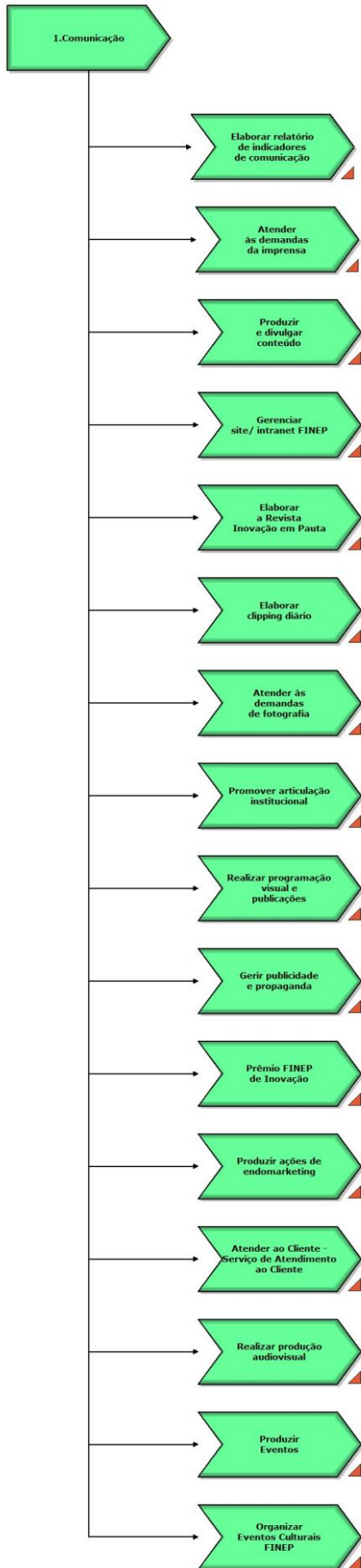
ANEXO XV – ITEM 1.5

Macroprocesso Ouvidoria



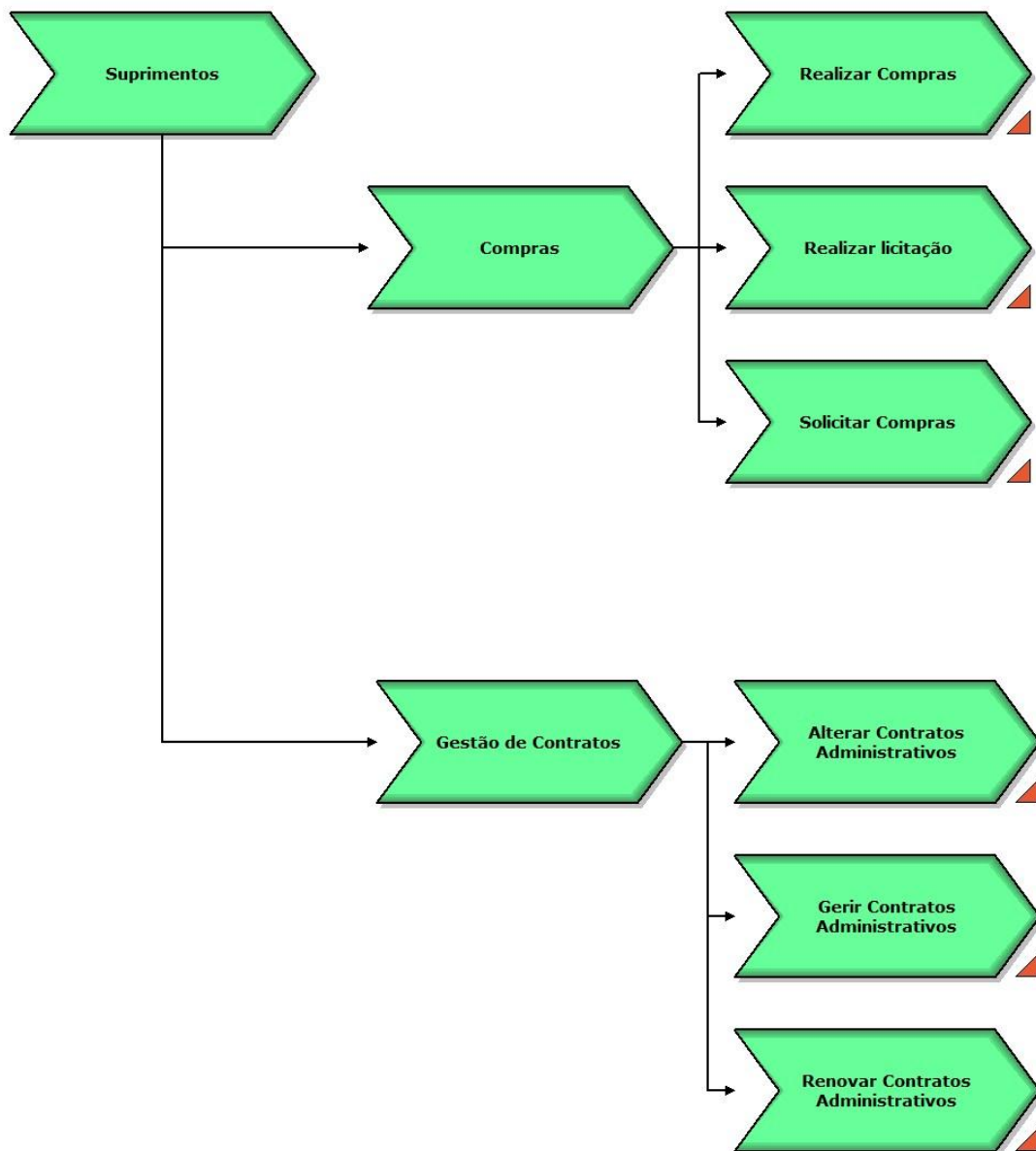
ANEXO XVI – ITEM 1.5

Macroprocesso Comunicação



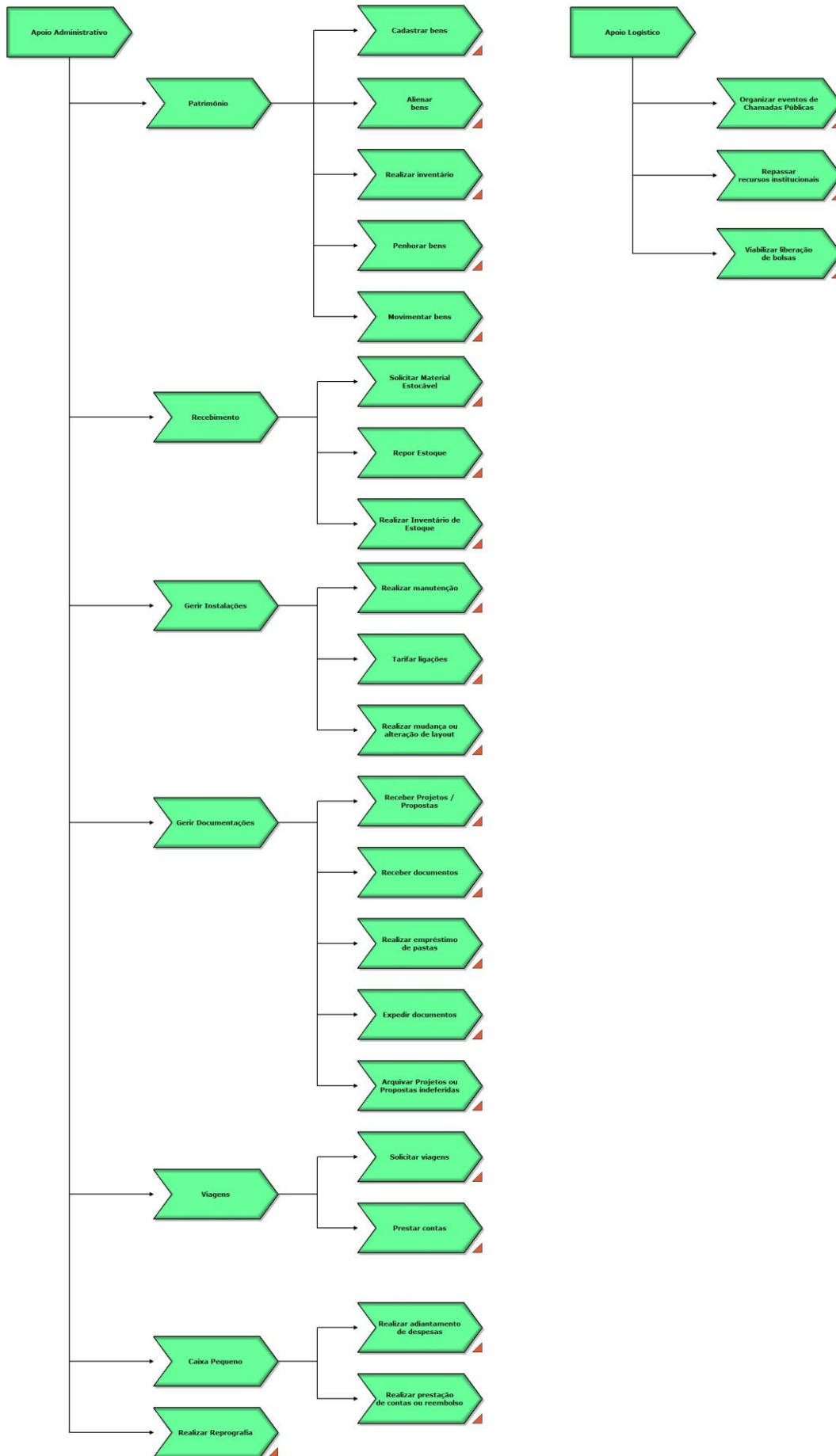
ANEXO XVII – ITEM 1.5

Macroprocesso Suprimentos



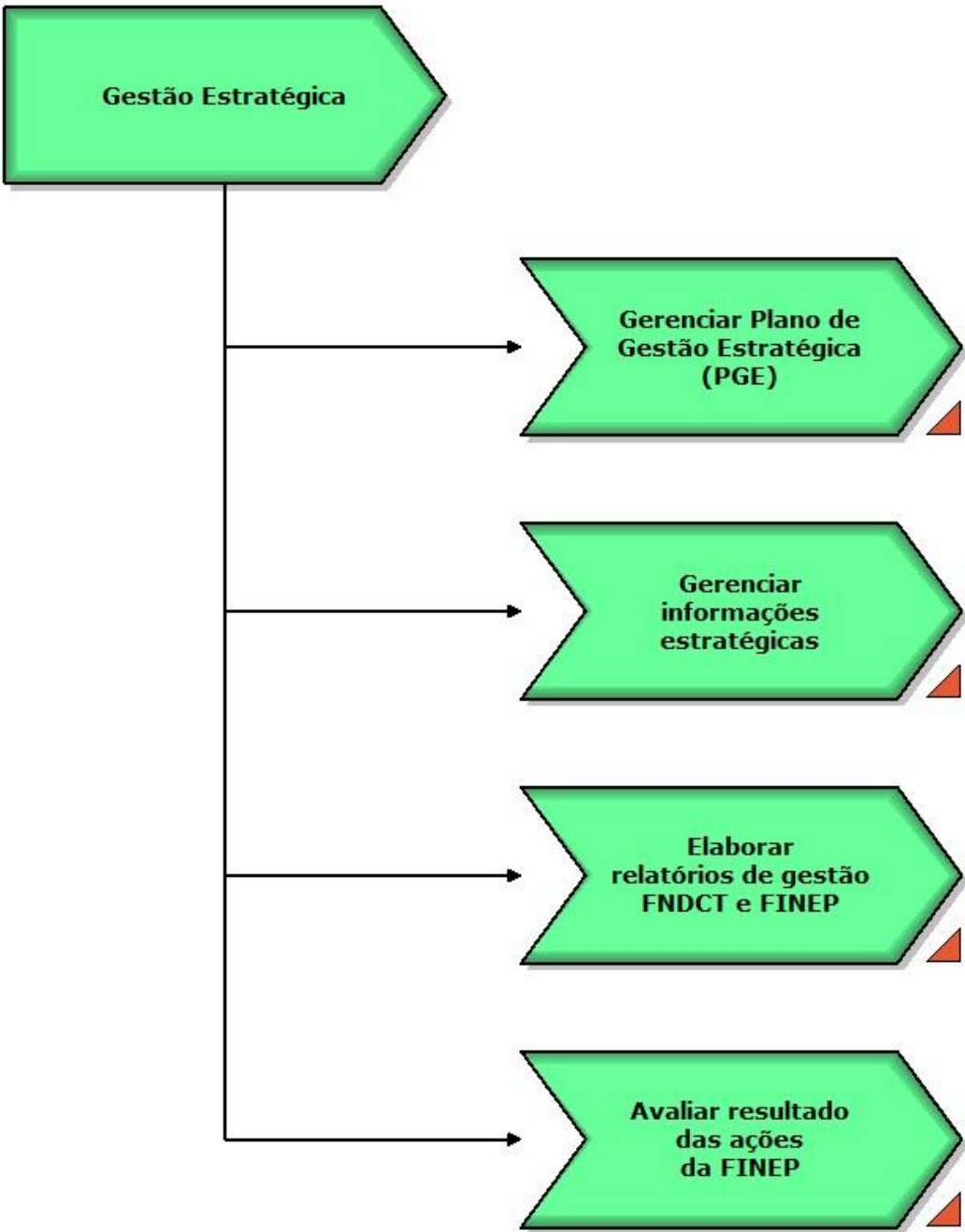
ANEXO XVIII – ITEM 1.5

Macroprocesso Apoio Administrativo



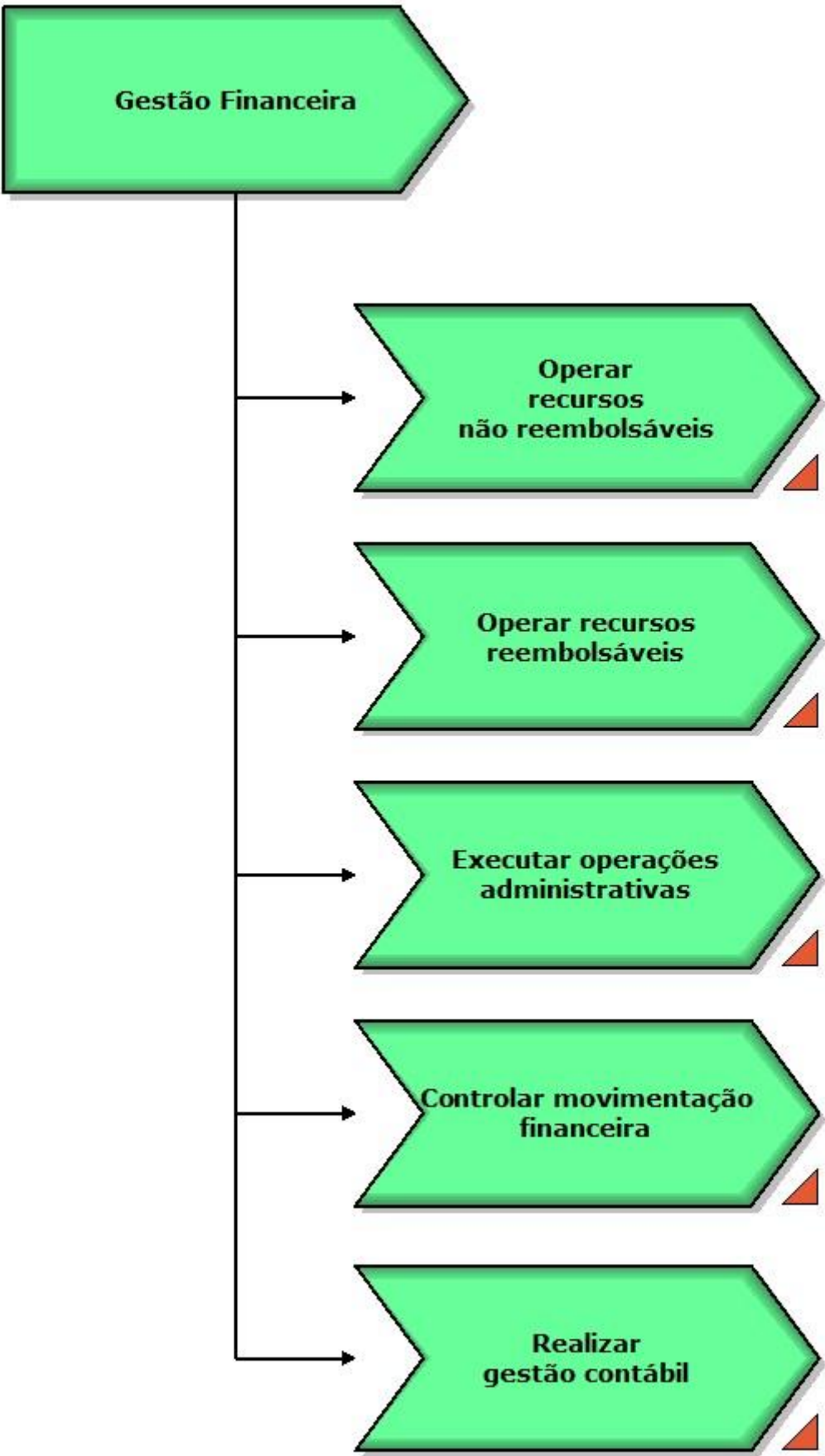
ANEXO XIX – ITEM 1.5

Macroprocesso Gestão Estratégica



ANEXO XX – ITEM 1.5

Macroprocesso Gestão Financeira



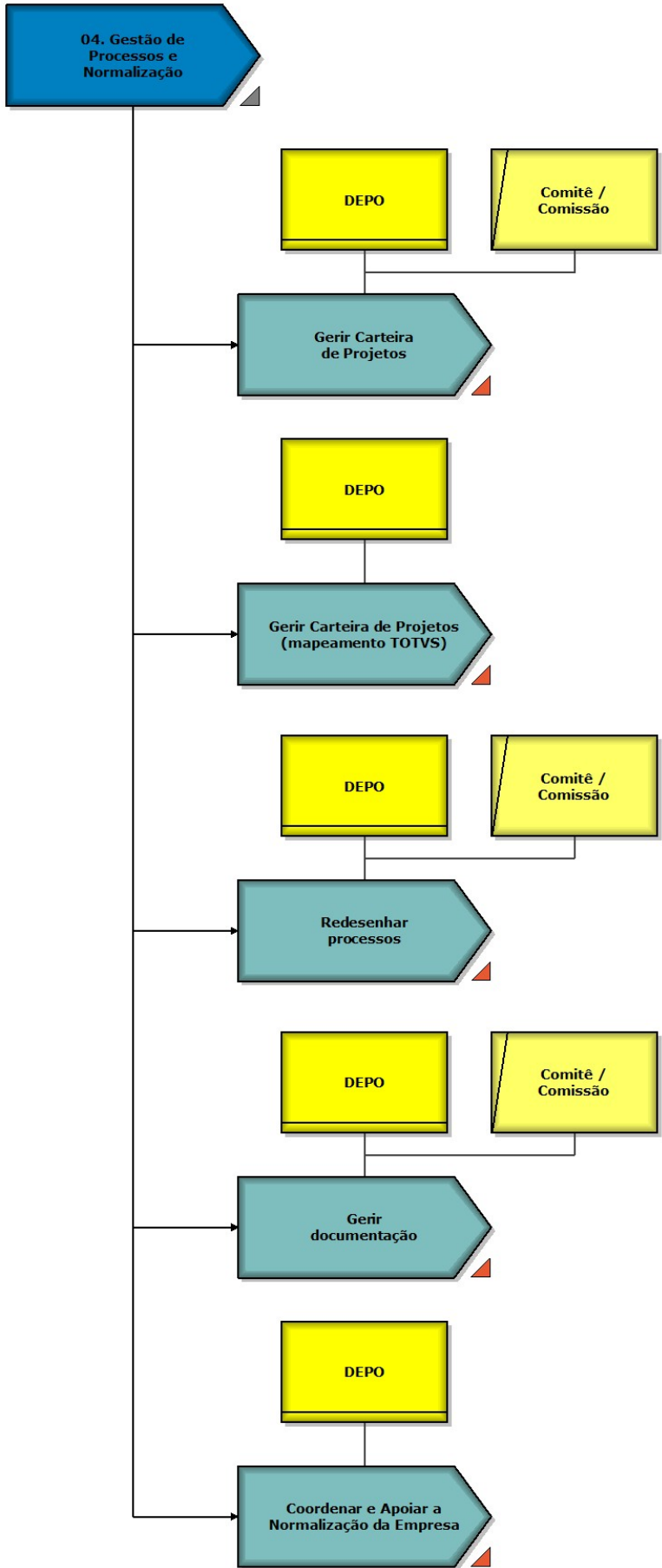
ANEXO XXI – ITEM 1.5

Macroprocesso Gestão de Programas



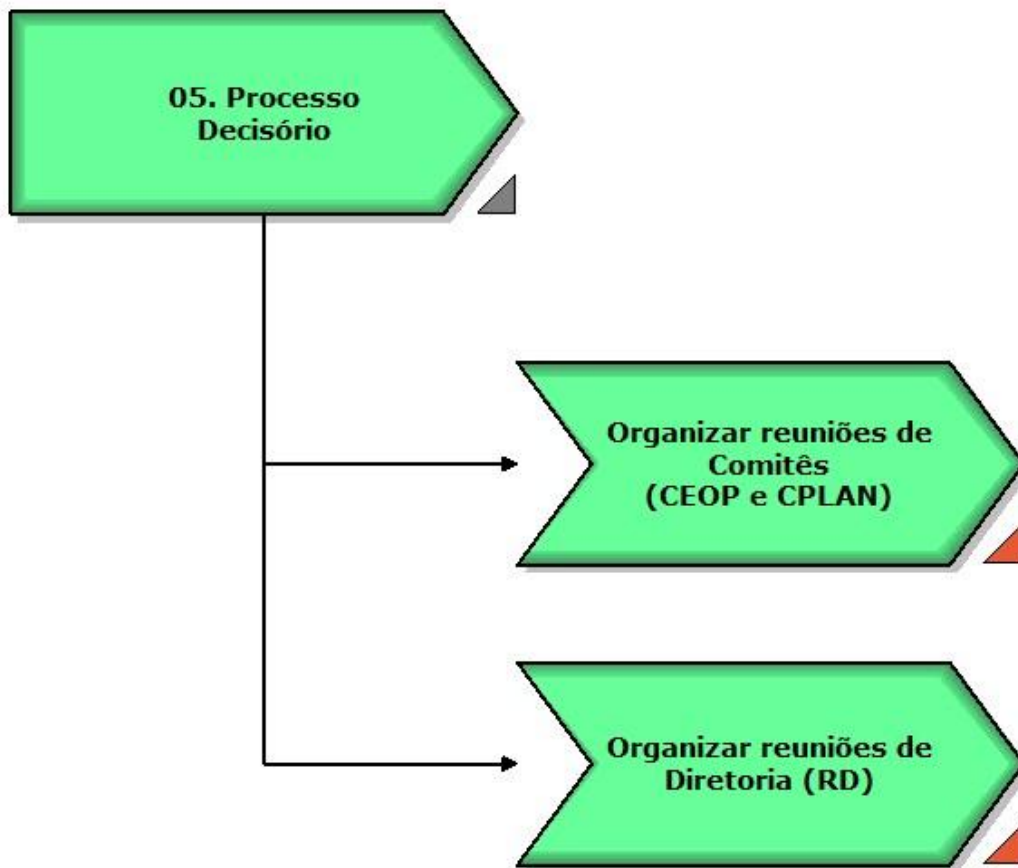
ANEXO XXII – ITEM 1.5

Macroprocesso Gestão de Processos e Normalização



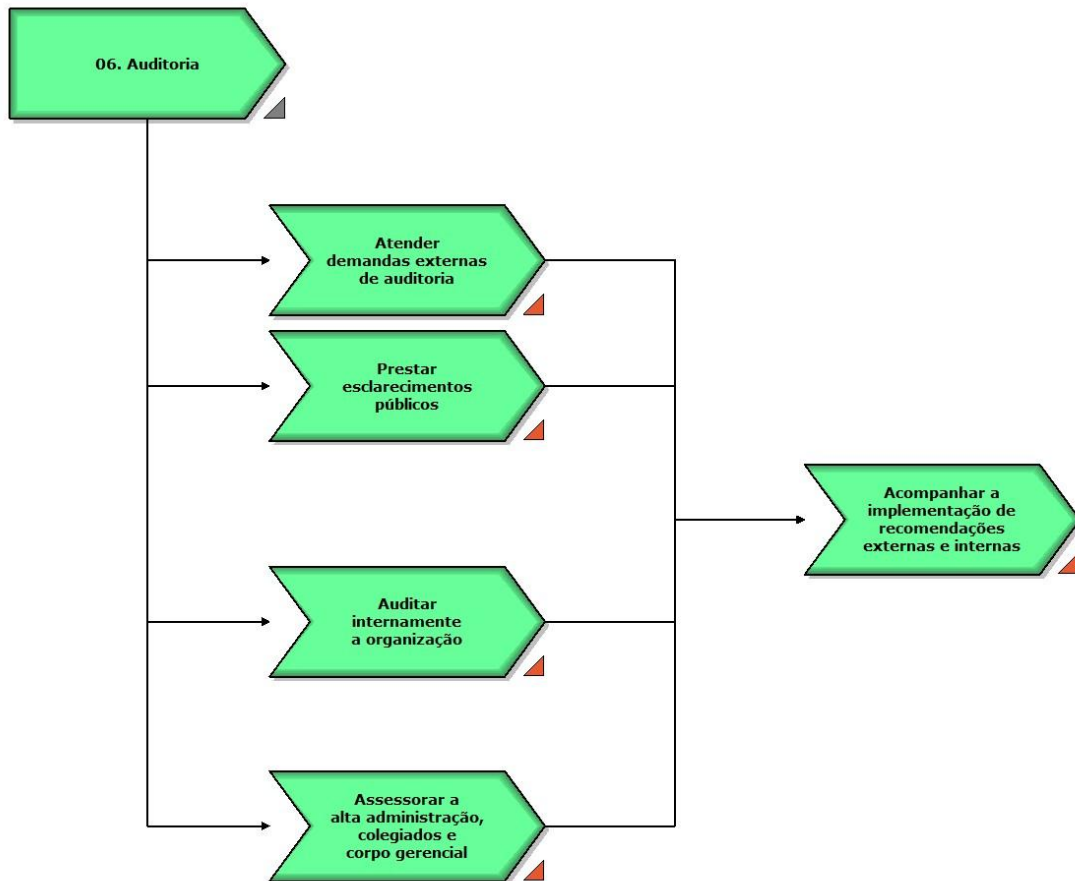
ANEXO XXIII – ITEM 1.5

Macroprocesso Processo Decisório



ANEXO XXIV – ITEM 1.5

Macroprocesso Auditoria



ANEXO XXV – ITEM 1.6

Administração de Recursos de Parceiros

ANEXO XXV – ITEM 1.6. : Parcerias

Valores em R\$ correntes

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE PARCEIROS*

Identificação da Operação / Data Assinatura	Código da Fonte	Objetivo	Vigência / Prestação de Contas	Operação Parceiros / FINEP					FINEP / Conveniente				
				Valor da operação	Recursos Transferidos à FINEP (Principal)	Saldo a ser desembolsado à FINEP	Rendimento acumulado dos Recursos Transferidos à FINEP	Total Disponível (Principal + Rendimento)	Liberado até 2012 (**)	Liberado em 2013	Devoluções (Saldo não utilizado pelo conveniente) em 2013	Despesas Administrativas	Saldo Disponível (CAIXA)
MS x FINEP Port.1371/2007 31/12/2007 (***)	0280620316	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS NO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE	25/03/2012 28/02/2013	8.367.990,00	5.578.660,00	2.789.330,00	1.919.715,50	7.498.375,50	1.124.098,58	0,00	0,00	30.000,00	0,00
MS x FINEP Port.130/2007 31/dez/07	0280620317	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS NO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE	31/12/2013 01/03/2014	43.039.746,07	28.693.164,06	14.346.582,01	6.664.403,65	35.357.567,71	25.054.443,88	3.046.618,23	0,00	0,00	7.256.505,60
MS x FINEP Port.689/2007 31/12/2007 (***)	0280620318	FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS NO COMPLEXO PRODUTIVO DA SAÚDE	08/05/2012 07/07/2012	6.932.153,00	4.621.435,34	2.310.717,66	1.105.170,33	5.726.605,67	5.709.116,26	0,00	0,00	17.489,39	0,02
Conv. MTE/SENAES - FINEP 005/2007 26/11/2007	0280600999	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES APLICADAS À ECONOMIA SOLIDÁRIA	22/07/2016 22/07/2016	21.300.000,00	14.050.000,00	7.250.000,00	1.751.339,25	15.801.339,25	10.729.238,09	129.993,74	0,00	221.600,39	4.720.507,03
Conv. MTur - FINEP 599/2007 14/12/2007	0280600366	INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS PARA INCLUSÃO SOCIAL NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO	09/09/2014 08/11/2014	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	1.804.832,98	7.804.832,98	4.040.018,53	1.843.974,35	0,00	75.626,06	1.845.214,04
AEB x FINEP 20.05.0009.00 30/dez/04	0280517883	Reconstrução da Torre móvel de lançamento do VLS no Centro de lançamento de Alcântara	31/12/2013 28/02/2014	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00	20.363.418,24	50.363.418,24	44.977.214,01	0,00	0,00	0,00	5.386.204,23
INFRAERO x FINEP Cód.Finep 30.06.0102.00 Conv. 016/2006/0001 01/dez/06 (***)	0280368094	Água em Aeroportos	31/12/2012 28/02/2013	1.836.653,82	457.620,66	1.379.033,16	270.572,41	728.193,07	457.620,66	0,00	270.572,41	0,00	0,00

Fonte: Finep AFC

Notas:

(*) Não inclui as informações referentes a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e FUNTTEL

ANEXO XXVI – ITEM 1.6.1

Recursos de Parceiros Ministério das Comunicações

ANEXO XXVI – ITEM 1.6.1: Parceria com o Fundo Nacional de Telecomunicações- FUNTTEL

Recursos Não-reembolsáveis - FUNTTEL

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
2217/09	01.10.0550.01	10/11/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA/UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	PLATAFORMA DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES DE ÁUDIO DE ALTA FIDELIDADE: PROJETO VOIP-WB	3.259.653,80	1.086.551,28	1.086.551,26	2.173.102,54	1.086.551,26
2251/09	01.10.0565.01	26/11/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	ASSOCIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS TECNOLÓGICO	ASSOCIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS TECNOLÓGICO	DESENVOLVIMENTO DE UM MIDDLEWARE IPTV PARA O MERCADO GLOBAL	2.826.496,96	1.366.172,32	809.162,32	2.175.334,64	651.162,32
1641/10	01.11.0028.02	14/02/2011	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	TECNOLOGIAS DE SEGURANÇA PARA AMBIENTES MÓVEIS	17.922.210,58	3.099.314,26	1.650.000,00	4.749.314,26	13.172.896,32
2271/09	01.10.0669.01	01/12/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIAS AVANÇADAS	SOLUÇÃO INTEGRADA PARA PROVIMENTO DE ACESSOS BANDA LARGA ATRAVÉS DA OPTICALIZAÇÃO PROGRESSIVA DE REDE.	2.951.794,00	1.137.636,00	1.152.000,00	2.289.636,00	662.158,00
2622/09	01.10.0210.02	20/05/2010	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	SISTEMA INTEGRADO DE OSS E BSS PARA PLATAFORMAS DE SERVIÇOS IP	39.864.799,99	11.569.412,76	4.000.000,00	15.569.412,76	24.295.387,23
2621/09	01.09.0631.02	30/12/2009	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	REDES DE ACESSO SEM FIO AVANÇADAS	55.092.057,09	35.999.964,93	5.190.106,23	41.190.071,16	13.901.985,93
2623/09	01.09.0629.01	30/12/2009	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	TECNOLOGIAS ÓPTICAS DE 100GB ETHERNET	90.171.198,93	38.065.918,62	16.629.436,31	54.695.354,93	35.475.844,00
2626/09	01.09.0627.02	30/12/2009	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	AUTENTICAÇÃO BIOMÉTRICA MULTIMODAL E ICONOGRÁFICA PARA DISPOSITIVOS MÓVEIS	10.686.586,18	8.621.359,09	2.020.866,54	10.642.225,63	44.360,55
2204/09	01.10.0474.03	06/10/2010	CH. PÚBL. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL RIO SOLIMÕES	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	DESENVOLVIMENTO DE HARDWARE UNIVERSAL INOVADOR PARA MODERNIZAÇÃO E EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES	7.344.022,38	6.075.445,76	1.268.576,61	7.344.022,37	0,01
2627/09	01.10.0272.02	11/06/2010	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FRAMEWORK UTILIZANDO SÍNTESE DE VOZ PARA DEFICIENTES VISUAIS EM DISPOSITIVOS MÓVEIS	5.255.004,83	4.393.207,06	852.316,19	5.245.523,25	9.481,58
0412/12	01.12.0490.00	04/12/2012	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	AMBIENTE DE REFERÊNCIA EM BANDA LARGA SEM FIO 4G	15.758.749,78	-	4.601.048,46	4.601.048,46	11.157.701,32
0414/12	01.12.0481.00	04/12/2012	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	LTE 450 MHz	36.124.580,00	-	16.233.333,06	16.233.333,06	19.891.246,94
0413/12	01.12.0487.00	05/12/2012	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	ASIC-DSP PARA SISTEMAS ÓPTICOS COERENTES	59.221.857,00	-	8.727.000,00	8.727.000,00	50.494.857,00

ANEXO XXVI – ITEM 1.6.1: Parceria com o Fundo Nacional de Telecomunicações- FUNTTEL

Recursos Não-reembolsáveis - FUNTTEL

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
2009/07	01.08.0310.02	22/07/2008	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2007	UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	SISTEMA DE RASTREABILIDADE DE MEDICAMENTOS UTILIZANDO RFID	1.385.970,60	1.013.970,60	130.500,00	1.144.470,60	*
1387/08	01.09.0281.03	08/07/2009	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO SEM FIO PARA APLICAÇÕES DE MISSÃO CRÍTICA NO SETOR DE ÓLEO, GÁS E ENERGIA	2.619.656,05	2.167.349,00	445.001,39	2.612.350,39	**
1954/07	01.08.0616.02	17/12/2008	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2007	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	TERMINAL PÚBLICO MULTISSERVIÇOS IP	2.252.209,93	1.935.209,93	315.652,81	2.250.862,74	***
2336/09	01.10.0299.02	22/06/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2009	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	INFRAESTRUTURA OBAA-MILOS: INFRAESTRUTURA MULTIAGENTE PARA SUPORTE A OBJETOS DE APRENDIZAGEM OBAA	1.255.420,00	498.780,00	349.776,46	848.556,46	406.863,54
2190/09	01.09.0632.02	30/12/2009	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	PLATAFORMA DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES EM REDES IP - TELCO 2.0	2.760.284,56	2.173.631,36	527.409,33	2.701.040,69	****
2192/09	01.09.0635.04	30/12/2009	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	ENCODERS E DECODERS HD, SD E ONESEG DE BAIXO CUSTO PARA ISDB-TB	3.644.944,08	3.038.412,28	13.991,52	3.052.403,80	*****
2332/09	01.10.0273.01	28/05/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 02/2009	ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	PLATAFORMA DE CONVERGÊNCIA DIGITAL IPTV/TV DIGITAL	2.838.494,08	1.949.069,39	889.424,69	2.838.494,08	0,00
2252/09	01.09.0628.02	30/12/2009	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	FUNDAÇÃO CPQD CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES	PLATAFORMA DE PRODUTOS PARA ADMINISTRAÇÃO DE DADOS E RECURSOS EM REDES IMS/NGN	11.792.048,73	6.507.490,68	1.500.000,00	8.007.490,68	3.784.558,05
2240/09	01.10.0814.01	21/12/2010	CH. PÚB. MCT/FINEP/MC/FUNTTEL ÁREAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS 01/2009	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS	PLATAFORMA IP WIRELESS PARA TELEFONES E ÁUDIO CONFERÊNCIA SEM FIO	3.364.686,40	1.678.027,20	431.673,39	2.109.700,59	1.254.985,81
TOTAL							R\$ 378.392.725,95	R\$ 132.376.922,52	R\$ 68.823.826,57	R\$ 201.200.749,09	R\$ 176.290.039,86

Fonte: FINEP - APLA

ANEXO XXVII – ITEM 1.6.2

Recursos de Parceiros Ministério da Saúde

RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
1370/05	01.05.0918.06	21/12/2005	CHAMADA PÚBLICA MCT/MS/FINEP AÇÃO TRANSVERSAL- PESQUISA CLÍNICA-04/2005	FAMESP - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO MÉDICO E HOSPITALAR	UNIVERSIDADE ESTADUAL JULIO DE MESQUITA FILHO - CAMPUS DE BOTUCATU FACULDADE DE MEDICINA	IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA CLÍNICA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU/UNESP - (UPECLIN)	160.774,59		151.542,59	151.542,59	9.232,00
1856/07	01.090621.03	28/12/2009	CH PÚBLICA MCT/FINEP/MS/SCTIE/DECIT CT-SAÚDE/FNS PESQ CLÍNICA 02/2007	UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA	HOSPITAL SÃO LUCAS DA PUCRS	AVALIAÇÃO RESTROSPECTIVA E PROSPECTIVA DA CIRURGIA BARIATRICA NO BRASIL	3.341.125,16	1.546.535,27	1.703.413,32	3.249.948,59	91.176,57
TOTAL							R\$ 3.341.125,16	R\$ 1.546.535,27	R\$ 1.703.413,32	R\$ 3.249.948,59	R\$ 91.176,57

Fonte: FINEP - APLA

ANEXO XXVIII- ITEM 1.6.3

Recursos de Parceiros Ministério do Trabalho e Emprego

ANEXO XXVIII – ITEM 1.6.3: Parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

RECURSOS DO MINISTÉRIO DE TRABALHO E RENDA - MTE

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
1809/07	01.08.0521.08	11/12/2008	ENCOMENDA TRANSVERSAL DE PROJETOS DE PESQUISA	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	EMPREENDEDOR A SUSTENTABILIDADE: INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS EM ALAGOAS	507.233,15	258.993,38	216.846,75	475.840,13	31.393,02
0461/08	01.08.0643.08	30/12/2008	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO FAPEX-BA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	ITES/UFBA - INCUBADORA TECNOLÓGICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	445.787,19	199.880,00	245.907,19	445.787,19	0,00
1709/08	01.09.0250.08	03/06/2009	CHAMADA PÚBLICA MCT/MTE/FINEP - SIES - 01/2008	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DA PESQUISA	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	EXECUÇÃO DO MAPEAMENTO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REGIÃO SUL - SIES2009	848.039,50	738.438,83	81.511,22	819.950,05	28.089,45
0404/08	01.09.0020.09	28/01/2009	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	INCUBADORA TECNOLÓGICA DA FEEVALE	INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA FEEVALE	364.033,50	143.560,32	204.803,02	348.363,34	15.670,16
TOTAL							R\$ 2.165.093,34	R\$ 1.340.872,53	R\$ 749.068,18	R\$ 2.089.940,71	R\$ 75.152,63

Fonte: FINEP - APLA

ANEXO XXIX– ITEM 1.6.4

Recursos de Parceiros Ministério do Turismo

ANEXO XXIX – ITEM 1.6.4: Parceria com o Ministério do Turismo - MTUR

RECURSOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
2625/09	01.10.0653.02	09/12/2010	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TRABALHO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	PROCATEDES - ESTRATÉGIAS E VIABILIDADE DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS POPULARES DA CADEIA DO TURISMO DA COSTA DO DENDÊ - BAHIA	485.000,00	330.000,00	155.000,00	485.000,00	0,00
2481/09	01.12.0415.00	29/10/2012	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DA CULTURA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	ECONOMIA SOLIDÁRIA E TURISMO EM PARANAGUÁ	434.868,80	0,00	434.868,80	434.868,80	0,00
0823/11	01.13.0206.00	31/07/2013	ENCOMENDA VERTICAL DE PROJETO DE PESQUISA	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO FAPEX-BA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO DE EES NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO	1.564.000,00	0,00	1.564.000,00	1.564.000,00	0,00
TOTAL							R\$ 2.483.868,80	R\$ 330.000,00	R\$ 2.153.868,80	R\$ 2.483.868,80	R\$ 0,00

Fonte: FINEP - APLA

ANEXO XXX – ITEM 1.6.5

Recursos de Parceiros Agência Nacional do Cinema

ANEXO XXX – ITEM 1.6.5 : Parceria com a Agência Nacional do Cinema - ANCINE

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE
PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Empresa	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
						Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0286/09	02.10.0122.00	29/03/10	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - COMPLEMENTO	GLAZ ENTRETENIMENTO LTDA	MINHOCAS	1.614.780,00	1.453.302,00	161.478,00	1.614.780,00	0,00
0585/09	02.10.0312.00	14/06/10	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2008	DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A	ENTRE A DOR E O NADA	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
0192/09	02.10.0402.00	04/08/10	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	CANTO CLARO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	SOMOS TÃO JOVENS	500.000,00	450.000,00	50.000,00	500.000,00	0,00
0558/09	02.10.0410.00	10/08/10	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2008	BOSSA NOVA FILMS CRIAÇÕES E PRODUÇÕES LTDA	CURIOSIDADE ANIMAL	442.840,00	398.556,00	44.284,00	442.840,00	0,00
0143/09	02.10.0554.00	25/11/10	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	PRODIGO FILMS LTDA.	A HORA E A VEZ DE AUGUSTO MATRAGA	500.000,00	450.000,00	50.000,00	500.000,00	0,00
0093/09	02.10.0692.00	20/12/10	CH. PUB. MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2008 - APORTE	FRAIHA PRODUÇÃO DE EVENTOS E EDITORA LTDA	APOLLO FUTEBOL CLUBE	700.000,00	630.000,00	70.000,00	700.000,00	0,00
0283/10	02.11.0076.00	14/03/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	OTTO DESENHOS ANIMADOS LTDA	ATÉ QUE A SBÓRNIA NOS SEPRE (NOVO TÍTULO - ANTES FUGA EM RÉ MENOR PARA KRAUNUS E PLETSKAYA)	791.000,00	711.900,00	79.100,00	791.000,00	0,00
0161/10	02.11.0146.00	11/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	LUZ XXI CINE VIDEO LTDA.	AOS VENTOS QUE VIRÃO	500.000,00	450.000,00	50.000,00	500.000,00	0,00
0185/10	02.11.0148.00	11/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	C.H.G CAMARGO RIBAS - COOPERATIVA CINEMA & MÍDIAS DIGITAIS	A FRENTE FRIA QUE A CHUVA TRAZ	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0275/10	02.11.0162.00	27/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	DE FELIPPES FILMES E PRODUÇÕES LTDA	FAROESTE CABOCLO	1.000.000,00	900.000,00	100.000,00	1.000.000,00	0,00
0329/10	02.11.0166.00	25/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	O TEMPO E O VENTO	2.250.000,00	2.025.000,00	225.000,00	2.250.000,00	0,00
0215/10	02.11.0172.00	11/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	KINOSCÓPIO CINEMATOGRAFICA LTDA	BOCA DO LIXO	215.259,60	193.733,64	21.525,96	215.259,60	0,00
0345/10	02.11.0173.00	31/05/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	ANTÔNIO FERNANDES FILMES	BONITINHA, MAS ORDINÁRIA	500.000,00	450.000,00	50.000,00	500.000,00	0,00
0173/10	02.11.0177.00	06/06/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	CINEMA BRASIL DIGITAL - ESCRITÓRIO DE PLANEJAMENTO EM EMPREENDIMENTOS AUDIOVISUAIS LTDA	O FIM E OS MEIOS	1.150.000,00	1.035.000,00	115.000,00	1.150.000,00	0,00
1008/10	02.11.0215.00	08/09/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	ABBAS FILMES LTDA.	NA BOCA DO POVO	400.000,00	0,00	360.000,00	360.000,00	40.000,00

ANEXO XXX – ITEM 1.6.5 : Parceria com a Agência Nacional do Cinema - ANCINE

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE
PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Empresa	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
						Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0679/10	02.11.0217.00	08/09/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	UM FILMES	GODOFREDO	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
1017/10	02.11.0219.00	08/09/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	CALIBAN PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FILME SUJO	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
0243/10	02.11.0250.00	25/10/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	PROCURA-SE	914.073,50	822.666,15	91.407,35	914.073,50	0,00
0170/10	02.11.0251.00	25/10/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	LAZ AUDIOVISUAL LTDA.	GARIBALDI IN AMERICA	518.146,00	466.331,40	51.814,60	518.146,00	0,00
1010/10	02.11.0265.00	07/11/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	CINEMA ANIMADORES LTDA. EPP	ZICA E OS CAMALEÕES	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0119/10	02.11.0274.00	09/11/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	LAGOA CULTURAL E ESPORTIVA LTDA.	CAPITÃES DA AREIA	1.000.000,00	900.000,00	100.000,00	1.000.000,00	0,00
0226/10	02.11.0344.00	09/12/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	ELIMAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	OS ÚLTIMOS DIAS DE GETÚLIO	1.500.000,00	0,00	1.350.000,00	1.350.000,00	150.000,00
0289/10	02.11.0380.00	21/12/11	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	ALÊ ABREU PRODUÇÕES LTDA	CUCA NO JARDIM	404.400,00	363.960,00	40.440,00	404.400,00	0,00
0296/10	02.12.0013.00	30/01/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	DILER E ASSOCIADOS LTDA.	ESPERTICES E VALENTURAS	1.000.000,00	900.000,00	100.000,00	1.000.000,00	0,00
0694/10	02.12.0069.00	18/03/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	GLAZ ENTRETENIMENTO LTDA	HISTORIETAS ASSOMBRADAS (PARA CRIANÇAS MALCRIADAS)	650.000,00	585.000,00	65.000,00	650.000,00	0,00
0691/10	02.12.0173.00	05/06/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	PANDA FILMES LTDA.	OXIGÊNIO	363.000,00	0,00	326.700,00	326.700,00	36.300,00
0356/10	02.12.0174.00	04/06/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 03/2009	RAIZ DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA	CORPO PRESENTE	109.050,00	0,00	109.050,00	109.050,00	0,00
0091/11	02.12.0194.00	14/06/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	OTTO DESENHOS ANIMADOS LTDA	A CIDADE DOS PIRATAS	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0078/11	02.12.0196.00	14/06/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	TRUQUE PRODUTORA DE CINEMA TV E VÍDEO LTDA	CAPÃO - A ONDA DE UMA COMUNIDADE	163.000,00	146.700,00	16.300,00	163.000,00	0,00
0319/11	02.12.0213.00	25/06/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	VITRINE FILMES LTDA.	QUASE SAMBA	358.000,00	322.200,00	35.800,00	358.000,00	0,00

ANEXO XXX – ITEM 1.6.5 : Parceria com a Agência Nacional do Cinema - ANCINE

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE
PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Empresa	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
						Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0325/10	02.12.0258.00	13/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	CANNES PRODUÇÕES S/A	O OUTRO LADO DO VENTO	1.240.000,00	0,00	1.116.000,00	1.116.000,00	124.000,00
0309/11	02.12.0273.00	20/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	FREESPIRIT DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.	MINHA MÃE É UMA PEÇA - O FILME	2.500.000,00	2.250.000,00	250.000,00	2.500.000,00	0,00
0061/11	02.12.0274.00	13/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	ALBATROZ CINEMATOGRAFICA LTDA.	TAIS & TAIANE	899.000,00	0,00	809.999,10	809.999,10	89.000,90
0245/10	02.12.0290.00	26/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	CORAÇÃO DA SELVA TRANSMÍDIA LTDA	ONDE ESTÁ A FELICIDADE?	600.000,00	540.000,00	60.000,00	600.000,00	0,00
0235/10	02.12.0291.00	26/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	PRIMO FILMES LTDA	TRINTA	1.150.000,00	0,00	1.035.000,00	1.035.000,00	115.000,00
0170/11	02.12.0292.00	26/07/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	PASSARO FILMS DO BRASIL AUDIOVISUAIS LTDA	MEU PE DE LARANJA LIMA	800.000,00	720.000,00	80.000,00	800.000,00	0,00
0168/11	02.12.0348.00	13/09/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	RT2A PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	MATO SEM CACHORRO	1.500.000,00	1.350.000,00	150.000,00	1.500.000,00	0,00
0300/11	02.12.0362.00	21/09/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	W MIX DISTRIBUIDORA LTDA	CASA DA MÃE JOANA 2	1.500.000,00	1.350.000,00	150.000,00	1.500.000,00	0,00
0209/11	02.12.0376.00	02/10/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	SINCROCINE PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	TAINÁ 3 - A ORIGEM	900.000,00	810.000,00	90.000,00	900.000,00	0,00
0044/11	02.12.0378.00	05/10/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	CRYSTAL CINEMATOGRAFICA LTDA	A PRIMEIRA MISSA	500.000,00	450.000,00	50.000,00	500.000,00	0,00
0352/10	02.12.0401.00	19/10/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 03/2009	CANNES PRODUÇÕES S/A	LUTAS - O FILME	388.500,00	0,00	388.500,00	388.500,00	0,00
0107/11	02.12.0404.00	23/10/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	POLO DE IMAGEM LTDA	ENTRE VALES E MONTANHAS (O LIXO NOSSO DE CADA DIA)	500.000,00	450.000,00	50.000,00	500.000,00	0,00
0136/10	02.12.0463.00	06/12/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	VITÓRIA PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	APARECIDA, PADROEIRA DO BRASIL	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0241/10	02.12.0466.00	07/12/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 01/2009	KINOSSAURUS FILMES LTDA	QUASE MEMÓRIA	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0248/11	02.12.0498.00	19/12/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	LIBERATO PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	TURMA DO XAXADO	200.000,00	0,00	180.000,00	180.000,00	20.000,00

ANEXO XXX – ITEM 1.6.5 : Parceria com a Agência Nacional do Cinema - ANCINE

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE
PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Empresa	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
						Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0219/11	02.12.0502.00	20/12/12	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	KINOFILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRAFICAS LTDA	DEZESSETE ANOS DEPOIS	623.000,00	0,00	560.700,00	560.700,00	62.300,00
0347/10	02.13.0001.00	07/01/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 03/2009	PIPA NATIVA PRODUÇÕES CULTURAIS	HISTÓRIAS DE ALICE	104.151,00	0,00	104.151,00	104.151,00	0,00
1015/10	02.13.0007.00	21/01/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2009	HKAUFFMANN PRODUÇÃO DE IMAGENS LTDA	QUE É QUE VOU FAZER DA MINHA VIDA?	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
0273/11	02.13.0020.00	22/02/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	CORAÇÃO DA SELVA TRANSMÍDIA LTDA	CONDOMÍNIO JAQUELINE, A NOVA FAMÍLIA	1.200.000,00	0,00	1.080.000,00	1.080.000,00	120.000,00
0264/11	02.13.0021.00	22/02/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	COPA STUDIO PRODUTORA AUDIOVISUAL LTDA.	TROMBA TREM - EPISÓDIOS 14 A 26	1.400.000,00	0,00	1.260.000,00	1.260.000,00	140.000,00
0285/11	02.13.0022.00	22/02/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	AURORA FILMES LTDA - ME	A GRANDE VIAGEM - A SÉRIE	990.000,00	0,00	891.000,00	891.000,00	99.000,00
0259/11	02.13.0026.00	25/02/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	A. R. BOZZETTI - AUDIOVISUAIS ME	X-CORAÇÃO	800.000,00	0,00	720.000,00	720.000,00	80.000,00
0261/11	02.13.0032.00	05/03/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	44 TOONS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	TORDESILHAS	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0258/11	02.13.0033.00	07/03/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	ZOOM ELEFANTE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA LTDA	CARRAPATOS E CATAPULTAS - SERIE DE ANIMAÇÃO - EPISÓDIOS 14 A 26	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0118/11	02.13.0057.00	08/04/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	BPP PRODUÇÕES CINEGRÁFICA LTDA ME	VENDO OU ALUGO	500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00
0275/11	02.13.0067.00	19/04/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	MERCÚRIO PRODUÇÕES LTDA - ME	VAN BORA!	600.000,00	0,00	540.000,00	540.000,00	60.000,00
0276/11	02.13.0076.00	29/04/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	PG PRODUÇÕES DE CINEMA VIDEO E TV LTDA.	LUNA CHAMANDO	1.900.000,00	0,00	1.710.000,00	1.710.000,00	190.000,00
0546/09	02.13.0089.00	10/05/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODAV 01/2008	HKAUFFMANN PRODUÇÃO DE IMAGENS LTDA	BOM DIA, ARQUEOLOGIA	492.284,00	0,00	443.055,60	443.055,60	49.228,40
0096/11	02.13.0109.00	06/06/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	44 BICOLARGO COMERCIAL LTDA	OSMAR, A 1ª FATIA DO PÃO DE FORMA, O FILME	1.000.000,00	0,00	900.000,00	900.000,00	100.000,00
0342/10	02.13.0165.00	10/07/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA PRODECINE 02/2009	DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A	UM PEQUENO PROBLEMA	1.800.000,00	0,00	1.620.000,00	1.620.000,00	180.000,00

ANEXO XXX – ITEM 1.6.5 : Parceria com a Agência Nacional do Cinema - ANCINE

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE
PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Empresa	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
						Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
0312/11	02.13.0170.00	12/07/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A	MEU AMIGÃOZÃO - O FILME	2.500.000,00	0,00	2.250.000,00	2.250.000,00	250.000,00
0318/11	02.13.0185.00	29/07/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 02/2010	DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A	A ESPERANÇA É A ÚLTIMA QUE MORRE	1.750.000,00	0,00	1.575.000,00	1.575.000,00	175.000,00
0279/11	02.13.0197.00	07/08/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODAV - 01/2010	TAMBKE FILMES LTDA	VISCERAL BRASIL - AS VEIAS ABERTAS DA MÚSICA	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
0137/11	02.13.0200.00	07/08/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	O2 CINEMA LTDA	A CADEIRA DO PAI	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00
0111/11	02.13.0252.00	16/10/13	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/FSA - PRODECINE - 01/2010	MEIOS DE PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	ENTRE A DOR E O NADA	500.000,00	0,00	450.000,00	450.000,00	50.000,00
TOTAL						57.380.484,10	21.574.349,19	32.676.305,61	54.250.654,80	3.129.829,30

Fonte: FINEP - APLA

ANEXO XXXI – ITEM 1.6.6

Recursos de Parceiros FNDCT

ANEXO XXXI – ITEM 1.6.6: Parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FNDCT - PTF

PROJETOS COM LIBERAÇÃO EM 2013

Referência	Convênio	Data da Contratação	Demanda	Conveniente	Executor	Projeto	Em R\$ - Valores Constantes				
							Valor Aprovado	Valor Liberado até 2012	Valor Liberado em 2013	Valor Liberado Acumulado	Saldo a Liberar
4138/06	01.07.0096.00	11/04/2007	CHAMADA PÚBLICA SUBVENÇÃO ECONÔMICA TEMA: BIOTECNOLOGIA	RECEPTA BIOPHARMA S.A.	RECEPTA BIOPHARMA S.A.	APLICAÇÕES DE ANTICORPOS MONOCLONAIS NO TRATAMENTO DO CÂNCER	6.108.440,00	6.108.440,00	540.000,00	6.648.440,00	-540.000,00
0927/07	01.07.0652.05	19/12/2007	CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/MS FATORES DA COAGULAÇÃO SANGUÍNEA 01/2007	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE RIBEIRÃO PRETO	ESCALONAMENTO DA PRODUÇÃO DOS FATORES VIII E IX RECOMBINANTES EM BIORREATORES E ENSAIOS PRÉ-CLÍNICOS EM CAMUNDONGOS HEMOFÍLICOS	2.384.565,82	1.141.893,28	43.171,56	1.185.064,84	1.199.500,98
TOTAL							R\$ 8.493.005,82	R\$ 7.250.333,28	R\$ 583.171,56	R\$ 7.833.504,84	R\$ 659.500,98

Fonte: FINEP - APLA

ANEXO XXXII – ITEM 2.1

Plano de Ação 2012-2014

ANEXO XXXII - ITEM 2.1: Plano de Ação 2012 -2014

Plano de Ação 2012-14

Diretriz PGE	Ação PGE	Atividade	Meta (dezembro)
Atuar de forma proativa na formulação de políticas públicas aderentes à sua missão	Elaborar com os principais atores do sistema uma agenda indutora de longo prazo para a inovação	Estabelecer parcerias estratégicas com o Ministério das Cidades e o Inmetro para formulação de um Plano de Ação em Sustentabilidade e Inovação para Habitação Social	Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica e formulação do Plano de Ação
		Elaborar e implementar plano para participação e realização de eventos relacionados a C,T&I que abranjam os públicos determinados como prioritários para o aumento da participação da FINEP nos principais segmentos da Economia	Participação da Finep em no mínimo 42 (quarenta e dois) eventos do Sistema de C,T&I (três por mês)
Viabilizar os recursos públicos necessários para alavancar o desenvolvimento nacional por meio da inovação	Alavancar os investimentos empresariais em P,D&I, visando alcançar os índices definidos nas Política Industrial e Tecnológica	Disponibilizar recursos de subvenção (FNDCT) para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadoras nas empresas	Contratação de todos os projetos aprovados e liberações em 2013 no valor total de R\$ 7 milhões para os projetos aprovados na chamada de subvenção econômica lançada
		Dinamizar a liberação de recursos dos projetos da carteira da ACIT	Liberados recursos que representam 100% além do que havia sido liberado em junho de 2013, totalizando cerca de R\$ 348 milhões
		Contratar operações de crédito nas áreas temáticas prioritárias da ATDS e inseridas no Plano Inova Empresa	R\$ 240 milhões contratados em projetos reembolsáveis
		Contratar e liberar recursos de subvenção do Plano Inova Empresa: Nanotecnologia e TI MAIOR e das encomendas MCTI	Todos os projetos aprovados nos editais de subvenção do Plano Inova Empresa: Nanotecnologia e TI MAIOR e das encomendas MCTI contratados e com a primeira parcela liberada
		Contratar projetos reembolsáveis dentro do Plano Inova Empresa	R\$ 600 milhões em projetos reembolsáveis dentro do Plano Inova Empresa contratados
		Aumentar o volume de recursos contratados com operações de crédito, em relação ao exercício anterior	R\$ 1,8 bilhão contratados em projetos reembolsáveis
		Aumentar o volume de recursos desembolsados com operações de crédito, em relação ao exercício anterior	R\$ 800 milhões liberados para projetos reembolsáveis
		Implementar o investimento direto em empresas	- FIP INOVA EMPRESA já iniciado - Duas empresas em estágio avançado de negociação - Empresa de Consultoria para estruturação da atividade de investimento direto contratada
		Aumentar o número de fundos aprovados para investimento, em relação ao exercício anterior (modalidade investimento indireto em empresas)	Aprovar 4 fundos em 2013 e lançar 2 Chamadas de Fundos
		Aumentar o volume de recursos contratados com operações de crédito, em relação ao exercício anterior	R\$ 1,8 bilhão contratados em projetos reembolsáveis
Aumentar o volume de recursos desembolsados com operações de crédito, em relação ao exercício anterior	R\$ 700 milhões liberados para projetos reembolsáveis		

ANEXO XXXII - ITEM 2.1: Plano de Ação 2012 -2014

Plano de Ação 2012-14			
Diretriz PGE	Ação PGE	Atividade	Meta (dezembro)
Viabilizar os recursos públicos necessários para alavancar o desenvolvimento nacional por meio da inovação	Alavancar os investimentos empresariais em P,D&I, visando alcançar os índices definidos nas Política Industrial e Tecnológica	Aumentar o volume de recursos contratados com operações de crédito, em relação ao exercício anterior	R\$ 1,4 bilhão contratados em projetos reembolsáveis
		Aumentar o volume de recursos desembolsados com operações de crédito, em relação ao exercício anterior	R\$ 500 milhões liberados para projetos reembolsáveis
		Contribuir para a captação de potenciais clientes, especialmente aqueles com perfil para a contratação de operações de crédito, realizando ações setoriais para a atração de novas empresas para o cadastro da FINEP	Cinco eventos setoriais realizados, com atração de 100 novas empresas para o cadastro da FINEP
	Disponibilizar os recursos do FNDCT necessários ao atendimento da demanda das ICTs para C,T&I	Disponibilizar recursos não-reembolsáveis do FNDCT para C,T&I através do lançamento de chamadas públicas	Seis chamadas públicas lançadas, no valor total de R\$ 493,5 milhões, contratando os projetos aprovados e liberando R\$ 32 milhões para os projetos contratados nas chamadas lançadas
		Contratar as operações não reembolsáveis selecionadas por meio de Chamadas Públicas sob responsabilidade da ATDS	Cumprimento dos prazos dos editais das chamadas públicas
Atuar em parcerias e alianças estratégicas, nacionais e internacionais	Estabelecer aliança estratégica com o BNDES e demais instituições financeiras públicas, potencializando ação integrada e complementar no apoio à inovação	Viabilizar a implementação da parceria entre a FINEP e o BNDES para a operacionalização de recursos do Fundo Amazônia	Primeiro plano bianual contratado e primeira ação lançada
	Ampliar parcerias internacionais com agências e instituições promotoras da inovação	Coordenar ações/atividades de cooperação internacional	2 atividades/projetos aprovados.
Viabilizar a transformação da FINEP em Agência de Fomento e Gestora de Recursos (--de modo a ampliar as fontes de captação--)	Concluir o processo de transformação da FINEP em Agência de Fomento e Gestora de Recursos e implementar as adequações necessárias para sua atuação como instituição financeira	Coordenação Executiva de Projetos Estratégicos: Projeto Novo Modelo de Gestão	Entrega dos Modelos Lógico & Físico e Experimental referentes ao: - Plano Contábil (Bloco 1), e ; - Produtividade do Core Business (Bloco 3) relativo à etapa 3 - "Do Acompanhamento até o Encerramento"; Desenvolvimento das Metodologias referentes à: - Análise de Resultado por Instrumento (componente do Bloco 2); - Diretrizes para o BACEN (Bloco 5).
		Coordenar a modelagem e implementação de duas novas Diretorias na estrutura organizacional da FINEP	Estrutura das duas Diretorias aprovada, com implementação prevista para dezembro de 2013

ANEXO XXXII - ITEM 2.1: Plano de Ação 2012 -2014

Plano de Ação 2012-14

Diretriz PGE	Ação PGE	Atividade	Meta (dezembro)
Viabilizar a transformação da FINEP em Agência de Fomento e Gestora de Recursos (--de modo a ampliar as fontes de captação--)	Ampliar as fontes de captação	Manter um nível de captação de recursos para operações de crédito compatível com as necessidades operacionais da FINEP, dentro dos limites legais de endividamento (Portaria presidencial limita o endividamento a até 9x o Patrimônio Líquido da FINEP)	Tesouro / BNDES (PSI): recursos referentes ao 2º aditivo recebidos e contrato de aval referente ao 3º contrato PSI assinado pelo Tesouro Aporte de recursos realizado e recursos captados no FNDCT, no FUNTTEL e no FAT, totalizando R\$ 1,508 bilhão FNDCT: R\$ 1,058 bilhão FUNTTEL: R\$ 200 milhões FAT: R\$ 250 milhões (depende da demanda dos Agentes Financeiros (DODR) (Aporte de capital de R\$ 100 milhões)
		Aumentar o volume de recursos disponíveis para investimento em empresas através de fundos de investimento, dentro dos limites legais (Está estabelecido em Portaria Ministerial, um limite de imobilização da FINEP, incluindo os Fundos de Investimento, de 50	R\$ 294 milhões obtidos e reservados para aplicação em fundos de investimento
Aumentar a abrangência e capilaridade dos seus programas, ações e instrumentos	Criar e capacitar rede de agentes e parceiros estaduais para operar os instrumentos FINEP	Iniciar a contratação dos Agentes Financeiros do Programa de Descentralização das operações de crédito - InovaCred	10 agentes financeiros credenciados para operar o programa INOVACRED, no valor total de R\$ 600 milhões
		Iniciar a contratação dos Parceiros Regionais e a liberação de recursos referentes às respectivas propostas aprovadas no âmbito do Programa de Descentralização da Subvenção Econômica Nacional - TecNova	Recursos liberados (Contratos de Transferência de Recursos) para os 21 parceiros (Ação transversal), no valor de R\$ 16,3 MM e 50% dos recursos de subvenção, no valor de R\$ 86,3 MM, liberados para as empresas
Integrar instrumentos financeiros e mecanismos de promoção da inovação, ampliando sua capacidade de apoio a programas de longo prazo	Estruturar a operação da FINEP, adequando os instrumentos e a organização da empresa para a ação integrada focada em programas	Propor as metas institucionais para 2014 (a serem medidas pelos Indicadores Institucionais)	Metas e indicadores institucionais para 2014 em desenvolvimento
		Estruturar e operacionalizar programas setoriais para integração de instrumentos na área de saúde	Programa Inova Saúde lançado e ação para chamamento público na área de equipamentos médicos em operação
		Lançar 2 programas com integração de instrumentos em 2013	Dois programas com integração de instrumentos lançados em 2013
		Desenvolver, lançar e operar programas integrados (instrumentos, fontes de recurso e instituições) para apoio à inovação, em consonância com o Plano Inova Empresa do Governo Federal	Programas InovaPetro2, InovaAgro, Inova BK, Inova Auto lançados e em operação
		Desenvolver, lançar e operar programas integrados (instrumentos, fontes de recurso e instituições) para apoio à inovação, em consonância com o Plano Inova Empresa do Governo Federal	Programas InovaEnergia, InovaCred e Tecnova em operação; Resultados do Programa InovaEnergia divulgados

ANEXO XXXII - ITEM 2.1: Plano de Ação 2012 -2014

Plano de Ação 2012-14			
Diretriz PGE	Ação PGE	Atividade	Meta (dezembro)
Integrar instrumentos financeiros e mecanismos de promoção da inovação, ampliando sua capacidade de apoio a programas de longo prazo	Estruturar a operação da FINEP, adequando os instrumentos e a organização da empresa para a ação integrada focada em programas	Desenvolver, lançar e operar programas integrados (instrumentos, fontes de recurso e instituições) para apoio à inovação, em consonância com o Plano Inova Empresa do Governo Federal	Programas Inova Saúde - Fármacos e Inova Aerodefesa lançados e em operação
		Aprimorar a Política Operacional 2012-2014, de modo a orientar a decisão da oferta de recursos aos clientes	Política Operacional revista e atualizada proposta à Diretoria
Inovar continuamente sua gestão garantindo agilidade operacional, administrativa e transparência interna e externa	Simplificar e agilizar os processos de julgamento e tramitação de projetos	Melhorar o desempenho operacional dos Departamentos da ACIT, reduzindo as pendências de anos anteriores e o tempo médio de resposta em documentos nos departamentos, implantando e utilizando instrumentos de controle	Inexistência de pendências de anos anteriores e redução total de 70% no tempo médio de resposta, chegando a 50 dias
		Novo fluxo operacional reembolsável, norma de garantias, minutas de contrato (discutidas e/ou aprovadas em Reunião de Diretoria)	Normas, minutas contratuais e modelos de análise revistos
		Potencializar a celebração de instrumentos contratuais, diminuindo o período de análise e contratação	85 contratos realizados
	Adotar gestão que assegure transparência na atuação	Auditar internamente a FINEP	Ter executado 80% das ações programadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT)
		Elaborar relato sobre inconformidades encontradas nos processos FINEP (administrativos e técnicos) solicitados por clientes ou pela sociedade ao SIC ou à Ouvidoria	Relato encaminhado ao CPLAN e à Diretoria para discussão sobre providências cabíveis
		Implementar ações para assegurar o encerramento de convênios e termos de cooperação cujos prazos de execução tenham expirado há 24 meses ou mais (em 31/12/2012)	800 instrumentos (convênios e termos de cooperação) do Grupo do Passivo do Projeto de Soluções Integradas para a Gestão de Projetos - SIGP encerrados
Consolidar internamente políticas estratégicas integradas de gestão de pessoas, conhecimento, comunicação e marketing, infraestrutura física de informação	Implementar a modelagem, a otimização e a modernização de processos e sistemas da FINEP	Coordenação Executiva de Projetos Estratégicos: Projeto Modernize	Edital da SOLUÇÃO INTEGRADA lançado
	Viabilizar infraestrutura com foco na qualidade de vida, na melhoria contínua do ambiente de trabalho e na sustentabilidade ambiental	Adotar critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	2 processos de compras sustentáveis realizados
		Propor reposicionamento do Plano de Saúde	Proposta de reposicionamento do Plano de Saúde elaborada
	Realizar diagnóstico da FIPECq	Contratação de Auditoria para Previdência - FIPECq Prev	
Estabelecer política agressiva de comunicação institucional	Implementar campanhas publicitárias e ações/campanhas de endomarketing	9 (nove) campanhas internas e 3 (três) campanhas externas de marketing institucional realizadas	

ANEXO XXXII - ITEM 2.1: Plano de Ação 2012 -2014

Plano de Ação 2012-14			
Diretriz PGE	Ação PGE	Atividade	Meta (dezembro)
Consolidar internamente políticas estratégicas integradas de gestão de pessoas, conhecimento, comunicação e marketing, infraestrutura física de informação	Implementar a modelagem, a otimização e a modernização de processos e sistemas da FINEP	Elaborar e implementar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para 2013	Processo de acompanhamento definido, com o PDTI aprovado até novembro de 2013
		Definir os sistemas que serão adquiridos / desenvolvidos, a partir das prioridades do Conselho Diretor da Tecnologia da Informação (CDTI), decorrentes dos desafios estratégicos da empresa	Desenvolvimento de 90% dos projetos priorizados com alto alinhamento estratégico com especificação finalizada
		Modernizar a infraestrutura tecnológica da FINEP	. Migração do Banco de Dados da versão 9 (obsoleta) para a 11G realizada; . Aumento da banda de acesso de 100MB para 1GB (RJ), de 4 MB para 100 MB (SP) e 20 MB (BSB), e seu monitoramento
		Aprovar a nova Política de Informação da FINEP	Política de informação aprovada e publicada em outubro
Assegurar o planejamento, o acompanhamento e avaliação como atividades prioritárias	Fortalecer as atividades de formulação, acompanhamento e avaliação de impacto	Elaborar Termo de Referência que demonstre a oportunidade de se fazer um diagnóstico do CT Infra	TR aprovado
Valorizar o corpo funcional e capacitá-lo adequadamente para atuação de acordo com a missão e planejamento da empresa	Implementar programa de formação, capacitação funcional e educação continuada de seus funcionários	Revisar o Plano de Capacitação para gestores, técnicos e equipes com vistas a integrá-los às ações estratégicas definidas para o ano	Plano de Capacitação para gestores, técnicos e equipes revisto
	Elaborar e implementar sistema de gestão por competências que deve nortear a evolução nos cargos e nas carreiras da empresa	Implementar o Novo Modelo de Gestão de Pessoas (NMGP)	PCE Aprovado

ANEXO XXXIII – ITEM 3.2

Avaliação do Sistema de Controles Internos

ANEXO XXXIII - ITEM 3.2: Avaliação do Sistema de Controles Internos

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

ANEXO XXXIII - ITEM 3.2: Avaliação do Sistema de Controles Internos

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: FINEP - Gabinete da Presidência (GAPR) e Área de Planejamento (APLA)

ANEXO XXXIV – ITEM 3.3.2

Remuneração Paga aos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

ANEXO XXXIV – ITEM 3.3.2 : Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal - 2013

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
ANDRE MINELLA	24/06/2013	-	-	-	-	-	-	-	769,87	2.938,17	3.429,07	3.277,67	3.277,67	3.277,67	20.247,79
ALEXANDRE KIYOSHI RAMOS TANAKA	-	-	3.125,14	3.125,14	3.125,14	2.961,54	3.980,06	2.813,52	2.626,56	3.484,58	3.277,67	3.277,67	3.277,67	3.277,67	38.352,36
JULIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA	-	27/05/2013	3.125,14	3.125,14	3.125,14	2.961,54	3.980,06	-	-	-	-	-	-	-	16.317,02
MARCO ANTONIO RAUPP	-	-	11.976,78	3.125,14	3.125,14	2.961,54	3.980,06	2.813,52	2.626,56	3.484,58	3.277,67	3.277,67	3.277,67	3.277,67	47.204,00
PAULO BERNARDO SILVA	-	-	11.976,78	3.125,14	3.125,14	2.961,54	3.980,06	2.813,52	2.626,56	3.484,58	3.277,67	3.277,67	3.277,67	3.277,67	47.204,00
PEDRO DE CARVALHO PONTUAL	-	-	3.125,14	3.125,14	3.125,14	2.961,54	3.980,06	2.813,52	2.626,56	3.484,58	3.277,67	3.277,67	3.277,67	3.277,67	38.352,36
Total Conselho de Administração			33.328,98	15.625,70	15.625,70	14.807,70	19.900,30	12.023,95	13.444,41	17.367,39	16.388,35	16.388,35	16.388,35	16.388,35	207.677,53
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA	-	-	3.125,14	3.125,14	3.125,14	2.961,54	3.980,06	2.813,52	2.626,56	3.484,58	3.277,67	3.277,67	3.277,67	3.277,67	38.352,36
LUIZ ANTONIO DE MELLO REBELLO	-	-	3.125,14	3.125,14	3.125,14	2.961,54	3.980,06	2.813,52	2.626,56	3.484,58	3.277,67	3.277,67	3.277,67	3.277,67	38.352,36
ÉRIDE MACHADO BUENO BOMTEMPO	-	-	3.125,14	3.125,14	3.125,14	2.961,54	3.980,06	2.813,52	2.626,56	3.484,58	3.277,67	3.277,67	3.277,67	3.277,67	38.352,36
Total Conselho Fiscal			9.375,42	9.375,42	9.375,42	8.884,62	11.940,18	8.440,56	7.879,68	10.453,74	9.833,01	9.833,01	9.833,01	9.833,01	115.057,08

ANEXO XXXV – ITEM 4.1.1

Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2013 UG - Contratos e Convênios

ANEXO XXXV - ITEM 4.1.1 : Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2013 - UG 360001

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep									
CNPJ: 33.749.086/0001-09					UG/GESTÃO: 360001 / 36801 - Contratos e Convênios				
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Modalidade	Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)		Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	01.04.0551.11	72060999000175	3.176.400,00	11.338.847,29	-	3.175.816,02	2004	2015	1
1	01.04.0812.06	97500037000110	103.000,00	263.000,00	-	103.000,00	2004	2013	1
1	01.05.0918.06	46230439000101	1.173.871,61	838.000,00	202.735,30	1.118.355,17	2005	2014	1
1	01.06.0007.05	08469280000193	715.482,97	2.347.565,46	-	715.482,97	2006	2013	1
1	01.06.0025.04	08469280000193	614.313,00	3.980.264,00	-	614.313,00	2006	2013	1
1	01.06.0047.09	49607336000106	3.629.932,80	-	-	3.045.000,00	2006	2013	1
1	01.06.0154.03	14645162000191	202.250,00	484.848,00	-	202.250,00	2006	2013	1
1	01.06.0172.06	11735586000159	422.458,44	1.057.956,00	-	422.458,44	2006	2013	1
1	01.06.0620.05	09185398000152	382.290,00	530.350,00	-	382.290,00	2006	2013	2
1	01.07.0042.05	05572870000159	1.900.000,00	-	-	1.900.000,00	2007	2013	1
1	01.07.0202.03	08469280000193	280.740,00	-	-	280.740,00	2007	2013	1
1	01.07.0219.05	08469280000193	506.159,20	1.480.536,80	-	506.159,20	2007	2014	1
1	01.07.0275.04	04670764000145	240.828,00	120.165,60	-	142.953,00	2007	2013	1
1	01.07.0652.05	60255791000122	2.384.565,82	911.831,12	1.123.174,73	2.221.896,45	2007	2013	1
1	01.08.0083.04	00703697000167	1.696.360,00	3.128.480,00	-	1.480.270,00	2008	2013	1
1	01.08.0105.11	46068425000133	549.111,00	97.000,00	-	518.471,40	2008	2014	1
1	01.08.0123.03	40226946000195	1.392.628,00	-	-	1.392.628,00	2008	2013	1
1	01.08.0129.03	09261843000116	496.604,00	-	-	327.690,95	2008	2013	1
1	01.08.0216.03	03438169000116	3.200.000,00	1.280.000,00	-	3.200.000,00	2008	2013	1
1	01.08.0286.04	03507661000104	716.800,00	180.000,00	-	716.800,00	2008	2013	1
1	01.08.0287.03	74704008000175	4.096.000,00	1.101.610,64	-	4.096.000,00	2008	2013	1
1	01.08.0310.02	88630413000109	1.385.970,60	549.588,80	130.500,00	1.144.470,60	2008	2013	1
1	01.08.0381.06	82662958000102	477.562,60	91.390,06	-	459.274,59	2008	2013	1
1	01.08.0403.03	11735586000159	1.714.756,00	4.250.000,00	-	1.714.756,00	2008	2013	1
1	01.08.0419.07	93851400000191	425.268,69	20.400,00	-	425.268,69	2008	2013	1

ANEXO XXXV - ITEM 4.1.1 : Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2013 - UG 360001

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep					UG/GESTÃO: 360001 / 36801 - Contratos e Convênios				
CNPJ: 33.749.086/0001-09									
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Modalidade	Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)		Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	01.08.0425.03	37116704000134	966.000,00	-	-	657.300,00	2008	2014	1
1	01.08.0452.08	04014732000191	541.178,54	181.980,00	-	534.224,17	2008	2014	1
1	01.08.0458.07	08961997000158	527.627,00	107.000,00	-	278.252,00	2008	2015	1
1	01.08.0464.04	05418239000108	267.120,00	45.600,00	-	267.120,00	2008	2013	1
1	01.08.0497.06	20320503000151	350.737,30	68.764,00	-	312.622,13	2008	2013	1
1	01.08.0521.08	12449880000167	507.233,15	65.700,00	216.846,75	475.840,13	2008	2015	1
1	01.08.0559.05	92238914000103	149.962,00	47.511,96	-	149.962,00	2008	2013	1
1	01.08.0563.03	79151312000156	308.110,00	113.356,00	-	308.110,00	2008	2013	1
1	01.08.0584.08	92741990000137	377.132,80	56.000,00	-	374.204,13	2008	2014	1
1	01.08.0616.02	02641663000110	2.252.209,93	2.024.466,40	315.652,81	2.250.862,74	2008	2013	1
1	01.08.0642.08	01440615000100	315.288,20	9.750,00	-	309.442,93	2008	2015	1
1	01.08.0643.08	14645162000191	445.787,19	14.991,00	245.907,19	445.787,19	2008	2015	1
1	01.08.0650.05	75045104000111	477.900,00	170.400,00	-	477.900,00	2008	2013	1
1	01.08.0652.07	75045104000111	241.758,00	82.800,00	-	241.758,00	2008	2014	1
1	01.09.0020.09	91693531000162	364.033,50	56.126,08	204.803,02	348.363,34	2009	2015	1
1	01.09.0097.02	02641663000110	1.942.390,50	600.000,00	-	1.942.390,50	2009	2013	1
1	01.09.0108.02	02641663000110	25.541.000,00	5.950.000,00	-	25.541.000,00	2009	2014	1
1	01.09.0202.03	05572870000159	452.599,00	33.975,00	-	108.725,00	2009	2013	1
1	01.09.0250.08	93851400000191	848.039,50	88.600,00	81.511,22	819.950,05	2009	2013	1
1	01.09.0279.03	08961997000158	461.510,40	27.480,00	-	269.812,89	2009	2013	1
1	01.09.0281.03	02641663000110	2.619.656,05	1.128.400,00	445.001,39	2.612.350,39	2009	2014	1
1	01.09.0325.11	01319754000171	991.200,00	126.972,12	-	991.200,00	2009	2013	2
1	01.09.0365.04	02806229000143	533.040,00	38.000,00	-	533.040,00	2009	2013	1
1	01.09.0376.05	14485841000140	140.000,00	10.700,00	-	140.000,00	2009	2014	1
1	01.09.0391.05	14485841000140	296.570,96	89.699,52	-	296.570,96	2009	2014	1

ANEXO XXXV - ITEM 4.1.1 : Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2013 - UG 360001

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep									
CNPJ: 33.749.086/0001-09					UG/GESTÃO: 360001 / 36801 - Contratos e Convênios				
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Modalidade	Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)		Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	01.09.0436.05	72060999000175	508.006,90	60.000,00	-	508.006,90	2009	2013	1
1	01.09.0439.02	07071969000100	751.558,00	373.334,88	-	751.558,00	2009	2013	1
1	01.09.0457.09	07060718000112	1.139.950,70	81.822,60	-	1.122.755,07	2009	2013	2
1	01.09.0499.03	72060999000175	2.200.888,04	1.171.764,48	-	1.796.100,48	2009	2014	1
1	01.09.0603.04	15513690000150	517.483,80	168.480,80	-	517.483,80	2009	2013	1
1	01.09.0621.03	88630413000109	3.954.549,13	1.525.084,16	1.703.413,32	3.863.372,56	2009	2014	1
1	01.09.0625.01	20320503000151	1.197.387,68	580.000,00	-	1.197.387,68	2009	2013	1
1	01.10.0045.02	42429480000150	958.352,22	209.433,60	-	958.352,22	2010	2013	1
1	01.10.0115.04	01236254000176	1.000.000,00	-	-	1.000.000,00	2010	2016	1
1	01.10.0538.02	49607336000106	6.900.000,00	1.281.896,00	-	5.709.116,26	2010	2014	1
1	01.10.0653.02	01318855000128	485.000,00	235.000,00	155.000,00	485.000,00	2010	2014	1
1	01.11.0022.01	01236254000176	78.960,00	45.432,00	-	78.960,00	2011	2013	1
1	01.12.0154.01	05418239000108	589.117,00	70.500,00	-	589.117,00	2012	2013	1
1	01.12.0204.03	15513690000150	191.037,70	89.280,00	-	191.037,70	2012	2013	1
1	01.12.0415.00	78350188000195	434.868,80	194.184,00	434.868,80	434.868,80	2012	2014	1
1	01.13.0206.00	14645162000191	1.564.000,00	95.148,00	1.564.000,00	1.564.000,00	2013	2014	1

LEGENDA:

Modalidade 1 - Convênio 3 - Termo de Cooperação 5 - Contrato de Subvenção Econômica	Situação da transferência 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 4 - Concluído 5 - Excluído
---	---

Fonte: SIAFI e Sistema Intranet FINEP

ANEXO XXXVI – ITEM 4.1.1

Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2013 UG – FUNTTEL

ANEXO XXXVI - ITEM 4.1.1 : Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes em 2013 - UG 410049

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep					UG/GESTÃO: 410049/0001 - FUNTEL				
CNPJ: 33.749.086/0001-09									
Informações sobre as Transferências CONVÊNIOS									
Modalidade	Número do Processo FINEP	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)		Valores Repassados (R\$)		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	01.09.0628.02	02641663000110	11.792.048,73	6.308.224,42	1.500.000,00	8.007.490,68	2009	2014	1
1	01.09.0634.03	02641663000110	4.698.826,62	2.407.297,65	-	4.698.826,42	2009	2013	1
1	01.09.0635.04	24492886000104	3.644.944,08	1.217.500,00	13.991,52	3.052.403,80	2009	2013	1
1	01.10.0210.02	02641663000110	39.864.799,99	3.240.000,00	4.000.000,00	15.569.412,76	2010	2015	1
1	01.10.0272.02	02641663000110	5.255.004,83	430.000,00	852.316,19	5.245.523,25	2010	2014	1
1	01.10.0273.01	92959006000109	2.838.494,08	-	889.424,69	2.838.494,08	2010	2014	1
1	01.10.0299.02	74704008000175	1.255.420,00	-	349.776,46	848.556,46	2010	2014	1
1	01.10.0421.01	12449880000167	3.027.800,00	168.545,76	-	2.465.100,00	2010	2014	1
1	01.10.0474.03	02806229000143	7.344.022,38	2.438.756,64	1.268.576,61	7.344.022,37	2010	2013	1
1	01.10.0476.01	01955808000195	2.881.886,72	1.032.217,38	-	2.823.165,01	2010	2013	1
1	01.10.0479.02	01955808000195	2.965.860,87	1.098.412,64	-	2.913.816,25	2010	2013	1
1	01.10.0512.02	01955808000195	6.398.062,19	2.283.139,60	-	6.269.642,21	2010	2014	1
1	01.10.0549.01	74704008000175	4.104.314,76	-	-	1.538.400,00	2010	2014	1
1	01.10.0550.01	82895327000133	3.259.653,80	742.922,36	1.086.551,26	2.173.102,54	2010	2014	1
1	01.10.0556.02	74877226000101	3.341.236,70	1.093.409,88	-	2.598.119,36	2010	2015	2
1	01.10.0560.01	02641663000110	3.773.391,79	1.565.787,84	-	3.626.682,70	2010	2013	1
1	01.10.0565.01	03018444000142	2.826.496,96	894.574,80	809.162,32	2.175.334,64	2010	2014	1
1	01.10.0638.00	08065528000150	4.692.689,00	788.542,00	-	-	2010	2013	1
1	01.10.0669.01	03775069000185	2.951.794,00	1.441.178,30	1.152.000,00	2.289.636,00	2010	2014	1
1	01.10.0720.02	74704008000175	1.950.100,00	877.230,00	-	862.225,00	2010	2014	1
1	01.10.0806.00	78626363000124	3.300.753,00	762.880,00	-	1.368.237,01	2010	2013	1
1	01.11.0028.01	02641663000110	17.922.210,58	-	1.650.000,00	4.749.314,26	2011	2014	1
1	01.12.0481.00	02641663000110	36.124.580,00	-	16.233.333,06	16.233.333,06	2012	2015	1
1	01.12.0487.00	02641663000110	59.221.857,00	-	8.727.000,00	8.727.000,00	2012	2015	1
1	01.12.0490.00	02641663000110	15.758.749,78	-	4.601.048,46	4.601.048,46	2012	2015	1

LEGENDA:

Modalidade

- 1 - Convênio
- 3 - Termo de Cooperação
- 5 - Contrato de Subvenção Econômica

Situação da transferência

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído

Fonte: SIAFI e Sistema Intranet FINEP

ANEXO XXXVII – ITEM 4.1.3

Relação dos Convênios com Prestação de Contas Aprovadas com Ressalva

ANEXO XXXVII - ITEM 4.4.3: Relação dos Convênios com Prestações de Contas Aprovadas com Ressalva

Nº Sequencial.	Convênio
1	01.02.0025
2	01.02.0076
3	01.02.0193
4	01.02.0233
5	01.02.0240
6	01.02.0264
7	01.02.0265
8	01.02.0283
9	01.02.0291
10	01.02.0294
11	01.03.0317
12	01.07.0127
13	01.07.0451
14	10.04.0119
15	10.04.0154
16	10.04.0181
17	10.04.0188
18	10.04.0193
19	10.04.0203
20	10.04.0223
21	10.04.0242
22	10.04.0243
23	14.97.0394
24	21.01.0266
25	21.01.0271
26	21.01.0293
27	21.01.0301
28	21.01.0330
29	21.01.0386
30	21.01.0677
31	21.02.0364
32	22.01.0468
33	22.01.0520
34	22.01.0571
35	22.01.0597
36	22.01.0601
37	22.02.0156
38	22.02.0352
39	22.02.0366
40	22.02.0376
41	22.02.0389
42	22.03.0052
43	23.01.0531
44	23.01.0549
45	23.01.0613
46	23.01.0639
47	23.01.0655
48	23.02.0030
49	23.02.0041
50	23.02.0149
51	30.03.0056
52	30.04.0043
53	30.04.0074
54	40.03.0092
55	40.03.0140
56	40.03.0166
57	40.03.0188
58	40.03.0240
59	40.03.0246
60	40.03.0296
61	41.96.0894
62	45.96.0376
63	45.96.0377
64	49.95.0705
65	54.93.0143

ANEXO XXXVII - ITEM 4.4.3: Relação dos Convênios com Prestações de Contas Aprovadas com Ressalva

Nº Sequencial.	Convênio
66	56.91.0520
67	56.94.0642
68	58.96.0274
69	63.91.0168
70	64.00.0309
71	64.00.0314
72	64.00.0332
73	64.00.0373
74	64.00.0380
75	64.00.0384
76	64.00.0459
77	64.00.0469
78	64.00.0488
79	64.95.0502
80	64.99.0411
81	65.00.0108
82	65.00.0195
83	65.00.0198
84	65.00.0199
85	65.00.0242
86	65.00.0311
87	65.00.0337
88	65.00.0363
89	65.00.0395
90	65.00.0411
91	65.00.0413
92	65.00.0420
93	65.00.0448
94	65.96.0656
95	65.99.0489
96	66.95.0814
97	75.98.0496
98	76.97.0625
99	76.97.0946
100	77.97.0518
101	77.97.0975
102	92.99.0079
103	01.08.0013
104	01.08.0211
105	01.09.0495

Fonte: FINEP - Área de Crédito (ACRD)

ANEXO XXXVIII – ITEM 7

Gestão da Tecnologia da Informação

ANEXO XXXVIII – ITEM 7 : Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade,
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretendam atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.

ANEXO XXXVIII – ITEM 7 : Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
1) Em relação ao primeiro critério do item 6, ainda não contamos com o inventário de instalações.	
2) O PDTI foi concluído em dezembro de 2013 e aprovado em janeiro de 2014.	

Fonte: Finep - ATI

ANEXO XXXIX – ITEM 8.1

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

ANEXO XXXIX - ITEM 11.2: Gestão Ambiental

Aspectos Sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					X
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Finep - ALOG

ANEXO XL – ITEM 9.1.1

Recomendações do TCU Atendidas no Exercício

ANEXO XL - ITEM 9.1.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 037.231/2011-1	Monitoramento do 5789/2011 – 2ª Câmara	1.6.1	DE	Ofício 0383/2013-TCU/SECX-RJ
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					36554
Descrição da Deliberação:					
<p>1.6.2. à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep que:</p> <p>1.6.2.1. promova a apuração, no prazo de 90 (noventa) dias, à luz do que estabelece o art. 168 da CLT e o que constou como exigência nos itens 4.8 e 4.9 do Edital nº 1 - Finep, de 19 de maio de 2009, referente ao Concurso Público para Formação de Cadastro de Reserva nos Cargos de Analista e de Técnico, da regularidade da admissão do servidor Angelo Fernandes, CPF 349.238.617-20, bem como da sua higidez física para o atual desempenho das funções laborais que lhe estão cometidas, tendo em vista que consta no cadastro de sua matrícula Siape 1246218 que ele se aposentou, por invalidez permanente, em 7/2/2007, do cargo ocupado no Comando da Marinha, informando a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias contados da apuração;</p> <p>1.6.2.2. apure, no prazo de 90 (noventa) dias, em observância ao que dispõe o art. 37, inciso XVI da Constituição Federal e o art. 6º, caput e § 2º da Lei nº 8.745/1993, os seguintes indícios de acumulação indevida de cargos públicos, informando a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias contados da apuração;</p> <p>1.6.2.2.1. o funcionário Júlio Carlos Zsolt ter sido admitido na Finep em 1º/3/2010, mas ter recebido remuneração integral no mês de março, referente a contrato temporário com o Ministério da Saúde, no qual figurava com a matrícula Siape 1701163;</p> <p>1.6.2.2.2. o Sr. Eduardo Moreira da Costa ser Diretor de Inovação no Rio de Janeiro e ao mesmo tempo ser professor de 3º grau da Universidade Federal de Minas Gerais, matrícula Siape 0320074;</p> <p>1.6.2.3. crie, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em observância ao art. 6º, inciso V, do Decreto Lei nº 200/1967, mecanismos efetivos de controle de pessoal, incluindo, no sistema de pessoal, recursos que permitam identificar funcionários efetivos, ocupantes de cargos em comissão e funções, cedidos, requisitados, terceirizados, temporários, consultores, estagiários e demais pessoas que desenvolvam atividades no âmbito da instituição, informando a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias contados do atendimento desta determinação;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AGEP/ GAPR					
Síntese da providência adotada:					
<p>1.6.2.1 Em complemento ao Ofício PRES/FINEP Nº 003.3014/2012, de 15/03/12, foi encaminhada cópia da documentação relativa ao Processo Administrativo Disciplinar Port/Pres 031/2012, que resultou na demissão do funcionário Angelo Fernandes;</p> <p>1.6.2.2. Foi reencaminhada cópia do Ofício PRES/FINEP Nº 000.129/2012, de 04/01/2012, e respectivos anexos relativos à apuração realizada, não havendo outras medidas administrativas no âmbito desta FINEP;</p> <p>1.6.2.3 – Foi relatado o seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> A FINEP realiza a inserção tempestiva das informações de admissão e demissão de empregados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - Sisac. Nesta data, estamos com todos os Atos de Admissão e desligamento lançados no sistema. Em relação ao controle de terceirizados e temporários, informamos que a Área de Recursos Humanos, em parceria 					

ANEXO XL - ITEM 9.1.1: Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

com a Área de Serviços Corporativos da FINEP, solicita constantemente a Área de Comunicação atualização das informações no Portal da Transparência – SIC.

4. O controle de funcionários efetivos, ocupantes de cargos em comissão e função, cedidos e requisitados, além dos estagiários também é realizado mediante inclusão de dados no Sistema de Recursos Humanos – SRH da empresa.

5. Adicionalmente, comunicamos que a FINEP constituiu um Grupo de Trabalho de Novos Sistemas (GTNS) que coordena o projeto MODERNIZE. Este projeto constitui no trabalho de busca de soluções tecnológicas integradas para a FINEP. A solução tecnológica que proporciona ferramenta para efetivo controle de pessoal na FINEP também é escopo deste projeto.

6. Informamos que o Relatório Preliminar de Auditoria nº 201216917, emitido pela Controladoria Geral da União – CGU, considerou adequados os controles internos da FINEP no que se refere à cessão e requisição de pessoal, em relação a amostra analisada.

7. No Relatório supracitado a CGU considerou regular o quadro de terceirizados da FINEP no exercício de 2012, em conformidade com o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC nº 1097-2011, firmado perante o Ministério Público do Trabalho, em 15/08/2011.

8. Ademais, o novo Sistema de Frequência também foi abordado no Relatório Preliminar de Auditoria nº 201216917 , emitido pela CGU, que considerou que:

“Assim, entendemos que o novo Sistema de Ponto atende aos parâmetros de regularidade determinados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e garante a integralidade dos dados armazenados.”

9. No Relatório Preliminar de Auditoria nº 201216917, também foi destacado que a FINEP está revisando os processos de trabalho da Área de Recursos Humanos com objetivo de incorporar melhorias e buscar ferramentas tecnológicas adequadas para Área.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

ANEXO XLI – ITEM 9.2.1

Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório 244143	1.1.6.5	35330/2010/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação:			
001 - Agilizar as providências para apurar responsabilidade pelas falhas na contratação e no atesto do serviço de criação e produção de vídeo institucional do 13º Fórum Brasil Capital de Risco.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
GAPR			-----
Síntese da providência adotada:			
Em 03/06/2013, a AUDI recebeu o Processo de Sindicância cuja Comissão foi composta pela POR/PRES/nº 062/2013. A RES/DIR/0245/13 determinou o arquivamento do processo diante das conclusões apresentadas no Relatório Final da Comissão de Sindicância Disciplinar.			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 240/2014, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório 201205114	1.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
Providenciar a elaboração de um relatório final consolidado do processo de seleção do Prêmio FINEP Inovação, bem como publicação no sítio/página eletrônico oficial da FINEP, proporcionando maior transparência ao evento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ACOM			-----
Síntese da providência adotada:			
Foi encaminhado o Relatório Final completo do Prêmio Finep de Inovação 2012 e informado que passou-se a adotar esse padrão de consolidação de todas as informações referentes ao Prêmio a partir da edição 2012. Na estrutura atual do site FINEP, não existe seção na qual possam ser colocadas informações referentes ao prêmio 2012 (vide http://premio.finep.gov.br/). Além disso, o relatório, que será encaminhado em todas as edições à auditoria, contém			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

informações que não são públicas. Como padrão, tem-se colocado o resultado de todas as categorias (1º, 2º e 3º lugares) e a relação de jurados.

Síntese dos resultados obtidos

Através da Nota Técnica nº 240/2014, a CGU considerou a recomendação atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório 201117764/002	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
Aprimorar os controles internos relativos ao enquadramento em inexigibilidade de licitação, notadamente no que se refere ao fundamento das contratações, de acordo com as exigências legais.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALOG			-----
Síntese da providência adotada:			
Dentre diversas ações para melhorar os controles internos de contratação por inexigibilidade, destaca-se a aprovação da nova Norma de Compras N-ADM-02-12 que disciplina o processo interno deste tipo de contratação, além da criação dos Departamentos de Compras e Contratações Administrativas - DCAD e de Consultoria em Contratos Administrativos - DCCA que concentraram a partir de suas criações a gestão das contratações administrativas de bens e serviços em todas as modalidades.			
Foi realizada ação de controle pela CGU sobre as contratações por inexigibilidade de licitação no exercício de 2013 (OS 201315176) onde os procedimentos foram considerados regulares.			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 240/2014, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório 201117764/003	001	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001 - Regularizar o registro dos empregados da FINEP, de acordo com a legislação pertinente			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>Em continuidade às ações anteriormente citadas, destacamos que desde maio/2013 foram atualizadas 130 carteiras de trabalho, fato esse que comprova que o DEAP (antigo DARH), vem adotando medidas saneadoras para a recomendação.</p> <p>De toda forma, entende-se que essa é uma ação constante, motivo pelo qual solicitamos a baixa da recomendação.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 240/2014, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório 201117764/003	001	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001 - Emitir Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT quando da ocorrência da perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>Desde janeiro/2013 não foi detectada nenhuma ocorrência de trabalho durante o período de férias.</p> <p>Porém, no caso de eventual nova ocorrência, essa será precedida de justificativa em atendimento à recomendação, com os</p>			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

<p>devidos registros nos assentos funcionais do empregado.</p> <p>Para a situação específica apontada pela CGU, em complemento à resposta encaminhada em março/2013, informamos que o registro da justificativa foi efetuado na pasta funcional do empregado.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Através da Nota Técnica nº 240/2014, a CGU considerou a recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório 201117764/003	001	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
008 - Fazer constar dos assentamentos funcionais a justificativa da necessidade de trabalho durante o período de férias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>Desde janeiro/2013 não foi detectada nenhuma ocorrência de trabalho durante o período de férias.</p> <p>Porém, no caso de eventual nova ocorrência, essa será precedida de justificativa em atendimento à recomendação, com os devidos registros nos assentos funcionais do empregado.</p> <p>Para a situação específica apontada pela CGU, em complemento à resposta encaminhada em março/2013, informamos que o registro da justificativa foi efetuado na pasta funcional do empregado.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 240/2014, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório 201306101	2.13	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001: Implementar o sistema de gerenciamento de informações sobre apurações disciplinares da FINEP, tal qual previsto na Norma de Sistema de Controle de Infrações Disciplinares (N-RHM-014/11 - Rev. 00), de 16/05/2011.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Síntese da providência adotada:			
As informações sobre os processos disciplinares e sindicâncias, referentes aos procedimentos ocorridos no exercício 2013, foram devidamente lançadas no Sistema CGU-PAD, conforme comprova o relatório extraído do sistema. Desta forma, consideramos como atendida a recomendação supra. Adicionalmente, informamos que a Presidência da FINEP instituiu Grupo de Trabalho para a realização de levantamento da situação destes processos. Entretanto, a gerência deste GT não compete à AGEF (Portaria nº 171/2013).			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 240/2014, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Relatório 201306101	4.2.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001: Definir rotinas internas, etapas e responsabilidades para as situações de identificação de inconformidades em contratações, de modo a assegurar que providências adequadas e tempestivas sejam adotadas na área de licitação e contratos para realização de procedimentos licitatórios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALOG			-----
Síntese da providência adotada:			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

A revisão da Norma de Compras e Contratos Administrativos da FINEP, aprovada em novembro de 2013, trouxe instrução de trabalho específica sobre procedimentos para contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, de forma a estabelecer os procedimentos necessários.
Síntese dos resultados obtidos
Através da Nota Técnica nº 240/2014, a CGU considerou a recomendação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório 201306101	4.2.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
002: Quando da contratação de espetáculos artísticos, verificar a observância dos requisitos do artigo 25 da Lei 8.666/93 e, se for pertinente, utilizar a inexigibilidade de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALOG			-----
Síntese da providência adotada:			
A FINEP não realizou contratação de espetáculos artísticos no último semestre, entretanto, no caso de contratações desse tipo, serão seguidos os procedimentos constantes na Norma de Compras e Contratos Administrativos			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 240/2014, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório 224918	4.2.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 – Somente permitir a realização de mais de duas horas extras por dia em casos excepcionais e devidamente justificados.			
Providências Adotadas			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
AGEP	-----
Síntese da providência adotada:	
Em 2012 foram pagas R\$ 40.731,12 (quarenta mil, setecentos e trinta e um reais e doze centavos) de horas extras a 14 (quatorze) empregados desta FINEP, conforme demonstrativo em anexo (ANEXO III). Não foi excedido, em nenhum caso, o limite de duas horas extras em dias úteis.	
Síntese dos resultados obtidos	
Através da Nota Técnica nº 810/2013, a CGU considerou a recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório 244143	1.1.5.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 – Avaliar o risco de futuras demandas trabalhistas fundamentadas na ausência de registro do intervalo para descanso e alimentação dos funcionários que fazem suas refeições na dependência da Empresa e decidir as medidas que devem ser adotadas, considerando os custos envolvidos na implantação das medidas e no possível contencioso trabalhista.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Síntese da providência adotada:			
O DARH informa que a regulamentação quanto ao pagamento das horas extras está expresso na norma de frequência e que os pagamentos que estão sendo realizados cumprem exatamente com o que está definido em normativo, quais sejam: 1- É solicitada a justificativa da área com aprovação por parte da chefia imediata, superintendente da área e diretor responsável. 2- É verificado se o funcionário tem banco de horas positivo. 3- A chefia do DARH emite parecer, se favorável, o funcionário responsável pela folha processa o pagamento. 4- Quanto aos funcionários que realizam suas refeições nas dependências da FINEP, o novo sistema eletrônico de registro de ponto é capaz de gerar relatório, que permite identificar os casos em questão.			
Análise do Controle Interno: Verificamos que no exercício de 2012 foi editada nova Norma de Jornada de Trabalho e Controle de Frequência, que manteve a previsão de desconto automático do intervalo mínimo para repouso e alimentação da jornada de trabalho dos empregados que realizam sua refeição nas dependências da Empresa. Além disso, verificamos que foi implantado o novo sistema de controle de frequência a partir de 01/11/2012, após um longo período de testes, e que a Área de Recursos Humanos atestou sua adequação à Portaria MTE n.º 1510/2009. Dado que a norma foi devidamente aprovada pela Diretoria Executiva da FINEP e levando em conta as providências informadas pelo gestor nas versões anteriores do PPP, consideramos que as autoridades da FINEP reavaliaram a situação e decidiram manter o procedimento do desconto, de forma que consideramos a recomendação atendida.			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 810/2013, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório 244143	1.1.6.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Promover a realização de procedimento licitatório para a contratação de serviços de telefonia.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ALOG			-----
Síntese da providência adotada:			
Ao final do exercício 2012, a FINEP lançou o edital para a contratação de serviços de telefonia fixa (Pregão Eletrônico nº 24/2012). O resultado do certame foi homologado em 20/01/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 810/2013, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório 201203622	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
002 – Assegurar-se de que o novo sistema de controle de frequência atende a todos os requisitos exigidos pela legislação trabalhista.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Síntese da providência adotada:			
O atual Sistema de Controle de Ponto Eletrônico da FINEP, que atende plenamente a Portaria MTE nº 1510/2009, entrou em vigor em 01 de novembro de 2012.			
O período de testes durou até outubro de 2012, dada a necessidade de parametrização do sistema e de consolidação da mudança junto ao corpo funcional da FINEP.			
Cabe salientar que o novo sistema frequência resultou em diminuição do número de faltas de empregados, além de proporcionar ao DARH a emissão de relatórios para gestão da frequência dos empregados da FINEP, tais como: relatórios de faltas, resoluções, resoluções de férias, serviço externo, TRE, permanência não autorizada, atestado médico, licença médica,			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

férias, dentre outros.

O novo Sistema de Frequência permite aferir o controle da jornada dos empregados e oferece segurança jurídica quanto aos procedimentos para se efetivar os descontos de faltas e saldo de horas negativas, porventura realizadas. Informamos que em novembro de 2012, começou a serem efetuados os descontos de faltas.

Assim, entendemos que o novo Sistema de Ponto atende aos parâmetros de regularidade determinados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e garante a integridade dos dados armazenados.

Síntese dos resultados obtidos

Através da Nota Técnica nº 810/2013, a CGU considerou a recomendação atendida.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório 201203622	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 – Realizar o desconto correspondente ao aviso prévio não cumprido dos empregados que pedem demissão, justificando os casos em que a FINEP não exerça o direito previsto no art. 487, § 2º, da CLT.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Síntese da providência adotada:			
De acordo com determinação da CGU, a partir de setembro de 2012, nenhum empregado foi dispensado do cumprimento do aviso prévio e o DARH vem procedendo de acordo com a recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 810/2013, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Nota de Auditoria: 253727/002	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001 – Encaminhar cópia da documentação de admissão do empregado de matrícula nº 660 à CGRH/MCT e solicitar à			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

coordenação-Geral atuar junto à CGNOR/MP no sentido de apresentar manifestação quanto à legalidade do ato e tomar as providências necessárias quanto à regularização da situação funcional do empregado.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
AGEP	-----
Síntese da providência adotada:	
<p>O empregado retornou às atividades nesta FINEP em 01/02/2012, conforme ofício nº 39 GVR da UFRJ, de 25/01/2012. Por oportuno, informamos que o referido empregado é servidor da UFRJ, ocupando cargo de Professor de 3º Grau, com carga horária semanal de 20 horas, conforme consta no Processo MCTI de número 01200.000014/2010-10, abaixo. Anexamos ainda Resolução da Diretoria Executiva da FINEP (RES/DIR/0107/12), que aprovou redução da jornada de trabalho do empregado em referência em 6 (seis) horas semanais para o período de março a julho de 2012, com amparo na Norma de Controle de Frequência e Jornada de Trabalho vigente a época. Esclarecemos, por fim, conforme e-mail anexo, que está tramitando internamente nesta FINEP nova solicitação de redução de jornada de trabalho para o período de janeiro a março de 2013.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Através da Nota Técnica nº 810/2013, a CGU considerou a recomendação atendida.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Nota de Auditoria: 201117764/002	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001: Recomendamos que sejam implementadas no contrato n.º 10.08.0110.00 as recomendações apresentadas pela Auditoria Interna da FINEP em seu Relatório de Licitações e Contratos n.º 07/2010, no sentido de repetição do certame ou apresentação de justificativa para a não repetição em função de prejuízo para a Administração Pública.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ALOG			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>Através do MEMO/ACOM/005/13, a Área de Comunicação informa que o assunto em pauta está solucionado uma vez que o DCOM providenciou os trâmites necessários à nova contratação, conforme os termos da lei e a seguir descritos: Pregão eletrônico nº 25/2012, realizado em 19/12/12, para seleção de empresa prestadora de serviço de clipping e distribuição de release:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Data da sessão: 19/12/12 • Data da adjudicação (pregoeiro): 26/12/12 • Data da homologação (DRAF): 28/12/12 • Empresa a ser contratada: Consultoc-Consultoria e Treinamento Ltda • Valor de contratação: R\$ 16.889,96 <p>O processo encontra-se, atualmente, no DCCA para formalização do contrato.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 810/2013, a CGU considerou a recomendação atendida.			

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	Nota de Auditoria: 201117764/003	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
003 – Adequar a realização de exames médicos periódicos ao Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO da FINEP.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Síntese da providência adotada:			
<p>Desde a contratação da nova empresa responsável pela gestão do ambulatório da FINEP, o DARH vem acompanhado o andamento da realização de exames médicos periódicos, de retorno ao trabalho e de mudança de função.</p> <p>Sobre esses pontos temos a esclarecer que:</p> <p>1- Os exames periódicos voltaram a ser realizados.</p> <p>2- O DARH está providenciando junto à empresa contratada a realização da coleta, uma vez por semana, durante o mês de março de 2013, dos exames de sangue a fim de reforçar a campanha junto ao corpo funcional.</p> <p>3- O DARH realiza chamadas na intranet da empresa convocando os funcionários a realizarem os exames periódicos.</p> <p>4- No ano de 2012 não ocorreram afastamentos por acidente de trabalho que tenham gerado afastamento por período superior ou igual a 15 dias, dessa forma não houve a necessidade de realizarmos exame de retorno ao trabalho, conforme legislação aplicável.</p> <p>5- Os funcionários da FINEP ao mudarem de departamento não mudam o seu risco, desta forma, do ponto de vista legal, não há necessidade do exame pela mudança de departamento. Entretanto, a norma interna desta Financiadora preconiza que tal procedimento seja realizado. Assim, o DARH encaminhará a Diretoria Executiva da FINEP a alteração da norma retirando tal procedimento.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica nº 810/2013, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	Nota de Auditoria: 201117764/003	1	

ANEXO XLI - ITEM 9.2.1: Deliberações do OCI Atendidas no Exercício

Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP		-----
Descrição da Recomendação:		
005 – Requerer a realização de perícia na Empresa com objetivo de emitir o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, para fins de caracterização e classificação da insalubridade.		
Providências Adotadas		
Sector responsável pela implementação		Código SIORG
AGEP		-----
Síntese da providência adotada:		
O DARH informa que há um único funcionário pertencente ao quadro de funcionários da FINEP que recebe insalubridade. Este pagamento ocorre com base no Laudo de Insalubridade/Periculosidade emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.		
Síntese dos resultados obtidos		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	Nota de Auditoria: 201117764/003	1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Descrição da Recomendação:			
001: Aprimorar os controles internos para verificação do cumprimento dos condicionantes antes da liberação de recursos por meio de convênios.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Síntese da providência adotada:			
Conforme registros no Relatório CGU/Regional-RJ n.º 201216237, em fase final de elaboração. Foram avaliadas as rotinas de análise das condicionantes para liberação de recursos previstas nos instrumentos de convênio componentes da amostra e verificou-se que tais rotinas encontram-se adequadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Através da Nota Técnica n.º 810/2013, a CGU considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XLII – ITEM 9.2.2

Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório 224918	1.1.1.1	32.574/2009/DICIT/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001: Agilizar os trâmites para a cobrança das produtoras inadimplentes, principalmente no que se refere aos contratos de financiamento sob a modalidade de recurso variável, visando obter as informações necessárias a aferir o montante das obrigações inadimplidas, de forma que seja possível realizar sua cobrança.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ACRD			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Considerando a impossibilidade de Tomada de Contas Especial, o DREC enviou à Área Jurídica o Memorando DREC nº. 17/2013, solicitando a apresentação de orientações a respeito das medidas que poderiam ser adotadas, inclusive a eventual possibilidade de cobrança judicial. Em resposta, a AJUR encaminhou manifestação que explicita não haver mais providências jurídicas a serem adotadas, tendo em vista a ocorrência de prescrição dos contratos de financiamento firmados através do Convênio FINEP/MINC que permanecem inadimplentes. Adicionalmente, o Superintendente da AJUR recomendou ao DREC a condução das providências relacionadas à eventual baixa contábil desses contratos, bem como transferência do controle e gestão dos processos do MinC.</p> <p>Dessa forma, o DREC está providenciando a elaboração de um dossiê com toda a documentação pertinente, visando encaminhar à Diretoria Executiva para deliberação quanto à baixa contábil. Adicionalmente, pretende-se recomendar à Diretoria a manutenção desses contratos em um cadastro de inadimplência para evitar que tais empresas tomem novos financiamentos nesta Financiadora.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório 224918	1.2.1.1	32.574/2009/DICIT/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001 - Na construção de indicadores de desempenho, avaliar a utilização de variáveis homogêneas, que independam de fatores externos, conceitualmente estáveis e de fácil acesso às informações primárias (APLA)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
APLA			-----

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

<p>Justificativa para o seu não Cumprimento</p> <p>Em relação aos indicadores institucionais, a Área de Planejamento - APLA efetuou no primeiro semestre de 2013 a revisão dos mesmos com a proposta de manutenção dos indicadores de 2012 e a inclusão de 1 novo (carteira de empresas apoiadas por meio do instrumento crédito). Essa proposta, juntamente com o Plano de Ação revisado, foram apresentados na reunião do Comitê de Planejamento CPLAN em 18-07-13. Nessa reunião foi recomendada a inclusão de mais um indicador institucional relacionado à eficiência operacional para processamento das operações de crédito.</p> <p>A Diretoria Executiva, em reunião de 30-07-13, criou um Grupo de Trabalho formado pela Área de Planejamento - APLA, Diretoria de Gestão - DGEC, Auditoria Interna - AUDI e Gabinete da Presidência - GAPR, para avaliação e acompanhamento dos Indicadores da empresa (Excerto de Ata PA/DIR/0568).</p> <p>Em 02-08-13 foi realizada reunião do Grupo de Trabalho com a CGU com o objetivo de tratar dos Indicadores, do monitoramento e dos reflexos deste monitoramento no direcionamento do Plano de Ação da empresa. Como resultado dessa reunião, decidiu-se pela revisão dos indicadores institucionais propostos e discutidos com o Comitê de Planejamento.</p> <p>Desta forma, foram incluídos dois novos indicadores referentes ao encerramento de projetos da subvenção econômica (passivo 2006 e 2007) e ao encerramento de prestação de contas de convênios e termos de cooperação do grupo passivo (atividade integrante do Projeto Soluções Integradas).</p> <p>A proposta final foi encaminhada como anexo do Plano de Ação 2012 – 2014 e aprovada pela Diretoria Executiva em 05-08-2013 (RES-DIR-0383 e Anexos), constou de sete indicadores institucionais, e ficou estabelecida a periodicidade trimestral de monitoramento.</p> <p>Dessa forma, a APLA coordenou o levantamento da situação de andamento dos Indicadores Institucionais e do Plano de Ação na posição de final de agosto de 2013. A situação foi submetida ao Comitê de Planejamento em reunião realizada em 03.10.2013. A apresentação e discussão do posicionamento no CPLAN levou o Grupo de Trabalho dos Indicadores à proposição de preparar uma apresentação dos resultados do acompanhamento para discussão em Reunião de Diretoria. No sentido de pactuar os desdobramentos deste acompanhamento em termos de ações de controle e reposicionamento em relação aos indicadores, o Grupo de Trabalho planejou e realizou um conjunto de reuniões, por Diretoria, envolvendo Diretores, Superintendentes e Assessores no final de outubro de 2013.</p>
<p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório 224918	6.1.1.1	32.574/2009/DICIT/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação:			
002 - Dotar a Auditoria Interna de ferramentas informatizadas que permitam o monitoramento das determinações e recomendações dos órgãos de controle, inclusive na própria Auditoria Interna.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
ATI			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Superintendência da ATI informou que devido a um novo direcionamento da Área de Tecnologia da Informação, adotamos a estratégia de aquisição, preferencialmente, de ferramentas de mercado.			
Neste sentido, estamos pesquisando as alternativas existentes para apresentação à AUDI.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório 201203622	1.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001 - Promover a segregação das funções no âmbito do setor responsável pela gestão de pessoas e estabelecer um sistema de rodízio de empregados responsáveis pelo processamento da folha de pagamento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Foram empreendidas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi realizado curso de capacitação “Curso Prático de Departamento de Pessoal”, ministrado pelo CENOFISCO, nos dias 04, 05 e 06 de março de 2013, com carga horária total de 24hs/aula, para 15 (quinze) empregados da FINEP das áreas de Recursos Humanos, Auditoria e Processos. - Foi finalizado o Termo de Referência para contratação da nova solução de processamento da folha de pagamento da FINEP e outros serviços da Área de Gestão de Pessoas, como gestão de benefícios. - Atualmente estão sendo realizadas consultas ao mercado com o objetivo de instruir apropriadamente o futuro processo licitatório com o preço máximo a ser considerado para a contratação da solução. - A expectativa é de implantação de uma nova solução no 1º semestre de 2014. <p>Em complemento, foi informado à CGU que não há risco de descontinuidade do processamento da folha de pagamento, visto que outros empregados (mínimo de dois) já estão habilitados para esta atividade em caso de emergência.</p> <p>Com a implementação no novo sistema/solução, cujo edital prevê a capacitação de 15 empregados, entendemos que o problema será definitivamente sanado.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório 201203622	1.1.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	36554
Descrição da Recomendação	
001 - Agilizar a implementação das medidas previstas no Plano de Solução Integrada para a Gestão de Projetos (SIGP), sobretudo quanto aos sistemas, normatização interna e reestruturação das áreas envolvidas nas análises técnica e financeira das prestações de contas de convênios.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
CG-SIGP	-----
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>O Coordenador do Comitê Gestor do SIGP informou os avanços na implementação do Projeto Soluções Integradas para Gestão de Projetos (projeto SIGP):</p> <p>O Plano de Implantação do projeto encontra-se em curso de revisão (03). Esta agenda abrange:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atualização de status das ações • Levantamento de dados e resultados das ações implementadas • Revisões de ações considerando-se novos cenários, direcionamentos estratégicos da empresa, novos contextos e resultados referentes à gestão de convênios e termos de cooperação. • Novos prazos e metas para as ações não implementadas • Definição de indicadores e prazos de implementação para monitoramento da eficácia das ações 	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	Relatório 253727	3.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001 - Realizar planejamento da contratação dos serviços de webdesign, diagramação e revisão gráfica da Revista da FINEP “Inovação em Pauta” e serviços contábeis ou de despachantes, e, em se mantendo a necessidade da contratação, realizar procedimento licitatório, na hipótese de seu valor anual extrapolar o limite legal de dispensa de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALOG			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Embora não seja a principal área demandante, a ALOG iniciou a elaboração do Termo de Referência (TR) que irá embasar o processo licitatório, incluindo neste os serviços demandados pelo DSAD. Após, o mesmo será distribuído às áreas supracitadas para que incluam os serviços que necessitam. Ao final, a área que tiver o maior quantitativo de serviços será determinada como Área Demandante e deverá preencher os formulários necessários ao certame e indicar, em momento			

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

oportuno, o Fiscal do Contrato. Estas informações foram repassadas às áreas envolvidas, através de email, em 12/08/2013.

A ALOG buscou no Comprasnet e junto a outras instituições um modelo de TR para auxiliar a elaboração do TR, visto a licitação deste tipo de serviço ser matéria nova para a FINEP. No entanto, as instituições procuradas afirmaram não licitar este serviço, conforme relatado em email do dia 14/08/2013, e no Comprasnet somente foi encontrada licitação para serviço de despachante aduaneiro. Desta forma, a elaboração do TR demandará maior pesquisa.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório 201205114	1.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001 - Implementar mecanismos que proporcionem maior controle das despesas realizadas por ocasião da execução do Prêmio FINEP Inovação, com o intuito de permitir o acompanhamento financeiro da ação e prestação de contas dos recursos utilizados, inclusive do FNDCT.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ACOT			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Com a recente criação do Departamento de Gestão de Custos – DGEC será possível, no âmbito da ACOT, fazer o acompanhamento financeiro da ação relacionada ao Prêmio FINEP, quando da efetiva implantação do sistema de controle informatizado, atualmente em fase de construção.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Relatório 201117764/003	001	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

6 - Revisar os atuais procedimentos para constituição da provisão de férias e adequá-los à legislação atinente.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
AGEP	-----
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>Esse assunto foi tratado no Relatório de Auditoria Interna que tratou das Demonstrações Financeiras do 4º Trimestre de 2012, concluindo a Auditoria pela regularidade da provisão, exceto pela ausência de provisionamento dos valores relativos à Contribuição Patronal da FIPECq, uma vez que o relatório gerado pela Área de Gestão de Pessoas não contempla a incidência da Contribuição FIPECq sobre as férias.</p> <p>Neste sentido, reiteramos que a responsabilidade da constituição da provisão não recai sobre a AGEP. Esclarecemos que o relatório de provisão utilizado pela contabilidade é emitido diretamente pelo sistema SRH, sem que qualquer dado específico seja produzido por empregado da AGEP. O fato apontado pela AUDI remete à necessidade de parametrização do sistema atual.</p> <p>Entretanto, caso não haja uma ação imediata, o problema será sanado quando da implantação do novo sistema de processamento da folha de pagamento, onde acompanharemos a sua parametrização.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP		-----	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório 201117764/004	001	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP		36554	
Descrição da Recomendação			
001 - Realizar contratações fundamentadas no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93 quando, comprovadamente, houver nexos entre esse dispositivo, a natureza da instituição contratada e o objeto contratual.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG	
ALOG		-----	
Justificativa para o seu não Cumprimento			
(PPP versão MAR/2013) – ASEC - Considerando o resultado da análise da CGU (NT 2.599/2012), a FINEP aguardará o monitoramento da CGU. Posição da CGU: PENDENTE DE ANÁLISE			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Relatório 201205114/001	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001 - Elaborar registro de análise dos relatórios de controle de qualidade entregues pela empresa Path Itts Ltda, referentes ao Projeto Modernize, considerando as recomendações eventualmente apresentadas e os riscos da não implementação, bem como apresentar a motivação da Comissão de Solicitação e Recebimento Definitivo dos Produtos para a aceitação dos produtos, principalmente quando foram objeto de parecer desfavorável, antes da emissão dos Termos de Recebimento Definitivo dos Produtos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
CPMZ			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
(PPP Versão MAR/2013) - CPROJ			
Por e-mail, o CPROJ, informou que:			
“... em reunião realizada com a CGU ficou acordado que a FINEP iria elaborar o registro de análise para os relatórios a serem entregues a partir da data da reunião.			
Tivemos desde então os seguintes relatórios:			
R2 do Produto 31 – FAVORÁVEL			
R3 do Produto 31 – FAVORÁVEL			
R3 do Produto 24 – FAVORÁVEL			
R3 do Produto 25 – FAVORÁVEL			
R2 do Produto 29 – FAVORÁVEL			
R3 do Produto 29 – FAVORÁVEL			
R2 do Produto 30 – FAVORÁVEL			
R2 do Produto 32 – FAVORÁVEL			
R3 do Produto 30 – FAVORÁVEL			
R3 do Produto 32 – FAVORÁVEL			
Sendo assim, não houve qualquer solicitação de alteração de produto, por parte da Path, que ensejasse ao não recebimento definitivo dos produtos entregues pela Totvs.”			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Relatório 201301478/001	1	

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP		36554
Descrição da Recomendação		
001 - Fazer constar do Relatório de execução do Plano Anual de Visitas de Acompanhamento de Convênios as justificativas para a inclusão e exclusão de projetos, de acordo com a N-OPE-019/12.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
DRCT		-----
Justificativa para o seu não Cumprimento		
<p>Na realização do levantamento da carteira de convênios (universo) e população-alvo para amostragem e composição do Plano Anual de Visitas - PAV 2013, as planilhas foram verificadas e as falhas corrigidas.</p> <p>No que tange à representatividade, cumpre ressaltar, em relação ao PAV 2012, que os convênios selecionados corresponderam a um montante de recursos da ordem de R\$ 3 bilhões de reais, com cerca de 78 % deles visitados no exercício. Para o PAV 2013, foram adotadas medidas como o aperfeiçoamento dos procedimentos de elaboração dos planos dos departamentos e revisão do algoritmo de seleção, proporcionando melhorias na qualidade e exequibilidade da amostra.</p>		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório 201301478/001	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
002 - Revisar os critérios para a elaboração do Plano Anual de Visitas de Acompanhamento de Convênios e Termos de Cooperação, de forma que o plano tenha uma representatividade adequada do universo de instrumentos geridos pela FINEP, e submeter a revisão à aprovação da Diretoria de Administração e Finanças (DRAF) e da Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DRCT).			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
DRCT			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na realização do levantamento da carteira de convênios (universo) e população-alvo para amostragem e composição do Plano Anual de Visitas - PAV 2013, as planilhas foram verificadas e as falhas corrigidas.</p> <p>No que tange à representatividade, cumpre ressaltar, em relação ao PAV 2012, que os convênios selecionados corresponderam a um montante de recursos da ordem de R\$ 3 bilhões de reais, com cerca de 78 % deles visitados no exercício. Para o PAV 2013, foram adotadas medidas como o aperfeiçoamento dos procedimentos de elaboração dos planos dos departamentos e revisão do algoritmo de seleção, proporcionando melhorias na qualidade e exequibilidade da amostra.</p>			

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Relatório 201306101/001	1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
1 - Definir e documentar rotinas, procedimento e responsabilidades para registro dos atos de pessoal no SISAC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Atualmente já existe uma rotina de trabalho em funcionamento com relação ao cadastramento dos atos de pessoas no SISAC, havendo um empregado (Analista) responsável pela atividade desde dezembro de 2012.</p> <p>Em 2013, até o dia 06/08/2013, foram cadastrados no SISAC 45 (quarenta e cinco) atos de admissão, com prazo médio de cadastramento (data de admissão <i>menos</i> data de cadastramento no SISAC) de aproximadamente 35 dias, e nenhum deles excedendo o prazo limite de 60 dias.</p> <p>Não obstante ao exposto, e no sentido de elevar o patamar de governança sobre o tema, o Departamento de Relações Trabalhistas (DRST) irá, revisitar os procedimentos ora adotados em busca de melhorias nos mesmos e os formalizará através de uma Instrução de Trabalho, conforme normas internas.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Relatório 201306101	2.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001: Estabelecer procedimentos internos que definam critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e nas			

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

contrações de serviços e obras.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
ALOG	-----
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>O entendimento a respeito da aplicação concreta de critérios de sustentabilidade ambiental em editais de licitação não se encontra pacificado, conforme relato de diversos órgãos durante participação no seminário “Compras Públicas Sustentáveis pela Inovação e por uma economia Verde e Inclusiva”, organizado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI. Portanto, a ALOG vem observando e participando dos debates sobre o tema para que os critérios de sustentabilidade ambiental possam ser incluídos nos editais da FINEP sem risco de impugnação do processo. Cabe ressaltar a participação da FINEP na 3ª rodada de compras compartilhadas sustentáveis do grupo Ges Rio, que se encontra em andamento.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Relatório 201306101	2.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
002: Promover campanhas e/ou cursos de instrução e conscientização dos profissionais sobre critérios de sustentabilidade ambiental.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALOG			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No ano de 2013 integrantes do Departamento de Contratações e Compras Administrativas - DCAD/ALOG participaram de seminários e cursos sobre Licitações e compras sustentáveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	Relatório 201306101	2.8	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	-----
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria
17	Relatório 201306101
Item do RA	Comunicação Expedida
1.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	
Código SIORG	
36554	
Descrição da Recomendação	
001: Avaliar o conjunto de indicadores de desempenho institucional, de forma a refletir as atividades finalísticas da empresa e permitir a avaliação de áreas de gestão.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
ALOG	-----
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A Direção da FINEP aprovou recentemente a mudança da sede do Rio de Janeiro para uma nova edificação e do Escritório de São Paulo. Em função dessas mudanças, seis imóveis que atualmente são alugados pela empresa serão devolvidos aos respectivos proprietários. Diante desse novo cenário, o planejamento e acompanhamento dos controles gerenciais sobre os imóveis utilizados pela FINEP serão objeto de reestruturação. No mesmo sentido, foi aprovada recentemente a Norma de Alienação de Bens Imóveis da FINEP.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	-----
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria
17	Relatório 201306101
Item do RA	Comunicação Expedida
1.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	
Código SIORG	
36554	
Descrição da Recomendação	
001: Avaliar o conjunto de indicadores de desempenho institucional, de forma a refletir as atividades finalísticas da empresa e permitir a avaliação de áreas de gestão.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
APLA	-----
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A organização/revisão dos indicadores institucionais de 2013 teve seu início retardado para o 2º semestre de 2013, em função de revisões no modelo organizacional da FINEP. O estabelecimento dos indicadores de 2013 considerou as sugestões da Controladoria Geral da União (CGU) conforme reunião realizada em 02-08-13 e constou de 7 indicadores: contratação, desembolso de crédito, desembolso de FNDCT, treinamento, eficiência operacional, encerramento de contratos de subvenção 2006-2007 e encerramento de convênios e termos de cooperação do passivo FNDCT.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	-----

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	Relatório 201306101	1.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
002: Definir procedimentos internos para mensuração e acompanhamento dos indicadores, os responsáveis e a forma de divulgação dos resultados alcançados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
APLA			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>A Diretoria Executiva da FINEP, em reunião realizada de 30-07-13, criou um Grupo de Trabalho formado pela Área de Planejamento - APLA, Diretoria de Gestão - DGEC, Auditoria Interna - AUDI e Gabinete da Presidência - GAPR, para avaliação e acompanhamento dos Indicadores da empresa de 2013.</p> <p>Em 02-08-13 foi realizada reunião do Grupo de Trabalho com a Controladoria Geral da União-CGU, com o objetivo de tratar dos Indicadores, do monitoramento e dos reflexos deste monitoramento no direcionamento do Plano de Ação da empresa. Como resultado dessa reunião, decidiu-se pela revisão dos indicadores institucionais de 2012 tendo sido a proposta final aprovada pela Diretoria Executiva em 05-08-2013 como anexo do Plano de Ação 2012 – 2014. A divulgação do Plano de Ação revisado foi feita na Intranet em 16-08-13 e disponibilizado também para todos os funcionários na Intranet (FINEP Institucional > documentos – Plano de Ação 2012-2014).</p> <p>Para cada indicador institucional foi estabelecido um responsável pela sua mensuração e a periodicidade de acompanhamento. A Área de Planejamento (APLA) coordenou o levantamento da situação de andamento dos Indicadores Institucionais na posição de final de agosto de 2013. A situação foi submetida ao Comitê de Planejamento (CPLAN) em reunião realizada em 03.10.2013. A apresentação e discussão do posicionamento no CPLAN levou o Grupo de Trabalho dos Indicadores à proposição de preparar uma apresentação dos resultados do acompanhamento para discussão em Reunião de Diretoria. No sentido de pactuar os desdobramentos deste acompanhamento em termos de ações de controle e reposicionamento em relação aos indicadores, o Grupo de Trabalho planejou e realizou um conjunto de reuniões, por Diretoria, envolvendo Diretores, Superintendentes e Assessores no final de outubro de 2013.</p> <p>O resultado dessas reuniões foi submetido à Reunião de Diretoria realizada em 29-10-2013 para ciência da situação e das medidas pactuadas pelo Grupo de Trabalho com as Diretorias da empresa a fim de ajustar e adequar as atividades para os objetivos estratégicos institucionais bem como do Plano de Ação 2012 – 2014. Em 16 de dezembro de 2013 foi submetido à Diretoria(RD 51 os resultados dos indicadores referentes ao período de jan-nov/13 e o relatório consolidado de 2013 está em processo de elaboração.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	Relatório 201306101	1.1.2.4	

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP		36554
Descrição da Recomendação		
001: Designar o fiscal do contrato no início da vigência contratual a fim de que possa realizar um efetivo acompanhamento durante toda a vigência contratual.		
Providências Adotadas		
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG
ALOG		-----
Justificativa para o seu não Cumprimento		
<p>O Departamento de Contratações e Compras Administrativas - DCAD/ALOG adota a rotina de solicitar a indicação do fiscal do contrato ao responsável pela unidade demandante do serviço imediatamente após a assinatura do contrato.</p> <p>De forma complementar, foi aprovada em novembro de 2013 a revisão da Norma de Compras e Contratos Administrativos da FINEP, e incluída instrução de trabalho específica sobre fiscalização de contratos, que formaliza tal procedimento.</p>		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	Relatório 201306101	1.1.2.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
002: Realizar segregação de funções concernentes à requisição e autorização de contratação de bens e serviços.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
ALOG e ATI			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Tal prática se encontra em vigor na FINEP, a autorização para a contratação de bens e serviços de qualquer espécie deve seguir as alçadas decisórias estipuladas na Norma de Compras e Contratos Administrativos.</p> <p>Para o caso de bens e serviços de Tecnologia da Informação foi elaborada instrução de trabalho específica.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

21	Relatório 201306101	3.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
001: Estabelecer procedimentos internos que definam tempestivamente critérios de acompanhamento dos indicadores de desempenho do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados da FINEP.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Atendendo a orientação do DEST contida no Ofício nº 754/2013, a Diretoria Financeira e Controladoria, está elaborando relatório trimestral sobre o cumprimento das metas da PLR. Segue em anexo o Relatório apresentado em setembro/2013(ANEXO 19). Ressaltamos que as metas são acompanhadas pelas Diretorias responsáveis por sua execução, sendo repassados informes à Diretoria Executiva nas suas reuniões semanais.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	Relatório 201306101	3.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
002: Condicionar o pagamento da PLR à emissão de pareceres prévios que atestem o cumprimento de todas as condicionantes previstas nos instrumentos correlatos, quais sejam, Acordo Coletivo de Trabalho, Programa de PLR da FINEP e documentos autorizativos das autoridades competentes, com vistas a subsidiar o processo decisório do Conselho de Administração da FINEP.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Registrou-se que a recomendação ora proposta, já é procedimento praticado pela FINEP;</p> <p>Previamente ao pagamento da PLR, a planilha de cálculo é submetida à Auditoria e avaliação pela Área financeira. Sendo que o efetivo pagamento só ocorre, após manifestação do Conselho de Administração;</p> <p>Quanto ao adiantamento, o pagamento decorre da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho;</p> <p>Foi elaborada Nota Técnica da AGEP, em novembro de 2013, quando do pagamento do adiantamento da PLR, contendo a avaliação dos requisitos mínimos para pagamento.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

ANEXO XLII - ITEM 9.2.2: Deliberações do OCI Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			-----
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	Nota de Auditoria 201303902/001	0.0.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP			36554
Descrição da Recomendação			
003 - Considerar os requisitos previstos no Programa de Participação nos Lucros ou Resultados aos empregados da FINEP, a legislação aplicável ao Poder Executivo Federal e as condições apresentadas pelo DEST/MPOG quando da assinatura de novos Acordos Coletivos de Trabalho para a Distribuição da Participação nos Lucros ou Resultados pela FINEP.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
AGEP			-----
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>O Programa de PLR de 2013 da FINEP foi submetido ao DEST, em dezembro de 2012. Aguardou-se a manifestação formal daquele Órgão para efetuar as alterações que fossem exigidas.</p> <p>Com efeito, o atendimento desta recomendação estaria condicionado à celebração de novo Acordo Coletivo de Trabalho, submetido previamente, tal como o Programa de PLR 2013, à apreciação do Ministério do Planejamento – DEST.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

ANEXO XLIII – ITEM 11.1

Declaração do Contador UG 240131- Programa de Ações Especiais do MCT/Finep

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 240131 – Programa de Ações Especiais MCTI/FINEP que apresenta Relatório de Gestão para o exercício de 2013.

Ressalto que o Fluxo de Caixa e o Resultado Econômico não estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2014.



Ruben Silveira Mello Filho

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada
CRC/RJ – 56.592/O-7

ANEXO XLIV – ITEM 11.1

Declaração do Contador
UG 410049- FUNTTEL
Operações Não
Reembolsáveis

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 410049 – Agente Financeiro FUNTTEL/FINEP que apresenta Relatório de Gestão para o exercício de 2013.

Ressalto que o Fluxo de Caixa e o Resultado Econômico não estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2014.



Ruben Silveira Mello Filho

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada
CRC/RJ – 56.592/O-7

ANEXO XLV – ITEM 11.2

Demonstrações Contábeis Unidade Gestora Finep

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balanco Patrimonial em 31/12/2013 e 31/12/2012
Em Reais Mil

ATIVO	Notas	2013	2012
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	3.914.656	2.773.273
Operações de Crédito	5	996.093	842.926
Outros Créditos	6	28.344	34.961
Créditos por Cessão de Pessoal		958	408
Impostos e Contribuições a Recuperar	15.3	9.272	23.190
Pessoal		8.082	6.260
Outros		10.033	5.103
Outros Valores e Bens		1.889	821
Almoxarifado		152	109
Despesas Antecipadas		1.737	712
Total do Ativo Circulante		4.940.983	3.651.980
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	16	391.761	171.879
Cotas de Fundos em Empresas Emergentes		191.761	171.879
Ações		200.000	0
Operações de Crédito	5	5.983.197	4.481.610
Operações de Crédito		6.042.360	4.588.007
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(59.164)	(106.397)
Outros Créditos	6	126.259	140.422
Depósitos Judiciais		19.269	16.780
Créditos com o Tesouro Nacional		25.471	25.471
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.2	81.520	98.172
Investimentos	7	69.466	68.129
Imobilizado de Uso	8	70.274	71.836
Imóveis de Uso		87.269	87.039
Outras Imobilizações de Uso		9.865	9.601
Depreciações Acumuladas		(26.860)	(24.804)
Intangível	9	140	146
Total do Ativo Não Circulante		6.641.097	4.934.022
TOTAL DO ATIVO		11.582.080	8.586.003

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Maria Salete Cavalcanti
Diretora
CPF 205.793.304-00

João Alberto De Negri
Diretor
CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF 627.437.597-04

Cláudio Guimarães Júnior
Diretor
CPF 663.948.647-49

Glauco Antonio Truzzi Arbix
Presidente
CPF 518.652.118-34

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
CPF 598.262.907-34

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Balço Patrimonial em 31/12/2013 e 31/12/2012
Em Reais Mil

PASSIVO	Notas	2013	2012
CIRCULANTE			
Obrigações por Repasses do País	12	901.856	915.377
Obrigações por Repasses do Exterior	12	17	15
Outras Obrigações		<u>262.267</u>	<u>221.636</u>
Fiscais e Previdenciárias		11.370	14.843
Participações sobre o Lucro a Pagar		10.859	7.504
Provisão para Contingências Trabalhistas	14	164.688	145.877
Provisão para Férias e 13º salário		22.981	18.113
Consignatários e Fornecedores		8.198	4.848
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	17.1	43.306	29.938
Outras		865	514
Total do Passivo Circulante		<u>1.164.140</u>	<u>1.137.028</u>
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações por Repasses do País	12	8.533.550	5.521.118
Obrigações por Repasses do Exterior	12	255	234
Outras Obrigações		<u>390.905</u>	<u>753.563</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.2	21.829	22.134
Depósitos e Cauções		1.009	1.626
Recursos para Equalização	13	124.801	408.369
Obrigações sobre Recursos do FNDCT	13	243.266	321.434
Total do Passivo Não Circulante		<u>8.924.710</u>	<u>6.274.915</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	17		
Capital Social		1.101.552	901.552
Reserva de Capital		1	1
Outros Resultados Abrangentes		32.743	33.201
Reservas de Lucros		358.933	239.305
Total do Patrimônio Líquido		<u>1.493.230</u>	<u>1.174.060</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>11.582.080</u>	<u>8.586.003</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Maria Salete Cavalcanti
 Diretora
 CPF 205.793.304-00

 João Alberto De Negri
 Diretor
 CPF 620.169.979-15

 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF 627.437.597-04

 Cláudio Guimarães Júnior
 Diretor
 CPF 663.948.647-49

 Glauco Antonio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF 518.652.118-34

 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
 CPF 598.262.907-34

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2013 e 31/12/2012
Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	2013	2012
Receitas da Intermediação Financeira	968.208	751.952
Operações de crédito	602.783	485.830
Aplicações do disponível e em títulos mobiliários	279.977	197.678
Rendas com administração de fundos	85.448	68.444
Despesas da Intermediação Financeira	(424.198)	(343.145)
Captação - financiamentos e repasses	(383.780)	(339.289)
Provisão para risco de crédito	(40.418)	(3.855)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	544.011	408.807
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais	(302.996)	(244.903)
Provisão para contingências trabalhistas	(18.812)	(16.419)
Despesas com pessoal e encargos	(208.101)	(168.206)
Despesas administrativas	(51.228)	(45.640)
Despesas tributárias	(26.835)	(19.051)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.979	4.413
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	241.014	163.904
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(62.192)	(45.649)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(16.347)	(5.748)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	162.476	112.508

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Maria Salete Cavalcanti
 Diretora
 CPF 205.793.304-00

 João Alberto De Negri
 Diretor
 CPF 620.169.979-15

 Fernando de Nielander
 Ribeiro
 Diretor
 CPF 627.437.597-04

 Cláudio Guimarães Júnior
 Diretor
 CPF 663.948.647-49

 Glauco Antonio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF 518.652.118-34

 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
 CPF 598.262.907-34

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2013 e 31/12/2012
Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	DEZ / 2013	DEZ / 2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	162.475.869	112.507.756
Despesas e (Receitas) que não afetam as disponibilidades		
Depreciações e amortizações	2.119.636	2.069.217
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	16.346.824	5.747.654
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(49.391.185)	3.855.328
Juros capitalizados sobre financiamentos a receber	48.215.613	(8.633.535)
Juros capitalizados sobre financiamentos a pagar	36.633.641	63.853.895
Variação cambial sobre financiamentos	34.467	20.294
Atualização de investimentos	(3.776.194)	(3.524.270)
Juros sobre impostos e contribuições a recuperar	(567.434)	(323.769)
Atualização de obrigações sobre recursos do FNDCT	22.640.314	38.064.944
Doações de Obras de Arte	2.439.467	-
Participação de empregados no lucro (PLR)	10.826.475	7.484.396
Provisão para contingências trabalhistas	18.811.680	16.418.513
Impostos e Contribuições liquidados por compensação	23.733.851	14.345.340
Variação líquida de outras receitas e despesas	903.887	1.005.354
Caixa e equivalentes gerados pelo resultado do exercício	<u>291.446.911</u>	<u>252.891.117</u>
Financiamentos concedidos	(2.521.628.911)	(1.765.058.529)
Retorno de Financiamentos concedidos	887.087.341	789.431.246
Financiamentos tomados	3.208.105.453	2.230.627.067
Pagamento de Financiamentos tomados	(269.934.408)	(247.246.472)
Variação líquida de Recursos de Equalização	(300.002.125)	26.114.979
Recursos recebidos para aplicação em Fundos de Emergentes	31.170.000	-
Recursos devolvidos ao Tesouro (para aplicação em fundos)	(70.634.702)	-
Recursos retornados de fundos	9.456.474	67.859
Recursos devolvidos ao Tesouro (retorno de fundos)	(54.365.298)	-
Aplicação em quotas de Fundos de Empresas Emergentes	(45.756.776)	(50.828.395)
Resgate de aplicações em Fundos de Empresas Emergentes	25.875.465	4.708.838
Dividendos pagos	(30.785.497)	(26.834.478)
Imposto de Renda pago por antecipação	(5.785.577)	(21.999.767)
Contribuição Social paga por antecipação	(3.462.672)	(1.166.650)
Pagamento do saldo de PLR do exercício anterior	(7.471.191)	(5.343.835)
Aumento em outros créditos de longo prazo	(2.488.899)	(11.931.124)
Variação líquida de outros Ativos e Passivos	1.111.207	15.309.736
Recursos gerados (utilizados) nas atividades operacionais	<u>1.141.936.795</u>	<u>1.188.741.592</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(541.728)	(2.014.774)
Aquisição de Intangível	(11.600)	(25.348)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	<u>(553.328)</u>	<u>(2.040.122)</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>1.141.383.467</u>	<u>1.186.701.470</u>
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.773.272.848	1.586.571.377
Caixa e equivalentes no final do exercício	3.914.656.311	2.773.272.848
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>1.141.383.463</u>	<u>1.186.701.471</u>

 Maria Salete Cavalcanti
 Diretora
 CPF 205.793.304-00

 João Alberto De Negri
 Diretor
 CPF 620.169.979-15

 Fernando de Nielande Ribeiro
 Diretor
 CPF 627.437.597-04

 Cláudio Guimarães Júnior
 Diretor
 CPF 663.948.647-49

 Glauco Antonio Truzzi Arbix
 Presidente

 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/O-7

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
 Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido em 31/12/2013 e 31/12/2012
 Em Reais

	Outros Resultados Abrangentes				Reservas de Lucros				Lucros / (Preju�zos) Acumulados		Demonstra�o do Resultado Abrangente Total da Companhia	
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavalia�o	Ajuste de Avalia�o Patrimonial	Total	Reserva Legal	Expans�o, Moderniza�o e Margem Operacional	Lucro a Destinar	Total	Total		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (AJUSTADO)	901.551.931,35	1.500,00	2.637.543,16	31.021.948,69	33.659.491,85	10.953.759,95	94.734.433,70	55.871.805,09	161.559.998,74	-	1.096.772.921,94	86.114.590,12
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absor�o de Preju�zos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transfer�ncia para Reserva	-	-	-	-	-	-	55.871.805,09	(55.871.805,09)	-	-	-	-
Realiza�o de Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o da Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constitui�o de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	(763.641,24)	(763.641,24)	-	-	-	-	763.641,24	-	763.641,24
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	305.456,88	305.456,88	-	-	-	-	(305.456,88)	-	(305.456,88)
Lucro L�quido do Exerc�cio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112.507.755,95	112.507.755,95	112.507.755,95
Reserva Legal	-	-	-	-	-	5.648.297,01	-	-	5.648.297,01	(5.648.297,01)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.220.686,10)	(35.220.686,10)	-
Lucro Remanescente a Destinar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.096.957,20)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	901.551.931,35	1.500,00	2.637.543,16	30.563.764,33	33.201.307,49	16.602.056,96	222.703.195,99	-	239.305.252,95	-	1.174.059.991,79	112.965.940,31
Aumento de Capital Social	199.999.989,36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	199.999.989,36	-
Absor�o de Preju�zos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transfer�ncia para Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o da Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constitui�o de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	(763.641,24)	(763.641,24)	-	-	-	-	763.641,24	-	763.641,24
IRPJ e CSLL sobre Realiza�o do Ajuste de Avalia�o Patrimonial	-	-	-	305.456,88	305.456,88	-	-	-	-	(305.456,88)	-	(305.456,88)
Lucro L�quido do Exerc�cio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162.475.869,13	162.475.869,13	162.475.869,13
Reserva Legal	-	-	-	-	-	8.146.702,67	-	-	8.146.702,67	(8.146.702,67)	-	-
Juros sobre o capital pr�prio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.305.900,72)	(43.305.900,72)	-
Reserva de Margem Operacional	-	-	-	-	-	-	111.481.450,10	-	111.481.450,10	(111.481.450,10)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1.101.551.920,71	1.500,00	2.637.543,16	30.105.579,97	32.743.123,13	24.748.759,63	334.184.646,09	-	358.933.405,72	-	1.493.229.949,56	275.899.993,80

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstra es contábeis)

Maria Salete Cavalcanti
 Diretora
 CPF 205.793.304-00

João Alberto De Negri
 Diretor
 CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF 627.437.597-04

Cláudio Guimarães Júnior
 Diretor
 CPF 663.948.647-49

Glauco Antonio Truzzi Arbix
 Presidente

Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/O-7
 CPF 598.262.907-34

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP - 2013**

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
A T I V O	<u>11.582.079.995,41</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>11.582.079.995,41</u>
Ativo Circulante	4.940.983.358,24	0,00	0,00	4.940.983.358,24
Disponibilidades	3.914.656.311,14	0,00	0,00	3.914.656.311,14
1.1.1.1.2.99.02 Banco do Brasil (Moeda nacional)	1.101,60	0,00		1.101,60
1.1.1.1.2.01.22 Recursos da Conta Única Aplicados	3.528.863.069,44			3.528.863.069,44
1.1.1.1.2.99.04 Caixa Econômica Federal	1.086,00			1.086,00
1.1.1.2.2.00.00 Bancos C/Movimento (Moeda Estrangeira)				0,00
1.1.1.1.3.11.00 Fundo de Aplicação - Extra Mercado	179.455.507,21			179.455.507,21
1.1.2.1.6.04.00 Limite de Saque c/ Vinculação de Pagto	206.335.546,89	0,00	0,00	206.335.546,89
Operações de Crédito	996.093.248,82	0,00	0,00	996.093.248,82
Operações de Crédito	996.093.248,82	0,00	0,00	996.093.248,82
1.1.2.3.2.01.00 Financiamentos Concedidos	936.094.187,87			936.094.187,87
1.1.2.3.4.06.01 Juros Pró-Rata s/Financiamento	21.521.804,84			21.521.804,84
1.1.2.3.5.01.00 Encargos s/Emprest.e Financiamentos	38.477.256,11			38.477.256,11
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.3.9.00.00 Provisão p/ Perdas de Emprest. E Financiamentos	0,00			0,00
Outros Créditos	28.344.334,93	0,00	0,00	28.344.334,93
Créditos por Cessão de Pessoal	957.927,31	0,00	0,00	957.927,31
1.1.2.1.9.07.00 Crédito a Rec.p/Cessão de Pessoal	957.927,31			957.927,31
1.1.2.1.9.90.00 Provisão p/dev.duvid.(Cessão de Pessoal)	0,00			0,00
Diversos	27.386.407,62	0,00	0,00	27.386.407,62
Impostos e Contribuições a Recuperar	9.272.162,67	0,00	0,00	9.272.162,67
1.1.2.1.5.03.00 IRPJ a Compensar- Antecipação	0,00			0,00
1.1.2.1.5.05.00 IRPJ a Recuperar	5.785.577,00			5.785.577,00
1.1.2.1.5.08.00 IRRF a Compensar	0,00			0,00
1.1.2.1.5.09.00 CSSL a Recuperar	3.462.671,82			3.462.671,82
1.1.2.1.5.16.00 CSSL a Compensar - Antecipação	0,00			0,00
1.1.2.1.6.03.00 Créditos por Infrações Legais e Contratuais	23.913,85			23.913,85
1.1.2.1.9.70.02 Imposto pago a maior (3560)				0,00
Pessoal	8.081.554,33	0,00	0,00	8.081.554,33
1.1.2.1.9.08.00 Créditos a Receber-Folha de Pagamento	8.081.554,33			8.081.554,33
Outros	10.032.690,62	0,00	0,00	10.032.690,62
1.1.2.1.9.11.00 Créditos p/ Pagamentos de Desp. de Terceiros	515,00			515,00
1.1.2.2.1.01.00 Entidades Federais	4.364.566,86			4.364.566,86
1.1.2.2.3.00.00 Recursos da União	5.608.447,37			5.608.447,37
1.1.2.2.9.03.00 Desfalques ou Desvios	58.827,59			58.827,59
1.1.2.2.9.04.00 Débitos e Terc.em Prest. de Serviço	333,80			333,80
1.1.2.2.9.08.00 Falta ou Irregularidade de Comprovação				0,00
1.1.2.4.4.00.00 Adiant. A Suprimento de Fundos				0,00
Outros Valores e Bens	1.889.463,35	0,00	0,00	1.889.463,35
Outros Valores e Bens	152.467,59	0,00	0,00	152.467,59
1.1.3.1.8.01.00 Material de Consumo	152.467,59	0,00	0,00	152.467,59
Despesas Antecipadas	1.736.995,76	0,00	0,00	1.736.995,76
1.1.3.2.2.03.00 Vales, Tickets e Bilhetes	1.729.631,74			1.729.631,74
1.1.4.1.1.03.00 Prêmios de Seguro a Apropriar	7.364,02			7.364,02
1.1.4.1.1.99.00 Outras Despesas Antecipadas				0,00

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

<u>Ativo Não Circulante</u>	6.641.096.637,17	0,00	0,00	6.641.096.637,17
<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	391.760.537,15	0,00	0,00	391.760.537,15
1.2.3.1.3.02.00 Fundos Aplic.Cotas Empresas Emergentes	191.760.547,79			191.760.547,79
Prov. p/ perdas com Títulos e Valores				
1.2.2.5.1.00.00 Ações	199.999.989,36			199.999.989,36
<u>Operações de Crédito</u>	5.983.196.830,05	0,00	0,00	5.983.196.830,05
Operações de Crédito	6.042.360.441,13	0,00	0,00	6.042.360.441,13
1.2.2.3.2.01.00 Financiamentos Concedidos	5.940.587.612,94			5.940.587.612,94
1.2.2.3.6.00.00 Cobrança Judicial	101.772.828,19			101.772.828,19
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa	-59.163.611,08	0,00	0,00	-59.163.611,08
1.2.2.8.0.00.00 Prov.p/ Créd.Realiz.L.P. Perdas Prováveis	-59.163.611,08			-59.163.611,08
<u>Outros Créditos</u>	126.258.939,25	0,00	0,00	126.258.939,25
Diversos	19.268.653,80	0,00	0,00	19.268.653,80
1.1.2.5.1.02.00 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)				0,00
1.2.1.2.2.00.00 Depósitos Judiciais (Ações Trabalhistas)	19.268.653,80			19.268.653,80
Créditos Específicos	25.470.709,94	0,00	0,00	25.470.709,94
1.2.2.9.0.00.00 Outros Créditos (Risco Cambial)	25.470.709,94			25.470.709,94
1.2.2.1.5.16.00 Créditos Tributários de Impostos e Contribuições (2319) IRPJ Diferido	81.519.575,51	0,00	0,00	81.519.575,51
(2469) CSLL Diferida	50.954.925,65	0,00	0,00	50.954.925,65
	30.564.649,86	0,00	0,00	30.564.649,86
	139.880.330,72	0,00	0,00	139.880.330,72
<u>Investimentos</u>	69.465.921,72	0,00	0,00	69.465.921,72
1.4.1.1.2.01.00 Participações em Empresas-MC	0,34			0,34
1.4.1.1.2.02.00 Participações em Fundos-MC	67.662.347,38			67.662.347,38
1.4.1.3.1.01.00 Bens Imóveis	1.803.574,00			1.803.574,00
1.4.1.3.1.02.00 Bens Móveis - Obras de Arte	0,00			0,00
<u>Imobilizado de Uso</u>	70.274.124,59	0,00	0,00	70.274.124,59
1.4.2.1.1.00.00 Imóveis de Uso	87.269.299,12			87.269.299,12
1.4.2.1.2.00.00 Bens Móveis-Outras Imobilizações de Uso	9.865.114,84	0,00		9.865.114,84
1.4.2.9.0.00.00 Depreciações Acumuladas	-26.860.289,37			-26.860.289,37
<u>Intangível</u>	140.284,41	0,00	0,00	140.284,41
1.4.4.0.0.00.00 Intangível	140.284,41			140.284,41
1.4.3.0.0.00.00 Diferido				0,00

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
P A S S I V O	<u>11.582.079.995,41</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>11.582.079.995,41</u>
Passivo Circulante	1.164.140.264,93	0,00	0,00	1.164.140.264,93
Obrigações por Repasses do País	901.855.660,00	0,00	0,00	901.855.660,00
2.1.1.4.9.08.00 FAT	645.917.874,03			645.917.874,03
2.1.2.2.2.02.09 Juros de Contr.de Empréstimos Internos	0,00			0,00
2.1.2.2.3.00.00 Empréstimos e Financiamentos a Liberar	0,00			0,00
2.1.2.3.1.02.02 Empréstimos Internos	180.073.797,59			180.073.797,59
2.1.2.3.1.02.03 Juros pró-rata Emprést.Internos	75.863.988,38			75.863.988,38
Obrigações por Repasses do Exterior	17.171,36	0,00	0,00	17.171,36
2.1.2.3.2.02.00 Empréstimos Externos	13.089,42			13.089,42
2.1.2.3.2.01.00 Juros pró-rata Emprést.Externos	4.081,94			4.081,94
Outras Obrigações	262.267.433,57	0,00	0,00	262.267.433,57
Fiscais e Previdenciárias	11.370.468,21	0,00	0,00	11.370.468,21
2.1.1.2.3.01.00 IRRF	4.381.764,83	0,00		4.381.764,83
2.1.1.2.3.02.00 INSS	2.987.815,67	0,00	0,00	2.987.815,67
2.1.1.2.3.06.00 FGTS	1.506.759,26			1.506.759,26
2.1.2.1.4.03.01 Provisão para IRPJ	0,00			0,00
2.1.2.1.4.03.02 Provisão para CSLL	0,00			0,00
2.1.2.1.5.07.00 Cofins	2.145.486,84			2.145.486,84
2.1.2.1.5.09.00 Pis	348.641,61			348.641,61
2.1.2.1.5.10.00 IPTU/TLP	0,00	0,00		0,00
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos				0,00
Participações sobre o Lucro a Pagar	10.858.952,18	0,00	0,00	10.858.952,18
2.1.2.1.4.12.00 Prov.para Participações e Empregados	10.858.952,18			10.858.952,18
Diversas	240.038.013,18	0,00	0,00	240.038.013,18
Provisão para Contingências	164.688.182,23	0,00	0,00	164.688.182,23
2.1.2.1.4.07.00 Prov.para Indeniz.Trabalhistas	164.688.182,23			164.688.182,23
Provisão para Férias e 13º Salário	22.980.802,81	0,00	0,00	22.980.802,81
2.1.2.1.4.01.00 Provisão para 13º Salário	0,00			0,00
2.1.2.1.4.02.00 Provisão de Férias	22.980.802,81			22.980.802,81
Consignatários e Fornecedores	8.197.674,12	0,00	0,00	8.197.674,12
2.1.1.1.1.02.00 INSS	34.745,69	0,00	0,00	34.745,69
2.1.1.1.3.01.00 Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	34.220,13			34.220,13
2.1.1.1.3.03.00 Impostos e Contribuições Diversos	207.487,36	0,00	0,00	207.487,36
2.1.1.1.2.00.00 Pensão Alimentícia	0,00			0,00
2.1.1.1.5.00.00 Planos de Previd. Assist. Médica	3.630.452,35			3.630.452,35
2.1.1.1.6.00.00 Entidades Represent. de Classe	70.764,36			70.764,36
2.1.1.1.9.00.00 Diversos Consignatários	0,00			0,00
2.1.2.1.1.01.00 Fornecedores - Exercício	4.193.477,17	0,00	0,00	4.193.477,17
2.1.2.1.1.02.00 Fornecedores - Exercícios anteriores	26.527,06			26.527,06
2.1.2.2.1.03.00 Entidades Previd.Complementar	0,00			0,00
Juros sobre Capital Próprio a pagar	43.305.900,72			43.305.900,72
2.1.2.1.8.06.00 Juros sobre Capital Próprio a pagar	43.305.900,72			43.305.900,72
Outras	865.453,30	0,00	0,00	865.453,30
2.1.1.4.1.00.00 Depósitos e Cauções	213.592,69			213.592,69
2.1.1.4.8.00.00 Depósitos a Transferir	287,26			287,26
2.1.1.4.9.01.00 Depósitos de Terceiros	0,00	0,00		0,00
2.1.2.1.2.01.00 Pessoal a pagar - Exercício	27.467,65			27.467,65
2.1.2.1.9.04.00 Obrigações ref.pessoal requisitado	106.830,57			106.830,57
2.1.2.1.9.60.01 Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.1.9.60.08 Indenizações e Restituições				0,00
2.1.2.6.3.00.00 Ordens Bancárias Canceladas	0,00			0,00
2.1.2.9.0.00.00 Outras Obrigações	517.275,13			517.275,13

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

<u>Passivo Não Circulante</u>		8.924.709.780,92	0,00	0,00	8.924.709.780,92
<u>Obrigações por Repasses do País</u>		8.533.549.950,94	0,00	0,00	8.533.549.950,94
2.2.2.1.2.00.00	Contratos Internos	8.533.549.950,94			8.533.549.950,94
<u>Obrigações por Repasses do Exterior</u>		254.899,05	0,00	0,00	254.899,05
2.2.2.2.2.00.00	Contratos Externos	254.899,05			254.899,05
<u>Outras Obrigações</u>		22.837.593,49	0,00	0,00	22.837.593,49
Fiscais e Previdenciárias		21.828.746,68	0,00	0,00	21.828.746,68
2.2.2.3.1.01.00	IRPJ Diferido	13.642.966,60			13.642.966,60
2.2.2.3.1.05.00	CSLL Diferida	8.185.780,08			8.185.780,08
Diversas		1.008.846,81	0,00	0,00	1.008.846,81
Depósitos e Cauções		1.008.846,81	0,00	0,00	1.008.846,81
2.2.1.2.1.00.00	Depósitos e Cauções	1.008.846,81			1.008.846,81
<u>Receita Diferida e Obrigações s/ Recursos</u>		368.067.337,44	0,00	0,00	368.067.337,44
2.1.4.1.1.91.00					
	Rec. p/Invest. Fundos Empr. Emergentes - 0250365033	23.821.576,20			23.821.576,20
	Recursos Aplicados em Fundos Emerg. 0209365003	181.544.606,67			181.544.606,67
	Recursos Retornados de Fundos 0209365004	8.762.066,15			8.762.066,15
	Rec. p/Garantia de Liquidez dos Fundos 0250365034	29.137.998,97			29.137.998,97
	Sub Total	243.266.247,99	0,00	0,00	243.266.247,99
	Recursos para Equalização 0280365001	124.801.089,45			124.801.089,45
<u>Patrimônio Líquido</u>		1.330.754.080,43	0,00	0,00	1.493.229.949,56
<u>Capital</u>		1.101.551.920,71	0,00	0,00	1.101.551.920,71
De Domiciliados no País		1.101.551.920,71	0,00	0,00	1.101.551.920,71
2.4.1.2.1.00.00	Capital Social	1.101.551.920,71			1.101.551.920,71
<u>Reservas</u>		229.202.159,72	0,00	0,00	229.202.159,72
2.4.2.1.2.00.00	Reservas de Capital	1.500,00			1.500,00
2.4.2.2.1.00.00	Reservas de Reavaliação	2.637.543,16			2.637.543,16
2.4.2.3.0.00.00	Reservas de Lucros	358.933.405,72			358.933.405,72
2.4.3.0.0.00.00	Resultado Acumulado	-162.475.869,13			-162.475.869,13
2.4.5.0.0.00.00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	30.105.579,97			30.105.579,97
<u>Resultado do Período</u>		162.475.869,13	0,00	0,00	162.475.869,13

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP
Demonstração do Resultado em 31/12/2013

	RIO	S.PAULO	BRASÍLIA	TOTAL
1- Receitas da Intermediação Financeira	968.208.478,72	0,00	0,00	968.208.478,72
1.1 Operações de Crédito	602.783.429,41	0,00	0,00	602.783.429,41
4.1.6.0.0.02.99 Outros Serviços Financeiros				0,00
4.1.6.0.0.14.00 Serviços de Inspeção e Fiscalização	23.878.068,47			23.878.068,47
6.2.3.2.3.05.01 Juros Semestrais (PSI)	62.132.309,34			62.132.309,34
6.2.3.2.3.05.04 Juros Vencidos				0,00
6.2.3.2.3.05.05 Juros Equalizados	173.612.630,74			173.612.630,74
6.2.3.2.3.05.08 Juros Mensais	257.094.429,07			257.094.429,07
6.2.3.2.3.05.10 Juros Pro-rata	221.158.458,71			221.158.458,71
6.2.3.2.3.05.99 Juros Renegociados	14.628.757,11			14.628.757,11
6.2.3.2.3.08.00 Multas	3.854.517,22			3.854.517,22
4.1.9.1.9.27.00 Multas e Juros Previstos em Contratos	2.017.107,75			2.017.107,75
4.2.3.0.0.99.00 Amortizações de Empréstimos Divs.	26.437.747,65			26.437.747,65
4.9.8.0.0.00.00 Retificações				0,00
6.2.3.1.7.04.00 Empréstimos e Financiamentos	0,00			0,00
6.2.3.2.3.04.02 Diversos Responsáveis				0,00
6.2.3.2.3.04.03 Créditos a Receber	36.400.397,31			36.400.397,31
6.2.3.2.3.04.05 Empréstimos e Financ. Concedidos	947.744,46			947.744,46
5.2.3.1.7.04.00 Empréstimos e Financiamentos	-991.570,52			-991.570,52
5.2.3.1.7.02.10 Créditos Diversos				0,00
5.2.3.2.3.04.05 Empréstimos e Finan. Concedidos				0,00
5.2.3.2.3.06.01 Empréstimos e Finan. Concedidos	-218.387.167,90			-218.387.167,90
5.2.3.2.3.07.02 Variação Cambial Não Financeira				0,00
1.2 Resultado com aplic.do disponível e em títulos mobiliários	279.976.850,24	0,00	0,00	279.976.850,24
4.1.3.2.5.00.00 Remuneração Depósitos Bancários	265.837.598,19			265.837.598,19
4.1.3.2.6.00.00 Remuneração Depósitos Especiais				0,00
4.1.3.2.9.00.00 Outras Receitas Valores Mobiliários				0,00
6.2.3.1.7.01.04 Créditos Tributários	9.351.694,10			9.351.694,10
6.2.3.2.2.02.07 Fundos de Aplic.em Cotas/RV	475.550,58			475.550,58
6.2.3.1.7.03.02 Agentes Devedores (Remuneração Tesouro)	5.608.447,37			5.608.447,37
5.2.3.1.7.03.04 Agentes Devedores (Remuneração Tesouro)	-1.296.440,00			-1.296.440,00
5.2.3.1.7.10.50 Investimentos				0,00
1.3 Rendas com administração de fundos	85.448.199,07	0,00	0,00	85.448.199,07
4.1.6.0.0.13.00 Serviços Administrativos	77.300.133,50			77.300.133,50
4.9.3.0.0.00.00 Descontos Concedidos	-75,14			-75,14
4.1.9.2.2.99.00 Outras Restituições	7.529.985,72			7.529.985,72
5.2.3.1.7.03.01 Devedores - Entidades e Agentes	-2.593.113,98			-2.593.113,98
6.2.3.1.7.03.01 Entidades Devedoras	3.211.268,97			3.211.268,97
2- Despesas da Intermediação Financeira	-424.197.746,46	0,00	0,00	-424.197.746,46
2.1 Captação no mercado - financiamentos e repasses	-383.779.503,79	0,00	0,00	-383.779.503,79
3.3.2.9.0.21.01 Juros Div.Contratada c/Instit.Financeiras	-295.378.234,46			-295.378.234,46
3.3.2.9.0.21.03 Juros Dívida Contratada no Exterior				0,00
3.3.2.9.0.21.99 Outros Juros da Dívida Contratada	-497,73			-497,73
3.3.2.9.0.22.01 Encargos da Dívida Contr.c/instit. Finan.				0,00
5.2.3.4.1.03.00 Encargos	-24.095.192,33			-24.095.192,33
5.2.3.4.1.01.00 Atualização Monetária Financeira	-63.575.455,24			-63.575.455,24
5.1.3.1.2.01.00 Empréstimos e Financiamentos	-125.504,95			-125.504,95
5.2.3.4.1.02.00 Atualização Monetária n/ Financeira				0,00
5.2.3.4.1.05.03 Juros e Encargos -Dív.Contratada Interna	-570.152,07			-570.152,07
5.2.3.4.2.03.00 Variação Cambial não Financeira Div.	-64.077,81			-64.077,81
6.2.3.3.1.02.00 Operações de Créditos - em Títulos	0,00			0,00
6.2.3.4.1.04.00 Variação Cambial não Financeira				0,00
6.2.3.4.2.03.02 Variação Cambial não Financeira Div.	29.610,80			29.610,80
2.2 Provisão para risco de crédito	-40.418.242,67	0,00	0,00	-40.418.242,67
5.2.3.2.3.01.00 Provisão p/Devedores Duvidosos	-41.374.568,01			-41.374.568,01
5.2.3.2.3.05.00 Provisão p/Perdas Prováveis				0,00
6.2.3.2.3.01.00 Reversão da Prov. p/Dev.Duvidosos				0,00
6.2.3.2.3.09.00 Reversão da Prov. p/Dev.Duvidosos	956.325,34			956.325,34

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

3- Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-298.672.837,65	-1.518.156,32	-365.111,66	-300.556.105,63
3.1. Provisão para contingências trabalhistas	-18.811.679,55	0,00	0,00	-18.811.679,55
5.2.3.3.1.07.09 Obrigações Trabalhistas em Litígio	-18.811.679,55			-18.811.679,55
3.2. Despesas com pessoal	-208.091.424,39	-8.724,10	-891,18	-208.101.039,67
3.2.1 Proventos	-132.545.360,50	-674,04	-891,18	-132.546.925,72
3.3.1.9.0.11.01 Vencimentos e Salários	-93.967.927,64			-93.967.927,64
3.3.1.9.0.11.05 Incorporações	-1.227.442,38			-1.227.442,38
3.3.1.9.0.11.10 Adicional de Insalubridade	-3.904,59			-3.904,59
3.3.1.9.0.11.30 Abono Provisório - Pessoal Civil				0,00
3.3.1.9.0.11.33 Gratificação p/ Exercício de Funções	-7.115.687,03			-7.115.687,03
3.3.1.9.0.11.42 Férias Vencidas e Proporcionais	-118.660,50			-118.660,50
3.3.1.9.0.11.43 13º. Salário	-10.056.913,50			-10.056.913,50
3.3.1.9.0.11.44 Férias - Abono Pecuniário	-2.145.729,45			-2.145.729,45
3.3.1.9.0.11.45 Férias - Abono Constitucional	-4.288.474,55			-4.288.474,55
3.3.1.9.0.11.46 Férias - Pagamento Antecipado				0,00
3.3.1.9.0.11.96 Vencimentos e Vantagens-Pagtº Ant.				0,00
3.3.1.9.0.11.99 Outras Despesas Fixas-Pessoal Civil				0,00
3.3.1.9.0.13.04 Contribuição de Salário-Educação				0,00
3.3.1.9.0.16.34 Aviso Prévio	-30.424,34			-30.424,34
3.3.1.9.0.16.44 Serviços Extraordinários	-136.752,46			-136.752,46
3.3.1.9.0.16.45 Participação a Empregados e Administradores				0,00
3.3.1.9.0.17.76 Auxílio Moradia				0,00
3.3.1.9.0.92.04 Outras Despesas Variáveis - Civil				0,00
3.3.1.9.0.94.01 Indenizações Trabalhistas-Ativo Civil	-7.832.315,47			-7.832.315,47
3.3.3.9.0.93.02 Restituições	-217.907,61	-674,04	-891,18	-219.472,83
3.3.3.9.0.93.03 Ajuda de Custo - Pessoal Civil	-325.110,33			-325.110,33
3.3.3.9.0.96.01 Ressarcimento Pessoal Requisitado	-761.034,88			-761.034,88
5.2.3.1.7.02.04 Créditos por Cessão de Pessoal	-3.057.000,07			-3.057.000,07
5.2.3.1.7.02.08 Créditos a Receber - Folha de Pagtº				0,00
5.2.3.1.7.05.02 Adiantamentos Concedidos n/Financ.				0,00
5.2.3.1.7.06.01 Depósitos Compulsórios				0,00
5.2.3.3.1.07.01 Provisão p/13º. Salário	0,00			0,00
5.2.3.3.1.07.02 Provisão p/ Férias	-7.553.215,98			-7.553.215,98
6.1.3.1.2.04.00 Créditos Diversos a Receber				0,00
6.2.3.1.7.02.04 Créditos por Cessão de Pessoal	3.607.257,05			3.607.257,05
6.2.3.3.1.04.00 Obrigações de Exerc. Anteriores	0,00			0,00
6.2.3.3.1.07.01 Provisão p/13º. Salário				0,00
6.2.3.3.1.07.02 Provisão p/Férias	2.685.883,23			2.685.883,23
6.2.3.3.1.07.09 Obrigações Trabalhista em Litígio				0,00
3.2.2 Benefícios Sociais	-12.593.395,49	-8.050,06	0,00	-12.601.445,55
3.3.1.9.0.08.01 Auxílio Funeral Ativo Civil				0,00
3.3.1.9.0.08.90 Integ.Dados Orgão Entid. Parc. SIAFI				0,00
3.3.1.9.0.08.99 Outros Benefícios Assistenciais				0,00
3.3.3.9.0.08.09 Auxílio Creche Civil	-1.454.486,66			-1.454.486,66
3.3.3.9.0.08.51 Auxílio Doença				0,00
3.3.3.9.0.08.54 Auxílio Funeral				0,00
3.3.3.9.0.08.55 Auxílio Creche				0,00
3.3.3.9.0.39.40 Programa Alimentação-PAT	-11.650.923,20			-11.650.923,20
3.3.3.9.0.49.01 Vale-Transporte	-508.585,20	-8.050,06		-516.635,26
5.2.3.1.4.00.00 Baixa de Títulos e Valores	-10.989.614,90			-10.989.614,90
6.2.3.1.4.00.00 Incorporação de Títulos e Valores	12.010.214,47			12.010.214,47
3.2.3 Honorários da Diretoria e Conselhos	-1.656.123,25	0,00	0,00	-1.656.123,25
3.3.1.9.0.11.71 Remuneração de Diretores	-1.307.803,52			-1.307.803,52
3.3.3.9.0.36.45 Jetons a Conselheiros	-348.319,73			-348.319,73
3.2.4 Encargos Sociais	-41.763.475,64	0,00	0,00	-41.763.475,64
3.3.1.9.0.07.01 Complem. de Previdência-FIPECQ	-6.577.453,95			-6.577.453,95
3.3.1.9.0.13.01 FGTS	-9.776.391,27			-9.776.391,27
3.3.1.9.0.13.02 INSS	-25.409.630,42			-25.409.630,42
3.3.1.9.0.13.16 Contr.0,5% s/Rem. mês Anterior-LC101				0,00
3.2.5 Assistência Médica	-8.706.594,33	0,00	0,00	-8.706.594,33
3.3.3.9.0.36.30 Serviços Médicos e Odontológicos	-8.285.673,70			-8.285.673,70
3.3.3.9.0.39.50 Serv. Méd.Hosp.,Odont. e Laboratoriais	-420.920,63			-420.920,63
3.2.6 Benefício a Empregados	-10.826.475,18	0,00	0,00	-10.826.475,18
5.2.3.3.1.07.16 Provisão de participação de empregados	-10.826.475,18			-10.826.475,18

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

3.3 Despesas administrativas	-49.439.551,77	-1.427.974,90	-360.501,48	-51.228.028,15
3.3.1 Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.119.635,52	0,00	0,00	-2.119.635,52
5.2.3.2.8.01.01 Administração	-2.102.449,42			-2.102.449,42
5.2.3.2.8.02.00 Amortizações	-17.186,10			-17.186,10
3.3.2 Locação de Imóveis	-10.316.618,81	-873.362,46	-202.410,78	-11.392.392,05
3.3.3.9.0.36.01 Condomínios				0,00
3.3.3.9.0.36.15 Locação de Imóveis	-263.891,70	-122.527,37		-386.419,07
3.3.3.9.0.39.02 Condomínios	-3.894.532,67	-293.810,67	-17.473,68	-4.205.817,02
3.3.3.9.0.39.10 Locação de Imóveis	-6.158.194,44	-457.024,42	-184.937,10	-6.800.155,96
3.3.3 Locação de Bens Móveis	-394.773,52	-4.682,00	0,00	-399.455,52
3.3.3.9.0.36.16 Locação de Bens Móveis Intangíveis				0,00
3.3.3.9.0.39.11 Locação Softwares	-43.842,40			-43.842,40
3.3.3.9.0.39.12 Locação de Máquinas e Equipamentos	-54.438,40	-4.682,00		-59.120,40
3.3.3.9.0.39.14 Locação Bens Móv. outras Nat. Intang.	-296.492,72			-296.492,72
3.3.4 Manutenção e Conservação de Bens	-72.809,42	-124.205,94	-7.361,00	-204.376,36
3.3.3.9.0.36.18 Manut.e Conservação Equipamentos				0,00
3.3.3.9.0.36.20 Manut.e Conservação de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.36.21 Manut.e Cons.Bens Móv. outras Nat.				0,00
3.3.3.9.0.36.22 Manut.e Conservação de Bens Imóveis				0,00
3.3.3.9.0.37.06 Manut.e Conservação de Bens móveis				0,00
3.3.3.9.0.39.16 Manut.e Conservação de Bens Imóveis	-35.771,08	-109.846,50	-5.950,00	-151.567,58
3.3.3.9.0.39.17 Manut.e Conservação de Maq. e Equip.	-24.157,76	-14.359,44	-1.411,00	-39.928,20
3.3.3.9.0.39.19 Manut.e Conservação de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.39.20 Manut.e Cons. Bens Móv. outras Nat.	-12.880,58			-12.880,58
3.3.3.9.0.39.95 Manut.e Cons. Equip. de Proces.				0,00
3.3.5 Serviços de Telefonia e Energia	-1.280.170,01	-99.365,84	-21.281,51	-1.400.817,36
3.3.3.9.0.39.43 Serviços de Energia Elétrica	-593.743,99	-19.388,48	-8.044,42	-621.176,89
3.3.3.9.0.39.58 Serviços de Telecomunicações	-686.426,02	-79.977,36	-13.237,09	-779.640,47
3.3.6 Serviços Prestados - Pessoa Física	-1.183.841,35	-115.092,26	-13.301,95	-1.312.235,56
3.3.6.1 Diárias	-739.542,82	-113.516,26	-13.060,20	-866.119,28
3.3.3.9.0.14.14 Diárias no País	-658.791,87	-113.516,26	-13.060,20	-785.368,33
3.3.3.9.0.14.16 Diárias no Exterior	-26.192,70			-26.192,70
3.3.3.9.0.36.02 Diárias a Colab.Eventuais no País	-32.880,25			-32.880,25
3.3.3.9.0.36.03 Diárias a Colab.Eventuais no Exterior				0,00
3.3.3.9.0.36.46 Diárias a Conselheiros	-21.678,00			-21.678,00
3.3.6.2 Outros Serviços	-444.298,53	-1.576,00	-241,75	-446.116,28
3.3.3.9.0.36.04 Comissões e Corretagens				0,00
3.3.3.9.0.36.05 Direitos Autorais				0,00
3.3.3.9.0.36.06 Serviços Técnicos Profissionais	-404.440,33		-241,75	-404.682,08
3.3.3.9.0.36.25 Serviços de Limpeza e Conservação		-1.576,00		-1.576,00
3.3.3.9.0.36.27 Serviços de Comunicação em Geral				0,00
3.3.3.9.0.36.28 Serviço de Seleção e Treinamento				0,00
3.3.3.9.0.36.34 Serviços de Perícias Med. p/ Benefício	-31.720,00			-31.720,00
3.3.3.9.0.36.35 Serviços Apoio Adm.,Tec.e Operac.	-7.788,20			-7.788,20
3.3.3.9.0.36.39 Fretes e Transportes de Encomendas	-350,00			-350,00
3.3.3.9.0.36.42 Juros				0,00
3.3.3.9.0.36.59 Serviços de Audio, Vídeo e Foto				0,00
3.3.3.9.0.36.96 Outros Serv de Terc. PF-Pagtº Antecip.				0,00
3.3.3.9.0.36.99 Outros Serviços				0,00
3.3.7 Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	-30.088.800,54	-95.342,32	-58.131,04	-30.242.273,90
3.3.7.1 Diversos Serviços	-3.924.297,16	-7.157,18	-7.353,95	-3.938.808,29
3.3.3.9.0.37.03 Vigilância Ostensiva	-1.798.397,79			-1.798.397,79
3.3.3.9.0.39.48 Serviços de Seleção e Treinamento	-1.694.948,75			-1.694.948,75
3.3.3.9.0.39.57 Serviços de Proces. de Dados	-423.500,04			-423.500,04
3.3.3.9.0.39.69 Seguros em Geral	-12.033,00	-7.157,18	-7.353,95	-26.544,13
3.3.3.9.0.39.77 Vigilância Ostensiva				0,00
5.2.3.1.7.09.01 Despesas Antecipadas	-20.045,47			-20.045,47
6.1.3.1.4.02.00 Despesas Antecipadas	24.627,89			24.627,89
3.3.7.2 Outros Serviços	-26.164.503,38	-88.185,14	-50.777,09	-26.303.465,61
3.3.3.9.0.31.02 Premiações Artísticas				0,00
3.3.3.9.0.31.03 Premiações Científicas	-7.527.500,00			-7.527.500,00
3.3.3.9.0.35.01 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	-1.988.826,20	-7.500,00		-1.996.326,20
3.3.3.9.0.35.04 Consultoria em Tecnologia da Informação	-1.534.236,59			-1.534.236,59
3.3.3.9.0.37.01 Apoio Administrativo Tec.e Operacional	-881.861,43		-26.871,14	-908.732,57
3.3.3.9.0.37.02 Limpeza e Conservação	-102.667,15	-46.145,06	-23.151,15	-171.963,36
3.3.3.9.0.39.01 Assinaturas de Periódicos e Anuid.	-114.881,13	-1.763,00	-754,80	-117.398,93
3.3.3.9.0.39.03 Comissões e Corretagens	-78.650,22			-78.650,22
3.3.3.9.0.39.04 Direitos Autorais				0,00
3.3.3.9.0.39.05 Serviços Técnicos Profissionais	-2.671.441,43			-2.671.441,43
3.3.3.9.0.39.08 Manut.de Software	-27.105,23			-27.105,23
3.3.3.9.0.39.09 Armazenagem				0,00
3.3.3.9.0.39.22 Exposições, Congres. e Conferências	-570.242,15			-570.242,15
3.3.3.9.0.39.23 Festividades e Homenagens				0,00
3.3.3.9.0.39.25 Taxa de Administração				0,00

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

3.3.3.9.0.39.29	Honorários Advocatícios				0,00
3.3.3.9.0.39.44	Serviços de Água e Esgoto				0,00
3.3.3.9.0.39.45	Serviços de Gás				0,00
3.3.3.9.0.39.47	Serviço de Comunicação em Geral	-586.311,77			-586.311,77
3.3.3.9.0.39.49	Produções Jornalísticas				0,00
3.3.3.9.0.39.56	Serviços de Tecnologia da Informação	-14.379,30			-14.379,30
3.3.3.9.0.39.53	Serviços de Assistência Social				0,00
3.3.3.9.0.39.59	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	-109.842,26			-109.842,26
3.3.3.9.0.39.63	Serviços Gráficos	-314.412,59			-314.412,59
3.3.3.9.0.39.65	Serviços de Apoio ao Ensino	-1.704.944,14			-1.704.944,14
3.3.3.9.0.39.66	Serviços Judiciários	-417.642,74	-12.396,87		-430.039,61
3.3.3.9.0.39.67	Serviços Funerários				0,00
3.3.3.9.0.39.73	Transporte de Servidores				0,00
3.3.3.9.0.39.74	Fretes e Transportes de Encomendas	-2.781,67	-2.434,24		-5.215,91
3.3.3.9.0.39.78	Limpeza e Conservação	-40,00	-13.104,82		-13.144,82
3.3.3.9.0.39.79	Serv. de Apoio Adm., Tec. e Operacional	-22.016,38			-22.016,38
3.3.3.9.0.39.80	Hospedagens	-6.378,50			-6.378,50
3.3.3.9.0.39.83	Serviços de Cópias e Reprod.de Doc.	-11.662,16			-11.662,16
3.3.3.9.0.39.86	Patrocínio	-2.623.266,67			-2.623.266,67
3.3.3.9.0.39.92	Serviço de Publicidade Institucional	-4.837.120,03			-4.837.120,03
3.3.3.9.0.39.94	Aquisição de Softwares de Aplicação				0,00
3.3.3.9.0.39.97	Comunicação de Dados	-4.496,30			-4.496,30
3.3.3.9.0.39.99	Outros Serv. Terc. - Pessoa Jurídica	-11.797,34	-4.841,15		-16.638,49
3.3.8	Material de Consumo	-568.657,51	-10.975,28	-2.398,14	-582.030,93
3.3.3.9.0.30.01	Combustíveis e Lubrif. Automotivos				0,00
3.3.3.9.0.30.04	Gás e Outros Materiais Engarrafados	-285,00			-285,00
3.3.3.9.0.30.07	Gêneros de Alimentação	-34.500,50	-2.593,22	-795,78	-37.889,50
3.3.3.9.0.30.09	Material Farmacológico	-3.245,49			-3.245,49
3.3.3.9.0.30.10	Material Odontológico				0,00
3.3.3.9.0.30.14	Material Educativo e Esportivo				0,00
3.3.3.9.0.30.15	Material p/Festividades/ Homenagens				0,00
3.3.3.9.0.30.16	Material de Expediente	-106.340,27	-1.901,50		-108.241,77
3.3.3.9.0.30.17	Material de Proces. de Dados	-26.683,52			-26.683,52
3.3.3.9.0.30.19	Material de Acondic. e Embalagem	-3.600,00			-3.600,00
3.3.3.9.0.30.20	Material de Cama, Mesa e Banho				0,00
3.3.3.9.0.30.21	Material de Copa e Cozinha	-32.918,94	-614,54		-33.533,48
3.3.3.9.0.30.22	Material de Limpeza e Prod.Higienização	-94.297,78	-5.212,42	-1.602,36	-101.112,56
3.3.3.9.0.30.23	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-15.156,00			-15.156,00
3.3.3.9.0.30.24	Material p/Manut. de Bens Imóveis	-137.661,33			-137.661,33
3.3.3.9.0.30.25	Material p/Manut. de Bens Móveis	-7.037,12			-7.037,12
3.3.3.9.0.30.26	Material Elétrico e Eletrônico	-65.930,94	-653,60		-66.584,54
3.3.3.9.0.30.28	Material de Proteção e Segurança				0,00
3.3.3.9.0.30.29	Material p/Audio,Vídeo e Foto				0,00
3.3.3.9.0.30.30	Material p/Comunicações				0,00
3.3.3.9.0.30.35	Material Laboratorial				0,00
3.3.3.9.0.30.36	Material Hospitalar	-1.940,31			-1.940,31
3.3.3.9.0.30.39	Material p/Manutenção de Veículos				0,00
3.3.3.9.0.30.41	Material p/Utilização em Gráfica				0,00
3.3.3.9.0.30.42	Ferramentas	-5.663,36			-5.663,36
3.3.3.9.0.30.44	Material de Sinalização Visual e Outros				0,00
3.3.3.9.0.30.46	Material Bibliográfico				0,00
3.3.3.9.0.30.47	Aquisição de Softwares de Base				0,00
3.3.3.9.0.30.48	Bens Móveis Não Ativáveis	-41.288,14			-41.288,14
3.3.3.9.0.30.50	Bandeiras Flâmulas e Insignias				0,00
3.3.3.9.0.30.59	Material para Divulgação	-3.850,00			-3.850,00
3.3.3.9.0.30.96	Material de Consumo-Pagtº. Antecipado				0,00
3.3.3.9.0.30.99	Outros Materiais Consumo				0,00
3.3.3.9.0.32.00	Material de Distribuição Gratuita	-29.350,00			-29.350,00
5.2.3.1.2.02.01	Consumo p/Requisição	-244.691,94			-244.691,94
5.2.3.1.2.02.02	Consumo Imediato	-301.399,55	-10.975,28	-2.398,14	-314.772,97
6.1.3.1.1.02.02	Bens de Estoque	580.398,70	10.975,28	2.398,14	593.772,12
6.1.3.1.3.04.39	Incorporação Serv.Terceiros PJ	6.783,98			6.783,98
6.2.3.1.2.02.01	Bens de Estoque				0,00
3.3.9	Transporte de Pessoal	-2.676.693,12	-104.641,28	-55.617,06	-2.836.951,46
3.3.3.9.0.33.01	Passagens para o País	-2.494.049,35	-1.525,01		-2.495.574,36
3.3.3.9.0.33.02	Passagens para Exterior	-49.422,77			-49.422,77
3.3.3.9.0.33.03	Locação de Meios de Transportes	-133.221,00	-80.343,75	-55.617,06	-269.181,81
3.3.3.9.0.33.05	Locomoção Urbana		-21.118,54		-21.118,54
3.3.3.9.0.33.08	Pedágios		-1.653,98		-1.653,98
3.3.3.9.0.33.96	Pas. Desp. c/Locomoção- Pagtº. Antecip.				0,00
					0,00

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

3.3.10 Diversos		-737.551,97	-307,52	0,00	-737.859,49
3.3.3.5.0.41.08 Entidades Representativas de Classe		-676.116,78			-676.116,78
3.3.3.9.0.39.07 Descontos Financeiros Concedidos					0,00
3.3.3.9.0.39.35 Multas Dedutíveis		-2.404,76	-5,51		-2.410,27
3.3.3.9.0.39.36 Multas Indedutíveis					0,00
3.3.3.9.0.39.37 Juros		-561,05	-1,11		-562,16
3.3.3.9.0.39.81 Serviços Bancários		-60.464,97	-300,90		-60.765,87
5.2.3.2.1.04.00 Bens de Estoque		-164,03			-164,03
6.2.3.2.1.01.00 Bens Imóveis					0,00
6.2.3.2.1.04.00 Bens de Estoque		2.159,62			2.159,62
3.4 Despesas Tributárias		-26.749.424,36	-81.457,32	-3.719,00	-26.834.600,68
3.3.3.9.0.47.02 IPTU		-442.928,35	-81.342,32	-3.719,00	-527.989,67
3.3.3.9.0.47.05 IPVA					0,00
3.3.3.9.0.47.08 Imposto s/Serviços de Qualquer Nat.					0,00
3.3.3.9.0.47.09 IOF					0,00
3.3.3.9.0.47.10 Taxas		-47.374,97	-115,00		-47.489,97
3.3.3.9.0.47.15 Multas					0,00
3.3.3.9.0.47.16 Juros					0,00
3.3.3.9.0.47.18 Contribuições Prev.-Serviços Terceiros		-90.043,60			-90.043,60
3.3.3.9.0.47.27 Multas Indedutíveis					0,00
3.3.3.9.0.47.28 Imposto Transmissão de Imóvel					0,00
6.2.3.1.7.09.01 Valores Pendentes / Desp. Antecipadas					0,00
3.3.3.9.0.47.11 COFINS		-22.511.034,36			-22.511.034,36
3.3.3.9.0.47.12 Contribuição p/o PIS/PASEP		-3.658.043,08			-3.658.043,08
3.5 Outras receitas operacionais		4.419.242,42	0,00	0,00	4.419.242,42
5.2.3.2.3.07.01 Variação Cambial Financeira					0,00
4.1.3.2.2.00.00 Dividendos					0,00
6.2.3.2.2.01.00 Valorizações de Títulos e Valores		3.776.194,28			3.776.194,28
6.2.3.2.3.05.07 Juros sobre Créditos Tributários		567.434,17			567.434,17
6.2.3.2.3.07.01 Financeira					0,00
4.1.9.2.2.01.00 Restituições de Convênios					0,00
4.1.9.2.2.07.00 Recuperação de Desp Exerc Anter.		75.613,97			75.613,97
6.2.3.3.1.01.00 Operações de Crédito - em Contratos					0,00
4- Outras receitas (despesas)		-2.440.155,95	0,00	0,00	-2.440.155,95
4.2.2.1.6.00.00 Alienação de móveis e utensílios					0,00
5.2.3.1.2.01.03 Perda					0,00
5.2.3.1.2.01.04 Doações		-2.439.467,07			-2.439.467,07
5.2.3.1.2.01.07 Leilão		-46.768,45			-46.768,45
5.2.3.1.2.01.12 Transferências					0,00
5.2.3.1.2.01.16 Inservibilidade					0,00
5.2.3.1.7.03.03 Diversos Responsáveis - Cancelamento					0,00
6.2.3.1.2.01.02 Doações Intra-Orçamentárias					0,00
6.2.3.1.2.01.04 Doações					0,00
6.2.3.1.2.01.13 Adjudicação					0,00
6.2.3.1.2.01.18 Incorp.Bens Móveis/Localização					0,00
6.2.3.1.2.01.19 Incorp.Bens Móveis/Classificação					0,00
6.2.3.1.7.03.03 Diversos Responsáveis - Inscrição					0,00
6.2.3.2.8.01.00 Reversão da Depreciação		46.079,57			46.079,57
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		242.897.738,66	-1.518.156,32	-365.111,66	241.014.470,68
5- Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-62.191.777,98	0,00	0,00	-62.191.777,98
3.3.3.9.0.47.03 Imposto de Renda		-38.505.071,23			-38.505.071,23
3.3.3.9.0.47.13 Contribuição Social s/ Lucro		-23.686.706,75			-23.686.706,75
6- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-16.346.823,57	0,00	0,00	-16.346.823,57
5.2.3.1.7.10.09 Créditos Tributários (IRPJ)		-16.919.076,25			-16.919.076,25
6.2.3.1.7.10.07 Créditos Tributários (IRPJ)		6.511.400,97			6.511.400,97
6.2.3.3.1.18.00 Obrigações Diferidas (IRPJ)		190.910,52			190.910,52
6.2.3.1.7.10.07 Créditos Tributários (CSSL)		3.906.840,58			3.906.840,58
5.2.3.1.7.10.09 Créditos Tributários (CSSL)		-10.151.445,75			-10.151.445,75
6.2.3.3.1.18.00 Obrigações Diferidas (CSSL)		114.546,36			114.546,36
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		164.359.137,11	-1.518.156,32	-365.111,66	162.475.869,13

ANEXO XLV - ITEM 11.2 : Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Finep

Resultados Compensatórios	-1.883.267,98	1.518.156,32	365.111,66	0,00
3.3.3.9.0.67.02 Depósitos Judiciais	0,00			0,00
3.3.3.9.0.91.04 Depósitos Judiciais	-2.488.898,90			-2.488.898,90
6.1.3.1.2.03.00 Depósitos Realizáveis Vinculados	2.488.898,90			2.488.898,90
3.3.3.9.0.39.57 Serviços de Proce. de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3.9.0.39.66 Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3.9.0.39.94 Aquisição de Softwares de Aplicação				0,00
6.1.3.1.4.01.00 Gastos Operacionais				0,00
3.3.3.9.0.39.96 Outros Serv. Terc. PJ- Pagtº Antecipado				0,00
5.1.3.1.2.04.00 Créditos Administ. - Recebimentos				0,00
6.1.3.1.2.05.00 Adiantamentos Concedidos				0,00
3.3.3.9.0.39.69 Seguros em Geral	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.4.9.0.39.00 Outros Serv.de terceiros - PJ	-11.600,00			-11.600,00
6.1.3.1.1.04.00 Bens Intangíveis	11.600,00			11.600,00
3.4.4.9.0.61.00 Aquisição de Imóveis				0,00
3.4.4.9.0.51.00 Obras e Instalações	-230.535,36			-230.535,36
6.1.3.1.1.01.00 Bens Imóveis	230.535,36			230.535,36
3.3.3.9.0.39.17 Manut.e Conservação de Maq. e Equip.	0,00	-9.130,00	0,00	-9.130,00
3.4.4.9.0.52.00 Equipamentos e Mat. Permanente	-276.838,73	-25.224,34		-302.063,07
6.1.3.1.1.02.01 Bens Móveis de Uso Permanente	276.838,73	34.354,34		311.193,07
3.4.5.9.0.65.04 Cotas/ Ações de Fundos	-45.756.775,81			-45.756.775,81
6.1.3.1.1.03.00 Títulos e Valores	45.756.775,81			45.756.775,81
3.4.5.9.0.66.01 Empréstimos Concedidos				0,00
3.4.5.9.0.66.02 Financiamentos Concedidos	-2.521.628.910,82			-2.521.628.910,82
6.1.3.1.2.01.00 Empréstimos e Financiamentos	2.521.628.910,82			2.521.628.910,82
3.4.6.9.0.71.01 Amort. Dívida Cont.c/Instit.Financeira	-45.010.327,30			-45.010.327,30
3.4.6.9.0.71.03 Amort.Dívida Contratada no Exterior	-11.668,82			-11.668,82
6.1.3.3.1.00.00 Operações de Créditos-em Contratos	45.021.996,12			45.021.996,12
5.1.3.3.5.00.00 Créditos de Exercícios Anteriores				0,00
4.2.1.1.2.00.00 Obrigações do FND				0,00
4.2.1.1.4.00.00 Obrigações Créd. Internas-FNDCT	3.208.105.452,75			3.208.105.452,75
5.1.3.3.1.01.01 Oper.de Créditos Contratuais Internas	-3.208.105.452,75			-3.208.105.452,75
6.1.3.1.4.02.00 Despesas Antecipadas	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.3.9.0.47.10 Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis				0,00
5.1.3.1.1.02.01 Bens Móveis de Uso Permanente				0,00
4.1.6.0.0.02.01 Juros de Empréstimos	488.901.513,36			488.901.513,36
4.2.3.0.0.70.02 Amortizações de Contratos	26.351.015,66			26.351.015,66
4.2.3.0.0.80.01 Amortizações de Bens				0,00
4.2.3.0.0.80.02 Amortizações de Projetos	887.880.059,84			887.880.059,84
5.1.3.1.2.01.00 Empréstimos e Financiamentos	-1.403.132.588,86			-1.403.132.588,86
4.1.3.2.4.04.00 Fundos de Aplicações em Cotas-R. Var.				0,00
5.2.3.2.2.01.00 Desvalorização de Títulos e Valores				0,00
6.2.3.3.1.02.00 Operações de Créditos - em Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2.3.1.7.01.99 Outros Créditos a Receber				0,00
6.2.3.1.7.99.00 Incorporação de Outros Direitos				0,00
6.2.2.1.1.01.00 No País	34.354,34			34.354,34
5.2.2.1.1.01.00 No País		-34.354,34		-34.354,34
5.1.3.3.2.00.00 Aumento de Capital				0,00
5.1.2.1.3.01.00 Sub-Repasse Concedido	-2.014.736,76	-27.399,46	-69.914,93	-2.112.051,15
6.1.2.1.3.01.00 Sub-Repasse Recebido	97.314,39	1.579.736,76	435.000,00	2.112.051,15
5.2.3.1.4.00.00 Baixa de Títulos e Valores (Ret.Fundo)	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2.3.3.1.04.00 Obrigações de Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2.2.2.1.01.00 Transferências Concedidas				0,00
5.2.2.3.1.00.00 Corresp. de Créditos SD n/Financeiro				0,00
6.2.2.3.1.00.00 Corresp. de Débito SD n/Financeiro				0,00
5.2.2.3.2.00.00 Corresp. de Créditos SD Financeiro	-199,95			-199,95
6.2.2.3.2.00.00 Corresp. de Débito SD Financeiro	0,00	173,36	26,59	199,95
5.2.2.3.3.07.04 Ajuste de Sistemas Contábeis - Finan.	-43.305.900,72			-43.305.900,72
6.2.2.3.3.07.03 Ajuste de Sistemas Contábeis-N/Finan.	43.305.900,72			43.305.900,72
6.2.2.3.3.07.04 Ajuste de Sist.Contábeis Financeiros				0,00

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2013

(Valores expressos em Reais Mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e regida pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.808 de 07 de fevereiro de 1996, alterado pelo Decreto nº 2.209 de 18 de abril de 1997 e pelo Decreto nº 2.471 de 26 de janeiro de 1998.

Sua finalidade é apoiar estudos, projetos e programas para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal.

Exerce também a função de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Pode ainda exercer a administração de outros fundos instituídos pelo Governo, nas condições que forem estabelecidas, mediante ato do Poder Executivo, além de outras atribuições conexas com as suas finalidades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os registros contábeis são efetuados de acordo com o Plano de Contas da União, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas nas Leis nºs 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime Contábil

O regime contábil adotado pela entidade é o da competência.

b) Direitos e Obrigações em Moeda Estrangeira

Os direitos e as obrigações em moeda estrangeira são ajustados às taxas cambiais em vigor na data do encerramento do exercício.

c) Correção Monetária

As contas passíveis de correção monetária foram atualizadas até 31 de dezembro de 1995, já que a Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, para fins societários e fiscais.

d) Créditos e Obrigações por Empréstimos e Financiamentos

Estão acrescidos dos respectivos rendimentos e encargos financeiros acumulados, assim como variações monetárias e cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

e) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2013, a FINEP reconheceu em seu ativo, parte do imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$ 10.438 mil (R\$ 13.567 mil em 2012 sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores e diferenças temporárias), sendo R\$ 2.913 mil referentes a prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores e R\$ 7.525 mil sobre diferenças temporárias - provisões trabalhistas. Tal montante refere-se à expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis dentro dos próximos dez exercícios sociais. Durante o exercício de 2013 foram realizados R\$ 27.090 mil dos créditos fiscais reconhecidos em exercícios anteriores.

A Resolução de Diretoria nº 0001/14 autorizou, com base em estudo técnico de acordo com as Instruções Normativas CVM nº 273/98 e nº 371/02, a constituição de ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de exercícios anteriores.

f) Provisões

f.1) Provisão para Devedores

A constituição da provisão para perdas sobre os financiamentos concedidos quanto à dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos está fundamentada na Lei nº 9.430/96, em seus artigos 9º e 12º. A referida provisão totalizou, em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 59.164 mil (R\$ 106.397 mil em 2012).

f.2) Provisão para Férias

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos funcionários até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais. Em 31 de dezembro de 2013, apresentou saldo final de R\$ 22.981 mil (R\$ 18.113 mil em 2012).

f.3) Provisão para 13º salário

Em função do pagamento da 2ª e última parcela do 13º salário ser em dezembro de cada ano, a referida provisão sempre apresentará saldo zero no final do exercício. Durante o ano de 2013 sua constituição e referida utilização foi de R\$ 12.876 mil (R\$ 9.624 mil em 2012).

f.4) Provisão para Contingências Trabalhistas

Em função da edição da RES/DIR/0619/13 que aprovou a proposta de acordo para o passivo trabalhista proposto pela Superintendência da Área Jurídica, no intuito de fornecer proposta a cada reclamante individualmente de forma isonômica, única e inegociável de oferta para acordo nas seguintes reclamações trabalhistas: RT - 0084500-89.1992.1.05.0013, RT-0081900-56.1992.5.01.0026, RT-02140-1993-007-01-00-0, RT-0006200-20.1992.5.01.0044, RT-001010-02.1992.5.01.0047, RT-0006400-59.1992.5.01.0001, a Superintendência da Área Financeira e de Captação, respaldada pela Área Jurídica, optou por complementar a referida provisão no ano de 2013, em R\$ 18.812 mil referente aos juros legais de tais reclamações, totalizando em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 164.688 mil (R\$ 145.877 mil em 2012).

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995.

h) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995 e de reavaliação espontânea e de custo atribuído (*deemed cost*), ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

- Imóveis	2% a.a.
- Móveis e utensílios	10% a.a.
- Equipamentos de escritório	10% a.a.
- Veículos	20% a.a.
- Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.

i) Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, ajustado pela amortização acumulada, quando aplicável, calculada pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil correspondente a 20% a.a. e de recuperação econômica, fixada por espécie de bens.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Esses tributos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e de 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

k) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Lei nº 11.638/07, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- a) títulos para negociação
- b) títulos disponíveis para venda
- c) títulos mantidos até o vencimento

Os títulos classificados como para negociação e os registrados como disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são contabilizados em contrapartida à correspondente conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

As aplicações em fundos de investimentos são registradas ao custo de aquisição ajustado, diariamente, pela variação do valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

4. DISPONIBILIDADES

ANEXO XLV – ITEM 11.2 – Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora Finep

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
Banco em moeda nacional	2	1
Recursos da Conta Única aplicados	3.528.863	2.000.000
Fundo de aplicação extramercado	179.456	747.505
Limite de saque com vinculação de pagamento	206.335	25.767
<u>TOTAL</u>	<u>3.914.656</u>	<u>2.773.273</u>

As disponibilidades apresentam saldos de caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em valor conhecido e com risco insignificante de mudança de valor.

A FINEP mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em Fundo Extramercado de investimento em renda fixa, junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com composição de carteira, em sua grande maioria, de títulos públicos federais estando classificados como títulos para negociação, tendo reflexo nas contas de resultado e também aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme autorizado pela MP nº 600 de 28 de dezembro de 2012.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
Financiamentos concedidos	936.094	804.914
Juros pró-rata s/ financiamentos	21.522	18.751
Encargos s/ empréstimos e financiamentos	38.477	20.217
Provisão para Perdas Estimadas	-	(956)
<u>TOTAL CIRCULANTE</u>	<u>996.093</u>	<u>842.926</u>
Financiamentos concedidos	5.940.588	4.439.837
Cobrança judicial	101.773	148.170
Provisão para Perdas Estimadas	(59.164)	(106.397)
<u>TOTAL NÃO CIRCULANTE</u>	<u>5.983.197</u>	<u>4.481.610</u>

6. OUTROS CRÉDITOS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	<u>9.039</u>	<u>6.668</u>
. Créditos a receber por cessão de pessoal	958	1.609
. Provisão para crédito de cessão de pessoal	-	(1.201)
. Créditos a receber – folha de pagamento	8.081	6.260
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	<u>9.272</u>	<u>23.190</u>
. IRPJ a recuperar	5.785	21.999
. Contribuições a recuperar	3.463	1.167
. Créditos por Infrações Legais e Contratuais	24	24
OUTROS	<u>10.033</u>	<u>5.103</u>
. Desfalques ou desvios	59	59
. Taxa de administração FUNTTEL	4.365	5.044
. Recursos de Aplicação no Tesouro	5.609	-
<u>TOTAL CIRCULANTE</u>	<u>28.344</u>	<u>34.961</u>
OUTROS	<u>19.269</u>	<u>16.780</u>
. Depósitos judiciais (ações trabalhistas)	19.269	16.780
CRÉDITOS ESPECÍFICOS	<u>25.471</u>	<u>25.471</u>
. Risco cambial	25.471	25.471
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	<u>81.519</u>	<u>98.171</u>
. IRPJ diferido – (Nota 15.2)	50.955	61.362
. CSLL diferido – (Nota 15.2)	30.564	36.809
<u>TOTAL NÃO CIRCULANTE</u>	<u>126.259</u>	<u>140.422</u>

Com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 066/68, está sendo computada a quantia de R\$ 25.471 mil a débito do Tesouro Nacional, correspondente à recuperação do risco cambial. A FINEP há anos tenta se ressarcir e continua mantendo negociações nesse sentido.

7. INVESTIMENTOS

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
Cotas do FND	67.662	63.886
Bens não destinados a uso – obras de arte	-	2.439
Propriedade para Investimento	1.804	1.804
<u>TOTAL</u>	<u>69.466</u>	<u>68.129</u>

No exercício de 2011, foi reconhecida perda de R\$ 33.652 mil com autorização através da Resolução de Diretoria nº 0357/11, em função da Lei nº 12.431/11 que em seu artº 23 extingue o Fundo Nacional de Desenvolvimento e determina que a União sucederá o FND nos seus direitos e obrigações. Nos demais exercícios, apenas as correções de valor do recebível pelo IPCA foram computadas no exercício.

A rubrica de Bens não destinados a uso representava o conjunto de obras de arte de Portinari, que em 2013 foi doado ao Museu Nacional de Belas Artes – MNBA, unidade museológica do Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM/MinC, subordinado ao Ministério da Cultura. A doação foi amparada pela RES/DIR/0501/13.

A rubrica de Propriedade para Investimento representa os 7 (sete) terrenos recebidos em dação de pagamento.

O Pronunciamento Técnico CPC 28 define propriedade para investimento como sendo a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou venda no curso ordinário do negócio.

8. IMOBILIZADO

Em observância a Resolução CFC nº 1.177/09 (NBC T 19.1 / CPC 27), o quadro abaixo demonstra a conciliação do valor contábil no início e no final do período apresentando as adições, depreciações e outras alterações no período.

Movimentação do Ativo Imobilizado – 31/12/2012 a 31/12/2013

Código	Descrição	Saldo 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2013
142110300	Terrenos	20.200	-	-	-	20.200
142110600	Salas e Escritórios	54.687	-	-	-	54.687
142118800	CM Compl. Lei 8200/91	11.162	-	-	-	11.162
142119100	Obras em Andamento	-	231	-	-	231
142119300	Benfeitorias em Prop. Terceiros	990	-	-	-	990
	IMÓVEIS DE USO	87.039	231	-	-	87.270
142120600	Aparelhos Comunicação	621	39	0	-	660
142122600	Instrumentos Musicais	14	-	-	-	14
142123400	Máquinas e Equipamentos	975	49	8	-	1.016
142123500	Equip. Proc. Dados	4.395	47	36	-	4.406
142123600	Instal. Utens. Escritório	39	1	1	-	39
142124200	Mobiliário em Geral	3.470	174	0	-	3.644
142125200	Veículos Tração Mecânica	-	-	0	-	0
142128800	CM Compl. Lei 8200/91	86	-	1	-	85
	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES	9.600	310	46	-	9.864
142900000	Depreciação	(24.804)	541	46	-	(26.860)
	S O M A	71.836				70.274

As contas de terrenos e de salas e escritórios (edificações) são apresentadas pelo custo de aquisição acrescido dos efeitos da mais-valia, resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

Na análise da aplicação do CPC 01 “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” e CPC 27 “Imobilizado”, foi entendido que devido às características dos bens utilizados nas operações da FINEP, exceto os terrenos e salas e escritórios (edificações) para os quais foi aplicado o custo atribuído, conforme citado anteriormente, a prática contábil deveria ser mantida em relação às taxas de depreciação, inexistindo sinais de que seus custos registrados sejam superiores aos seus valores de recuperação. Portanto entende-se que não haverá valor residual ao final do tempo de vida útil dos ativos e que não há necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

A relação de ativos dados em garantia está evidenciada em sistema próprio da entidade, representando um custo de aquisição de R\$ 63.527 mil, sendo R\$ 62.501 mil referentes aos bens móveis dos andares 1º, 2º, 3º e 13º.

9. INTANGÍVEL

Composto em quase sua totalidade por software registrado pelo custo de aquisição, com vida útil definida em 60 meses e respectiva amortização de 20% ao ano.

Em observância à Resolução CFC nº 1.139/08, o quadro abaixo demonstra a conciliação do valor contábil no início e no final do período apresentando as adições, amortizações e outras alterações no período.

Movimentação do Ativo Intangível – 31/12/2012 a 31/12/2013						
Código	Descrição	Saldo 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2013
143300000	Projetos e Softwares	-	-	-	-	-
143900000	Amortizações	-	-	-	-	-
144100000	Softwares	1.178	12	-	-	1.190
144200000	Marcas e Patentes	0	-	-	-	0
144400000	Conc. Uso Comunicação	112	-	-	-	112
144900000	Amortizações	(1.144)	(17)	-	-	(1.161)
	S O M A	146				140

10. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Quanto à conciliação entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis do Imposto de Renda, as únicas diferenças, evidenciada no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real – são; a receita com créditos tributários da Contribuição Social Diferida sobre o Lucro Líquido que totalizam, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 4.021 mil (R\$ 5.202 mil em 2012) e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 2.158 mil (R\$ 3.150 mil em 2012).

11. REALIZAÇÃO DO CUSTO ATRIBUÍDO

O efeito no resultado do exercício, oriundo de depreciações do custo atribuído (*deemed cost*), foi da ordem de R\$ 764 mil, e a movimentação da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial está evidenciada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A realização e consequente tributação do saldo da referida conta, pelo imposto de renda e contribuição social, dão-se à medida que ocorrem os fatos previstos pela legislação pertinente. Portanto, os valores mantidos nessa conta estão sujeitos à tributação futura.

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

As obrigações por repasses no País são demonstradas como segue:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
FAT	645.918	834.767
Empréstimos internos	255.938	80.610
<u>TOTAL CIRCULANTE</u>	<u>901.856</u>	<u>915.377</u>
Empréstimos internos	8.533.550	5.521.118
<u>TOTAL NÃO CIRCULANTE</u>	<u>8.533.550</u>	<u>5.521.118</u>

12.1. FAT – DEPÓSITOS ESPECIAIS

A FINEP mantém um programa ativo denominado Pró-Inovação com o Ministério do Trabalho e Emprego que visa ao apoio financeiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ao financiamento de estudos e projetos previamente selecionados pela FINEP e aprovados pela Comissão de Avaliação de Projetos – CAP/CODEFAT. Os financiamentos são direcionados para segmentos específicos da economia, capazes de promover ações modernizantes e estruturais, destacando-se os aspectos indutores de inovações, transformações e reestruturações produtivas, sem perder o foco voltado à geração de emprego e renda.

Os Depósitos Especiais são aplicados sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT. São remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos mutuários, sendo os recursos ainda não utilizados, classificados como disponíveis, remunerados pelos mesmos critérios aplicados às disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

O saldo devedor junto ao MTE/FAT em 31 de dezembro de 2013 totaliza um montante de R\$ 645.918 mil.

A movimentação do saldo do FAT – Depósitos Especiais durante o período exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi a seguinte:

	FAT - Depósitos Especiais (Pró-inovação)
Saldo em 31/12/2012	834.767
- Ingressos de Recursos	-
- Juros s/ Depósitos (remuneração TJLP)	34.909
- Juros s/ Depósitos (remuneração SELIC)	1.154
- Amortizações de principal (1%-TJLP)	(53.367)
- Amortizações de principal (excedente)	(134.386)
- Recolhimento de TJLP	(36.011)
- Recolhimento de SELIC	(1.148)
Saldo em 31/12/2013	645.918

12.2. EMPRÉSTIMOS INTERNOS

As características das obrigações são demonstradas como:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>MOEDA</u>	<u>VCTO.</u>	<u>TAXA DE JUROS</u>	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
FNDCT	Real	(a)	TJLP	4.116.599	3.073.823
BNDES AUTOMÁTICO	Real	dez/19	TJLP + 1%	135.771	143.272
BNDES EMPRÉSTIMO	Real	(b)	TJLP + 1%	4.035.523	2.083.608
FUNTEL	Real	(c)	TR	501.595	301.025
<u>TOTAL</u>				<u>8.789.488</u>	<u>5.601.728</u>

(a) Amortizações dos empréstimos do FNDCT são:

	Início	Término
Empréstimo 1	12/2011	12/2021
Empréstimo 2	08/2012	08/2022
Empréstimo 3	06/2013	06/2023
Empréstimo 4	03/2014	03/2014
Empréstimo 5	12/2014	06/2029
Empréstimo 6	03/2015	09/2029
Empréstimo 7	09/2015	03/2030
Empréstimo 8	05/2016	11/2030
Empréstimo 9	12/2016	06/2031
Empréstimo 10	12/2016	06/2031
Empréstimo 11	09/2017	09/2017
Empréstimo 12	09/2018	03/2033

(b) As amortizações dos empréstimos do BNDES são:

	Início	Término
Empréstimo 1	08/2014	07/2021
Empréstimo 2 Subcrédito A	02/2015	01/2022
Empréstimo 2 Subcrédito B	02/2014	01/2020
Empréstimo 2 Subcrédito A1	02/2016	01/2022
Empréstimo 2 Subcrédito B1	02/2016	01/2022
Empréstimo 3 Subcrédito A	02/2018	01/2024
Empréstimo 3 Subcrédito B	02/2018	01/2024

(c) As amortizações dos empréstimos do FUNTEL são:

	Início	Término
Empréstimo 1	04/2016	04/2035
Empréstimo 2	04/2017	04/2036
Empréstimo 3	04/2018	04/2037
Empréstimo 4	04/2018	04/2037
Empréstimo 5	04/2019	04/2038

Os recursos recebidos por linhas de crédito obtidas, mas ainda não utilizados, disponíveis para futuras liberações de financiamentos, montam, em 31 de dezembro de 2013, o total de R\$ 649.596 mil, sendo R\$ 411.078 mil do FNDCT e R\$ 238.518 mil do FUNTTEL (livre para novos comprometimentos). Ressalte-se, entretanto, que a carteira potencial do FUNTTEL monta R\$ 270.307 mil, superando o valor disponível para novos comprometimentos.

12.3. EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

As obrigações por repasses do Exterior se referem ao Clube de Paris, em Euro, sendo representado por R\$ 17 mil no Circulante em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 15 mil em 2012) e R\$ 255 mil no Não Circulante (R\$ 234 mil em 2012). O vencimento será em dezembro de 2024 e a taxa de juros é de 8,25% a.a.

13. RECURSOS PARA EQUALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES SOBRE RECURSOS DO FNDCT

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
Recursos para Equalização	124.801	408.369
Recursos para Investimento em Empresas Emergentes	23.821	95.704
Garantia de Liquidez	29.138	27.368
Recursos Aplicados em Fundos	181.545	171.663
Recursos Retornados de Fundos	8.762	26.699
<u>TOTAL</u>	<u>368.067</u>	<u>729.803</u>

A equalização de taxa de juros é um instrumento que permite à FINEP conceder às empresas crédito subsidiado. A garantia de liquidez é uma ferramenta de mitigação parcial do risco inerente às aplicações nos fundos de investimento, atualmente utilizado no âmbito do Programa Inovar Semente, garantindo aos investidores privados retorno do principal investido.

A acentuada queda nos recursos para equalização, recursos para investimento em empresas emergentes e recursos retornados de fundos é em função da devolução de tais recursos em conformidade com o Ofício nº 16/2013/COFIN/STN/MF/DF e respaldado pela RES/DIR/0463/2013.

14. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Segundo o item 14 do Pronunciamento Técnico CPC 25, uma provisão deve ser reconhecida quando (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Utilizar estimativas para elaborar demonstrações contábeis não torna, de maneira alguma, tais demonstrações menos confiáveis. Considerando que uma provisão é mais incerta do que a maioria dos elementos do balanço, estimativas tornam-se ainda mais essenciais. Vale ressaltar que o valor reconhecido como provisão foi o melhor desembolso estimado capaz de liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Adicionalmente, as estimativas foram julgadas pela administração da FINEP e complementadas pela experiência de transações semelhantes e por relatório elaborado por escritório de consultoria jurídica trabalhista, sendo provisionado o valor de R\$ 18.812 mil (R\$ 16.419 mil em 2012), totalizando em 31 de dezembro de 2013, R\$ 164.688 mil como saldo final da provisão (R\$ 145.877 mil em 2012).

Cabe ressaltar que a RES/DIR/0619/13 aprovou a proposta de acordo para o passivo trabalhista proposto pela Superintendência da Área Jurídica, no intuito de fornecer proposta a cada reclamante individualmente de forma isonômica, única e inegociável de oferta para acordo nas seguintes reclamações trabalhistas: RT - 0084500-89.1992.1.05.0013, RT-0081900-56.1992.5.01.0026, RT-02140-1993-007-01-00-0, RT-0006200-20.1992.5.01.0044, RT-001010-02.1992.5.01.0047, RT-0006400-59.1992.5.01.0001. Os efeitos dessa negociação serão observados em 2014, uma vez que até o dia 31 de dezembro de 2013, o mesmo ainda não havia sido finalizado.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – CORRENTES E DIFERIDOS

15.1 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os principais componentes das despesas e receitas tributárias são assim demonstrados:

	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
IRPJ	48.722	32.073
Corrente	38.505	28.481
Diferido - despesa	16.919	12.263
Diferido - (receita)	(6.702)	(8.671)
CSLL	29.817	19.324
Corrente	23.687	17.168
Diferida - despesa	10.151	7.358
Diferida - (receita)	(4.021)	(5.202)
<u>TOTAL</u>	<u>78.539</u>	<u>51.397</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentaram em 2013, respectivamente, a realização de R\$ 16.919 mil (R\$ 12.263 mil em 2012) e R\$ 10.151 mil (R\$ 7.358 mil em 2012) sobre prejuízos fiscais e base negativa.

No ativo fiscal diferido foram registrados R\$ 6.523 mil (R\$ 8.480 mil em 2012) para o imposto de renda e R\$ 3.914 mil (R\$ 5.088 mil em 2012) para a contribuição social. A Resolução de Diretoria nº 0001/14 autorizou a atualização do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa, tendo sido constituídos os valores de R\$ 1.821 mil para o imposto de renda e R\$ 1.092 mil para a contribuição social sobre o lucro líquido.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial decorrente da mais valia dos imóveis foi de R\$ 191 mil (IRPJ) e R\$ 115 mil (CSLL), valores estes historicamente constantes, devido à base regular da depreciação em função da vida útil estipulada em laudo especializado.

ANEXO XLV – ITEM 11.2 – Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora Finep

As alíquotas aplicáveis de cada tributo (25% IRPJ e 15% CSLL) incidem sobre a base do Lucro Real Ajustado (lucro antes dos impostos ajustado pelas adições e exclusões segundo a legislação fiscal). O quadro abaixo evidencia a conciliação das alíquotas efetivas e aplicáveis aos tributos:

	DEZ/2013			DEZ/2012		
	R\$ Mil	AV% LAIR	AV% L.REAL	R\$ Mil	AV% LAIR	AV% L.REAL
LAIR	241.014	-	-	163.904	-	-
Lucro Real	157.911	-	-	114.453	-	-
Despesa com IRPJ (corrente)	38.505	15,98%	24,38% (1)	28.481	17,38%	24,88% (1)
Despesa com CSLL (corrente)	23.687	9,83%	15,00%	17.168	10,47%	15,00%

(1) A alíquota aplicável não corresponde a exatos 25%, uma vez que a FINEP utiliza-se dos benefícios fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador, da Lei Rouanet e da Lei do Incentivo ao Esporte.

15.2 IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO DIFERIDOS – ATIVO E PASSIVO

Em função da existência de prejuízos fiscais passados, a empresa revisa anualmente o valor do ativo fiscal diferido (autorizado em 2013 pela Resolução de Diretoria nº 0001/14), atualizando seus valores na rubrica de Prejuízos Fiscais (IRPJ) e Base Negativa (CSLL). Os valores relacionados como Diferenças Temporárias são oriundos do registro inicial da Provisão para Contingências Trabalhistas e suas atualizações.

<u>ATIVO</u>	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
IRPJ	50.955	61.363
Prejuízos Fiscais	16.150	31.261
Diferenças Temporárias	34.805	30.102
CSLL	30.565	36.809
Base Negativa	9.682	18.748
Diferenças Temporárias	20.883	18.061
<u>TOTAL</u>	<u>81.520</u>	<u>98.172</u>

O passivo fiscal diferido apresenta o saldo do efeito tributário em função da constituição da Reserva de Reavaliação e do Ajuste de Avaliação Patrimonial efetuados com suas respectivas realizações anuais.

<u>PASSIVO</u>	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
IRPJ	13.643	13.834
CSLL	8.186	8.300
<u>TOTAL</u>	<u>21.829</u>	<u>22.134</u>

15.3 IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO A RECUPERAR

ANEXO XLV – ITEM 11.2 – Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora Finep

Em função das antecipações mensais em bases estimadas (obrigatórias pela legislação fiscal para empresas com tributação pelo Lucro Real Anual) e da retenção de IRRF sobre aplicações financeiras de renda fixa – Extramercado superarem o IRPJ devido e a CSLL devida, a FINEP apresenta saldo de imposto e contribuição a recuperar, descritos abaixo:

	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
IRPJ	5.785	21.999
CSLL	3.463	1.167
Outros	24	24
<u>TOTAL</u>	<u>9.272</u>	<u>23.190</u>

15.4 CONTROLE DO PREJUÍZO FISCAL (IRPJ) E DA BASE NEGATIVA (CSLL)

ANO CALENDÁRIO	IRPJ	CSLL
	PREJ. FISCAL (-) Prej. / (+) Comp.	BASE NEGATIVA (-) Prej. / (+) Comp.
2002	(469.726)	(469.543)
2003	(5.062)	(4.775)
2004	5.486	5.571
2005	(1.703)	(1.412)
2006	8.333	8.420
2007	12.760	12.952
2008	1.959	2.071
2009	3.336	3.448
2010	23.257	23.313
2011	40.522	40.522
2012	49.051	49.051
2013	67.676	67.676
SALDO	(264.111)	(262.708)

16. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

16.1 COTAS DE FUNDOS EM EMPRESAS EMERGENTES

A FINEP operacionaliza esta ação através do Programa Inovar, que é constituído do Inovar Fundos, cuja carteira é composta de 29 fundos, sendo 27 em operação e 2 desinvestidos.

As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador (instituições financeiras privadas) na data base do balanço, não havendo diferença entre o valor atualizado e o valor de mercado.

CNPJ	FUNDO	INVESTIDO EM R\$ mil
05.016.895/0001-76	SPTEC	864
06.214.664/0001-30	NOVARUM	1.546
06.905.602/0001-74	RIO BRAVO INVESTECH II	4.375
07.720.541/0001-33	CRP VI VENTURE	4
08.083.268/0001-46	STRATUS VC III	12.000
08.571.117/0001-37	FIPAC	44
08.605.371/0001-09	FUNDOTEC II	10.537
08.693.474/0001-78	RIO BRAVO NORDESTE II	12.000
08.796.172/0001-25	JARDIM BOTANICO VC I	7.511
08.909.578/0001-77	GOVERNANÇA	12.649
08.988.307/0001-54	FIP TERRA VIVA	18.620
09.238.849/0001-72	CAPITAL TECH	6.947
10.407.298/0001-02	HORIZONTI	7.786
10.720.618/0001-80	NEO CAPITAL MEZANINO	11.505
11.160.957/0001-11	BRASIL AGRONEGOCIO	17.724
11.337.965/0001-90	FUNDO SC	4.620
11.411.095/0001-52	CRP VII	25.040
12.272.110/0001-91	NASCENTI	3.346
12.907.124/0001-34	BURRILL BRASIL	1.253
13.107.005/0001-60	PERFORMA	4.362
13.528.558/0001-96	DGF INOVA	8.890
15.505.288/0001-23	DLM BRASIL TI	8.128
17.078.063/0001-63	CVENTURES PRIMUS	1.050
18.093.847/0001-23	CAPITAL TECH II	360
18.754.577/0001-54	INOVA EMPRESA	10.000
18.860.705/0001-44	INOVACAO PAULISTA	600
	TOTAL	191.761

A FINEP tem o objetivo de investir em empresas inovadoras com alto potencial de retorno financeiro através de Fundos de Participações, bem como o de atrair investimentos privados (nacionais e estrangeiros) para a indústria de *venture capital* no Brasil e construir um ambiente favorável ao desenvolvimento do *venture capital* no país.

Alguns dos resultados alcançados através do programa são: o alto grau de alavancagem de recursos privados e do potencial inovador das empresas investidas; a profissionalização da gestão das pequenas e médias empresas inovadoras que recebem, além do aporte financeiro, contribuição dos gestores dos Fundos em todas as áreas; a implementação das melhores práticas de governança nas empresas investidas e o fortalecimento da estrutura de capital das empresas nacionais.

A Administração da FINEP entende que a participação em todos os fundos deverá obedecer todo o cronograma de integralização (investimento) e de retorno (desinvestimento) estando, portanto, estes títulos classificados como mantidos até o vencimento sendo avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

16.2 AÇÕES

Conforme portaria nº 603 de 24 de dezembro de 2014, o Ministério da Fazenda definiu como ordinária a espécie de ações da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB para fins de capitalização da FINEP. Ainda segundo a portaria, coube à Secretaria do Tesouro Nacional definir a quantidade de ações a serem transferidas garantindo que na operação não houvesse perda do controle acionário da União na Telebrás e no BNB.

As ações foram assim transferidas:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR</u>
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás	32.316.006	158.348
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	1.449.254	41.652
<u>TOTAL</u>	<u>33.765.260</u>	<u>200.000</u>

Os códigos das referidas ações são TELB3 para a Telebrás e BNBR3 para o BNB sendo suas respectivas cotações de R\$ 4,90 e R\$ 28,74.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Após a autorização do aumento de capital dado pela portaria nº 603 de 24 de dezembro de 2014 do Ministério da Fazenda, o estatuto da FINEP necessita de alteração por Decreto da Presidência da República. Após a recepção das ações ordinárias da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, o capital social integralizado da FINEP é de R\$ 1.101.552, representado por 300.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Reserva de Capital

Reserva constituída em exercícios anteriores a 2008 representando o saldo de doação recebida.

c) Reserva de Reavaliação

Reserva constituída em exercícios anteriores cuja realização foi concluída em 2010, com a exceção da parte relativa aos terrenos.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Representa o valor líquido de imposto e de realização do custo atribuído (*deemed cost*) aplicado sobre as contas de terrenos e salas e escritórios (edificações), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC.

e) Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido ajustado, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

f) Dividendos/Juros sobre o capital próprio e Participação dos Empregados

A FINEP apresentou um lucro líquido no exercício de 2013 no montante de R\$ 162.476 mil (R\$ 112.508 mil em 2012) elevando o seu Patrimônio Líquido para R\$ 1.493.230 mil.

Foi destinado o montante de R\$ 43.306 mil a título de Juros sobre o capital próprio a pagar ao Tesouro Nacional, conforme o inciso II do artigo 30 do seu Estatuto Social.

17.1 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Demonstrativo da Destinação do Resultado do Exercício Social

	<u>DEZ/2013</u>	<u>DEZ/2012</u>
(=) Lucro Líquido do Exercício	162.476	112.508
(+) AAP realizado	764	764
(-) IRPJ sobre AAP Realizado	191	191
(-) CSLL sobre AAP Realizado	115	115
(=) Base para Destinações	162.934	112.966
(-) Reserva Legal	8.147	5.648
(=) Base para Dividendos e Juros sobre o capital próprio	154.787	107.318

Em substituição aos Dividendos sobre o lucro, visando o benefício fiscal (economia tributária) regulamentado pela Receita Federal do Brasil, a FINEP optou pelos Juros sobre o capital próprio, uma vez que segundo o art. 9º da Lei nº 9.249/95, poderão ser deduzidos do lucro real os juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação pró rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

ANEXO XLV – ITEM 11.2 – Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora Finep

O limite de dedutibilidade amparado pelo RIR/1999 e Lei nº 9.249/95 deve ser o maior entre:

- 1- 50% do lucro líquido do período de apuração a que corresponder o pagamento ou crédito dos juros, após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da provisão para o imposto de renda e da dedução dos referidos juros; ou
- 2- 50% dos saldos de lucros acumulados e reservas de lucros de períodos anteriores.

Aplicando-se as alíquotas dos tributos incidentes sobre lucro diretamente no valor dos Juros sobre capital próprio, totalmente dedutível conforme verificação dos limites, o benefício fiscal (economia tributária) gerado no exercício de 2013 foi de R\$ 17.322 mil (R\$ 14.088 mil em 2012).

O cálculo dos Juros sobre o capital próprio, bem como do saldo remanescente destinado à constituição da Reserva para Margem Operacional, são demonstrados a seguir:

1 – Cálculo de 2012 (em R\$ mil)

Base para Dividendos e Juros sobre o capital próprio	107.318
(-) Juros sobre o capital próprio - JCP	35.221
Saldo remanescente destinado à constituição da Reserva para Margem Operacional	<u>72.097</u>

2 – Cálculo de 2013 (em R\$ mil)

Base para Dividendos e Juros sobre o capital próprio	154.787
(-) Juros sobre o capital próprio - JCP	43.306
Saldo remanescente destinado à constituição da Reserva para Margem Operacional	<u>111.481</u>

O valor dos Juros sobre capital próprio apurado (R\$ 43.306 mil) corresponde a 27,98% da base para sua respectiva destinação, superior, portanto, ao mínimo estabelecido no estatuto de 25%.

Os Juros sobre o capital próprio a pagar correspondem a R\$ 144,35 (R\$ 117,40 em 2012) por lote de mil ações do capital social final.

A Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados de 2013 também está de acordo com o limite estabelecido na Resolução CCE nº 10/95, que diz que o valor da PLR não poderá ser superior a 25% dos Dividendos ou Juros sobre o capital próprio a serem pagos ou creditados à União.

17.2 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

Em função do item 8 da Nota Técnica nº 437/CGCOR/DEST/SE-MP, a coluna de Lucro a Destinar presente na referida demonstração passa a não ter saldo nos exercícios 2012 e 2013. Após a destinação do resultado, o saldo remanescente foi destinado integralmente para a Reserva de Margem Operacional.

18. FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - FIPECq

A FINEP é co-patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA (FIPECq). Entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, a FIPECq gera para os empregados e ex-empregados da FINEP um Plano de Benefício Definido que complementa o valor do benefício da Previdência Social até atingir o salário real médio dos últimos anos de atividade e paga Pecúlio por morte do participante do plano.

ANEXO XLV – ITEM 11.2 – Demonstrações Contábeis – Unidade Gestora Finep

As patrocinadoras devem assegurar a FIPECq, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O método de avaliação atuarial adotado é o Crédito Unitário Projetado. O procedimento adotado para reconhecimento das perdas e ganhos atuariais é o do reconhecimento pleno e imediato da totalidade dos ganhos e perdas apurados a cada ano.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 600/09, a FINEP contratou a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., que emitiu laudo atuarial nº 0459 datado de 14 de fevereiro de 2014. Segundo o laudo, não há Passivo Atuarial a ser reconhecido pela FINEP, em 31 de dezembro de 2013, em relação ao Plano Previdenciário de Benefício Definido, sendo que a totalidade do Ativo Líquido (Potencial) de R\$ 281.280 mil está comprometida com desvios desfavoráveis que possam vir a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas, especialmente às relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos.

	Valor Presente das Obrigações (em R\$ Mil)
Em 31/12/2012	667.677
Custo do serviço corrente	18.801
Juros sobre o Valor Presente das Obrigações	54.482
Perdas (Ganhos) atuariais	(253.167)
Benefícios pagos	(14.334)
Reduções/Liquidações: perdas/(ganhos)	0
Em 31/12/2013	473.459

	Valor Justo dos Ativos do Plano (em R\$ Mil)
Em 31/12/2012	811.248
Contribuições do empregador	6.476
Contribuições do empregado ⁽¹⁾	6.476
Retorno obtido pelos Ativos do Plano ⁽¹⁾	(55.127)
Parcela do Fundo Previdencial do PPC incorporadas de forma proporcional às provisões matemáticas no exercício	0
Benefícios pagos	(14.334)
Reduções/Liquidações: perdas/(ganhos)	0
Em 31/12/2013	754.739

⁽¹⁾ Como a Contribuição Esperada do Empregado era de R\$ 5.335 mil, o fato da Contribuição Efetiva do Empregado ter sido de R\$ 6.476 mil, gerou um ganho de R\$ 1.141 mil e como o Retorno Esperado dos Ativos do Plano era de R\$ 66.198 mil, o fato do Retorno Efetivo dos Ativos do Plano ter sido de (R\$ 55.127 mil), gerou uma perda de (R\$ 121.324 mil).

No Valor Justo dos Ativos do Plano, em 31 de dezembro de 2013, foi incluída a parcela de R\$ 219.471 mil, correspondente à 89,5657% do saldo, na mesma data, do Fundo Previdencial desse Plano de Benefícios, onde o referido percentual corresponde à proporção das Provisões Matemáticas dos Participantes Ativos / Assistidos da FINEP em relação ao total das Provisões Matemáticas do Plano em questão.

As premissas atuariais utilizadas foram:

- Taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 10,76% ao ano (6,5% ao ano acima da Inflação Projetada);
- Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 10,76% ao ano (6,5% ao ano acima da Inflação Projetada);
- Taxa de crescimento salarial: 6,288% ao ano (2,10% ao ano acima da Inflação Projetada);
- Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 4% ao ano;
- Inflação Projetada: 4% ao ano;
- Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo ao longo de cada ano: 0,98 (98%);
- Taxa de rotatividade: considerada nula para refletir, de forma conservadora, o reflexo da entrada em vigor do Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD);
- Hipóteses de Entrada em Benefício de Aposentadoria Programada: o empregado participante do Plano entra em gozo do Benefício de Aposentadoria Programada 2 anos após preencher os requisitos para entrada em gozo de aposentadoria plena;
- Tábua Geral de Mortalidade: q_x da AT-2000 (masculina) – suavizada em 10%;
- Tábua de entrada em invalidez: i_x da LIGHT-FRACA;
- Tábua de mortalidade de inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) – suavizada em 10%;
- Tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para $q_x / i_x / q_x^i$
- Composição de família: experiência obtida na região de atuação da empresa Patrocinadora para os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos, e família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos.

19. REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Para atender à Resolução nº 03/10 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, seguem maior e menor remunerações pagas aos empregados e administradores da FINEP (nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos) bem como o salário médio dos empregados e dirigentes:

- Empregados

Maior remuneração: R\$ 31.452,69

Menor remuneração: R\$ 2.657,97

Remuneração média: R\$ 13.358,50

- Dirigentes

Presidente: R\$ 36.227,49

Diretores: R\$ 34.502,37

20. COBERTURA DE SEGUROS

Em termos de contrato administrativo, a FINEP possui seguro empresarial na Marítima Seguros S/A, com coberturas contra incêndio, queda de raio, explosão (de qualquer natureza), fumaça, danos elétricos, responsabilidade civil em estabelecimento comercial, entre outras, para o conteúdo dos imóveis no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

21. PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

21.1 Liquidez Imediata

A capacidade que a FINEP tem de liquidar suas obrigações de curto prazo apenas com suas disponibilidades financeiras é representada pelo indicador Liquidez Imediata e aumentou de 2,44 em 2012 para 3,36 em 2013.

21.2 Liquidez Corrente

A Liquidez Corrente da FINEP foi de 3,21 em 2012 para 4,24 em 2013 e representa a capacidade que a empresa tem de efetuar o pagamento integral de suas obrigações devidas em até um ano, com os ativos registrados também no curto prazo.

21.3 Endividamento Geral

O endividamento com terceiros em relação ao investimento de capital próprio pode ser indicado pelo Endividamento Geral. Tendo aumentado de 6,31 em 2012 para 6,76 em 2013, é justificado pelo crescimento de empréstimos de longo prazo para a FINEP, principalmente o relativo ao PSI, via BNDES.

21.4 Composição de Exigibilidades

O quociente de estrutura de capital Composição de Exigibilidades aponta que o percentual de obrigações de curto prazo da FINEP em relação às suas obrigações totais diminuiu de 0,15 em 2012 para 0,12 em 2013, o que evidencia maior concentração das exigibilidades no longo prazo.

21.5 Imobilização do Patrimônio Líquido

Este indicador de estrutura de capital mostra o percentual do Patrimônio Líquido que está financiando o Ativo Permanente. Considerando que a Imobilização do Patrimônio Líquido da FINEP passou de 0,12 em 2012 para 0,09 em 2013, a empresa continua com boa parte de seus recursos próprios disponíveis para outros investimentos.

21.6 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

O retorno econômico obtido sobre o capital próprio da FINEP, mensurado pelo indicador Rentabilidade do Patrimônio Líquido, aumentou de 9,89% em 2012 para 12,18% em 2013.

21.7 Margem Líquida

A margem evidencia o retorno econômico obtido com as receitas de intermediação financeira sendo de 14,96% em 2012 e 16,78% em 2013.

Maria Salete Cavalcanti
Diretora
CPF 205.793.304-00

João Alberto De Negri
Diretor
CPF 620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF 627.437.597-04

Cláudio Guimarães Júnior
Diretor
CPF 663.948.647-49

Glauco Antonio Truzzi Arbix
Presidente
CPF 518.652.118-34

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ
056.592/0-7
CPF 598.262.907-34

ANEXO XLVI – ITEM 11.2

Demonstrações Contábeis Unidade Gestora Contratos e Convênios

ANEXO XLVI - ITEM 11.2: Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanco Patrimonial em 31/12/2013 e 31/12/2012
Em Reais Mil

ATIVO	2013	2012
CIRCULANTE		
Disponibilidades	255.762	327.198
Créditos em Circulação	10.303	19.897
Créditos Tributários	-	-
Operações de Crédito	235	2.488
Recursos Especiais a Receber	1.071	8.411
Devedores Entidades e Agentes	8.997	8.997
Total do Ativo Circulante	266.065	347.095
NÃO CIRCULANTE		
Operações de Crédito	108.291	79.858
Operações de Crédito	108.291	79.858
Imobilizado	-	-
Total do Ativo Não Circulante	108.291	79.858
Total do Ativo	374.356	426.953

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Glauco Antonio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF-518.652.118-34

 Maria Salete Cavalcanti
 Diretora
 CPF-205.793.304-00

 João Alberto De Negri
 Diretor
 CPF-620.169.979-15

 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597-04

 Cláudio Guimarães Júnior
 Diretor
 CPF-663.948.647-49

 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907-34

ANEXO XLVI - ITEM 11.2: Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanco Patrimonial em 31/12/2013 e 31/12/2012
Em Reais Mil

PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE		
Recursos da União e Depósitos de Diversas Origens	-	140
Obrigações em Circulação	16.538	72.928
Consignatários e Fornecedores	1.665	58.055
Previdência Social	42	3
Tesouro Nacional	145	-
Exercício	1.478	58.052
De Exercícios Anteriores	-	-
Convênios a Pagar	2.614	2.614
Exercício	-	-
Exercícios Anteriores	2.614	2.614
Contratos de Subvenção a Pagar	12.259	12.259
Do Exercício	-	-
Exercícios Anteriores	12.259	12.259
Débitos Diversos	-	-
Credores Entidades e Agentes	-	-
Outras obrigações	-	-
Total do Passivo Circulante	16.538	73.068
NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	21.038	21.038
Operações de Crédito Funttel	21.038	21.038
Total do Passivo Não Circulante	21.038	21.038
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Resultado Acumulado	332.848	386.094
Resultado do Período	3.932	(53.246)
Total do Patrimônio Líquido	336.780	332.848
Total do Passivo	374.356	426.953

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

 Glauco Antonio Truzzi Arbix
 Presidente
 CPF-518.652.118-34

 Maria Salete Cavalcanti
 Diretora
 CPF-205.793.304-00

 João Alberto De Negri
 Diretor
 CPF-620.169.979-15

 Fernando de Nielander Ribeiro
 Diretor
 CPF-627.437.597-04

 Cláudio Guimarães Júnior
 Diretor
 CPF-663.948.647-49

 Ruben Silveira Mello Filho
 Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
 CPF-598.262.907-34

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS

Demonstração do Resultado em 31/12/2013 e 30/09/2012

Em Reais Mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2013	2012
Receita Operacional Bruta	29.824	20.857
Serviços Financeiros / Operações de Crédito	29.824	7.195
Recebimento de Recursos de Terceiros	-	13.662
Despesas Administrativas	(18.585)	(15.240)
Locação e Arrendamentos Mercantil	(2.441)	(1.809)
Serviços Profissionais e Contratados	(14.459)	(12.629)
Material de Consumo	(20)	-
Transporte de Pessoal	(1.666)	(802)
Despesas de Convênios	(8.290)	(6.921)
Despesas Financeiras	(13.951)	(16.898)
Receitas Financeiras	14.934	25.461
Lucro / Prejuízo Líquido	3.932	7.259

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Glauco Antonio Truzzi Arbix
Presidente
CPF-518.652.118-34

Maria Salete Cavalcanti
Diretora
CPF-205.793.304-00

João Alberto De Negri
Diretor
CPF-620.169.979-15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF-627.437.597-04

Cláudio Guimarães Júnio
Diretor
CPF-663.948.647-49

Ruben Silveira Mello Filho
Contador - CRC-RJ 056.592/0-7
CPF-598.262.907-34

UNIDADE GESTORA - FINEP-CONTRATOS E CONVÊNIOS
NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO DE 2013

1. OBJETIVOS DA GESTÃO

1.1- A Unidade Gestora FINEP - Contratos e Convênios foi criada com a finalidade de operacionalizar os programas administrados pela FINEP (U.G. 365001) no sentido de que os mesmos não interfiram no resultado operacional da empresa.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1- A FINEP mantém contabilidade separada para a Unidade Gestora Finep/Contratos e Convênios, onde são registradas:

- a) A entrada, como receita financeira dos recursos depositados pelos programas;

- b) A saída direta dos recursos, para aplicação nos programas de responsabilidade da FINEP, contabilizados como despesas;

ANEXO XLVI: Item 11.2 – Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

c) O lucro do exercício de 2013 no valor de R\$ 3.932.321,06 está composto pelo resultado da movimentação das contas da própria unidade gestora.

Glauco Antonio Truzzi Arbix
Presidente
CPF – 518.652.118/34

Maria Salete Cavalcanti
Diretora
CPF – 205.793.304-00

João Alberto De Negri
Diretor
CPF – 620.169.979/15

Fernando de Nielander Ribeiro
Diretor
CPF – 627.437.597/04

Cláudio Guimarães Júnior
Diretor
CPF – 663.948.647-49

Ruben Silveira Mello Filho
Contador-CRC-RJ 056.592/0-7
CPF - 598.262.907/34

Memória de Cálculo das Demonstrações Contábeis da FINEP – Contratos e Convênios

ANEXO XLVI - ITEM 11.2: Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanco Patrimonial em 31/12/2013

ATIVO	374.355.819,16
CIRCULANTE	266.064.968,56
DISPONÍVEL	255.761.841,16
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	255.761.841,16
1.1.1.1.2.99.02 - Banco do Brasil	22.398,09
APLICAÇÕES FINANCEIRAS-CONTA ÚNICA	255.739.443,07
1.1.1.1.3.11.00 - Fundo de Aplicação - Extramercado	255.739.443,07
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	10.303.127,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	235.434,57
1.1.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	235.176,35
1.1.2.3.4.06.01 - Juros Pró-Rata s/ Financiamentos	258,22
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.070.896,17
1.1.2.1.6.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pgtº	1.070.896,17
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	8.996.796,66
1.1.2.2.9.08.00 - Falta ou Irregularidade de Comprovação	8.996.796,66
NÃO CIRCULANTE	108.290.850,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	108.290.850,60
1.2.2.3.2.01.00 - Financiamentos Concedidos	108.290.850,60
INTANGÍVEL	-
Diferido	-
1.4.4.4.1.00.00 - Softwares	660.198,81
1.4.4.9.0.00.00 - Amortizações	-660.198,81

ANEXO XLVI - ITEM 11.2: Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Balanco Patrimonial em 31/12/2013

PASSIVO	374.355.819,16
CIRCULANTE	16.538.119,67
DEPÓSITOS	0,00
RECURSOS DA UNIÃO E DEP. DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
2.1.1.2.3.01.00 - Recursos Fiscais	
2.1.1.2.3.02.00 - Recursos Previdenciários - GPS a Emitir	
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	16.538.119,67
CONSIGNATÁRIOS E FORNECEDORES	1.664.848,44
2.1.1.1.1.00.00 - Previdência Social	41.851,95
2.1.1.1.3.00.00 - Tesouro Nacional	145.446,73
2.1.2.1.1.01.00 - Do Exercício	1.477.549,76
2.1.2.1.1.02.00 - De Exercícios Anteriores	
CONVÊNIOS A PAGAR	2.614.497,88
2.1.2.1.1.03.01 - Do Exercício	
2.1.2.1.1.03.02 - De Exercícios Anteriores	2.614.497,88
CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	12.258.773,35
2.1.2.1.1.13.01 - Do Exercício	
2.1.2.1.1.13.02 - De Exercícios anteriores	12.258.773,35
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00
2.1.2.1.9.60.01 - Diárias	
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	0,00
2.1.2.2.3.00.00 - Empréstimos e Financiamentos a Liberar	
OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00
2.1.1.4.8.00.00 - Depósitos a Transferir	
2.1.2.9.2.00.00 - Outras obrigações Exercícios Anteriores	
NÃO CIRCULANTE	21.037.831,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA	21.037.831,23
2.2.2.2.3.01.00 - Financiamentos do Ativo Permanente	21.037.831,23
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	336.779.868,26
RESULTADO ACUMULADO	332.847.547,20
2.4.3.0.0.00.00 - Superavits ou Deficits Acumulados	332.847.547,20
RESULTADO DO PERÍODO	3.932.321,06

ANEXO XLVI - ITEM 11.2: Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

FINEP / CONTRATOS E CONVÊNIOS
Demonstração do Resultado em 31/12/2013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		2013
1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA		29.823.810,84
1.1. SERV. FINANCEIROS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO		29.823.810,84
4.1.6.0.0.99.00 - Outras Receitas de Serviços		
4.1.9.1.8.99.00 - Outras Multas e Juros de Mora (restit. de convênios)		124.320,20
4.1.9.2.2.01.00 - Restituições de Convênios		12.258.815,68
4.1.9.2.2.07.00 - Recup.de Desp.de Exerc. Anteriores		10.491,44
4.1.9.2.2.99.00 - Outras Restituições		16.999.663,08
6.2.3.2.3.05.08 - Juros Mensais		433.249,05
5.2.3.2.3.06.01 - Empréstimos e Financiamentos		-13.080,54
6.2.3.2.3.05.10 - Juros Pró-rata		10.351,93
1.2. RECEBIMENTO DE RECURSOS DE TERCEIROS		0,00
4.1.6.0.0.02.06 - Serviços de Remun. Rep. Prog.Des.Economico		
4.1.6.0.0.02.99 - Outros Serviços Financeiros		
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS		-18.585.056,47
2.2. LOCAÇÃO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		-2.441.026,60
3.3.3.9.0.36.15 - Locação de Imóveis		-1.283.520,00
3.3.3.9.0.39.02 - Condomínios		
3.3.3.9.0.39.11 - Locação Softwares		-405.883,00
3.3.3.9.0.39.12 - Locação de Máquinas e Equip.		-751.623,60
3.3.3.9.0.39.14 - Locação Bens Móveis out. Nat. e Intang.		
2.3. SERVIÇOS PÚBLICOS		0,00
3.3.4.9.0.39.58 - Serviços de Telecomunicações		
2.4. SERVIÇOS PROFISSIONAIS E CONTRATADOS		-14.458.677,48
3.3.3.9.0.14.14 - Diárias no País		-21.456,60
3.3.3.9.0.14.16 - Diárias no Exterior		-8.870,24
3.3.3.9.0.35.01 - Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica		-1.528.246,80
3.3.3.9.0.35.04 - Consultoria em Tecnologia da Informação		-1.351.699,19
3.3.3.9.0.36.02 - Diárias Colab.Event. no País		-32.213,60
3.3.3.9.0.36.03 - Diárias Colaboradores Event. Exterior		
3.3.3.9.0.36.06 - Serviços Técnicos Profissionais		-5.693,88
3.3.3.9.0.36.46 - Diárias a Conselheiros		
3.3.3.9.0.37.01 - Apoio Administrativo Tec.e Operac.		-3.040.291,17
3.3.3.9.0.37.02 - Limpeza e Conservação		-1.032.652,16
3.3.3.9.0.39.03 - comissões e Corretagens		-37.371,12
3.3.3.9.0.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais		-482.047,97
3.3.3.9.0.39.08 - Manut. de Software		-93.205,44
3.3.3.9.0.39.10 - Locação de Imóveis		-29.126,41
3.3.3.9.0.39.17 - Manut e Conservação de Maq e Equip.		-190.046,10
3.3.3.9.0.39.22 - Exposições, Congressos e Conf.		-2.236.739,86
3.3.3.9.0.39.27 - Suporte de Infraestrutura de T.I.		-102.919,71
3.3.3.9.0.39.47 - Serviços de Comunicação em Geral		-51.631,00
3.3.3.9.0.39.48 - Serviços de Seleção e Treinamento		-67.809,51
3.3.3.9.0.39.56 - Serviços de Tecnologia da Informação		-32.107,65
3.3.3.9.0.39.57 - Serviços de Processamento de Dados		-3.364,62
3.3.3.9.0.39.59 - Serviços de Áudio, Vídeo e Foto		-65.958,25
3.3.3.9.0.39.63 - Serviços Gráficos Editoriais		-37.053,21
3.3.3.9.0.39.69 - Seguros em Geral		-629,28

ANEXO XLVI - ITEM 11.2: Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

3.3.3.9.0.39.79 - Serviço de Apoio Administ. Tec. e Oper.	
3.3.3.9.0.39.80 - Hospedagem	-534,45
3.3.3.9.0.39.81 - Serviços Bancários	-275,72
3.3.3.9.0.39.83 - Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	-1.244.990,22
3.3.3.9.0.39.92 - Serviços de Publicidade Institucional	-2.761.743,32
3.3.3.9.0.39.95 - Manut. e Conserv. Equip. de Processamento	
2.5. MATERIAL DE CONSUMO	-19.815,90
3.3.3.9.0.30.17 - Material de Proces. de Dados	
3.3.3.9.0.32.09 - Material para Divulgação	-19.815,90
5.2.3.1.2.02.02 - Consumo Imediato	
6.1.3.1.1.02.02 - Bens de Estoque	
2.6. TRANSPORTE DE PESSOAL	-1.665.536,49
3.3.3.9.0.33.01 - Passagens para o País	-1.617.613,02
3.3.3.9.0.33.02 - Passagens para Exterior	-46.980,15
3.3.3.9.0.33.03 - Locação de Meios de Transporte	-943,32
3.3.3.9.0.33.05 - Locomoção Urbana	
3. DESPESAS DE CONVÊNIOS	-8.289.545,76
3.3.3.3.0.41.00 - Contribuições	
3.3.3.5.0.41.01 - Inst. de Caráter Assist. Cult. Educ.	-7.080.239,68
3.3.3.5.0.41.03 - Inst. de Pesquisa e Desenvol.	-669.306,08
3.3.3.6.0.45.03 - Inst. de Pesquisa e Desenv. Tecnológico	-540.000,00
3.3.3.6.0.41.05 - Inst. de caráter Comercial	
3.4.4.5.0.41.00 - Contribuições	
4. RESULTADOS COMPENSATÓRIOS	0,00
3.4.4.9.0.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	
6.1.3.1.1.02.01 - Bens Móveis de Uso Permanente	
3.4.5.9.0.66.02 - Financiamentos Concedidos	-32.676.305,61
6.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	32.676.305,61
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	433.249,05
4.2.3.0.0.80.02 - Amortização de Projetos	6.494.463,02
5.1.3.1.2.01.00 - Empréstimos e Financiamentos	-6.927.712,07
5.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	-3.583.025,48
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	3.583.025,48
5.2.2.3.2.00.00 - Correspondência de Créditos	
6.2.2.3.2.00.00 - Correspondência de Débitos	
5. DESPESAS FINANCEIRAS	-13.951.225,41
3.3.3.9.0.39.35 - Multas Dedutíveis	-882,62
3.3.3.9.0.39.37 - Juros	-87,25
3.3.3.9.0.93.02 - Restituições	-13.950.164,86
3.3.3.9.0.47.09 - IOF	-90,68
5.2.3.1.2.01.02 - Doações Intra-Orçamentárias	
5.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	
5.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Cancelamento	
5.2.3.2.3.07.02 - Variação Cambial n/Financeira	
6. RECEITAS FINANCEIRAS	14.934.337,86
4.1.3.2.5.00.00 - Remun. de Depósitos Bancários	14.749.655,01
4.1.6.0.0.02.01 - Juros de Empréstimos	411,81
4.1.6.0.0.13.00 - Serviços Administrativos	244.267,79
4.1.9.1.9.27.00 - Multas e Juros Previstos em Contratos	
4.9.8.0.0.00.00 - Retificações	-60.682,91
5.2.3.1.7.04.00 - Empréstimos e Financiamentos	
6.2.3.1.7.01.04 - Créditos Tributários	
6.2.3.1.7.03.03 - Diversos Responsáveis - Inscrição	

ANEXO XLVI - ITEM 11.2: Demonstrações Contábeis - Unidade Gestora Contratos e Convênios

6.2.3.2.3.04.03 - Créditos a Receber	
6.2.3.2.3.04.05 - Emprést. e Financ. Concedidos	686,14
6.2.3.3.1.04.00 - Obrigações de Exercícios Anteriores	0,02

7. LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO **3.932.321,06**

ANEXO XLVII – ITEM 11.3

Composição Acionária do Capital Social

ANEXO XLVII - ITEM 11.3 : Composição Acionária do Capital Social

FINEP – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

QUADRO 05 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (CONTA – 24.121.00.00)

POSIÇÃO EM: 31.12.2013

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$ 1,00
<p>A FINEP é uma Empresa Pública criada nos termos do Decreto Lei nº 200 de 25.02.67, modificado pelo Decreto-Lei nº 900 de 29.09.69.</p> <p>O Capital da FINEP é composto por 300.000.000 (trezentos milhões) de Ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme artigo 7º do estatuto aprovado pelo Decreto nº 1.808, de 7 de fevereiro de 1996 e alterado pelo Decreto nº 2.471 de 26.01.1998, sendo 100% do seu capital de propriedade do Tesouro Nacional.</p> <p>Ao Tesouro Nacional é reservado, em qualquer hipótese, a participação mínima no Capital Social com direito a voto, necessária à manutenção do controle acionário, sendo-lhe garantido sempre, em todas as emissões de ações, manter esta situação.</p>	
CAPITAL SOCIAL APROVADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONFORME ART. 3º DO DECRETO Nº 3.987 DE 29.10.2001.	537.268.098,97
(+) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND INTEGRALIZADAS PELO TESOIRO NACIONAL EM 28.12.2001 CONFORME ARTIGO 4º DO DECRETO Nº 3.987 DE 29.10.2001.	320.000.000,00
VALOR DA CONTA CAPITAL (conta 24.121.00.00) 31.12.2008	857.268.098,97
(+) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL COM QUOTAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-FND EM 15.12.2009 CONFORME ARTIGO 1º DO DECRETO S/N E INTEGRALIZADA EM 18.12.2009 CONFORME CI-FND Nº 78ª	524.000.000,00
(-) REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL CONFORME ARTIGO 2º DO DECRETO S/N DE 15.12.2009, REFERENTE AOS PREJUÍZOS ACUMULADOS ATÉ 31.12.2008.	479.716.167,62
AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELO DECRETO Nº 7.322 DE 30.09.2010.	901.551.931,35
(+) AUTORIZAÇÃO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL CONFORME PORTARIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA Nº 603 PUBLICADO NO DOU EM 24.12.2013 COM AÇÕES DO BNB NO VALOR DE R\$41.651.559,96 E AÇÕES DA TELEBRÁS NO VALOR DE R\$158.348.429,40.	199.999.989,36
VALOR DA CONTA CAPITAL (conta 24.121.00.00) 31.12.2013.	1.101.551.920,71

Ruben Silveira Mello Filho
Contador – CRC-RJ 056.592/0-7
CPF – 598.262.907/34

ANEXO XLVIII – ITEM 11.4

Parecer da Auditoria Independente Sobre as Demonstrações Contábeis da Finep

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores e Acionistas da
Financiadora de Estudos E Projetos – FINEP
Rio de Janeiro/RJ**

Examinamos as demonstrações financeiras da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP do Estado do Rio de Janeiro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP descreve em nota explicativa item nº14 que a Assessoria Jurídica interna entende que o montante de R\$ 164.688 mil contabilizado na conta

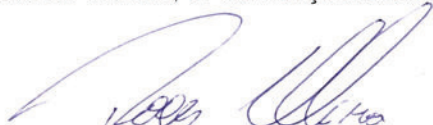


Contingências Trabalhistas é suficiente para atender as demandas judiciais. Cabe registrar que o parecer da Assessoria Jurídica Externa da FINEP, classificou com possibilidade de perda provável o montante de R\$ 255.973 mil.


A FINEP divulga também na nota explicativa 14, que a RES/DIR/0619/13 aprovou a proposta de acordo para o passivo trabalhista proposto pela Superintendência da Área Jurídica, no intuito de fornecer proposta a cada reclamante individualmente de forma isonômica, única e inegociável de oferta para acordo nas seguintes reclamações trabalhistas: RT - 0084500-89.1992.1.05.0013, RT-0081900-56.1992.5.01.0026, RT-02140-1993-007-01-00-0, RT-0006200-20.1992.5.01.0044, RT-001010-02.1992.5.01.0047, RT-0006400-59.1992.5.01.0001. Os efeitos dessa negociação serão observados em 2014, uma vez que até o dia 31 de dezembro de 2013, o mesmo ainda não havia sido finalizado.

A Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP continua com negociações para se ressarcir do valor de R\$ 25.471 mil, conforme descreve em nota explicativa item nº6 baseado na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CVM 66/68 que mantém consignada na rubrica Outros Créditos – Créditos Específicos “Risco Cambial” Ativo Não Circulante, valor este a débito do Tesouro Nacional.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2014.



MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS – 005460/0-O – “S” – RJ
ROGÉR MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS – 71.505/O-3– “S” - RJ
Responsável Técnico



ROSÂNGELA PEREIRA REIXOTO
CRC RS – 65.932/O-7 – “S” – RJ
Responsável Técnica

ANEXO XLIX – ITEM 12.2

Projeto MODERNIZE

ANEXO XLIX - ITEM 12.2 : Resumo da Situação do Projeto MODERNIZE

Entregas da FASE 1 - Definição do Modelo Conceitual	Situação
Levantamento da situação atual de TI	100% concluído
Visitas técnicas	100% concluído
Consultas a grandes consultorias de negócios	100% concluído
Consulta fornecedores e implementadores de ERPs (<i>Enterprise Resource Planning</i>)	100% concluído
Consultas a fornecedoras e implementadoras de GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) e <i>Workflow</i>	100% concluído
Avaliação de necessidades e diretrizes do Banco Central (BACEN)	100% concluído
Avaliação das Necessidades e Diretrizes SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse)	100% concluído
Estudo de alternativas para contratação de consultorias, serviços especializados em geral e aquisições	100% concluído
Treinamento básico da equipe	100% concluído
Modelo conceitual	100% concluído
Entregas da FASE 2 - Elaboração de Editais	Situação
1º Edital - Objeto: Consultoria em Gestão e TI	
Treinamento Básico Equipe	100% concluído
Reserva Orçamentária Prévia e Autorização de Abertura do Procedimento Licitatório	100% concluído
Versão Zero do Edital e seu conjunto de anexos	100% concluído
Versão 1 do Edital e seu conjunto de anexos (Consulta Interna e ao Mercado)	100% concluído
Versão Final do Edital e seu conjunto de anexos	100% concluído
2º Edital - Objeto: Consultoria em Controle de Qualidade	
Justificativa para a contratação	100% concluído
Preparação das Especificações Técnicas	100% concluído
Formalização do Processo Licitatório	100% concluído
Preparação do Edital e seu conjunto de Anexos	100% concluído
Autorização para abertura do procedimento licitatório	100% concluído
Entregas da FASE 3 - Licitações	Situação
1º Edital - Objeto: Consultoria em Gestão e TI (Concorrência Técnica e Preço)	
Lançamento do Edital	100% concluído
Habilitação	100% concluído
Julgamento das Propostas Técnicas	100% concluído
Julgamento das Propostas de Preços	100% concluído
Resultado	100% concluído
Contratação	100% concluído
2º Edital - Objeto: Controle de Qualidade de Produtos da Fase 5 (Pregão Eletrônico)	
Lançamento do Edital	100% concluído
Julgamento das Propostas de Preços	100% concluído
Habilitação	100% concluído
Resultado	100% concluído
Contratação	100% concluído
Entregas da FASE 4 – Preparação Interna	Situação
Estrutura física para as Equipes Técnicas e Equipe da FINEP	100% concluído
Definição de papéis das unidades envolvidas no projeto por meio de constituição da Comissão de Solicitação e Recebimento Definitivo de Produtos e Serviços	100% concluído
Entregas da FASE 5 – Definição da Solução Integrada	Situação
Desenvolvimento e entrega de 34 Produtos previstos para a Fase.	100% concluído
Entregas da FASE 6 – Implementação da Solução Integrada	Situação
Desenvolvimento e entrega de 6 Produtos e 9 Serviços previstos para a Fase.	Iniciado

ANEXO L – ITEM 12.3

Documentos Normativos Publicados

ANEXO L - ITEM 12.3. : Documentos Normativos Publicados em 2013

DOCUMENTO NORMATIVO	DATA DE APROVAÇÃO	FINALIDADE
P-OPE-004/12 - POLÍTICA OPERACIONAL 2012-2014 Rev 01	29/01/2013	ESTABELECEM DIRETRIZES PARA AS DEMANDAS QUE PODERÃO RESULTAR NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS NO PERÍODO 2012-2014.
N-OPE-019/12 ELABORAÇÃO E GESTÃO DO PLANO ANUAL DE VISITAS DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO Rev 01	04/03/2013	ESTABELECEM PROCEDIMENTOS, AGENDA, ALÇADAS DECISÓRIAS, CRITÉRIOS E ALGORITMO PARA SELEÇÃO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DO PLANO ANUAL DE VISITAS DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO (PAV).
R-RHM-001-13 REGULAMENTO DA COMISSÃO INTERNA DE SAÚDE (CIS)	19/04/2013	DEFINIR ATRIBUIÇÕES, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO INTERNA DA SAÚDE (CIS).
P-GES-001/11 POLÍTICA DE PATROCÍNIO DA FINEP Rev 04	06/05/2013	FORTALECER A IMAGEM DA FINEP JUNTO A SEUS PÚBLICOS-ALVO E À POPULAÇÃO EM GERAL, ASSIM COMO ESTABELECEM UMA EFETIVA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL COM A SOCIEDADE BRASILEIRA.
N-RHM-002-12 JORNADA DE TRABALHO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA Rev 03	27/05/2013	ORGANIZAR A PRESTAÇÃO PESSOAL DE SERVIÇOS NA FINEP, ESTABELECENDO A FORMA DE CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO E OS CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DA FREQUÊNCIA DOS EMPREGADOS AO SERVIÇO, INCLUSIVE DAQUELES DE LIVRE NOMEAÇÃO E LIVRE EXONERAÇÃO.
N-RHM-010/10 CONCESSÃO DE VALE TRANSPORTE Rev 01	27/05/2013	ESTABELECEM PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO QUE AUXILIE O EMPREGADO NAS DESPESAS DO DESLOCAMENTO RESIDÊNCIA-TRABALHO E, O ESTAGIÁRIO, NAS DESPESAS DE DESLOCAMENTO DA RESIDÊNCIA OU INSTITUIÇÃO DE ENSINO ATÉ À INSTITUIÇÃO CONCEDENTE.
IT-GES-006/13 ELABORAÇÃO E TRAMITAÇÃO DE PLANOS DE AÇÃO DECORRENTES DE RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA	17/06/2013	DEFINIR OS PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO E TRAMITAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO DECORRENTES DE RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA.
IT-ADM-003-13 CONTROLE DE MATERIAL PERMANENTE Rev00	20/06/2013	DEFINIR PROCEDIMENTOS E COMPETÊNCIAS PARA IDENTIFICAÇÃO, USO, MOVIMENTAÇÃO, INVENTÁRIO, DESFAZIMENTO E MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA FACE DESAPARECIMENTO DE MATERIAL PERMANENTE, EXCETUANDO-SE OS ATIVOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.
N-RHM-024/13 PROMOÇÃO FUNCIONAL	24/06/2013	REGULAMENTAR O PROCESSO DE PROMOÇÃO FUNCIONAL NA FINEP, PARTICIPANDO DELE OS EMPREGADOS EFETIVOS, EXCETUANDO-SE OS FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS E REQUISITADOS EXCLUSIVAMENTE PARA EXERCEREM CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES COMISSIONADAS.
N-OPE-029-13 ANÁLISE DE PROPOSTAS DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA Rev 01	22/07/2013	DEFINIR PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE PROPOSTAS DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA (COM E SEM INTEGRAÇÃO COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO).
N-RHM-025-13 PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESTUDO DE IDIOMAS	12/08/2013	DEFINIR CARACTERÍSTICAS E PROCEDIMENTOS PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESTUDO DE IDIOMAS DOS EMPREGADOS DA FINEP.
N-OPE-021/12 CHAMADAS PÚBLICAS - 1 FASE Rev 01	19/08/2013	ESTABELECEM PROCEDIMENTOS, PADRÕES, RESPONSABILIDADES E ALÇADAS DECISÓRIAS PARA O PROCESSO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE CHAMADAS PÚBLICAS, EM 1(UMA) FASE, PARA CONTRATAÇÃO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO.
N-OPE-024-12 CONTRATAÇÃO DE CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO Rev 02	19/08/2013	REGULAR A CONTRATAÇÃO DOS CONVÊNIOS, TERMOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO, POSTERIORMENTE À SELEÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POR MEIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS.
MANUAL DE GARANTIAS Rev 00	26/08/2013	ORIENTAR O CLIENTE FINEP SOBRE AS GARANTIAS E PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO
N-OPE-003/09 - GARANTIAS - rev04	26/08/2013	ESTABELECEM REQUISITOS E CRITÉRIOS PARA GARANTIAS DE OPERAÇÕES REEMBOLSÁVEIS.
P-GES-002/13 - POLÍTICA DE PORTA-VOZES DA FINEP Rev 00	26/08/2013	ESTABELECEM DIRETRIZES PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE PORTA-VOZ NA FINEP E INTERFACE COM ÁREA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA
N-GES-007/13 MODELAGEM DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09/09/2013	DEFINIR REGRAS, PROCEDIMENTOS E RESPONSABILIDADES PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE MUDANÇA DE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
N-OPE-031-13 CADASTRO, ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DE PROJETOS - FINEP 30 DIAS	09/09/2013	DEFINIR ALÇADAS E PROCEDIMENTOS PARA CADASTRAMENTO DE EMPRESAS, ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DE OPERAÇÕES REEMBOLSÁVEIS NO FINEP 30 DIAS.
N-OPE-032-13 ATENDIMENTO E SUPORTE AO CLIENTE FINEP 30 DIAS	09/09/2013	ESTABELECEM ALÇADAS E PROCEDIMENTOS PARA O ATENDIMENTO E SUPORTE AOS CLIENTES DO FINEP 30 DIAS

ANEXO L - ITEM 12.3. : Documentos Normativos Publicados em 2013

DOCUMENTO NORMATIVO	DATA DE APROVAÇÃO	FINALIDADE
N-RHM-023-13 PROGRAMA DE BENEFÍCIOS DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO - PBM Rev 01	09/09/2013	DEFINIR OBJETIVO, ESCOPO E CONDIÇÕES PARA RESSARCIMENTO PARCIAL DAS DESPESAS DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO REALIZADAS PELOS EMPREGADOS DA FINEP E SEUS DEPENDENTES LEGAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO.
R-GES-002/13 REGULAMENTO INTERNO DO COMITÊ DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CDTI	09/09/2013	ESTABELECE ATRIBUIÇÕES, COMPOSIÇÃO, REGRAS DE FUNCIONAMENTO E PROCEDIMENTOS DO COMITÊ DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CDTI
N-ADM-002/12 COMPRAS E CONTRATOS Rev 03	07/10/2013	ESTABELECE COMPETÊNCIAS, RESPONSABILIDADES E PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS, MATERIAIS E OBRAS PARA A FINEP
N-OPE-022/12 - TARIFICAÇÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS EM CONTRATOS REEMBOLSÁVEIS E DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA - Rev02	14/10/2013	ESTABELECE ITENS DE TARIFICAÇÃO, FATOS GERADORES, VALORES, PROCEDIMENTOS E RESPONSÁVEIS PELO ENCAMINHAMENTO E COBRANÇA DE TARIFAS DE SERVIÇOS OPERACIONAIS NO ÂMBITO DE CONTRATOS REEMBOLSÁVEIS E DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA.
IT-GES-005/13 CONCESSÃO DE PATROCÍNIO Rev02	04/11/2013	ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE PROCESSO DE PATROCÍNIO DE EVENTOS, EXPOSIÇÕES, PUBLICAÇÕES E PROJETOS CULTURAIS E DE ESPORTES.
R-GES-003/13 REGULAMENTO DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO Rev00	04/11/2013	ESTABELECE ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO - CAOI
IT-ADM-004/13 CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Rev01	06/11/2013	INSTRUIR PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
IT-ADM-005/13 CONTRATAÇÃO DIRETA DE BAIXO VALOR Rev00	06/11/2013	INSTRUIR PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA POR BAIXO VALOR
IT-ADM-006/13 CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS, MATERIAIS E OBRAS - LICITAÇÃO Rev00	06/11/2013	INSTRUIR PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS, MATERIAIS E OBRAS, EXCETO AQUELES PREVISTOS NOS ART. 24 E 25 DA LEI 8.666/93
IT-ADM-007/13 CONTRATAÇÃO DIRETA DE BENS, SERVIÇOS, MATERIAIS E OBRAS - DISPENSA E INEXIGIBILIDADE Rev00	06/11/2013	INSTRUIR PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA DE BENS, SERVIÇOS, MATERIAIS E OBRAS, EXCETO AQUELES PREVISTOS NOS INCISOS I E II ART. 24 DA LEI 8.666/93
IT-ADM-008/13 ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Rev00	06/11/2013	INSTRUIR PROCEDIMENTOS DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
IT-ADM-009/13 FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS Rev00	06/11/2013	INSTRUIR PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS
N-ADM-010/13 FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Rev00	06/11/2013	INSTRUIR PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
N-OPE-028/12 - REGIMENTAL DO COMITÊ DE ENQUADRAMENTO E PRIORIZAÇÃO - CEP Rev04	11/11/2013	ESTABELECE ATRIBUIÇÕES, COMPOSIÇÃO, REGRAS DE FUNCIONAMENTO E PROCEDIMENTOS PARA O COMITÊ DE ENQUADRAMENTO E PRIORIZAÇÃO - CEP
N-RHM-014/11 SISTEMA DE CONTROLE DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES Rev01	25/11/2013	REGULAMENTAR O SISTEMA DE CONTROLE DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES E OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NA INSTAURAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DE SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES RELACIONADOS AOS EMPREGADOS DA FINEP.
N-OPE-018-11 ALÇADAS DECISÓRIAS PARA GESTÃO DE CONVÊNIOS, TERMOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO Rev01	02/12/2013	ESTABELECE ALÇADAS DECISÓRIAS PARA A GESTÃO DE CONVÊNIOS, TERMOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO.
N-OPE-027/12 FALTAS DE NATUREZA FORMAL NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINANCEIRA Rev01	16/12/2013	ESTABELECE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NA ANÁLISE DE PRESTAÇÕES DE CONTAS FINANCEIRAS DE CONVÊNIOS QUE EVIDENCIAREM EXCLUSIVAMENTE FALTAS DE NATUREZA FORMAL.

ANEXO LI – ITEM 13.4

Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis da FIPECq

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores Membros da Diretoria da
**FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS
OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA.**

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA ("FIPECq"), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pela FIPECq, aqui denominados de "Planos consolidados", por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas Demonstrações consolidadas da Mutações do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem as Demonstrações do Ativo líquido e da Mutações do ativo líquido e das Provisões técnicas todas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações contábeis

A Administração da FIPECq é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma Opinião sobre essas Demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações contábeis da FIPECq. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de

riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis da FIPECq para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma Opinião sobre a eficácia desses controles internos da FIPECq. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.

Base para Opinião com ressalva

A Fundação possui investimentos em Títulos públicos e Créditos privados e depósitos que estão classificados na categoria “marcados a mercado” e que, baseado na Resolução CGPC 04/2002, tais ativos deveriam ser classificados como “mantidos até o vencimento” (“na curva”). Isto porque estes ativos não possuem perfil de realização imediata e também por conta da FIPECq possuir intenção e capacidade financeira de levá-los até o vencimento. Como consequência desta prática, o déficit técnico do exercício de 2013 está a maior em R\$ 50.801 mil e o Equilíbrio Técnico e os investimentos estão a menor por R\$ 28.539 mil em 31 de dezembro de 2013 referente aos efeitos do Plano PPC. Adicionalmente, a reversão do Fundo administrativo está demonstrada na DPGA a maior em R\$ 1.015 mil. Ao considerar estes mesmos efeitos sobre as Demonstrações contábeis de 2012, em conjunto com outros ajustes que seriam requeridos, o impacto líquido dos mesmos foi considerado irrelevante naquele exercício, diferentemente do exercício de 2013.

Opinião

Em nossa Opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para Opinião com ressalva”, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por Plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfases

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião e conforme requerido na Norma de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC 1233/2009 (NBC-TA 706), os assuntos a seguir são considerados relevantes para os usuários das Demonstrações contábeis:

- 1) Conforme mencionado na Nota Explicativa 10 a) sub-tópico “i”, a Fundação mantém contabilizado no Plano PPC em 31 de dezembro de 2013 um Fundo Previdencial de R\$ 245.040 mil (R\$ 274.410 mil em 31 de dezembro de 2012), formado pelas contribuições vertidas pelas patrocinadoras CNPq, IPEA, INPE e INPA ao Plano de benefícios previdenciários, no período anterior a 1º de janeiro de 1991, referentes aos Participantes que foram submetidos ao Regime Jurídico Único - RJU e, por consequência, tiveram a relação de patrocínio com as referidas Patrocinadoras interrompida em razão da extinção de seus contratos de trabalho. Os valores correspondentes à contribuição dos Participantes já foram a eles devolvidos e, conseqüentemente, não fazem parte do valor acima mencionado.

Em virtude de inexistir uma manifestação das autoridades governamentais a respeito da destinação deste Fundo – se da Patrocinadora, ou do Participante, ou da própria FIPECq –, em dezembro de 2010 a FIPECq ajuizou uma Ação Declaratória com o objetivo de obter do Poder Judiciário uma Declaração, por sentença, sobre a destinação dos recursos referentes a este Fundo Previdencial e que integram o seu patrimônio atual. No momento, esta ação judicial ainda não foi apreciada em Primeira Instância.

A Administração da Fundação optou por realizar a atualização deste saldo conforme a meta atuarial até dezembro de 2012, todavia, não havia nenhuma determinação judicial, atuarial ou regulamentar que defina sobre o critério a ser adotado. Em Junho de 2013 o Conselho Deliberativo da FIPECq decidiu sobre a atualização deste Fundo pela Taxa Referencial - TR, com aplicação retroativa a partir de janeiro de 2013.

Por fim, foi utilizado R\$ 29.837 mil deste Fundo em 31 de Julho de 2013 para a constituição de outro Fundo Previdencial referente a Plano PBS mencionado no parágrafo 2 a seguir, todavia, este procedimento não foi submetido à aprovação da PREVIC e também não há decisão judicial suporte para tal.

É incerto o desfecho deste assunto e os seus reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq, e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

- 2) Conforme mencionado na Nota Explicativa 10 a) sub-tópico “ii”, em resposta ao Ofício PREVIC 4484, de 06/12/2012, que determinou o encerramento do Plano de Benefício Saldado – PBS, a FIPECq realizou levantamento de contribuições aportadas pelas Patrocinadoras em nome dos participantes no referido Plano, com a revisão por Atuário independente sobre os cálculos e premissas utilizados. Conseqüentemente, foi constituído um Fundo Previdencial no valor de R\$ 29.837 mil (valor em abril de 2013) que, em 31 de dezembro de 2013, totaliza R\$ 29.894 mil para fazer frente à eventual ocorrência de decisões judiciais ou administrativas envolvendo a destinação dessas contribuições, tendo utilizado recursos do Fundo Previdencial mencionado acima para a constituição desse Fundo.

Até o momento, este assunto encontra-se sob análise pelo Órgão regulador e é incerto o seu desfecho e os seus reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da Fundação, e individuais do Plano de Previdência Complementar – PPC.

- 3) A FIPECq administrou até 2003 um Plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido Programa assistencial, de R\$ 4.068 mil, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A FIPECq solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada. Tal posicionamento, todavia, encontra-se pendente de manifestação por aquele Órgão normativo.

Por outro lado, a PREVIC, através do Ofício 1453 de 29 de abril de 2011, requereu à FIPECq prestar esclarecimentos se os recursos do Plano Assistencial foram devolvidos ao Fundo administrativo e se, caso contrário, qual seria o valor atualizado para devolução ao citado Fundo Administrativo. A FIPECq, por sua vez, acredita que ocorreu prescrição, e requereu à PREVIC o arquivamento do processo de questionamento. Além disso, a FIPECq requereu à Receita Federal o ressarcimento dos valores dos tributos recolhidos que, a seu ver, indevidamente. Pelos controles da FIPECq, em 31 de dezembro de 2013 este déficit totaliza R\$ 3.410 mil, tendo em vista que, do valor original do déficit (R\$4.068 mil), parte está sendo recuperado através de recebimentos de contribuições em atraso e, conseqüentemente, naquela data, o Fundo administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a correção do período.

Adicionalmente, a PREVIC informou à FIPECq (i) sobre os aportes por esta feitos ao Fundo administrativo com recursos do Programa Previdencial, cujo valor atualizado até dezembro de 2010 totalizava R\$ 32.112 mil, e (ii) solicitou que sejam tomadas providências no sentido de efetuar a reversão/devolução dos recursos transferidos indevidamente. A FIPECq, por outro lado, prestou esclarecimentos à PREVIC em 24/06/2011 informando que o Fundo recebeu tal aporte em decorrência do evento extraordinário da edição da Lei 8.112/90 que, ao transformar em Regime Jurídico Único o regime celetista dos então empregados do setor público, ocasionou perda substantiva do ingresso de recursos para a FIPECq, sem que houvesse, de outro lado, condições de reduzir em igual proporção os gastos administrativos e que não há o que ser regularizado.

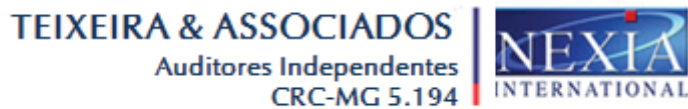
No momento, é incerto o desfecho destes assuntos e os reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da FIPECq e individuais do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

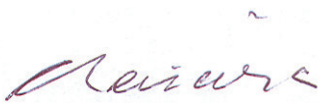
- 4) Encontra-se em fase de julgamento no Supremo Tribunal Federal diferenças de correções monetárias dos Planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991). Caso a decisão seja desfavorável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, ocorrerá impacto no Equilíbrio Técnico por valor não conhecido nesta data.

Outro assunto

Anteriormente, auditamos o Balanço patrimonial consolidado da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2012 as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do Plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por Plano de benefício que compreendem a Demonstração do ativo líquido, da Mutação do ativo líquido e das Obrigações atuariais do plano (substituída pela DPT em 2013) para o exercício findo naquela data, cujo relatório, datado de 1º de março de 2013, foi emitido com Opinião sem ressalvas, mas contendo os mesmos assuntos mencionados do tópico “Ênfases” acima, com exceção do parágrafo 2.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2014.




DOMINGOS XAVIER TEIXEIRA
Sócio e Diretor
Contador CRC MG-14.105-O/5 - S - DF – 103

ANEXO LII – ITEM 13.4

Demonstrações Atuariais 2013- Plano PPC - FIPECq

Anexo I ao JM/0541/2014 de 24/02/2014

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (D.A.)

PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC DA FIPECq

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19790016-18
CPF do atuário: 405.910.507-49
CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2013
Data do Cadastro: 30/11/2013
Data da Avaliação: 31/12/2013
Observações: Base setembro de 2013, já com reajuste de 8,00% na Tabela Salarial da FINEP (conforme ACT-2013/2014), bem como a provisão de 0,54% correspondente ao INPC do IBGE de novembro de 2013, já que no cálculo do Salário Real de Benefício, o Salário Real de Contribuição já vem sendo atualizado, para colocar a preços de dezembro de 2013.
Base janeiro de 2012, já com reajuste de 6,00% na Tabela Salarial da FIPECq, do CNPq, do INPE e do INPA (conforme o ACT - 2013/2014), bem como a provisão de 0,54% correspondente ao INPC do IBGE de novembro de 2013, já que no cálculo do Salário Real de Benefício, o Salário Real de Contribuição já vem sendo atualizado, para colocar a preços de dezembro de 2013.
Tão somente um participante autopatrocinado do IPEA está sem reajuste desde julho de 2009, neste contexto, está sendo provisionado 27,37%, correspondente ao INPC do IBGE de julho de 2009 a novembro de 2013, para colocar a preços de dezembro de 2013.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 274
Observações: Calculado com base no resultado do fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias do Plano.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio: 1

Patrocinadores e Instituidores: CNPJ da FINEP: 33.749.086/0001-00
CNPJ do IPEA: 33.892.175/0001-00
CNPJ do CNPq: 33.654.831/0001-36
CNPJ do INPE: 01.263.896/0005-98
CNPJ do INPA: 01.263.896/0015-60
CNPJ da FIPECq: 00.529.958/0001-74

Participantes Ativos: 701 (668 ativos + 22 autopatrocinados + 2 benefícios proporcionais diferidos + 9 auxílios-doença).

e.2) FUNDO PREVIDENCIAL - PBS

Finalidade: Provisionar as contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, de Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único (RJU), para a eventualidade de ocorrência de decisões judiciais ou administrativas envolvendo a destinação dessas contribuições.

Fonte de Custeio: i) contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, realizadas pelas Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU; e
ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, que venham a ser previstos no Plano de Custeio, compatíveis com a natureza desse Fundo e estabelecidos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos
no Exercício : R\$ 29.894.081,64
Recursos Utilizados
no Exercício : R\$ -
Saldo : R\$ 29.894.081,64

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador: -
Participantes Ativos: -
Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$ -
Resultado negativo do exercício *1: R\$ 85.730.829,43
Déficit Técnico: R\$ 74.865.356,74
Reserva de Contingência: R\$ -
Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$ -
*1: Ver numeral 2 do item V.3..

V - PLANO DE CUSTEIO:

- 1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador (a preços de 31/12/2013):

% Contribuição do Patrocinador \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos)


 $7,14\% \times (13 \times R\$ 7.210.558,56) = R\$ 6.692.840,46$
- 2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2013): -
- 3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado (a preços de 31/12/2013): -

- 4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes – Outras Finalidades (a preços de 31/12/2013): -
- 5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos (a preços de 31/12/2013):

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos)

 $7,14\% \times (13 \times R\$ 7.210.558,56) = R\$ 6.692.840,46$
- 6) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos (a preços de 31/12/2013):

% médio de Contribuição Normal do Participante Assistido \times (13 \times Folha de Benefício dos Participantes Assistidos)

 $6,10\% \times (13 \times R\$ 1.084.205,33) = R\$ 859.774,83$
- 7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Equacionamento de Déficit (a preços de 31/12/2013): -
- 8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2013): -
- 9) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2013): -
- 10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Equacionamento do Déficit (a preços de 31/12/2013): -
- 11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Serviço Passado (a preços de 31/12/2013): -
- 12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos - Outras Finalidades (a preços de 31/12/2013): -
- 13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -
- 14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Patrocinador: -
- 15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Participantes: -
- 16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial - Assistidos: -
- 17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de janeiro de 2014. 

VI - PARECER ATUARIAL:

V.1. - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

- 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FIPECq, resultou no custo total de 14,28% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 6,10%, incluída a sobrecarga administrativa, dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

TIPO DE BENEFÍCIO	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	6,85%	7,59%
INVALIDEZ / AUXÍLIO-DOENÇA	3,03%	2,50%
PENSÃO POR MORTE / PECÚLIO	2,21%	2,05%
SUB-TOTAL (1)	12,09%	12,14%
SUPLEMENTAR	-%	-%
ADMINISTRAÇÃO *2	2,13%	2,14%
SUB-TOTAL (2)	2,13%	2,14%
TOTAL (1)+(2)	14,22%	14,28%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Corresponde a 15% do total das Contribuições Previdenciárias da Patrocinadora e dos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2013, a idade média dos participantes ativos é de 48 anos.

- 2) O custo total reavaliado de 14,28% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2014, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,96%	7,14%
Contribuição Normal da Patrocinadora	6,96%	7,14%
Sub-Total	13,92%	14,28%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	13,92%	14,28%
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos (*)	5,83%	6,10%
Pensionistas Assistidos	-	-

(*): Inclui Sobrecarga Administrativa.

- 3) A Contribuição Normal Vigente, atuariamente determinada, de 14,28% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuariamente verificado ao final de 2013, de 14,28% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistedos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2013.

V.2.- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano, do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, é a seguinte:

Referência	31/12/2012	31/12/2013	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos.....	189.127.802,00	200.889.090,00	6,22%
Provisão de Benefícios a Conceder.....	428.280.211,00	477.851.934,00	11,57%
Provisão Matemática a Constituir.....	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial).....	617.408.013,00	678.741.024,00	9,93%

V.3. - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar - PPC vigente na FIPECq, patrocinado por FINEP, CNPq, INPE, INPA, IPEA e FIPECq, avaliado pelos mesmos regimes/métodos adotados na avaliação atuarial do ano anterior, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos, apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (74.865.356,74), equivalente a 12,40% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 603.875.667,26, considerando que não se está destinando qualquer parcela do Fundo Previdencial, existente em 31/12/2013, de R\$ 245.039.705,90 para dar cobertura total ou parcial ao referido Déficit.
- 2) No encerramento do exercício de 2013, o reflexo da adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 7.751.535,00.
- 3) Tomando por base a Resolução CNPC N° 13, de 04/11/2013, que altera a Resolução CGPC N° 26/2008 de 29/09/2008, como o Déficit Técnico Acumulado de R\$ 74.865.356,74, apurado em seu primeiro exercício, independente da natureza (conjuntural ou estrutural), corresponde a 11,03% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 678.741.024,00, em 31/12/2013, ou seja, por esse ser o primeiro exercício de apuração de Déficit Técnico Acumulado e este ser superior a 10% das Provisões Matemáticas, seria necessário, em princípio, estabelecer, ao longo de 2014, um Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2013, para que o mesmo deixasse de exceder a 10% do valor total das Provisões Matemáticas, ou seja, em princípio, seria necessário equacionar ao menos R\$ 6.991.032,55 = 1,03% de R\$ 678.741.024,00, do referido Déficit de R\$ (74.865.356,74), de 31/12/2013, não se considerando que se decida pela destinação de qualquer parcela do Fundo Previdencial, existente em 31/12/2013, de R\$ 245.039.705,90 para dar cobertura total ou parcial ao mencionado Déficit. No entanto, em conformidade com a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do

colegiado, ocorrida em 24/02/2014, excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% será de 15% e, neste contexto, não será imperativo, ao longo de 2014, elaborar um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% não foi ultrapassado.

- 4) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:
- i) Tábua de Mortalidade Geral: q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%.
 - ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^I = u_x$ da AT-83 (masculina) suavizada em 10%.
 - iii) Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT-FRACA.
 - iv) Rotatividade: Mantida Nula.
 - v) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 5% ao ano.
 - vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: alterada para 2,20% ao ano (em média, ao longo dos anos remanescentes de atividade)
 - vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.
 - viii) Em relação à composição familiar, se está adotando a família efetiva para avaliar as Provisões de Benefícios Concedidos de Aposentadoria e de Pensão por Morte e se está adotando a Composição de Família relativa à Experiência Regional, atualizada em 2009, para avaliar atuarialmente os benefícios de pensão por morte dos Participantes Não Assistidos.
 - ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
- 5) Para o exercício de 2014, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, quais sejam:
- i) **Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:**
 - a% = 1,40% do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação);
 - b% = 1,90% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social; e
 - c% = 7,00% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente ao teto máximo de contribuição à Previdência Social.
 - ii) **Contribuição Normal da Patrocinadora:**
 - A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.

NOTA: 15% das Contribuições Normais aqui apresentadas se destinam a participar do custeio administrativo, sendo que, como a FIPECq estabeleceu o limite das despesas administrativas é fixado num percentual do Ativo Líquido, a diferença, entre esse limite (que, para o ano de 2014, em princípio, é de 0,75%) e o correspondente a 15% das Contribuições Normais, também tem previsão para ser utilizada para participar do custeio administrativo.

- 6) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados), ao longo de 2013, foi de menos 2,19% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,84% o que, em termos reais, representou obter menos 7,34%, não alcançando a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade real líquida do Patrimônio Total da FIPECq obtida ao longo de 2013, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de menos 7,12%.

- 7) Os títulos e valores imobiliários integrantes da carteira própria do Plano de Previdência Complementar (PPC) administrado pela FIPECq, de Benefício Definido (BD), foram classificados no exercício de 2013 nas seguintes categorias: Títulos para negociação e Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação, são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

Na categoria títulos mantidos até o vencimento, são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Entidade de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam classificados como de baixo risco de crédito.

Em dezembro de 2013, do total de R\$ 257.493 mil aplicado em Notas do Tesouro Nacional (NTN-B), vencimentos em 2017, 2022 e 2050, R\$168.309 mil estão classificados na categoria títulos para negociação e R\$ 89.184 mil classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, que foram adquiridas neste exercício. Os demais títulos e valores imobiliários que compõem a carteira de investimentos estão classificados em títulos para negociação, por consequência, marcados a preço de mercado.

Considerando as projeções do cenário econômico para os próximos anos e os direcionamentos do Estudo de Asset Liability Management – ALM, a Diretoria Executiva decidiu que, em 2014, as NTN-B, com vencimento em 2050, que estão na categoria títulos para negociação serão reclassificadas para a de títulos mantidos até o vencimento.

A FIPECq declara ter capacidade financeira e a intenção de manter em carteira os títulos públicos (NTN-B) classificados na categoria mantidos até o vencimento (marcados na curva), estando assim em conformidade com o estabelecido na Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

Em observância ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº. 4, evidenciamos que o Plano de Previdência Complementar (PPC) possui capacidade de atendimento das necessidades de liquidez, em função dos direitos dos participantes, do perfil do exigível atuarial e das



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

obrigações da Entidade, não sendo necessário liquidar os investimentos em NTN-B, classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Deve-se destacar que tais reclassificações são pertinentes e evitam a ocorrência de acentuadas volatilidades, como as que ocorreram para maior nos preços de mercado dos títulos em 2012 e para menor em 2013.

- 8) À parte do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluído o correspondente aos Benefícios Saldados) da FIPECq, encontra-se constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2013: "Fundo Previdencial" constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais, que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 245.039.705,90 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não destinada, até o momento, para dar cobertura às Provisões Matemáticas, se existir Déficit, à Reserva de Contingência / Reserva Especial para Revisão de Plano, se existir Superávit, ao Fundo Administrativo e ao Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca de titularidade desse Fundo Previdencial, estão, portanto, tal situação "sub-júdice". Neste contexto, em atendimento ao Ofício nº 4484/CGAT/DITEC/PREVIC de 06/12/2012 da PREVIC, foi constituído o Fundo Previdencial-PBS, com recursos advindos do referido Fundo Previdencial já existente, para entre outras essa finalidade, a partir do levantamento, realizado pela FIPECq, das contribuições normais / extraordinárias, devidamente atualizadas, realizadas pelas Patrocinadoras cujos participantes foram alcançados pelo Regime Jurídico Único - RJU, de R\$ 29.837.085,92, em 01/07/2013, e em 31/12/2013, o saldo desse Fundo Previdencial-PBS é de R\$ 29.894.081,64.

NOTA 1: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2013, do saldo de R\$ 2.894.288,33 no Fundo de Seguro-Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento).

NOTA 2: Também, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo os Benefícios Saldados) e do "Fundo Previdencial", apresentado neste numeral 8, encontra-se constituída, em 31/12/2013, a Provisão de R\$ 5.833.923,37 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

FATO RELEVANTE: A existência de Fundo Previdencial de R\$ 245.039.705,90, em 31/12/2013, que subsidiariamente objetiva a dar cobertura a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, sinaliza que seja feita cobertura parcial ou total de Déficit Técnico Acumulado, quando houver necessidade de se apresentar um Plano de Equacionamento, não pela introdução de contribuições adicionais, mas sim por destinação através do referido Fundo.

V.4. - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 4 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

V.5. - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

• Superávit Técnico Acumulado existente em 31/12/2012	R\$ 10.865.472,69
• Perda Financeira Estimada ocorrida no Patrimônio de Cobertura do Plano em decorrência da meta atuarial de rentabilidade não ter sido alcançada em 2013 .	R\$ (80.887.106,26) (*1)
• Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos	R\$ (7.751.535,00)
• Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R\$ 2.907.811,83 (*2)
• Déficit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013	R\$ (74.865.356,74)

(*1): Valor estimado a partir da Perda Financeira Total de R\$ 117.713.557,21, com base na proporcionalidade entre o Valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2013, conforme o seguinte demonstrativo:

$$\frac{[\text{Patrimônio de Cobertura do Plano}]}{[\text{Patrimônio de Cobertura do Plano} + \text{Fundo Previdencial (incluindo o Fundo PPS)}]} \times \text{R\$ } 117.713.557,21 =$$

$$\frac{[\text{R\$ } 603.875.667,26]}{[\text{R\$ } 603.875.667,26 + \text{R\$ } 245.039.705,90 + \text{R\$ } 29.894.081,64]} \times \text{R\$ } 117.713.557,21 =$$

$$0,687152 \times \text{R\$ } 117.713.557,21 = \text{R\$ } 80.887.106,26$$

(*2): Equivalente a 0,43% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 678.741.024,00, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013.

V.6. - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ 74.865.356,74 é de natureza conjuntural, tendo em vista ter se registrado ao longo de 2013 uma perda de R\$ 117.713.557,21 decorrente de não ter sido alcançada a meta atuarial de rentabilidade, a qual tem perspectiva de reversão ao longo de 2014 através da recuperação nos níveis de rentabilidade do Plano. Cabe destacar que, conforme destacado no numeral 3 do item V.3., como o referido Déficit corresponde a 11,03% do valor total das Provisões Matemáticas de R\$ 678.741.024,00, em 31/12/2013, sendo esse o primeiro exercício com apuração de Déficit Técnico Acumulado, ou seja, por ser o primeiro exercício de apuração de Déficit Técnico Acumulado e este ser superior a 10% das Provisões Matemáticas, seria necessário, estabelecer, ao longo de 2014, um Plano de Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado do exercício de 2013, para que o mesmo deixasse de exceder a 10% do valor total das Provisões Matemáticas, ou seja, em princípio,

seria necessário equacionar ao menos R\$ 6.991.032,55 = 1,03% de R\$ 678.741.024,00, do referido Déficit de R\$ (74.865.356,74), de 31/12/2013, não se considerando que se decida pela destinação de qualquer parcela do Fundo Previdencial, existente em 31/12/2013, de R\$ 245.039.705,90 para dar cobertura total ou parcial ao mencionado Déficit. No entanto, em conformidade com a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% será de 15% e, neste contexto, não será imperativo, ao longo de 2014, elaborar um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% não foi ultrapassado.

V.7.- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é um Plano de Previdência Complementar aberto a novas adesões de participantes, o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado adotado é o adequado para avaliar os seus benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, para o financiamento dos benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-doença, está sendo adotado, também de forma adequada, o Regime de Financiamento de Repartição Simples.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2014


JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426



JESSÉ MONTELLO
Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda.

NOTA: Por estar sendo contabilizada apenas a Reserva de Poupança, não estão incluídos, como Participantes Ativos, os 2 ativos do Sub-Plano de Benefício Saldado, cuja situação está sendo analisada levando-se em consideração as questões apresentadas pela PREVIC.

Folha de Salário de Participação *1: $13 \times R\$ 7.210.558,56 = R\$ 93.737.261,28$.

*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, a preços de 31/12/2013.

a) **Seção das hipóteses atuariais:**

a.1) **Hipótese: Taxa Real Anual de Juros**

Valor: 5% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5% ao ano

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -7,34% ao ano

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A rentabilidade real líquida de menos 7,34% ao ano, atingida em 2013, ficou bem abaixo da meta atuarial de 5% ao ano de taxa real de desconto/juros, sendo que, num período próximo maior, constituído pelos 5 (cinco) anos anteriores a 2013, a rentabilidade real média obtida foi de 2,04% ao ano, não alcançando a respectiva meta atuarial de 5% ao ano.

Opinião do Atuário: A taxa real de juros de 5% ao ano está sendo mantida, pois leva em consideração a tendência de redução da taxa real de retornos dos investimentos no Brasil, e por seu alcance ter sido considerado viável, através do Estudo de ALM elaborado em Fevereiro de 2014 pela Gerência de Investimentos da FIPECq, que também levou em consideração os riscos econômicos e financeiros, bem como os riscos associados ao aumento futuro de longevidade. No entanto, como a FIPECq estabeleceu o limite das despesas administrativas num percentual do Ativo Líquido, a diferença entre esse limite e o correspondente a 15% das contribuições previdenciárias afeta o retorno dos investimentos, e, portanto, é necessário atentar para esse fato na decisão sobre a Taxa Real Anual de Juros a ser utilizada na avaliação atuarial deste Plano.

Justificativa EFPC: A área financeira e os consultores financeiros que participam da política de investimentos deste Plano PPC da FIPECq se posicionaram sobre ser factível, dentro do cenário esperado para os anos futuros, a obtenção de retornos reais compatíveis com a meta atuarial do INPC + juros reais de 5% ao ano, tomando por base o Estudo de ALM elaborado em Fevereiro de 2014 pela Gerência de Investimentos da FIPECq, que levou em consideração os riscos econômicos e financeiros, bem como os riscos associados ao aumento futuro de longevidade.

a.2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: 2,20% ao ano (em média) ao longo dos anos remanescentes de atividade.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,20% ao ano

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4,87% ao ano

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2013, o Salário Real de Benefício, dos participantes em atividade do Plano, cresceu 4,87% em termos reais, tendo sido projetado para o ano de 2013 um crescimento real de 2,01%, sendo relevante destacar que, após a implantação do Novo Plano de Cargos e Salários, se espera para os exercícios futuros aumentos reais de salário com menor intensidade, inclusive porque existe um teto para o Salário de Participação, que funciona como um limitador para esse crescimento real.

Opinião do Atuário: Com base nos salários do final do ano de 2013, se realizou, utilizando uma "cross-section" da evolução do salário médio em função da idade (havendo alta correlação entre a idade e o tempo de empresa), um ajuste do Salário Médio por Idade através de uma curva logarítmica, que apresentou um elevado grau de correlação (da ordem de 0,99, ou seja, próximo a 1,00). Tal crescimento, decorrente de Mérito Pessoal, representa, em média, um crescimento real da ordem de 1,19% ao ano. Além do crescimento real por Mérito Pessoal se considerou a um crescimento real de salário decorrente de Produtividade Geral de 1% ao ano, em consonância com o Novo Plano de Cargos e Salários em implantação. Em consequência, o crescimento real de salário, por Mérito Pessoal e por Produtividade Geral, ao longo dos anos remanescentes de atividade, adotado é da ordem de 2,20% ao ano (em média). Por se tratar de uma hipótese econômico-financeira que envolve diretamente a política de pessoal da Patrocinadora, devendo a patrocinadora mostrar formalmente sua conformidade com tal projeção de crescimento real de salário.

Justificativa EFPC: Tendo em vista que a Patrocinadora, levando em consideração o Novo Plano de Cargos e Salários em implantação, se mostrou conforme com os procedimentos elaborados pelo atuário para projetar a evolução do salário real ao longo dos anos remanescentes de atividade, nos posicionamos favorável à indicação do atuário, devidamente referendada pela Patrocinadora.

a.3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: 100%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 100%.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 100%.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando a Justificativa da EFPC e a Opinião do Atuário, tanto a quantidade ocorrida no exercício encerrado, quanto ao esperado no exercício seguinte, assumem o valor 100,00%.

Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.



Justificativa EFPC: A colocação feita pelo atuário justifica plenamente não ser necessária a adoção dessa hipótese.

a.4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média da ordem de 4% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 96,94

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O INPC do IBGE, aplicado com 1 mês de defasagem, foi em 2012 de 5,56%, enquanto que o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade trabalha com uma inflação média anual, ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano, da ordem de 4%.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Justificativa EFPC: Efetivamente uma inflação média anual de longo prazo da ordem de 4% ao ano representa uma projeção adequada.

a.5) Hipótese: Rotatividade (Saída sem direito a benefício)

Valor: Considerada Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0 (zero), já que se está trabalhando com rotatividade nula.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 10.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ver a Opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Desde a avaliação atuarial do ano de 2007, com a perspectiva de implantação do Benefício Proporcional Diferido - BPD, passou-se a trabalhar com rotatividade nula, o que dá maior segurança à avaliação, já que, para o Participante deste Plano, esta é, para os participantes ativos com algum tempo de filiação ao Plano, a opção mais vantajosa, sendo que, para os que tenham pouco tempo de filiação ao Plano, a opção pelo Resgate tem impacto pouco relevante no custeio.

Justificativa EFPC: Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é estruturado na modalidade Benefício Definido e encontra-se aberto a novas adesões, a implantação do Instituto PBD (Benefício Proporcional Diferido) pela Lei Complementar permite aos participantes desligados da Patrocinadora um benefício proporcional maior que o resgate, o que gera um aumento no compromisso do Plano, desta forma, entendemos ser prudente atribuir à hipótese de Rotatividade o percentual 0%.

a.6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: " q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,13.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de -1,98 entre a quantidade ocorrida de 2 no exercício encerrado e a esperada de 3,98 no exercício seguinte é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/3559/2013 de 11/12/2013.

Opinião do Atuário: Foi apresentado através do JM/3559/2013 de 11/12/2013 estudo de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas, entre 31/12/2007 e 31/12/2012, que nos levou à conclusão de que a Tábua de Mortalidade Geral " q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%" é a indicada, já que apresenta aderência à mortalidade dos aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas.

Justificativa EFPC: Com base no estudo de aderência de tábuas de mortalidade enviado pelo atuário através do JM/3559/2013 de 11/12/2013, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade Geral " q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%" para projetar a mortalidade dos participantes aposentados sem ser por invalidez e dos pensionistas.

a.7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: " $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) suavizada em 10%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,33.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de 1,51 entre a quantidade ocorrida de 2 no exercício encerrado e a esperada de 0,49 no exercício seguinte é compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade, apresentado pelo JM/3559/2013 de 11/12/2013.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a Tábua de Mortalidade de Inválidos " $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) suavizada em 10%", por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, além de ter sido aceita no estudo de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de participantes aposentados por invalidez, entre 31/12/2007 e 31/12/2012, apresentado através do JM/3559/2013 de 11/12/2013.

Justificativa EFPC: Com base nas razões apresentadas pelo atuário no estudo de aderência apresentado através do JM/3559/2013 de 11/12/2013, nos posicionamos pela adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos " $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) suavizada em 10%".

a.8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT-FRACA.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,21.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença de -2,74 entre a quantidade ocorrida de 1 no exercício encerrado e a esperada de 3,74 no exercício seguinte foi considerada no Relatório de Premissas e Hipóteses Atuariais, apresentado pelo JM/3559/2013 de 11/12/2013.

Opinião do Atuário: Foi apresentado através do JM/3559/2013 de 11/12/2013 relatório acerca das premissas e hipóteses atuariais, que indicou manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT-FRACA, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: Com base nas razões apresentadas no relatório de premissas e hipóteses atuariais, apresentado pelo atuário através do JM/3559/2013 de 11/12/2013, nos posicionamos pela manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT-FRACA.

a.9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional atualizada em 2009 nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,86

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,86

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Em função da manutenção da Composição Média de Família de Dependentes desse Plano administrado pela FIPECq, não há alteração entre a quantidade esperada no exercício seguinte e a ocorrida no exercício encerrado. (Os valores informados representam a média de dependentes por família).

Opinião do Atuário: Desde a avaliação atuarial de 2011 já vem sendo adotada a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidas. Portanto, tão-somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional atualizada em 2009, estando a próxima atualização prevista para ser adotada na avaliação de 2014 (já que tal atualização era feita, em geral, quinquenalmente), e a partir de então pela atual legislação, esta hipótese deverá ser revista a cada 3 (três) anos.

Justificativa EFPC: A adoção da família efetiva para avaliar os compromissos relativos aos Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, mantendo-se a adoção da composição de família correspondente à Experiência Regional tão-somente para os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos traz maior realismo aos resultados da avaliação atuarial.

a.10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,56%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando o INPC do IBGE o indexador do Plano, utilizado pela Patrocinadora para o ano de 2013, este índice acumulado resultou em 5,56%, ou seja, acima do centro da meta da inflação oficial do Brasil para o ano de 2013, de 4,5% ao ano, sendo que, por estar tal hipótese vinculada a uma inflação de longo prazo, estamos mantendo para o exercício seguinte uma inflação de 4% (ao ano).

Opinião do Atuário: O indexador em questão se baseia na projeção de que a política de reajuste dos benefícios da Previdência Social tomará por base a inflação dada pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

a.11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Com base no levantamento realizado pela FIPECq de que os participantes permanecem, antes de requerer o benefício pleno de aposentadoria, em média, algo como 3 (três) anos antes de requerer benefício de aposentadoria programada, se está considerando que os participantes não assistidos irão entrar em gozo de benefício programado no ano subsequente ao seguinte ao que preencherem os requisitos para entrada em gozo de aposentadoria plena.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 87

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Nota: Ocorreram 5 no exercício encerrado e eram esperadas 62 para esse exercício. Se verifica que os participantes, mesmo após preencherem os requisitos para entrada em gozo de aposentadoria plena, permanecem em atividade no Patrocinador por um período superior ao projetado (Ver Opinião do Atuário).

Opinião do Atuário: Na Avaliação Atuarial, se está considerando que os participantes não assistidos irão entrar em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencherem os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena, por ser tal hipótese conservadora em relação ao que vem sendo registrado nesse Plano.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na opinião do atuário.

b) **Seção dos Benefícios:**

	BENEFÍCIOS				
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	ESPECIAL	INVALIDEZ	PENSÃO
ESTATÍSTICAS					
Qui de benefícios concedidos	125	18	1	25	126
Valor médio do benefício	R\$ 7.075,31	R\$ 4.339,03	R\$ 5.601,93	R\$ 4.643,51	R\$ 2.266,31
Idade média dos assistidos (em anos)	70	82	91	64	69
PMBC					
VABF Programados - Assistidos	R\$ 135.135.706,00	R\$ 8.418.463,00	R\$ 321.446,00	-	R\$ 11.605.508,00
VABF Não Programados - Assistidos	-	-	-	R\$ 19.372.895,00	R\$ 26.034.672,00
PMBAC					
BD Capitalização Programado					
VABF	R\$ 659.373.667,00	-	-	-	-
VACF Patrocinadores	R\$ (90.260.866,50)	-	-	-	-
VACF Participantes	R\$ (90.260.866,50)	-	-	-	-
BD Capitalização Não Programado					
VABF	-	-	-	R\$ 49.847.854,00	R\$ 20.687.505,00
VACF Patrocinadores	-	-	-	R\$ (24.923.927,00)	R\$ (10.343.752,50)
VACF Participantes	-	-	-	R\$ (24.923.927,00)	R\$ (10.343.752,50)
Custo do Ano (Vida Nota)	R\$ 8.370.737,43 (*)	-	-	R\$ 2.755.875,44 (**)	R\$ 2.259.068,00 (***)

Nota: Inclui Subscarga Administrativa.

(*) 8,95% = (13 * R\$ 7.210.358,50) = R\$ 9.372.757,43

(**) 2,94% = (13 * R\$ 7.210.358,50) = R\$ 2.755.875,48

(***) 2,41% = (13 * R\$ 7.210.358,50) = R\$ 2.259.068,00

Observação: Estão incluídos os 7 aposentados não decorrentes de invalidez e os 4 pensionistas, do Sub-Plano de Benefício Saldado (PBS), cuja situação está sendo analisada, levando-se em consideração as questões apresentadas pela PREVIC.

c) **Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:**

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -
Prazo: -

Assistidos:

Valor: -
Prazo: -

Outras Finalidades: Débitos Contratados do Patrocinador

Patrocinador:

Valor: -
Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -
Prazo: -

Assistidos:

Valor: -
Prazo: -

d) Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 603.875.667,26

Insuficiência de Cobertura do Plano: -

e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:

e.1) FUNDO PREVIDENCIAL

Finalidade: Dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios do Plano (incluindo os referidos Benefícios Saldados), a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi agregada perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca da titularidade desse Fundo Previdencial.

Fonte de Custeio: Recursos vinculados com as coberturas de direitos dos que, sendo participantes celetistas tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, do Regime CLT para o Regime Jurídico Único (RJU) e respectivas rentabilidades obtidas ao longo dos anos.

Recursos Recebidos

no Exercício : R\$ 467.189,96

Recursos Utilizados

no Exercício : R\$ 29.837.085,92

Saldo : R\$ 245.039.705,90

ANEXO LIII – ITEM 13.4

Política de Investimento do Plano PPC 2013 - FIPECq



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 12/12/2012 11:03:29

Informações da Entidade

Código: 1451

Sigla: FIPECQ

Exercício: 2013

Plano de Benefícios: 1979001618 - PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2013 a 12/2013	INPC	5,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: 234

Data: 13/11/2012

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2013 a 31/12/2013	PLANO	ROBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO	347.166.297-91	Diretor Presidente e de Aplicações Financeiras

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação: Apreçamento de ativos realizado para toda a carteira de investimentos, segundo manual do agente custodiante/liquidante contratado.

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2013 a 12/2013			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	30,00	100,00	54,48
RENDA VARIÁVEL	10,00	70,00	29,58
IMÓVEIS	0,00	8,00	2,07
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	15,00	2,62
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	9,14
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00	2,11

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
Utiliza derivativos? Sim
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL			x
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2011	1º Sem 2012	2013	Não Aplica
PLANO	5,06	3,69	9,73	
RENDA FIXA	13,16	7,60	9,73	
RENDA VARIÁVEL	-9,96	-4,24	9,73	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	13,16	7,60	9,73	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	9,73	
IMÓVEIS	0,00	0,00	9,73	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14,61	7,21	9,73	

Observação: A rentabilidade do segmento de investimentos estruturados é calculada juntamente com o segmento de renda fixa até o 1º semestre de 2012.

Observações

Cenário Macroeconômico
Projeções

	2013	2014	2015	2016	2017
PIB %	3,98	4,01	3,96	3,90	3,96
Selic Meta %	8,05	8,88	8,80	8,64	8,59
IPCA %	5,43	5,29	5,05	4,96	5,18

Juros Reais % 2,49 3,41 3,57 3,51 3,24
Fonte: Banco Central do Brasil - Expectativas de mercado.